FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 ★★★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

ANO 103 ★ Nº 34.327 — TERÇA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2023 — R$ 6,00

Adolescente deixa o 34º Distrito Policial após depoimento para ser levado à Fundação Casa Rubens Cavallari/Folhapress

Estudante de 13 anos mata professora a facadas em SP

Agressor feriu 2 alunos e outras 3 docentes antes de ser contido em escola estadual

Um adolescente de 13 anos matou a facadas uma professora de 71 na manhã de ontem, durante aula na escola estadual Thomazia Montoro, na zona oeste de São Paulo. Elisabeth Tenreiro lecionava ciências e foi golpeada pelas costas pelo agressor, que usava máscara. Câmeras registraram a ação.

O estudante também feriu 2 alunos e outras 3 docentes antes de ser contido por duas mulheres que chegaram ao local —uma conseguiu imobilizá-lo, enquanto a outra tirou-lhe a faca das mãos.

O garoto foi apreendido pela polícia. Segundo o delegado do caso, confessou o crime e demonstrou frieza.

Um aluno afirmou à Folha que testemunhou, na semana passada, uma briga apartada por Elisabeth Tenreiro na qual o agressor estaria envolvido e que teria dito "vai ter volta". Ele foi transferido para a Thomazia Montoro neste mês após ameaçar colegas da antiga escola, segundo boletim de ocorrência.

A Secretaria da Educação não informou se o jovem recebia assistência. Cotidiano B1

Ataque a tiros em escola nos EUA deixa 3 crianças e 3 adultos mortos A11

Como lidar com medo de crianças e adolescentes após ações violentas B2

Ahmad Gharabli/AFP

PREMIÊ DE ISRAEL FAZ RECUO ESTRATÉGICO E ADIA REFORMA CONTROVERSA

Manifestantes diante do Parlamento, em Jerusalém, contrários a mudanças no Judiciário; Netanyahu fala em 'evitar guerra civil pelo diálogo', e postergação de análise da proposta para abril desmobiliza greve e atrai elogios de aliados estrangeiros Mundo A10

Morta em ataque começou a dar aulas aos 60 anos

A professora de ciências Elisabeth Tenreiro, 71, foi aprovada em concurso público para lecionar aos 60 anos. Atuou por décadas no Instituto Adolfo Lutz, onde se aposentou como agente ténica de saúde. Querida pelos alunos, começara na escola Thomazia Montoro neste ano. B1

Beth T. Moraes Barros no Facebook
Professora Elisabeth Tenreiro, em foto sem data

Vera Iaconelli

Escola é onde a sociedade revela sua melhor e a pior faceta

Cotidiano B3

Homicídios têm 2º menor registro de fevereiro em SP

O número de assassinatos na capital paulista foi o segundo menor para fevereiro desde que os dados são publicados pela SSP, em 2001. Foram 36, ante 34 em 2021, o menor da série. B3

Dora Kramer

Que Lula é este de 2023?

É um Lula com faca nos dentes, afetado pelo ressentimento decorrente das acusações, das condenações, da prisão, das perdas pessoais. No estado de espírito atual conta também o fator volta por cima no estímulo a instintos primitivos. Opinião A2

Passa a escrever às terças e aos sábados

Partidos de centro indicam menos votos a presidente

Embora com ministérios e cargos de segundo escalão, integrantes da cúpula de legendas como MDB, PSD e União Brasil reclamam de falta de espaço no governo e indicam que a base do Planalto ainda não está consolidada o bastante para evitar reveses no Congresso. Política A4

ilustrada C1

Romance carioca

Martha Batalha escreve tragicomédia sobre a decadência de repórter no Rio

comida C8

Com novas regras de nomeação do bacon, confira usos de diferentes cortes

esporte B7

Corinthians pega o Del Valle, e Palmeiras tem grupo tranquilo na Libertadores

Após estupro e aborto negado, menina dá à luz 2º filho no Piauí B3

Eduardo Anizelli/Folhapress

PARA LÍDER DE DOMÉSTICAS, PEC NÃO É FIM DA LUTA

Nair Jane, em Nova Iguaçu (RJ); hoje com 90 anos, começou a trabalhar como babá aos 9, presidiu associações de classe e colaborou com a construção de centrais sindicais Mercado A19

Agro critica reforma tributária, invasões e juros em feira em GO

Lideranças do agronegócio criticaram a taxa de juros no Brasil, a reforma tributária, a falta de um Plano Safra e invasões recentes de terra na abertura da Tecnoshow Comigo, em Rio Verde (GO), um dos maiores eventos do setor. Apesar das queixas ao governo, Lula (PT) não foi mencionado. A13

FGTS, férias e 13º de quem faz horas extras aumentam

Mercado A19

Está consolidada, diz ministro sobre venda da Eletrobras

Alexandre Silveira (Minas e Energia) afirmou considerar a privatização da Eletrobras injusta, mas consolidada. Para ele, cabe ao governo cobrar que a empresa funcione adequadamente. O presidente Lula (PT) tem criticado a venda, que chamou de "crime de lesa-pátria". Mercado A16

EDITORIAIS A2

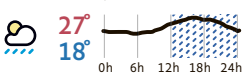
Queridos amigos

Acerca de aliança entre Vladimir Putin e Xi Jinping.

Ralos do Estado

Sobre políticas que agravam a desigualdade social.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

Fonte: www.climatempo.com.br

ISSN 1414-5723

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Benett

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Queridos amigos

Visita de Xi a Putin cimenta aliança autoritária contra o Ocidente, que deve pressionar o Brasil

Coreografada com pompa no imperial cenário do Kremlin, em Moscou, a visita de Xi Jinping a Vladimir Putin coroou uma aproximação de regimes autoritários que, apesar de ter limites claros, desafia o Ocidente e também pressiona nações como o Brasil.

O líder chinês e o presidente russo, chamando um ao outro de "querido amigo", aprofundaram o tratado de "amizade sem limites" que havia sido celebrado 20 dias antes de Putin invadir a vizinha Ucrânia, em fevereiro do ano passado.

Ainda que a aliança sino-russa não seja de natureza militar, a cooperação no setor entre os países multiplicou-se, para apreensão de Washington —o presidente Joe Biden chegou a admoestar Xi a não emular Putin e invadir Taiwan, ilha que Pequim considera sua.

São casos distintos, o taiwanês e o ucraniano, mas o contexto é o mesmo: o embate geopolítico iniciado em 2017 pelos americanos para conter a assertividade da China.

A guerra no Leste Europeu tornou-se o primeiro capítulo quente da disputa, dada a relação entre Moscou e Pequim. EUA e Europa, principal mercado dos chineses, pressionaram Xi a influenciar o Kremlin a desistir da invasão, sem nenhum sucesso.

Mesmo apresentando-se como um promotor da paz enquanto não condena Putin, indiciado por crimes de guerra pelo Tribunal Penal Internacional três dias antes da visita a Moscou, o chinês estreitou seus laços com a Rússia.

Há cálculo econômico. Putin comanda enormes reservas de petróleo e gás, agora sem mercado na Europa. E seu poderoso arsenal nuclear, comparável apenas ao americano, o torna um aliado valioso caso o impensável ocorra.

Sócio minoritário no arranjo, o russo tem em Pequim um respiro ante as sanções ocidentais: os chineses compraram 48,6% a mais em produtos da Rússia no ano passado.

Xi chegou a ensaiar uma reaproximação com Biden, ciente da impossibilidade de suportar uma ruptura de laços econômicos com um mundo globalizado —em seu favor, a recíproca é verdadeira. Mas os EUA zeraram o jogo com a bizarra crise do balão espião e a ampliação de atividades no Indo-Pacífico.

Com tudo isso, uma certa lógica de blocos se insinua, deixando em situação delicada os não alinhados, como Brasil e Índia. A proposta de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de um clube de nações neutras para discutir a paz, por exemplo, está sendo contaminada pela polarização.

Discuti-la com Xi na visita que fará à China dificilmente será dissociada no Ocidente de um alinhamento ao eixo rival. O Brasil pode e deve buscar uma posição soberana que atenda a seus interesses, mas, dada a tensão do cenário, o preço tende a ser cada vez mais alto.

Ralos do Estado

Demagogia, corporativismo e patrimonialismo concorrem para a desigualdade social brasileira

A ação do Estado é sem dúvida imprescindível para o combate à pobreza e à desigualdade social, mas nem sempre a tributação e o gasto público contribuem para uma melhor distribuição da renda. O Brasil oferece exemplos de variadas dimensões a esse respeito.

Aqui a estrutura dos impostos tem alta regressividade, por dar peso excessivo à taxação do consumo —que atinge sobremaneira as camadas mais pobres da população— e ênfase relativamente menor a rendimentos e patrimônio.

O desequilíbrio orçamentário leva o governo a pagar juros elevados aos credores de sua dívida, o que implica transferência de recursos de toda a coletividade para os estratos capazes de poupar. Pior seria permitir a alta da inflação, o mais socialmente perverso dos males econômicos.

Há ainda uma miríade de benefícios tributários, subsídios creditícios e privilégios a setores influentes que, se representam pouco do Orçamento quando observados isoladamente, em conjunto sabotam a eficácia das políticas públicas de bem-estar social.

Um desses casos ganhou relevo com uma auditoria da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre gastos de R$ 3 bilhões ao ano com o pagamento de pensões a filhas solteiras de antigos servidores. Conforme noticiou O Estado de S. Paulo, identificaram-se 4.000 casos de burla da lei.

As irregularidades —mulheres que se casaram ou obtiveram emprego e continuam a receber a benesse— custam não mais de R$ 145 milhões anuais. O verdadeiro escândalo está no estabelecimento da regra, que data de 1958 e, felizmente, deixou de valer em 1990.

O Estado brasileiro custa a se livrar de tais anacronismos. Neste momento, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), busca aprovar uma emenda constitucional para recriar o chamado quinquênio de juízes e procuradores, que assegura um adicional de 5% do salário a cada cinco anos.

Outras medidas concentradoras podem não parecer tão evidentes, caso da proposta, cogitada e abandonada por Jair Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), de isentar do Imposto de Renda ganhos de até cinco salários mínimos (R$ 6.600 a partir de maio) —valor muito acima do rendimento médio dos trabalhadores (R$ 2.633).

Voluntarismo e demagogia, assim como corporativismo e patrimonialismo, concorrem para um Estado patrocinador da desigualdade.

Perigo à vista

Hélio Schwartsman

A apreensão de 31 frascos de fentanil com traficantes no Espírito Santo acende um sinal de alerta. Tudo o que não precisamos por aqui é de uma epidemia de abuso de opioides semelhante à que ocorre nos EUA.

A situação ali pode ser descrita como desesperadora. As mortes por overdose de drogas vinham subindo de forma consistente desde 2000 e explodiram com a pandemia de Covid. Em 2021 foram 107 mil óbitos, 80 mil dos quais provocados por opioides, com o fentanil na liderança folgada. É mais do que as mortes em acidentes de trânsito ou por armas de fogo.

Acho difícil, porém, que o Brasil possa reproduzir um quadro semelhante ao americano. Um dos principais ingredientes da epidemia ali, que foi a prescrição maciça de opioides por médicos e dentistas, não ocorreu nestas bandas.

As raízes da crise americana remontam aos anos 1990, quando, com base em estudos ruins, laboratórios conseguiram convencer reguladores e profissionais de saúde a autorizar e prescrever novos opioides para manejar até dores agudas de baixa e média intensidade. A iniciativa foi um sucesso. Essa classe de drogas logo se tornou a mais receitada dos EUA. Só que as pílulas de oxicodona e hidrocodona eram menos seguras do que se pensava e geraram um pequeno exército de dependentes.

Um estudo do NIH de 2016 mostrou que 80% dos usuários de heroína, droga sem aplicação médica, chegaram à dependência através de analgésicos regulamente prescritos. No Brasil, temos o problema inverso. Médicos receitam menos morfina do que o que se estima que seria necessário para controlar as dores de pacientes que realmente precisam.

Os traficantes perceberam a oportunidade e inundaram as ruas com fentanil, que é mais fácil de produzir e contrabandear. Mas, como o fentanil é cem vezes mais potente que a morfina, e as pessoas nunca sabem bem o que estão consumindo (ele também é usado para "batizar" outras drogas), as overdoses explodiram.

helio@uol.com.br

Que Lula é este?

Dora Kramer

A incerteza permeou o universo político durante a campanha eleitoral: como será Luiz Inácio da Silva de novo na Presidência, tantos anos e inúmeros percalços depois? Agora, com menos de três meses de governo, a indagação já encontra resposta nas análises de políticos de diversos espectros.

É um Lula com faca nos dentes, afetado pela idade, pela influência do entorno menos qualificado que aquele de 2003 e, sobretudo, pelo ressentimento decorrente das acusações, das condenações, da prisão, das perdas pessoais. No estado de espírito do tempo atual conta também o fator volta por cima no estímulo a instintos primitivos.

O diagnóstico é comum a variadas correntes. Sejam de esquerda, de direita, do centro que aderiu pelas circunstâncias do desastre bolsonarista, façam parte do governo atual ou tenham integrado administrações petistas anteriores. Todos esses enxergam um personagem muito diferente tanto na ação quanto no pensamento.

Um Lula que parece não ter compreendido a passagem do tempo, não ter incorporado no escopo das avaliações das condições objetivas no mundo, no país, na economia, na sociedade em que antes a direita não se dava direito à voz e hoje surge fortalecida sem medo de dizer seu nome, ocupando espaço.

Pois estamos diante dessa nova realidade que ele e seus adeptos mais aguerridos insistem em negar. Negacionismo não é de esquerda nem de direita. É prerrogativa da teimosia vã, algo do qual a civilidade e o desenvolvimento precisam fugir se a meta é o bem-estar social.

Coisa que no ranking da ONU se traduz como índice de felicidade. Nele, perdemos 11 pontos, mas podemos nos recuperar dando atenção aos melhores valores da boa convivência no exercício da governança, em prol de um país que se relacione melhor consigo mesmo. E não tenha dúvida sobre a condução que Lula dará ao Brasil, com os olhos no amanhã. O rancor é mau companheiro e péssimo conselheiro.

A moça do brigadeiro

Alvaro Costa e Silva

Em 2018, uma onda de terror varreu a Nicarágua para reprimir os protestos que pediam a destituição do presidente Daniel Ortega, o ex-guerrilheiro sandinista que, a despeito de ter lutado nos anos 1970 para derrubar a ditadura da família Somoza, ergueu ao longo da última década um regime autoritário e assassino que o sustenta no poder ao lado da mulher, Rosario Murillo, a vice-presidente.

A revolta de cinco anos atrás deixou mais de 300 mortos, entre os quais a brasileira Raynéia Lima. Na noite de 23 de julho, quando voltava para casa de carro e passava em frente ao condomínio onde mora Francisco López, tesoureiro da Frente Sandinista, partido de Ortega, ela levou um tiro que atingiu o coração, o diafragma e o fígado.

Pernambucana, Raynéia se mudou para Manágua em 2012, levando o sonho de ser médica. Quando foi assassinada, aos 31 anos, estava na fase final dos estudos, preparando-se para voltar ao Brasil e revalidar o diploma. Segundo colegas de faculdade, ela não tinha envolvimento em atividades políticas. Era mais conhecida por vender brigadeiros, um bico para se sustentar financeiramente. O caso lembra o do pianista carioca Francisco Tenório Jr.. Confundido com um guerrilheiro de esquerda na Argentina em 1976, ele foi preso, torturado e morto.

Nas ditaduras não há lugar para inocentes. E até os cúmplices são falsos. Tudo indica que o assassino confesso da brasileira, o miliciano Pierson Sólis, esteja sendo usado como bode expiatório: o verdadeiro culpado seria um membro das Forças Armadas. Sólis está em liberdade e recebe salário do Estado nicaraguense.

A mãe de Raynéia, a enfermeira Maria José da Costa, afirma não ter recebido ajuda de Temer nem de Bolsonaro para esclarecer as circunstâncias da morte da filha. A bola agora está com Lula, que é ou já foi próximo a Ortega. Democratas não livram a cara de ditadores. Sejam de esquerda, sejam de direita.

Parem com isso!

Juliano Spyer

Antropólogo, pesquisador do Cecons/UFRJ, autor de "Povo de Deus" e criador do Observatório Evangélico

Analisei neste espaço se a entrada de Michelle Bolsonaro na política era fato ou fake. Michelle é real, confirma a edição 245 do podcast Foro de Teresina, e ameaça o clã Bolsonaro. Ao contrário do ex-presidente, ela é crente raiz e fala com a mulher evangélica e as periferias —lembro que mulheres representam 60% dos 70 milhões de evangélicos brasileiros.

Apesar da oportunidade de disputar esse segmento, a esquerda resiste a dialogar com aquelas que, frequentemente, estão no centro das famílias no Brasil popular. O escritor Anderson França resume, em post profético, por que ativistas de esquerda perderão para a direita a disputa pelo coração dessas mulheres.

"O feminismo, o movimento negro, qualquer movimento, é implacável em apontar o erro, mas inútil, débil e fracassado em reabilitar quem errou. Já a igreja, pega o assassino e transforma em missionário. Pega o missionário e transforma em senador." Sobre as chamadas "mulheres de oração", ele diz: "Elas não te condenam. Mas te abraçam. Elas ouvem, choram junto, oram junto... Visitam os filhos umas das outras no presídio. Os maridos umas das outras no hospital. Não são fascistas nem bolsonaristas. Muitas só entram na faculdade pra limpar as pichações que você fez no banheiro com teu DCE".

Na semana passada, bombaram nas redes vídeos de ações da Igreja Fonte da Vida. Fieis se reuniram em um supermercado e em um shopping para cantar louvores. Ao ver os comentários no Twitter sobre esses eventos, o filósofo Pablo Ortellado, da USP, notou o festival de intolerância. Por exemplo, um perfil escreveu: "Gostava da época que podia só ignorar (os crentes) chamando na porta de casa". Outro: "Ninguém merece essa crentada velha".

Evangélicos identificados com a esquerda, como o pastor Alexandre Gonçalves e a teóloga Valéria Vilhena, explicam que eventos assim parecem novidade para quem está distante do mundo pentecostal e neopentecostal. Mas são atividades comuns de evangelização.

A antropóloga Christina Vital da Cunha, da UFF, autora do seminal "Oração de Traficante", diz que essas postagens se disseminaram por causa da dimensão cultural do pentecostalismo em periferias e bairros de classe média baixa. Mesmo quem não é evangélico canta e celebra muitos desses louvores.

Ao ler as reações aos dois eventos, uma interlocutora preta, pobre, evangélica, eleitora de Bolsonaro por causa de Michelle, desabafou: "Me explica por que coisas como essa, que não desonram, não destroem, não causam guerra, incomodam tanto?". No meio do apedrejamento, alguém tuitou: "Cresci na umbanda, amo Jesus, Deus e tudo o que leva a um estado de adoração e amor. Isso é lindo! Se fosse pra Exu também seria! Parem com isso".

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O acordo comercial com a UE e a sustentabilidade internacional

Renegociar o capítulo de compras governamentais exige contrapartida

Geraldo Vidigal

Doutor em direito internacional (Universidade de Cambridge), é professor de direito do comércio internacional na Universidade de Amsterdã

Uma das grandes questões do governo Lula em política externa será o que fazer com o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, assinado "em princípio" em 2019. Completá-lo seria uma forma de marcar posição em política externa, agradaria a "frente ampla" que apoiou Lula e afastaria a visão de que se trata de um bloco protecionista. Por outro lado, o mesmo Lula já anunciou a intenção de renegociar o capítulo de compras governamentais, que é um dos grandes atrativos do acordo para a UE.

Acordos internacionais sempre podem ser revistos. Tanto o acordo entre UE e Canadá como o Tratado Transpacífico (TTP) foram revistos, depois da assinatura, para permitir implementação efetiva. A questão é o que o Mercosul pode oferecer que "valha" a perda de compras governamentais.

É a oportunidade para uma discussão séria sobre o capítulo de sustentabilidade do acordo. É um tema que resistimos a incluir em acordos internacionais, condicionando concessões a contrapartidas dos outros. Há boas razões para reconsiderar essa posição.

Nos últimos meses, a UE adotou unilateralmente medidas de sustentabilidade em cadeias produtivas. O regulamento europeu sobre produtos livres de desmatamento obrigará todos os fornecedores de gado, soja, café, cacau, azeite de palma, borracha, madeira e seus produtos derivados a demonstrar que não foram produzidos em área de desmatamento recente. O "ajuste de carbono fronteiriço" vai impor a importadores de aço, ferro, alumínio, fertilizantes, cimento e hidrogênio, bem como a certos derivados, taxa equivalente à que um produtor europeu tem de pagar por "permissões de emissão". E há em tramitação o "dever de diligência de sustentabilidade" nas cadeia produtivas, afetando empresas que, como Petrobras, Braskem e Embraer, usam um entreposto europeu para operacionalizar seu comércio internacional.

Essas medidas serão questionadas na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas é improvável que sejam derrotadas integralmente.

Os julgadores da OMC tenderão a dizer que objetivos legítimos permitem a adoção de medidas genuinamente capazes de atingi-los, ainda que impliquem redução do comércio. Se as medidas europeias não forem discriminatórias, possivelmente serão aprovadas. É melhor para o Brasil ter com a UE um acordo claro sobre que tipo de produção será permitida —e como provaremos o cumprimento dessas regras e como poderemos contestar sua aplicação excessiva— do que ter um caso de anos na OMC que possivelmente será perdido.

[...]

O Acordo Mercosul-UE é uma oportunidade de fortalecer a voz dos setores que veem em nossa diversidade de biomas e culturas uma oportunidade de agregar e distribuir valor sobre a daqueles que ainda veem na sustentabilidade um obstáculo à extração predatória

Além disso, um acordo internacional permitirá ancorar a pauta da sustentabilidade ambiental e social, amarrando-a às preferências comerciais do Brasil. O Acordo Mercosul-UE é uma oportunidade de fortalecer a voz dos setores que veem em nossa diversidade de biomas e culturas uma oportunidade de agregar e distribuir valor sobre a daqueles que ainda veem na sustentabilidade um obstáculo à extração predatória. Embora o meio ambiente, os direitos dos trabalhadores e os dos povos originários sejam objeto de acordos internacionais específicos, nada do que as instituições que administram esses acordos diga ou faça será tão eficaz quanto a perspectiva de uma retaliação comercial, afetando diretamente os interesses dos que se acreditam beneficiados pela exploração econômica desenfreada.

Na Europa, um capítulo sério de sustentabilidade, como o do novo acordo entre UE e Nova Zelândia, ajudará a apaziguar os resistentes à associação com o Mercosul. Permanecem no Brasil suspeitas sobre a agenda da sustentabilidade, vista como um véu para o protecionismo agrícola. Embora este se aproveite daquela, as preocupações são em sua esmagadora maioria genuínas, e seus promotores lutam ainda mais ferozmente no próprio país do que nas relações internacionais. Um acordo com regras e mecanismos recíprocos de proteção ao meio ambiente, às culturas tradicionais e aos direitos do trabalhadores não deveria interessar apenas à União Europeia, mas sim a todos aqueles que, no Mercosul, se preocupam com a possibilidade de retrocessos futuros nessas áreas.

Riscos ao regime de metas de inflação

Falas recentes de Lula podem impor mais um duro ônus reputacional ao BC

Benito Salomão

Doutor em economia (Programa de Pós-Graduação em Economia / Universidade Federal de Uberlândia)

O Banco Central do Brasil opera em um regime de metas de inflação desde 1999. Tal regime é caracterizado por: 1 - indicação ex ante de uma meta para a qual o BC deve conduzir a inflação; 2 - uma função reativa do BC indicando qual será o movimento da taxa de juros em resposta à desvios da inflação corrente em relação à sua meta; e 3 - instrumentos de responsabilização à autoridade monetária quando a meta é descumprida.

Em 2021, o BC ganhou sua autonomia operacional, de forma que seu presidente e diretores têm mandato e não podem ser demitidos por razões políticas. Curiosamente, desde que se tornou independente, a economia brasileira foi acometida por uma sequência de choques estocásticos que fizeram com que a inflação não retornasse à meta.

Desde que os modernos modelos dinâmicos, ancorados na hipótese das expectativas racionais, tomaram o lugar dos tradicionais modelos de inspiração monetarista, a credibilidade da política monetária, bem como sua consistência, passaram a desempenhar um papel central na determinação dos preços.

Em outras palavras, elevações nos preços deixaram de ser uma função dos encaixes (moeda em circulação) e passaram a ser um resultado das expectativas dos agentes acerca das condições da economia. Daí a importância de uma meta previamente estabelecida, que na prática é uma informação dada pelo Banco Central às firmas que fixam preços, indicando qual será a inflação em um dado horizonte temporal.

Em 10 de janeiro, o IPCA para o exercício de 2022 foi divulgado, fechando o ano em 5,79%. Pelo segundo ano consecutivo, o BC descumpre a meta, o que pode ter efeitos danosos para este regime devido às implicações que isso causa no formato da curva de Phillips (CPh), passando a predominar o componente "backward looking" —o que significa que, em contexto de inflação prolongada, as firmas passam a remarcar seus preços defensivamente, observando a inflação corrente e não mais a inflação esperada (a meta). Isso obrigará o BC a elevar a taxa real de juros muito acima da neutra, contracionando a economia.

[...]

Desde a publicação da Crítica de Lucas, nos anos 1970, mudanças em regras de política econômica devem sempre considerar que as mesmas regras já existem e norteiam um comportamento dos agentes, sendo que alterações nestas regras provocam reações imprevisíveis

Há ainda, um segundo risco. Falas recentes do presidente Lula e de seu staff econômico em tom crítico à política de "juros altos", sugerindo elevação da meta para 2024, podem impor mais um duro ônus reputacional ao BC. Afinal, se o a autoridade monetária é incapaz de perseguir uma meta de 3%, porque seria capaz de entregar uma meta de 4,5%? Desde a publicação da Crítica de Lucas, nos anos 1970, mudanças em regras de política econômica devem sempre considerar que as mesmas regras já existem e norteiam um comportamento dos agentes, sendo que alterações nestas regras provocam reações imprevisíveis.

Outro problema é o ambiente fiscal permeado de incertezas que exerce influência sobre a política monetária. Riscos fiscais à parte, há a possibilidade de o BC não ser capaz cumprir a meta em 2023, ou desta meta ser discricionariamente alterada para cima em 2024. Isso abalaria fortemente a credibilidade do regime que, por ser uma bússola de expectativas, depende da credibilidade de para funcionar bem.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

Silvia Palmieri, mãe de uma professora da escola estadual Thomazia Montoro, em São Paulo (SP), chora e é consolada Rubens Cavallari/Folhapress

Ataque em escola

"Adolescente esfaqueia professores e aluno em escola de São Paulo" (Cotidiano). É necessário mobilizar as melhores mentes das áreas de sociologia, psicologia etc, para entender a violência, a raiva e a intolerância que tomaram conta das pessoas.

Valter Luiz Peluque (São Paulo, SP)

*

Nos últimos anos, observamos ataques sistemáticos e orquestrados contra a ciência e a educação. Professores e escolas demonizados por movimentos como o Escola Sem Partido e fundamentalistas que não aceitam o conhecimento científico, a pluralidade de ideias e a democracia.

Rodrigo Sarruge Molina (Vitória, ES)

71 anos

Me impressiona a idade de uma professora ainda em atividade. Com salários tão insuficientes para uma vida digna e confortável, a pessoa continua trabalhando pelos adicionais que completam o salário do magistério e que, com a aposentadoria, são retirados. Tristeza sem fim.

Maria I. de Freitas (Rio de Janeiro, RJ)

*

Por que uma professora com 71 anos ainda estava trabalhando e não em sua casa, desfrutando de sua aposentadoria? Seria pelo salário de fome que recebe do governo do estado mais rico do país? Cadê as psicólogas que iam trabalhar nas unidades escolares? Cadê as políticas públicas de combate à violência dentro das escolas?

Adriana Araujo (São Paulo, SP)

Vida de professor

Sou professor da rede pública. As escolas estão abandonadas pelo poder público. Os professores se encontram em tal estado psicológico e profissional que muitos, se pudessem, fariam outra coisa da vida. E os alunos, muitos vêm de ambientes problemáticos, com pais violentos ou mesmo passando necessidade, e refletem em seus comportamentos tais penúrias.

Caio Santos (Guarujá, SP)

*

Pretendo sair dessa área o quanto antes. Meu recado aos que estão pensando em entrar: pensem bastante. Se puder, faça outra coisa. Ser professor de escola pública no Brasil é a pior escolha profissional que uma pessoa pode fazer hoje. Ser professor deveria ser uma realização. Mas no Brasil é uma profissão de medo.

Roberta Oliveira Sales (Diadema, SP)

Inteligência Artificial

"Harari e o medo das Inteligências Artificiais" (Mercado, 27/3). Não é difícil perceber que o jogo virou. Até ontem o trabalho era ensinar nossa linguagem à máquina; agora, a recomendação é que aprendamos a lidar com o "pensamento computacional". Sem um regramento internacional, aos moldes do que se fez com a tecnologia nuclear, a coisa desanda.

Paulo Werner (Goiânia, GO)

*

Conversamos conosco ("consciência") pela linguagem que nos foi passada. E se até essa linguagem for transmitida desde o nascimento pela IA?

Henrique Mello (Rio de Janeiro, RJ)

Dora Kramer

"Que Lula é esse?" (Opinião). Excelente texto. Lula tem que fazer o que prometeu em campanha (governar para todos), não investir em revanchismo.

João Silva (Palmas, TO)

*

Moro foi um juiz parcial. Não vi críticas a isso. É natural o ressentimento do Lula. Ele vem acertando em muitos itens, principalmente no apoio aos menos favorecidos. Basta uma fala infeliz para crucificá-lo.

Jane Araújo (Belém, PA)

*

Respirem enquanto podem, o fascismo que o Lula segura com uma faca nos dentes vai voltar com tudo quando ele não mais estiver. Não se aprendeu nada com o último governo e tudo já está naturalizado nessa falta de memória recente. A imprensa comete os mesmos erros que alimentaram a extrema direita. Já não se pode mais chamar de erro. Por falar em tempo, Lula terá sido um breve respiro na história asfixiante desse país.

Chiara Gonçalves (São João da Boa Vista, SP)

*

Lula está impaciente e intolerante com a dificuldade para entregar suas promessas eleitorais. Se ficar olhando muito para o curto prazo terá dificuldades de entregar um país melhor para o povo e para os próximos governos. Calma, Lula, você ainda tem quatro anos pela frente. Boa sorte.

Elcio Simielli (São Paulo, SP)

Lula e Exército

"Comandante do Exército quer Lula e Alto Comando em encontro de aproximação" (Política). Encontro de aproximação? Lula jamais se distanciou da sociedade. Sempre lutou pelo bem-estar da população, pelo qual mais uma vez foi eleito presidente. O Exército simplesmente deve bater continência para Lula, conforme a Constituição, e cumprir as ordens emanadas do seu chefe maior, Luiz Inácio Lula da Silva.

Mateus Vaz de Sá (Goiânia, GO)

Evangélicos

"Evangélicos sob Lula querem distância da esquerda e torcem por Bolsonaro 'Fênix'" (Política, 27/3). Essa turma quer mais que a estupidez prevaleça e o povão continue a acreditar nas suas. O dízimo não para de pingar, as isenções aumentam e sobra mais dinheiro para os líderes gastarem em Miami.

Ivo Ferreira (Rio de Janeiro, RJ)

*

Lastimável ver líderes de igrejas fazendo politicagem em nome de Jesus. Igreja evangélica agora é braço político da direita? Onde está o Deus apartidário, aquele que liberta e entende o ser humano como ele é? O que vemos é o uso da religião para manobrar a sociedade, com os donos da moral incutindo sua doutrina sórdida. Triste realidade a nossa.

Régis Cava (Joinville, SC)

*

A expressão "evangélicos" generaliza, incluindo uma parcela enorme de cristãos evangélicos que continuam sóbrios e seguidores de Jesus Cristo, e que não compactuam com a loucura bolsonarista.

Aziel Miranda Gusmão (Itaberaba, BA)

política

PAINEL | *Fábio Zanini*
painel@grupofolha.com.br

Baile de máscaras

O PSDB, presidido pelo governador do RS, Eduardo Leite, insinua participação de Gilberto Kassab, presidente do PSD, em tentativa de atingir os tucanos e dificultar o processo de reconstrução da sigla. O estopim seria a decisão do prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando (PSDB), de acionar a Justiça Eleitoral contra a atual direção tucana, indicada por Leite. A ligação com Kassab estaria no fato de que o advogado Thiago Bovério, que ajuda Morando na ação, trabalha para o PSD.

DE FÉ Morando diz que a direção provisória formada por Leite é ilegal, pois a ata da reunião em fevereiro que oficializou sua criação nunca foi registrada em cartório. Ele também afirma que Bovério é seu amigo e por isso tem contribuído, mas não será o advogado responsável pela ação.

SUBTERFÚGIO O PSDB diz ao Painel, em nota, que a ata será registrada esta semana, mas considera que a questão legal é apenas "pretexto para a tentativa de enfraquecer o PSDB, com a participação direta do advogado de Gilberto Kassab". O presidente do PSD diz considerar "bem infantil" a leitura de que estaria envolvido.

CAMINHO Embora a Constituição proíba cônjuges de titulares de mandato a disputarem a eleição, advogados próximos ao PT veem brecha para que a socióloga Rosângela Silva, a Janja, possa em tese concorrer à sucessão do presidente Lula (PT).

HISTÓRICO O precedente seria Rosinha Garotinho, que teve permissão do TSE para se candidatar à sucessão de Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro. O tribunal entendeu que a Constituição só proibiria a candidatura caso o próprio Garotinho concorresse à reeleição. Como ele estava no primeiro mandato e se desincompatibilizou do cargo para concorrer à Presidência, a Corte entendeu que ela poderia tentar um mandato de governadora em 2002.

REAPROXIMAÇÃO O Instituto Lula, criado pelo atual presidente da República e tocado por seus aliados, realizou seminário no último dia 15 em parceria com um dos maiores grupos de comunicação chineses, o China Media Group. O evento, promovido num hotel de luxo em Brasília, teve como palestrantes o embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, e o presidente do Instituto Lula, Marcio Pochmann.

AGENDA O TCU julga na nesta quarta (29) a responsabilização da ministra de Gestão, Esther Dweck, e do diretor do BNDES, Nelson Barbosa, sobre as pedaladas fiscais que resultaram no impeachment de Dilma Rousseff (PT). O Ministério Público de Contas pede a condenação dos dois. Caso seja o entendimento vencedor, ambos precisarão ser afastados das funções que exercem hoje.

ESCUDO A Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal prepara um esquema de segurança especial para a chegada do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Brasil, prevista para esta quinta-feira (30). Seu desembarque será em Brasília.

NA MIRA O secretário Sandro Avelar afirmou ao Painel que terá reunião nesta terça (28) com a Polícia Federal para distribuir atribuições. A atuação da SSP-DF foi questionada pelo STF e pela PGR quando bolsonaristas atacaram as sedes dos Três Poderes, em janeiro.

DÍVIDA O presidente Lula nomeou a advogada Danyelle da Silva Galvão para vaga de juíza-substituta no Tribunal Regional Eleitoral de SP. Ela entra no lugar de José Horácio Ribeiro, cujo mandato se encerrou. A nomeação atende a uma promessa feita por Lula de aumentar o número de mulheres em tribunais.

PERIGO O governo de São Paulo firmou parceria com o aplicativo de trânsito Waze, para motoristas terem acesso a alertas de alagamento em vias do estado. A função, fruto de acordo celebrado com a Coordenação Estadual de Defesa Civil, estará disponível a partir desta terça-feira (28). O alerta aparecerá para os condutores caso tentem atravessar uma área inundada.

PLANO B Um grupo de deputadas vai propor alternativa à PEC que anistia partidos que não cumpriram as cotas destinadas a mulheres e negros nas eleições de 2022. Elas querem que os recursos não destinados a estes grupos formem um fundo para quitar as dívidas das candidaturas de mulheres e negros que não conseguiram pagar as contas. O movimento "Quero Você Eleita" encabeça a proposta.

VISITA À FOLHA 1 O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) esteve no jornal nesta segunda-feira (27). Acompanhavam-no Ednilson Machado e Kerison Lopes, assessores de imprensa.

VISITA À FOLHA 2 Lucy Sousa, presidente-executiva da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil (Apimec Brasil), esteve no jornal nesta segunda-feira (27). Acompanhava-a Edson Gushiken, assessor de imprensa.

com Guilherme Seto e Juliana Braga

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
PLANO MENSAL	R$ 29,90	R$ 39,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6	R$ 9	R$ 942,90
DF, SC	R$ 7	R$ 10	R$ 1.189,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 7,50	R$ 11	R$ 1.501,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 11,50	R$ 14	R$ 1.618,90
Outros estados	R$ 12	R$ 15	R$ 2.008,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
341.327 exemplares (fevereiro de 2023)

Base de Lula na Câmara e no Senado

Entenda as cores dos partidos

← Mais à esquerda — Mais à direita →

PCO, PSTU, PSOL, UP	PT, PCB, Rede, PC do B	PSB, PV, PDT	SD, Cidad, Avante	PSD, Pros, MDB, Agir	PSDB, Pode, PMN	Repub, DC, PRTB, PMB	PP, União, PTB, Patri	PSC, PL, Novo

As posições dos partidos foram calculadas a partir de seis questões: votação dos deputados da legenda na Câmara, coligações, autodeclaração dos congressistas, frentes parlamentares, opinião de especialistas, migração partidária e posicionamento no GPS Ideológico da **Folha**

Relação com o Congresso*

* Os números consideram a capacidade caso todos os independentes acompanhem a base de governo, o que pode variar conforme o tema discutido

Partidos de centro reclamam de espaço em ministérios e já indicam apoio menor

MDB, PSD e União Brasil devem entregar cerca de 100 votos na Câmara dos Deputados, onde Lula enfrenta resistência de nomes do centrão

Julia Chaib e Thiago Resende

BRASÍLIA Integrantes das cúpulas de MDB, PSD e União Brasil dizem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) conta com apoio de somente dois terços dos votos de suas bancadas na Câmara dos Deputados, embora tenham recebido ministérios e cargos no segundo escalão do governo.

Ainda não houve uma votação de elevado interesse do Palácio do Planalto na Casa, mas líderes partidários afirmam que o governo tem cerca de 30 votos no MDB e 30 no PSD, que têm 42 deputados cada um. A União Brasil, que tem 59 cadeiras na Câmara, calcula uma média de 30 a 35 votos a favor do governo.

Nas votações econômicas, como a reforma tributária e no novo marco fiscal, os votos desses três partidos devem se aproximar da totalidade de cada bancada, quando a proposta passar a ser analisada pelo Congresso.

Portanto, para tentar conter alterações em projetos do governo e para evitar derrotas políticas, como abertura de uma CPI, por exemplo, o Palácio do Planalto precisa consolidar a sua base.

> **+ FLÁVIO DINO BLOQUEIA OPOSITORES NAS REDES SOCIAIS**
> O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB), tem bloqueado opositores nas redes sociais, em atitude semelhante à do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). No domingo (26), ele bloqueou o perfil do deputado bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG). Dino já havia bloqueado outros parlamentares em ocasiões diferentes, como o deputado Carlos Jordy (PL-RJ) e o deputado Marcos Feliciano (PL-SP).

Lula ainda não tem, com clareza, o tamanho da sua base, mas os partidos mais alinhados ao governo somam 223 deputados, além de bancadas que o Planalto tenta atrair, como União Brasil, Podemos e Patriota (que, juntos, são mais 75). Para aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) são necessários 308 votos de um total de 513 deputados na Câmara.

No entanto, como os partidos estão rachados, Lula precisa avançar nas negociações com PP e Republicanos e até alas moderadas do PL.

No Senado, os partidos mais próximos ao Planalto contam com 42 cadeiras —são necessários 49 dos 81 votos na Casa para aprovar uma PEC. O governo, portanto, também precisa ampliar a articulação com senadores do União Brasil, PP e Podemos.

Dirigentes de União Brasil e PSD contabilizam ter apenas dois ministros, embora, na prática, contem com três filiados cada um em cargos de primeiro escalão no governo.

O PSD considera que o ministro Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária) está na cota pessoal de Lula, pois ele foi um dos primeiros representantes políticos do agronegócio que aderiram à campanha presidencial do petista.

Às vésperas do anúncio do ministério, interlocutores de Lula tentaram atrelar a escolha de Fávaro, que era senador, ao partido. A estratégia era deixar o PSD com duas pastas, uma com um representante da ala do partido na Câmara e outra, no Senado.

O PSD chancelou a nomeação de Fávaro, mas, para as bancadas no Congresso, o partido indicou dois ministros.

Na Câmara, os deputados do PSD escolheram André de Paula (Pesca) e criticam a baixa relevância da pasta. Alexandre Silveira (Minas e Energia) tem sido uma escolha mais associada ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), do que à bancada da sigla.

Já na União Brasil, líderes não reconhecem Waldez Góes (Integração Nacional) como parte da cota do partido.

O ministro é ex-governador do Amapá, era do PDT e se licenciou para ocupar o cargo. Além disso, Góes é considerado indicação pessoal de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ex-presidente do Senado e um dos membros mais influentes na Casa.

Os outros nomes do partido são Daniela Carneiro (Turismo) e Juscelino Filho (Comunicações). Ambos são egressos da Câmara dos Deputados.

Por causa da pulverização da bancada da União Brasil, as nomeações não tiveram o efeito político esperado. Uma ala vê Daniela como uma escolha de Lula, que se aproximou do marido dela, o prefeito de Belford Roxo, Waguinho, durante a campanha. No caso de Juscelino, o nome é ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Em busca da fidelidade de deputados, o governo não pode prescindir de votos e, por isso, tentará ampliar a base com a liberação de emendas.

O primeiro passo será liberar recursos para quitar verbas negociadas ainda no governo de Jair Bolsonaro (PL) e que foram indicadas por deputados e senadores.

Há cerca de R$ 11 bilhões em emendas de relator —usadas como moeda de troca em negociações políticas no governo passado— que ainda não foram pagas. Isso significa, por exemplo, que o contrato para realização da obra foi assinado, mas o empreendimento não foi finalizado, já que a emenda é paga quando há conclusão do serviço.

"Vamos liberar R$ 3 bilhões em recursos de emendas parlamentares para ajudar na reconstrução de cerca de 3.000 municípios brasileiros. Esses recursos vão ajudar na retomada de obras e na implantação de diversos projetos por todo o país", informou nesta sexta-feira (24), em uma rede social, o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais), responsável pela articulação política da gestão Lula.

O governo espera melhorar a relação com o Congresso Nacional já com os primeiros pagamentos. A estratégia é que, a cada trimestre, haja a liberação de R$ 3 bilhões para a quitação das emendas que restaram da gestão Bolsonaro.

A maior demanda entre os deputados e senadores, no entanto, é em relação às negociações das emendas previstas no Orçamento de 2023.

Líderes partidários dizem que, para influenciar a relação com o atual governo, o pagamento das emendas parlamentares são mais efetivas do que a distribuição de cargos.

Porém, em negociações no varejo, o Palácio do Planalto tem tentado conciliar pedidos de parlamentares de siglas que já têm ministérios, como MDB, PSD e União Brasil, além de integrantes do PP, Republicanos e PL.

Interlocutores do Palácio do Planalto afirmam que ainda há tempo de o presidente Lula construir uma base sólida no Congresso, especialmente na Câmara dos Deputados, onde o cenário tem sido de maior resistência.

Lira muda de estratégia e quer comissões mistas com três deputados por senador

Presidente da Câmara decide negociar com Senado modelo que ele considerava antidemocrático

Victoria Azevedo, Cézar Feitoza e João Gabriel

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), mudou de estratégia nesta segunda-feira (27) em meio ao impasse com o Senado e passou a admitir a manutenção de comissões mistas —que ele classificava de antidemocráticas— para a tramitação das MPs (medidas provisórias).

Em sua proposta de acordo, quer, no entanto, garantir poder à Câmara, com a definição de prazos e a mudança na composição dos colegiados para que eles tenham mais deputados do que senadores.

A sugestão foi discutida com lideranças partidárias. O líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), tem endossado Lira para tentar destravar as pautas de interesse do presidente Lula no Congresso.

A nova proposta é que seja seguida a proporção de três deputados para cada senador —atualmente as comissões são formadas por 12 parlamentares de cada Casa.

Como o diálogo entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), está travado desde as duras críticas feitas pelo presidente da Câmara na semana passada, membros do governo foram chamados para intermediar a apresentação da proposta para as lideranças do Senado.

Lira, porém, disse que vai ligar para Pacheco e propor uma reunião sobre o tema.

A proposta representa uma mudança na postura do presidente da Câmara. "Há de se encontrar uma maneira racional de se evitar a volta das comissões mistas, porque elas eram antidemocráticas com os plenários da Câmara e do Senado", disse Lira à GloboNews no último dia 16.

A ideia debatida na reunião é que seja elaborada uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para tirar da Carta Magna o parágrafo que trata das comissões mistas.

Num segundo momento, será proposta resolução que estabeleça os prazos para tramitação das MPs, além de definir a proporcionalidade dos membros no colegiado de deputados e senadores.

Caso o Senado não concorde com as propostas da Câmara, o Planalto irá definir entre as MPs apresentadas pelo governo Lula quais são prioritárias. Elas deverão, então, ser analisadas em comissão mista com a atual composição.

"Não havendo acordo, o governo fez um apelo à Câmara, e a Câmara deverá fazer ao Senado, que três ou quatro MPs essenciais, abramos exceção e indiquemos os líderes para compor essas comissões", afirmou Lira.

Ele citou como exemplo as MPs que tratam do Bolsa Família e do Minha Casa, Minha Vida, além da que reestrutura a Esplanada dos Ministérios. Em contrapartida, segundo Lira, o governo irá enviar à Câmara projetos de lei com urgência constitucional para substituir as demais MPs.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em sessão no plenário Gabriela Biló/Folhapress

"É uma proposta de acordo do governo, preocupado em não se chegar a um acordo razoável. Se essa proposta de proporcionalidade que existe em todas as outras comissões da Casa e um tempo mais do que razoável não atender o Senado, é porque, na realidade, o Senado não quer fazer acordo."

O presidente da Câmara ainda disse que a forma como Pacheco tratou o assunto na última semana, retomando a tramitação das MPs por meio de uma questão de ordem do Senado, foi um "abuso, que atrapalha as conversas".

"A Câmara nunca foi, como vem sendo veiculado, de tratar contra a Constituição, mas a Constituição pode ser mudada quando nós tivermos propostas mais adequadas. [...] Ato unilateral não pode resolver esse impasse", completou.

Na reunião desta segunda também foram discutidas as 13 MPs editadas pelo governo Jair Bolsonaro (PL) que foram enviadas por Pacheco à Câmara na semana passada. Dessas, serão votadas 10 —as outras 3 a Câmara deixará caducar.

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), afirmou que acredita em um acordo para encerrar o impasse. Essa questão virou uma das principais preocupações do Planalto.

"Vamos procurar nos próximos dois ou três dias consolidar o acordo. Enquanto isso, vamos começar a votar as MPs que estão tramitando e tocar a vida. Essa crise não foi criada pelo governo, e nós queremos uma solução —senão teremos de tomar outras providências", disse.

Na quinta (23), Guimarães havia defendido que a extinção das comissões mistas era a melhor solução para o governo.

Participaram do encontro desta segunda lideranças do PT, PL, PP, PSB, PDT, União Brasil, PC do B, PSOL, Avante, PSDB, Patriota, Cidadania e Republicanos.

As medidas provisórias são editadas pelo presidente da República e entram em vigor imediatamente, mas dependem do aval do Congresso para não perder validade. Assim, Câmara e Senado têm até 120 dias para aprovar ou reverter a iniciativa do governo.

Na última quinta, o empecilho entre os presidentes das Casas escalou, após Pacheco acolher questão de ordem apresentada pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), desafeto de Lira, e decidir retomar as comissões mistas.

Em resposta, Lira afirmou que a questão "não vai andar um milímetro" e que "o maior interessado na vigência das MPs" é o Senado porque "eles que indicaram ministros".

O impasse envolve um drible na Constituição —as comissões formadas por deputados e senadores estão no texto constitucional— em meio a uma disputa entre senadores e deputados por influência na tramitação das MPs.

O rito definido pela Carta Magna foi suspenso em março de 2020 em meio à redução de atividades no Congresso para evitar a propagação da Covid-19. Desde então, as MPs estavam sendo votadas diretamente no plenário das duas Casas, começando pela Câmara, sem as comissões mistas.

O promotor Lincoln Gakiya, que já foi alvo do grupo criminoso PCC Divulgação Ministério Público de SP

PCC já planejou morte de coordenador da PF e ataques ao estilo Farc

Investigações da Polícia Federal desde 2017 mostram planos para atentados contra autoridades em todo país

Fabio Serapião

BRASÍLIA O plano para atacar autoridades, entre elas o ex-ministro e atual senador Sergio Moro (União Brasil-PR), é mais um engendrado pela cúpula do PCC como retaliação às investidas do poder público para reprimir os crimes cometidos pela facção criminosa.

Chefes da facção aparecem em investigações da Polícia Federal há anos tramando desde a morte e sequestro de servidores públicos, como delegados federais, agentes e diretores do sistema penitenciário federal, até explosão de prédios públicos e torres de transmissão, em modelo copiado das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia).

Apareceram nessas investigações nome de autoridades que seriam alvos como o promotor Lincoln Gakiya, investigador do PCC em São Paulo, e o ex-coordenador de repressão a entorpecentes e facções da PF, delegado Elvis Secco.

Assim como no caso mais recente envolvendo Moro, os integrantes do PCC miram as autoridades, principalmente, por causa das condições do sistema penitenciário federal, considerado muito mais rígido do que os estaduais.

Boa parte da cúpula da facção, entre eles Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, foi transferida para penitenciárias federais em 2019. Antes disso, outros nomes proeminentes do grupo já estavam nesses presídios e tramavam formas de retaliação.

No caso da operação para barrar o ataque contra Moro, a manutenção de regras mais rígidas nos presídios federais, como a proibição das visitas íntimas, e as transferências dos líderes durante sua gestão na Justiça são citadas como hipóteses para o ex-juiz ter entrado na lista da facção.

Moro foi responsável por uma portaria que manteve as regras rígidas no sistema federal, publicada no mesmo dia da transferência de integrantes da cúpula do PCC para presídios federais, em fevereiro de 2019.

A apuração sobre os planos do PCC começou no Ministério Público de São Paulo e, a partir de janeiro, teve a participação da PF. A corporação já tinha outras linhas de investigação sobre possíveis ataques do PCC, alguns descobertos em uma operação em 2022 sobre o plano de fuga de Marcola e outros chefes da facção.

Os planos, na maioria das vezes, foram descobertos a partir conversas —por celular, bilhete ou no parlatório— interceptadas pelo setor de inteligência do Depen (Departamento Penitenciário Nacional) ou pelos investigadores da PF.

Ainda em 2018, informações coletadas por esses órgãos expuseram dois planos da facção engendrados no presídio federal de Porto Velho (RO) para realizar atentados contra agentes públicos e explodir a sede do próprio Depen, em Brasília.

Os investigadores descobriram que o modelo de ação havia sido definido por um dos principais líderes do PCC à época, chamado Abel Pacheco (o Vida Loka), após conversa com Luis Fernando da Costa (o Fernandinho Beira-Mar), do Comando Vermelho. Os dois haviam cumprido pena juntos na penitenciária federal de Mossoró (RN).

A PF chegou a interceptar conversa dos dois em que Beira-Mar indicava o sequestro de autoridades e pessoas “importantes”, assim como a explosão de torres de transmissão, como forma de barganhar pela soltura de criminosos. A ideia tem inspiração na guerrilha colombiana Farc.

A investigação também mostrou como já em 2017 a proibição das visitas íntimas nos presídios federais era um dos motivos do planejamento de ataques.

“Deixamos claro, independente de liberar a íntima (visita), ao nosso ver o projeto deve ser colocado mesmo assim em prática, pois o propósito será quebrar todas as principais opressões”, dizia um bilhete encontrado no esgoto do presídio em Porto Velho.

Em 2021, novos bilhetes apreendidos sinalizaram a intenção do PCC em atentar contra autoridades.

Durante uma revista em uma cela da Penitenciária de Presidente Venceslau, no interior de São Paulo, onde vários chefes do PCC ainda estão presos, foi encontrada uma lista de autoridades que seriam alvo do grupo. Entre elas, o promotor Lincoln Gakiya, o delegado Elvis Secco e outros investigadores da PF. No total, a lista tem 14 nomes.

Secco foi o responsável pela prisão de Luiz Carlos da Rocha, o Cabeça Branca, apontado como um dos maiores traficantes da América Latina.

Também durante a gestão de Secco na coordenação de combate ao tráfico, a PF prendeu Gilberto Aparecido dos Santos, o Fuminho. O traficante é visto como aliado de Marcola e atuava para o PCC em países produtores de droga.

Um relatório de inteligência do Depen de 2022 mostra como Fuminho teria ordenado a morte do delegado.

Procurado, o delegado não quis se manifestar.

Em 2022, uma outra operação da PF mirou diretamente Marcola, líder máximo do PCC. Ele estaria envolvido em um plano de fuga e ataque a servidores do Depen.

A investida contra os servidores públicos recebeu o apelido de STJ nas conversas interceptadas pela PF e mirava o sequestro de diretores do Depen para posterior troca pela liberdade de chefes da facção.

Nesse caso específico, segundo a PF, o objetivo seria trocar a liberação dos servidores pela liberdade de um integrante da facção apelidado de Ciro —os investigadores apontam que Ciro seria Marcola.

Juíza prorroga prisão de dois suspeitos de planejar ataque a Moro

A juíza federal Gabriela Hardt, responsável pela ordem de prisão de suspeitos de preparar ataque contra Sergio Moro (União Brasil-PR), prorrogou por mais cinco dias a prisão temporária de dois deles, Reginaldo Oliveira de Sousa, conhecido como Re, e Valter Lima Nascimento, o Guinho. A juíza afirma que a investigação tem indícios de que os dois ocupam posição de liderança na facção criminosa PCC. Segundo a decisão, a medida busca evitar destruição de provas, ameaça a testemunhas e fuga.

Tacla Duran reafirma acusações contra Moro, e juiz manda caso ao STF

CURITIBA O advogado Rodrigo Tacla Duran prestou depoimento nesta segunda-feira (27) ao juiz federal Eduardo Appio, que conduz os processos remanescentes da Operação Lava Jato em Curitiba, e voltou a fazer acusações contra o ex-juiz Sergio Moro e o ex-procurador Deltan Dallagnol, hoje congressistas pelo Paraná.

Devido ao foro especial de Moro e de Deltan, Appio encerrou a audiência afirmando ser “certa a competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal, na pessoa do ministro Ricardo Lewandowski”, que já despachou no caso.

“Realmente eu não sei o que o MPF [Ministério Público Federal] quer, além de me perseguir. E por uma simples questão de vingança, por eu não ter aceito ser extorquido. Esse processo é uma vergonha para a Justiça brasileira”, disse Duran na audiência.

Ele é acusado de lavagem de dinheiro em processo da Lava Jato e era considerado foragido das autoridades brasileiras até este mês, quando Appio, que assumiu os casos da Lava Jato em Curitiba em fevereiro, decidiu revogar prisão preventiva decretada quando Moro ainda era juiz.

Desde 2017, o advogado faz acusações contra um amigo de Moro, Carlos Zucolloto Junior, que foi sócio da mulher do ex-juiz, Rosângela, hoje deputada federal.

Tacla Duran diz ter recebido pedido de pagamento para ajudar em negociação de delação premiada. O casal e o amigo sempre negaram essas acusações.

Na audiência, o advogado disse que encaminharia fotos e áudios de pessoas ligadas a Moro que revelariam sua “atuação parcial”. Appio repetiu que, devido ao foro especial de Moro, isso não seria assunto da sua alçada. Em despacho após a audiência, o juiz afirmou que o réu seria encaminhado ao programa federal de proteção de testemunhas.

Realmente eu não sei o que o MPF [Ministério Público Federal] quer, além de me perseguir. E por uma simples questão de vingança, por eu não ter aceito ser extorquido. Esse processo é uma vergonha para a Justiça brasileira

Rodrigo Tacla Duran
advogado, em depoimento nesta segunda-feira (27)

Filho de espanhol nascido no Brasil, com dupla cidadania, Tacla Duran vive na Espanha, que rejeitou pedido brasileiro de extradição.

Após o depoimento, Moro, senador pela União Brasil-PR, disse que não teme investigação, “mas lamenta o uso político de calúnias feitas por criminoso confesso e destituído de credibilidade”.

“Trata-se de uma pessoa que, após inicialmente negar, confessou depois lavar profissionalmente dinheiro para a Odebrecht e teve a prisão preventiva decretada na Lava Jato. Desde 2017 faz acusações falsas, sem qualquer prova, salvo as que ele mesmo fabricou. Tentava desde 2020 fazer delação premiada junto à Procuradoria-Geral da República, sem sucesso. Por ausência de provas, o procedimento na PGR foi arquivado”, afirmou o ex-juiz.

Em depoimento a autoridades espanholas em 2017, Tacla Duran disse ter emprestado contas bancárias de empresas fora do Brasil para movimentar recursos da empreiteira Odebrecht.

Nesta segunda-feira, ele disse que nunca pensou em buscar prescrição de seu processo, mas esperava “ter um juízo transparente”.

Appio é crítico dos métodos da Lava Jato em anos anteriores e disse em entrevista à **Folha** que quer resgatar a credibilidade da operação.

“Sou totalmente imparcial. Pra mim não tem partido, não tem time de futebol, nem amizade nem inimizade. Aqui a lei vai ser igual pra todos e tenho certeza que é o mesmo norte do Ministério Público nesta formação atual, e também da PF”.

Deltan Dallagnol, hoje deputado pelo Podemos-PR, escreveu em rede social que a audiência foi uma cortina de fumaça autorizada por um “juiz lulista”. “É constrangedor ver a militância comemorando o depoimento de hoje como uma ‘vitória’, sendo que não é nada mais que uma história falsa, requentada pela terceira vez sem novidade e que já foi investigada pelo MPF e PGR, que a descartaram totalmente. Isso revela desespero.”

EX-GOVERNADOR JOÃO DORIA LANÇA SUA BIOGRAFIA EM SHOPPING DE SÃO PAULO
Doria escreve dedicatória durante lançamento do livro ‘João Doria – O Poder da Transformação’, escrito por Thales Guaracy, no Shopping Iguatemi; no evento, ele elogiou tanto Lula (PT) quanto o governador Tarcísio de Freitas (PL) Mathilde Missioneiro/Folhapress

Justiça arquiva investigação sobre projétil que atingiu janela da Folha

SÃO PAULO O inquérito que apurava a perfuração de uma das janelas da Redação da **Folha** por um projétil, em 6 de julho do ano passado, foi arquivado pela Justiça a pedido do Ministério Público.

Segundo o promotor Maurício Salvadori, que assina o pedido de arquivamento do caso, não houve condições de apurar a autoria ou se o projétil era proveniente de uma arma de fogo.

O episódio ocorreu por volta das 22h30 daquele dia, quando o objeto atingiu uma das janelas da Redação, no quarto andar do prédio localizado na região central da capital paulista. Os jornalistas que estavam no local ouviram um estampido, mas ninguém foi atingido.

No início da tarde do dia seguinte ao episódio, policiais do 77º Distrito Policial, de Santa Cecília, estiveram na sede do jornal e iniciaram as investigações. Em seguida, técnicos responsáveis pela perícia foram ao local do incidente para a sequência da apuração —um projétil esférico foi encontrado nas imediações.

Delegado-titular do distrito, Severino Pereira Vasconcelos disse na ocasião que o estampido ouvido pelas testemunhas indicava que o projétil poderia ter saído de uma arma de cartucho.

Após o caso, a Secretaria Especial de Comunicação do Governo de São Paulo disse considerar “inaceitável qualquer tipo de ataque ou intimidação aos jornalistas, aos veículos de comunicação e à liberdade de imprensa”.

“Jornalismo responsável e independente, como o praticado pela **Folha de S.Paulo**, faz parte da essência da democracia e dos valores da sociedade paulista”, afirmou a pasta, que disse acompanhar o trabalho da área de inteligência da Polícia Civil.

CONTEÚDO PATROCINADO PELA AGÊNCIA DE NOTÍCIAS XINHUA

Como a visão e as ações da China ajudam a construir um mundo melhor para todos

Foto aérea tirada em 25 de fevereiro de 2023 mostra o terminal de contêineres no porto de Qinzhou, na Região Autônoma da Etnia Zhuang de Guangxi, no sul da China. (Xinhua/Zhang Ailin)

"O caminho da história não é pavimentado como a Avenida Nevsky, em São Petersburgo; ele atravessa campos, empoeirados ou lamacentos, e corta pântanos ou matas de florestas", escreveu Nikolay Chernyshevsky, um grande estudioso e crítico russo no século 19.

Em cerca de dois séculos, o mundo voltou a uma encruzilhada na história em que os países estão enfrentando escolhas importantes: entre polarização e prosperidade comum, e entre o jogo de soma zero e a cooperação ganha-ganha.

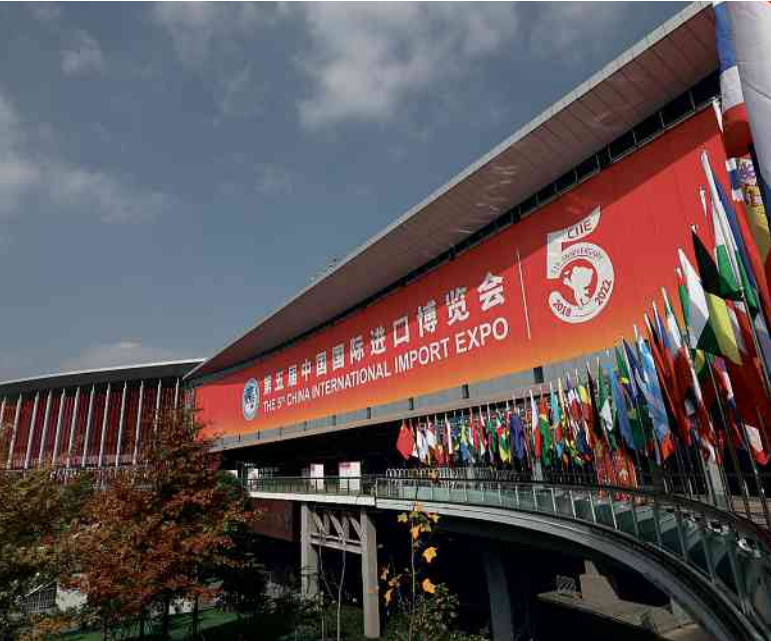
Em seu discurso no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscou, em 23 de março de 2013, o presidente chinês Xi Jinping observou que a humanidade, vivendo na mesma aldeia global na mesma época em que a história e a realidade se encontram, emergiu cada vez mais como uma comunidade com um futuro compartilhado na qual todos têm em si um pouco dos outros.

Ao longo da última década, a China tem se dedicado a construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e a buscar o desenvolvimento comum e de ganhos recíprocos com ações concretas, em uma tentativa de transmitir a tocha da paz através de gerações, sustentar o desenvolvimento e fazer a civilização florescer. Com todos esses esforços, a China está tentando responder à questão da época da humanidade -- que tipo de mundo é esperado e como construí-lo.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

Ao longo das últimas décadas, a China ascendeu à segunda maior economia do mundo e se tornou profundamente integrada à economia global no curso do avanço de sua reforma e abertura e busca da modernização.

Entre os requisitos essenciais da modernização chinesa estão a construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade e a criação de uma nova forma de avanço humano, de acordo com o Relatório do 20º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCCh).

Para este fim, o país tomou uma série de ações não apenas para ajudar a estimular o crescimento econômico, mas também para garantir o direito ao desenvolvimento de todos os países e superar a divisão Norte-Sul.

Em 2013, Xi propôs a Iniciativa do Cinturão e Rota, uma solução para impulsionar o desenvolvimento comum no mundo. Até agora, trouxe quase US$ 1 trilhão de investimentos, criou cerca de 420.000 empregos locais e ajudou a tirar quase 40 milhões de pessoas da pobreza, com a arrancada de inúmeros projetos industriais e de transporte, como a Zona de Cooperação Econômica e Comercial China-Egito TEDA Suez.

Costantinos Berhutesfa, professor de políticas públicas da Universidade de Adis Abeba, na Etiópia, considera a iniciativa "um tipo de segunda globalização".

Como a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável sofreu reveses em meio a sucessivos eventos de "cisne negro", Xi apresentou a Iniciativa de Desenvolvimento Global em 2021, que visa sinergizar com a Agenda e forjar uma parceria de desenvolvimento global unida, igual, equilibrada e inclusiva.

Além disso, a China estabeleceu plataformas cooperativas como a Exposição Internacional de Importação da China, impulsionou projetos de livre comércio como o Porto de Livre Comércio de Hainan e se juntou a mecanismos multilaterais, incluindo a Parceria Econômica Regional Abrangente, em seu esforço para ajudar a crescer uma economia global aberta.

Para garantir que todos os países desfrutem de direitos iguais, sigam as regras de forma igualitária e compartilhem oportunidades iguais, Xi, na abertura do Fórum Empresarial do BRICS no ano passado, reafirmou seu apelo para manter o sistema de comércio multilateral centrado na OMC, promovendo ampla consulta e contribuição conjunta e aprimorando a governança econômica global.

"O futuro global dos seres humanos (...) é uma questão que demanda a atenção das pessoas em todo o mundo. Há coisas demais que precisam ser feitas. Então a China pode assumir a liderança nisso", disse Martin Albrow, membro da Academia Britânica de Ciências Sociais, à Xinhua.

O ex-primeiro-ministro egípcio Essam Sharaf disse acreditar que o conceito de construir uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade é "extremamente importante, especialmente sob as atuais condições globais".

Foto tirada em 2 de novembro de 2022 mostra a entrada oeste do Centro Nacional de Exposições e Convenções (Shanghai), o principal local da 5ª Exposição Internacional de Importação da China (CIIE), em Shanghai, no leste da China. (Xinhua/Fang Zhe)

DEFENDER A PAZ

Hermann Hesse, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura em 1946, durante seu discurso no banquete Nobel, pregou a ideia de que é "internacional e supranacional" e "que não deve servir à guerra e à aniquilação, mas deve servir à paz e à reconciliação."

Em 2017, mencionando o pensamento de Hesse em seu discurso na Sede das Nações Unidas em Genebra, Xi pediu promover parcerias baseadas em diálogo, não-confronto e não-aliança. "Contanto que mantenhamos a comunicação e tratemos uns aos outros com sinceridade, a 'armadilha de Tucídides' pode ser evitada", disse ele.

Seu apelo é ainda mais válido hoje em dia, à medida que os déficits em paz, desenvolvimento, confiança e governança estão crescendo, com o recrudescimento de conflitos regionais, o ressurgimento de uma mentalidade da Guerra Fria e vários desafios de segurança.

Nessas circunstâncias, Xi propôs a Iniciativa de Segurança Global em 2022, que visa eliminar as causas profundas dos conflitos internacionais, melhorar a governança da segurança global, incentivar os esforços internacionais conjuntos para trazer mais estabilidade e certeza e promover a paz e o desenvolvimento duradouros.

Recentemente, a retomada dos laços diplomáticos entre a Arábia Saudita e o Irã após negociações facilitadas pela China exemplifica o valor da iniciativa.

Considerando a China um parceiro confiável, Hani Wafa, editor-chefe do jornal Al Riyadh, um importante diário da Arábia Saudita, disse que o papel de Beijing no alívio das tensões Riad-Teerã é tão importante quanto o próprio acordo. Um quebra-gelo tão histórico pode trazer esperança para a paz no Oriente Médio, acrescentou.

O papel da China na defesa da paz também pode ser visto na crise na Ucrânia. Ao conversar com o presidente russo, Vladimir Putin, durante sua visita a Moscou, Xi disse que, sobre a crise na Ucrânia, a China sempre respeitou os propósitos e princípios da Carta da ONU, seguiu uma posição objetiva e imparcial e encorajou ativamente as negociações de paz. A China baseou sua posição nos méritos do assunto em si e se manteve firme pela paz e pelo diálogo e no lado certo da história, acrescentou.

Esses fatos demonstram o compromisso da China em promover um novo tipo de relações internacionais e ampliar a convergência de interesses com outros países.

Nos últimos anos, Beijing forneceu uma ampla gama de bens públicos para ajudar a enfrentar vários desafios de segurança que preocupam o mundo. Por exemplo, a China é um dos principais contribuintes de tropas e o segundo maior contribuinte financeiro para as operações de manutenção da paz da ONU.

"Enquanto outros países estão enviando forças militares ao redor do mundo para se envolver em guerras, estabelecer bases militares em países de outras pessoas e assim por diante, os militares da China vão para o exterior para ajudar a preservar e defender a paz", disse Keith Bennett, especialista em China e vice-presidente do 48 Group Club do Reino Unido.

Enquanto certos países estão aderindo a um jogo de soma zero ou a uma mentalidade de que o vencedor leva tudo, a China tem propostas detalhadas para tornar a ideia de um futuro compartilhado uma realidade, acrescentou.

Soldados chineses de manutenção da paz marcham em uma cerimônia de desfile de medalhas na vila de Hanniyah, no sul do Líbano, em 1º de julho de 2022. (Xinhua/Liu Zongya)

PERMITINDO O FLORESCIMENTO DAS CIVILIZAÇÕES

A busca da China pela construção de uma comunidade com um futuro compartilhado para a humanidade deriva de elementos celebrados da cultura tradicional chinesa.

Em um mundo onde a paz, o desenvolvimento, a igualdade, a justiça, a democracia e a liberdade se tornam valores comuns da humanidade, países e regiões têm escolhido diferentes caminhos para a modernização, que estão enraizados em suas únicas e longas civilizações.

No caso da China, o país realizou os milagres de rápido crescimento econômico e estabilidade social de longo prazo por meio de seu próprio caminho para a modernização e a democracia popular em todo o processo, derrubando o mito de que "a modernização significa a ocidentalização".

Por isso, a China defende que a tolerância, convivência, intercâmbios e aprendizado mútuo entre diferentes civilizações desempenham um papel insubstituível no avanço do processo de modernização da humanidade.

Na recente Reunião de Alto Nível para o Diálogo entre o PCCh e Partidos Políticos do Mundo, Xi propôs a Iniciativa de Civilização Global, pedindo o respeito à diversidade das civilizações, a defesa dos valores comuns da humanidade, a valorização da herança e da inovação das civilizações e o fortalecimento dos intercâmbios e cooperação interpessoais internacionais.

"Concordamos plenamente com as quatro propostas apresentadas pelo presidente chinês Xi na Iniciativa de Civilização Global", disse o presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, também presidente do Congresso Nacional Africano, que participou do diálogo, acrescentando que a iniciativa é muito importante para o mundo de hoje.

Asadollah Badamchian, secretário-geral do Partido Islâmico Motalefeh do Irã, assinalou que a busca da medida proposta pela China é "dever por obrigação".

"Os povos do mundo devem ser convidados a colocar suas civilizações e culturas na cesta da civilização global e, então, os povos do mundo, dentro do atual quadro de relações e comunicações globais e em vista da indústria, progresso e avanços futuros, devem caminhar juntos em direção a uma civilização construída sobre todas as civilizações humanas", comentou ele.

Os riscos da inteligência artificial

O medo propalado parece exagerado, mas há motivos para preocupação

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP.

A foto do papa Francisco usando um casacão branco de inverno marca um novo momento na cultura. Uma foto sem nenhuma agenda secreta, apenas uma brincadeira com a imagem do papa, que circulou pelas redes, enganando muitas pessoas e até um ou outro veículo de imprensa. Tratava-se de uma imagem inteiramente criada por inteligência artificial.

Enquanto isso, ferramentas de escrita por IA não só escrevem cartas como já criam histórias, formulam argumentos e até passam em exames admissionais humanos. Não existe inteligência real por trás da ferramenta; ela apenas ordena palavras seguindo padrões estatísticos de uma base de dados de bilhões de textos humanos espalhados pela internet. É uma versão mais poderosa do autocompletar dos nossos celulares. Mesmo assim, o resultado é espantoso.

Isso justifica a apreensão que muitos têm sentido com as novas tecnologias, como Yuval Harari em artigo no New York Times e Antônio Prata aqui na **Folha**. *Confesso que o medo existencial —o medo propalado pelos próprios criadores/entusiastas de IA de que ela possa extinguir a humanidade— me parece exagerado. Tanto que Harari não é capaz de descrever um cenário plausível que leve a esse fim. Ele nem tenta. Mas há sim motivos de preocupação mais mundanos.*

O primeiro é o impacto econômico. Profissões que antes demandavam horas de trabalho humano agora serão substituídas por segundos de processamento de dados. Meu trabalho como colunista pode estar com os dias contados. A capacidade criativa de pensar novas imagens e construir argumentos fora do comum ainda é valiosa (não sabemos por quanto tempo). Mas a habilidade de dar forma a essas ideias —seja em imagens ou texto— está rapidamente se tornando supérflua. Ilustrações, textos e programação rotineiros, então, já podem ser tranquilamente automatizados. A requalificação dessa mão de obra para outras áreas não virá sem custo.

O segundo risco é o impacto no debate público. É mera questão de tempo até que imagens realistas falsas passem a circular com intenções políticas, sociais e econômicas. E, logo mais, vídeos. Um vídeo comprometedor às vésperas de uma eleição acirrada pode mudar um resultado. Textos gerados continuamente para alimentar nossa predisposição político-ideológica da maneira mais eficiente possível —inclusive com mais e novas mentiras— chegarão a nós por todos os lados.

Não vejo qualquer chance de que agências de governo possam —"criteriosamente"— liberar inovações de acordo com um cronograma seguro e com as devidas limitações para o uso da população. Nossas lideranças políticas sequer entendem a tecnologia. E ela é facilmente reprodutível. Esse poder estará ao alcance de muita gente sem qualquer possibilidade real de controle.

É melhor se preparar para uma nova realidade em que toda notícia, imagem ou vídeo comprometedor será potencialmente falso, e feito com uma qualidade que um olhar leigo —e, em breve, mesmo um olhar técnico— é incapaz de diferenciar. Isso terá que ser internalizado.

Mais do que nunca, precisaremos desenvolver mais ceticismo geral e construir vínculos de confiança com fontes seguras de informação. A confiança, por exemplo, de que o jornalista que compartilha uma fala de uma figura pública conversou com testemunhas que a viram acontecer, que comparou-a com outras gravações e assim pode dar garantia de que a imagem é confiável. Justamente a confiança que parece erodir mais a cada dia conforme a imprensa é atacada, seja pela direita ou pela esquerda.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Camila Rocha, Angela Alonso | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Reinaldo Azevedo | SÁB. Demétrio Magnoli

Zema pede à Assembleia aumento de 258% em seu próprio salário

Leonardo Augusto

BELO HORIZONTE O governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), pediu à Assembleia Legislativa de Minas Gerais que seu salário e os do vice-governador, secretários estaduais e secretários-adjuntos sejam elevados em até 258% a partir do dia 1º de abril.

A Mesa Diretora da Assembleia apresentou projeto prevendo os reajustes na semana passada, a pedido do governador. O texto prevê também aumentos em 2024 e 2025.

Na sexta (24), o governador foi às redes sociais dizer que fez o pedido ao comando da Assembleia e agradecer por ter sido atendido.

"Pra Minas continuar avançando é preciso atrair e manter os mais competentes nos quadros técnicos. São mais de 15 anos de congelamento dos salários dos secretários estaduais, situação incompatível com o cargo. Agradeço a Almg que apresentou, a meu pedido, PL (projeto de lei) que resolve o problema", escreveu.

Caso o projeto seja aprovado, o salário do governador é o que terá o maior reajuste, de R$ 10.500 para R$ 37.589,96, elevação de 258%. O do vice-governador passará de R$ 10.250 para R$ 33.830,96 —reajuste de 230%.

Os vencimentos dos secretários passarão de R$ 10 mil para R$ 31.238,19. Os de secretários-adjuntos, de R$ 9.000 para 28.114,37, uma alta de, em ambos os casos, cerca de 212%.

O texto prevê outros dois aumentos a partir do ano que vem. No caso do contracheque do governador, se o projeto seja aprovado, o valor passará de R$ 37.589,96 para R$ 39.717,69 em fevereiro de 2024 e para R$ 41.845,49 em fevereiro de 2025.

O vice-governador, secretários e secretários-adjuntos também teriam aumentos nos próximos dois anos.

Na justificativa para apresentação do projeto, o texto afirma que o objetivo é adequar as remunerações do governador, vice, secretários e secretários-adjuntos. Segundo o texto, "compete à Assembleia Legislativa dispor, com a sanção do governador, sobre a fixação dos subsídios do governador, vice-governador e dos secretários de estado."

O projeto também afirma que a proposta visa recomposição das perdas decorrentes da inflação "considerando-se o fato de que os valores atualmente pagos estão em vigor desde janeiro de 2007". A inflação acumulada no período é de cerca de 150%.

Empresário, o governador Zema, na sua primeira campanha pelo governo de Minas, em 2018, afirmou que não receberia o salário previsto para seu cargo. Ao assumir, anunciou que doaria o valor para instituições de apoio social.

A reportagem perguntou à assessoria do governador se a decisão será mantida caso o novo valor seja aprovado pela Assembleia, mas não houve resposta até a conclusão desta edição.

Lula recebe o general Tomás Paiva no Planalto, em janeiro, para nomeá-lo ao comando do Exército Ricardo Stuckert/Divulgação Presidência

Comandante quer reunir Lula com cúpula do Exército

General Tomás Paiva pretende usar eventos para promover aproximação

Marianna Holanda e Cézar Feitoza

BRASÍLIA Em ensaio para reaproximar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) do Exército, o comandante da Força, general Tomás Paiva, planeja reunir o petista com o Alto Comando em abril.

A ideia é promover um almoço no quartel-general, em Brasília.

Segundo aliados, Tomás quer realizar o encontro antes do Dia do Exército, em 19 de abril. A data é uma das principais para os militares, junto com o Dia do Soldado (25 de agosto). A expectativa na cúpula da Força é que Lula também participe das comemorações no quartel-general.

Os episódios serão centrais para marcar a reaproximação do governo com o Exército, após episódios de golpismo de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) acampados em frente a quartéis e de uma crise que levou à demissão do general Júlio César de Arruda do comando da Força.

No posto desde o fim de janeiro, Tomás esteve todo o tempo tentando apaziguar os ânimos da caserna com o Executivo e sinalizando esforços para expurgar a política da Força.

Generais ouvidos pela **Folha** afirmam que o mês de abril tem uma janela de oportunidade para o restabelecimento de um patamar de confiança após declarações negativas de ambos os lados.

O mês marcará a mudança de seis dos oito comandos de área, com uma dança das cadeiras de generais quatro estrelas, como normalmente costuma acontecer a cada dois anos.

Tomás planeja acompanhar todas as cerimônias de passagem de comando. Nas viagens, pede encontros com os governadores de cada estado, como ocorreu na última semana com Cláudio Castro (PL), do Rio de Janeiro.

A reaproximação começaria com uma cerimônia de cumprimentos dos novos oficiais-generais, que normalmente ocorre no Palácio do Planalto, com a presença do presidente.

A data prevista é 5 de abril, e o evento deve ocorrer após a cerimônia da espada, na qual os militares promovidos recebem uma réplica da arma usada por Duque de Caxias.

Tradicionalmente, essa cerimônia não tem discursos, ao contrário do que acontece no Dia do Exército, quando o presidente pode ou não falar após as demais autoridades da Força. No governo Bolsonaro, todas essas datas contavam com sua presença e discursos, assim como reuniões de Alto Comando.

A reaproximação de Lula dos militares teve início com a Marinha, a Força mais antiga das três.

O presidente almoçou com o Almirantado em 15 de março, quando ouviu pedidos de aumento no Orçamento da Força Naval e repetiu seu compromisso de buscar melhores condições para o trabalho dos militares.

Na quinta (23), Lula visitou o Complexo Naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para conhecer o Programa de Submarinos da Marinha —um projeto considerado estratégico para a Força.

Em entrevista na terça-feira passada, (21), o presidente afirmou que obteve dos comandantes militares o compromisso de que atuarão para despolitizar as Forças Armadas. Ele havia sido questionado sobre a questão, que se agudizou durante o governo de Jair Bolsonaro.

Na entrevista, Lula também disse que o governo pretende encaminhar ao Congresso Nacional a proposta de que militares que pretendam disputar cargos eletivos tenham de passar para a reserva.

"Eu tenho a palavra das três Forças de que vai ter um esforço muito grande para despolitizar as Forças Armadas. Sabe, inclusive, nós vamos discutir com o Congresso Nacional, temos interesse de mandar o projeto de lei dizendo que, quem quiser ser candidato a alguma coisa, vá para reserva. O que não pode é ficar utilizando as Forças Armadas para fazer política", afirmou.

Em janeiro, 13 dias após os ataques golpistas às sedes dos três Poderes, Lula demitiu Júlio Cesar de Arruda do comando do Exército em meio a uma crise de confiança.

Assumiu o general Tomás, que, naquela semana, fizera um discurso de defesa da institucionalidade, pedindo respeito ao resultado da eleição e afirmando o Exército como apolítico e apartidário.

Tomás é considerado na capital federal como um militar com maior traquejo político. Tem proximidade com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de quem foi ajudante de ordens, e com o atual vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB).

Padilha diz que presidente está 'muito bem', mas não volta até quarta (29)

Renato Machado

BRASÍLIA O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta segunda-feira (27) que o presidente Lula está "muito bem na sua saúde" e que sua evolução é "positiva", mas deve seguir orientação médica e não despachar no Palácio do Planalto antes de quarta-feira (29).

Padilha concedeu entrevistas após ter reunião com Lula, que cancelou no fim de semana a viagem presidencial que faria à China após receber diagnóstico de pneumonia.

Segundo o ministro, Lula recebe medicação via oral desde sábado (25). "Recuperação ótima, recebeu a visita da doutora Ana [Helena Germoglio] que comanda, junto com o doutor [Roberto] Kalil, o tratamento do presidente."

Padilha disse que Lula vai manter as agendas de trabalho, inclusive recebendo ministros no Palácio do Alvorada, mesmo sem voltar a despachar no Planalto nos próximos dias.

"Pelo menos até quarta-feira deve manter todas as suas agendas aqui no próprio Palácio do Alvorada por recomendação médica", afirmou, citando a necessidade de redução de exposição.

No sábado, Lula cancelou a viagem à China que começaria no dia seguinte, por apresentar um quadro de pneumonia e após ter passado por novas avaliações médicas.

Segundo Padilha, ainda não há nova data para a viagem presidencial, mas as autoridades chinesas compreenderam a situação.

O presidente recebeu diagnóstico de broncopneumonia bacteriana e viral por influenza A na quinta (23), após procurar o Hospital Sírio-Libanês, em Brasília, com sintomas gripais. Na ocasião, foi iniciado tratamento com antibióticos.

Sargento responderá por estupro na ditadura

RIO DE JANEIRO O TRF-2 (Tribunal Regional Federal) determinou que o sargento reformado Antônio Waneir Pinheiro de Souza responda a ação penal sob acusação de sequestro e estupro de uma presa política durante a ditadura militar.

O militar, conhecido como Camarão, era um dos agentes do Centro de Informações do Exército responsável pela vigia da chamada Casa da Morte, centro clandestino de detenção em Petrópolis.

Ele foi reconhecido pela única presa a sair viva do local, Inês Etienne Romeu, militante da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) torturada e presa por 96 dias em 1971. Ela morreu em 2015.

A decisão do TRF-2, de fevereiro, reformou sentença de absolvição sumária do juiz Alcir Luiz Lopes Coelho, da 1ª Vara Federal de Petrópolis, em dezembro de 2021.

Coelho entendeu que os crimes estavam cobertos pela Lei da Anistia, de 1979, e prescritos pelo tempo do crime e da apresentação da acusação (mais de 40 anos).

A defesa do militar reformado afirmou que vai recorrer da decisão do TRF-2, com base no voto divergente do juiz federal Ivan Athié.

Essa foi a segunda vez que o tribunal reverteu uma decisão de Coelho no caso.

Em 2017, ele já havia rejeitado a denúncia do Ministério Público Federal, oferecida em 2016, com os mesmos argumentos.

Tarcísio sofre crise renal durante viagem à Europa

SÃO PAULO O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), que está em viagem de trabalho pela Europa, sofreu uma crise renal e precisou interromper a sua agenda em Londres nesta segunda-feira (27).

O governador soube por telefone do ataque na Escola Estadual Thomazia Montoro, na zona oeste da capital paulista, 20 minutos após um adolescente atingir professores e alunos a facadas.

Tarcísio sentiu fortes dores e, ainda no hotel, foi atendido por um médico da embaixada brasileira, sendo levado a um hospital no fim da manhã. Segundo a Secretaria de Comunicação do governo paulista, ele estava bem, mas passaria a noite hospitalizado para mais exames.

O governador seria representado em Londres pelo secretário de Negócios Internacionais, Lucas Ferraz, em almoço com representantes do mercado financeiro, na embaixada, e em debate na sede de local da agência Bloomberg com bancos, fundos de investimentos e empresas.

O objetivo da viagem é estreitar relações com líderes setoriais e atrair investimentos para São Paulo, apresentando o pacote de projetos do Programa de Iniciativa Privada anunciado em fevereiro. São mais de dez projetos de concessões e parcerias com a iniciativa privada, a maioria na área de transportes.

Carlos Petrocilo

Leia mais na pág. B1

mundo

Manifestantes fazem ato contra reforma judicial do governo de Binyamin Netanyahu em frente ao Knesset, o Parlamento israelense, em Jerusalém AFP

Netanyahu faz recuo estratégico e adia reforma judicial em Israel

Premiê diz querer evitar guerra civil; anúncio desmobilizou greve geral e atraiu elogios de aliados

SÃO PAULO O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, anunciou nesta segunda-feira (27) que adiará o trâmite de sua controversa reforma judicial no Parlamento.

A decisão se dá depois de um quase racha da coalizão de direita no comando do país —e em meio a uma das maiores mobilizações populares da história israelense. O dia começou com uma greve geral que suspendeu decolagens no aeroporto Ben Gurion, em Tel Aviv, e ganhou a adesão espontânea de várias outras categorias, e terminou com protestos reunindo cerca de 100 mil pessoas na sede do Poder Legislativo, em Jerusalém.

"Quando há a possibilidade de evitar uma guerra civil pelo diálogo, prefiro fazer uma pausa em favor do diálogo", afirmou o premiê em pronunciamento à nação. Bibi não mencionou, no entanto, um dos novos acontecimentos que serviram de gatilho para mais uma onda de manifestações, a demissão do ministro da Defesa, Yoav Gallant, que se posicionou contra a reforma judicial.

O recuo estratégico, na prática, apenas muda a data das próximas votações de um dos pontos mais polêmicos do projeto de reformulação do Judiciário: elas ficam para a próxima sessão do Parlamento, no final de abril. Netanyahu também buscou contornar outro ponto delicado da reação negativa à reforma judicial condicionando o adiamento da votação ao compromisso de que reservistas do Exército não se negarão a trabalhar. Centenas deles assinaram recentemente uma carta em que afirmavam que se recusariam a comparecer a exercícios militares e a servir o Estado caso o projeto controverso avançasse.

"Israel não pode existir sem suas Forças Armadas, e as Forças Armadas não podem existir com soldados que se recusam a servir", disse o premiê, acrescentando que negativas significariam "o fim do Estado".

O anúncio do primeiro-ministro foi amplamente saudado e, a princípio, surtiu os efeitos esperados pelo governo Netanyahu. O Histadrut, sindicato que reúne cerca de 800 mil trabalhadores de diversas áreas, desmobilizou a greve geral que havia convocado; aliados estrangeiros de Israel que vinham demonstrando preocupação com a ofensiva contra o Judiciário, como Estados Unidos e Reino Unido, aplaudiram a tentativa de chegar a um consenso; e líderes da oposição afirmaram estar abertos ao diálogo, desde que princípios democráticos fossem respeitados durante as negociações.

À greve também haviam aderido governos locais, responsáveis por alguns serviços básicos, e o sindicato de médicos, o que afetava o funcionamento de hospitais. Portos, bancos, escolas, lojas e empresas interromperam suas atividades em apoio às manifestações, e a Israel Electric Corporation, maior fornecedora de energia no país e de territórios palestinos, anunciou redução horário de operação. Até o McDonald's se juntou à causa e fechou suas lanchonetes.

Por fim, o presidente de Israel, Isaac Herzog disse que a pausa estratégica era "a coisa certa a fazer". Mais cedo, ele havia feito uma rara intervenção política pedindo que o premiê suspendesse a reforma judicial em nome da unidade nacional. Há duas semanas, Herzog chegou a propor uma versão alternativa do projeto de reformulação do Judiciário, citando inclusive o argumento de risco de guerra civil ao qual Netanyahu recorreu nesta segunda —na ocasião, Bibi rejeitou a opção criada pelo presidente.

> "Quando há a possibilidade de evitar uma guerra civil pelo diálogo, prefiro fazer uma pausa em favor do diálogo
>
> **Binyamin Netanyahu**
> premiê de Israel

Agora resta saber se um mês é o suficiente para resolver a crise institucional em que a nação está mergulhada desde o anúncio da ofensiva do governo contra o Judiciário. A coalizão hoje no poder argumenta que ela é necessária para tirar a Justiça das mãos de "magistrados elitistas e tendenciosos". Especialistas apontam, no entanto, que as mudanças propostas podem comprometer seriamente o equilíbrio dos Três Poderes e, em última instância, pôr em risco o Estado de Direito no país.

A expectativa original era de que Netanyahu fizesse seu pronunciamento pela manhã. Mas o discurso, cujo conteúdo foi adiantado por um dos partidos da coalizão governista, Otzma Yehudit (poder judaico) horas antes, foi sendo adiado à medida que o premiê se viu obrigado a lidar com uma crise entre os partidos que compõem sua gestão.

Um dos maiores opositores ao adiamento da reforma era o líder do Otzma Yehudit, Itamar Ben-Gvir. No Twitter, ele ameaçou tirar seu partido da coalizão caso Netanyahu suspendesse o trâmite do projeto —o que tiraria de Bibi a frágil maioria que ele conseguiu formar no Parlamento depois de cinco eleições em três anos.

Ben-Gvir enfim concordou com a pausa estratégica, mas também usou-a como brecha para impôr duas condições. A primeira é que o Ministério da Segurança Nacional, que ele chefia, ganhe uma Guarda Nacional própria, em um movimento que opositores suspeitam que possa guarnecer o ultradireitista de uma milícia para chamar de sua. A segunda, que um dos principais pontos da reforma judicial, que ganhou o aval para seguir pelo Comitê Constitucional de Lei e Justiça nesta segunda, fosse à votação já na próxima sessão do Parlamento.

A iniciativa em questão prevê que o governo tenha poder quase absoluto sobre a indicação de juízes, inclusive para a Suprema Corte. A oposição entrou com uma moção de desconfiança contra o governo, mas ela não avançou —hoje a coalizão liderada por Netanyahu controla 64 das 120 cadeiras do Knesset.

O outro grande pilar da reforma judicial buscar limitar a interferência da Suprema Corte sobre o Parlamento. Na semana passada, a Casa aprovou um projeto de lei nesse sentido. A legislação protege premiês de ordens judiciais que os obriguem a deixar o cargo. Foi considerada como tendo sido feita sob medida para Netanyahu, que enfrenta três julgamentos por corrupção.

Crise no país pauta segurança nacional em meio a tensões acirradas no Oriente Médio

Gustavo Simon

JERUSALÉM, SDEROT E METULA Em quase três meses no poder, a coalizão mais à direita já vista em Israel abriu duas frentes de tensões. Uma, interna, disparada pela proposta de reforma judicial que há 13 semanas motiva protestos nas ruas e acumula cada vez mais detratores públicos; a segunda, externa, se deu com movimentos da ala extremista do governo agravando um acirramento da relação com os palestinos.

Após flexibilizar, de forma mínima, um dos pontos da reforma na semana passada, o premiê Binyamin Netanyahu dobrou a aposta para tentar ver aprovadas ao menos partes de seu projeto —de resto ignorando apelos crescentes vindos até de militares e banqueiros. Assim, o momento de convulsão social se aproximou de um pico nesta segunda-feira (27) com o anúncio da greve geral, em que se fundiram as duas ebulições —e à qual Netanyahu reagiu com mais um recuo estratégico.

A preocupação com a segurança em Israel é multiplicada ante a coincidência dos feriados do Ramadã muçulmano (já iniciado), da Páscoa cristã e do Pessach judaico —período tradicionalmente marcado pelo agravamento de tensões de fundo religioso.

Neste ano, foram empreendidos esforços de diálogo envolvendo forças de segurança e lideranças religiosas para tentar evitar altercações. Com apoio de Egito e Jordânia, delegações de Israel e da Autoridade Palestina se reuniram para tratar do tema, e em Gaza diplomatas do Qatar também se dedicaram à dissuasão. Como resultado, foi flexibilizada a entrada para alguns grupos de palestinos —incluindo mulheres, crianças e idosos— para orar em Jerusalém.

"Nossos inimigos observam tudo e com certeza estão felizes com o que veem. Parecem esperar que possam usar a situação a seu favor", diz o tenente-coronel da reserva Jonathan Conricus, ex-porta-voz das Forças de Defesa e hoje consultor, em referência aos protestos contra a reforma judicial. "Muito está em jogo. Israel, suas instituições e os líderes eleitos devem agir de forma firme e responsável para que a democracia prospere sem dar oportunidades aos inimigos."

Mesmo aliados, porém, veem o momento de crise com atenção. Autoridades de países como Estados Unidos, Alemanha e Reino Unido já destacaram preocupações com a estabilidade democrática —em referência à reforma judicial— e com a escalada de tensões com os palestinos. Nesta segunda, saudaram o aparente recuo de Netanyahu.

No caso mais recente, o ministro das Finanças, Bezalel Smotrich, um dos expoentes da extrema direita a integrar o gabinete de Netanyahu, negou a existência do povo palestino. Desde janeiro, mais de 70 palestinos, a maioria acusada pelos israelenses de atividades terroristas, foram mortos em ações das forças de segurança. Ataques palestinos no mesmo período mataram cerca de 15 civis em Israel. Dos dois lados, esses números vêm apresentando alta desde 2020.

Para além das atenções externas, há o caldo de protestos contra a reforma —que já chegaram também à colônias israelenses na Cisjordânia, um reduto político da direita que apoia Netanyahu. Isso força os militares a olhar para si.

Nas últimas semanas, partiram de figuras da reserva, como pilotos de elite voluntários, manifestações contundentes contra a proposta de reforma judicial. "São civis patriotas, que passaram a vida adulta defendendo Israel, mandando um sinal significativo de preocupação", diz Conricus.

Reservistas que lideram essa onda disseram que o Exército "está se desintegrando" ante o risco de o país se tornar uma ditadura. Dias antes, um grupo de 650 voluntários militares e da inteligência disse que iria interromper as atividades, chamando a reforma de tentativa de golpe. "Voltaremos a nos voluntariar com prazer quando a democracia estiver a salvo", disseram, em comunicado.

Esses movimentos levaram a um temor crescente de que a ativa possa vir a ser afetada. Israel tenta se fiar, então, na própria tradição militar, como lembra o cientista político André Lajst, presidente-executivo da ONG StandWith Us. "Quando o país está em situações políticas traumáticas ou em governos de transição, tende a responder a ataques com união interna e ações mais fortes."

O jornalista viajou a convite do Ministério das Relações Exteriores de Israel e do Consulado Geral do país em São Paulo

Ex-estudante mata 3 crianças e 3 adultos em escola nos EUA

Pessoa que efetuou os disparos em instituição em Nashville foi morta pela polícia

SÃO PAULO Um ataque a tiros em uma escola cristã de Nashville, no Tennessee, no sul dos Estados Unidos, deixou nesta segunda-feira (27) sete mortos —incluindo a pessoa que efetuou os disparos, morta em confronto com a polícia.

Três das vítimas eram crianças de 9 anos: Evelyn Dieckhaus, Hallie Scruggs e William Kinney. Também foram mortos Cynthia Peak, 61, Katherine Koonce, 60, e Mike Hill, 61, além de Audrey Hale, 28, que segundo comunicado da polícia da cidade, arquitetou o ataque.

Hale foi descrita pelas autoridades com pronomes femininos, mas algumas de suas publicações em redes sociais indicam o uso de pronomes masculinos, o que gerou confusão sobre sua identidade de gênero.

O episódio, mais um entre os massacres em escolas no país norte-americano, aconteceu desta vez na Covenant School, instituição presbiteriana com 40 a 50 funcionários e cerca de 200 alunos que vão da pré-escola até a 6ª série.

A polícia começou a receber ligações de emergência às 10h13, no horário local, desta segunda. Ao chegar no local, minutos depois, os oficiais começaram a esvaziar o primeiro andar e direcionar as crianças para uma área arborizada enquanto ouviam tiros vindos do segundo piso —onde confrontaram e mataram Hale em um saguão, às 10h27.

"Fui às lágrimas ao ver isso", disse o chefe da polícia da cidade, John Drake, segundo o jornal The Tennessean. "Meu coração e orações estão com as famílias das seis pessoas que ficaram tragicamente feridas."

De acordo com a polícia, Hale estacionou seu carro nas proximidades, o que ajudou na sua identificação, e pode ter acessado a escola por uma entrada lateral, portando dois fuzis semiautomáticos, um revólver e um mapa da escola. Investigações iniciais, afirma Drake, revelam que Hale estudou na instituição e morava em Nashville, e que deixou um manifesto indicando que ataques em outros locais estavam sendo planejados.

As três crianças foram declaradas mortas após chegarem ao hospital infantil Monroe Carell Jr., em Vanderbilt. Segundo a imprensa, dezenas de pais que foram até o local eram instruídos a se reunir em uma igreja próxima, onde davam o nome e o sobrenome de seus filhos à polícia. De acordo com Kendra Loney, do Corpo de Bombeiros, um espaço com especialistas e profissionais de saúde mental foi organizado.

O perfil de Hale destoa do usual nesse tipo de episódio. Segundo levantamento de especialistas em justiça criminal publicado no site The Conversation, de 1980 a 1989 a média de idade dos atiradores era 39. O número foi caindo ao longo dos anos até alcançar 22 em 2020, mas a maioria dos agressores continua sendo masculina. Apenas quatro dos 191 ataques a tiros desde 1966 catalogados pelo centro de pesquisa The Violence Project tiveram uma mulher como autora.

A possibilidade de Audrey Hale se identificar como um homem transgênero adiciona mais uma controvérsia ao caso. O Tennessee vem acumulando polêmicas nos últimos anos devido à aprovação de projetos que põem em risco a comunidade LGBTQIA+.

Em fevereiro, republicanos aprovaram de forma esmagadora uma lei que proíbe cuidados de saúde relacionados à transição de gênero para menores de idade. No início de março, foi sancionado um projeto de lei que podе limitar a presença de drag queens em eventos com crianças e adolescentes.

Políticos republicanos, como a deputada Marjorie Taylor Greene, estão usando a possível identidade de gênero da atiradora como a causa do crime. "Quantos hormônios como testosterona e medicamentos para doenças mentais o atirador transgênero da escola de Nashville estava tomando? Todos podem parar de culpar as armas agora", escreveu em seu perfil no Twitter.

Ataques a tiros são comuns nos EUA, onde existem cerca de 400 milhões de armas de fogo em circulação —número maior do que o de pessoas. Um a cada três adultos possui ao menos uma arma e quase um a cada dois adultos vive em uma casa onde há uma arma.

Esse é o 129º ataque com quatro ou mais pessoas nos EUA só este ano, de acordo com a ONG Gun Violence Archive, que acompanha a violência armada no país. Em 2022, foram 647, um número que só aumenta desde 2018.

Autoridades, como o senador Bill Hagerty, se pronunciaram nas redes sociais. "Estou devastado e com o coração partido pelas trágicas notícias", escreveu o republicano. Já o prefeito de Nashville, John Cooper, expressou solidariedade às vítimas e escreveu em suas redes sociais que a cidade se juntou à "temida e longa lista de comunidades que experimentaram um ataque a tiros em uma escola".

"Temos que fazer mais para impedir a violência armada. Isso está destruindo nossas comunidades", disse o presidente Joe Biden. "Peço novamente ao Congresso para aprovar minha proibição de armas de assalto", afirmou ele, referindo-se a uma categoria que engloba, na maioria das definições, armas de fogo semiautomáticas.

"Quantas crianças mais terão que ser assassinadas para que os republicanos no Congresso se levantem e ajam para aprovar a proibição de pistolas, fechar brechas em nosso sistema de verificação de antecedentes ou exigir o armazenamento seguro de armas?", questionou a porta-voz da Casa Branca, Karine Jean-Pierre.

Com Reuters e AFP

Manifestantes diante de pirâmide de vidro do Louvre, em Paris, bloqueiam entrada para o museu em protesto contra reforma da Previdência Christophe Archambault/AFP

Protesto contra Macron bloqueia Louvre e frustra turistas

PARIS | REUTERS Manifestantes contrários à reforma da Previdência na França bloquearam a entrada para o Louvre, em Paris, nesta segunda-feira (27), para a decepção de dezenas de turistas que esperavam poder visitar um dos museus mais famosos do mundo.

Sua pirâmide de vidro —um cartão-postal da capital francesa— foi cercada por um pequeno grupo de pessoas que brandiam bandeiras dos sindicatos CGT (Confederação Geral do Trabalho) e Sud (Unidades Democráticas de Solidariedade) diante de uma faixa que dizia "aposentar-se aos 60 anos; trabalhar menos para viver mais tempo".

Entre os manifestantes estavam funcionários do museu. Uma guia turística local chegou a sair do ato para conversar com os visitantes, afirmando esperar que eles entendessem as razões dos protestos.

Jane, uma turista vinda de Londres que não informou seu sobrenome, foi uma das que demonstraram compreensão em relação ao ato. "Todos nós gostaríamos de ir ver a 'Mona Lisa', mas não importa". Já Samuel, visitante mexicano, chamou a manifestação de ridícula. "Viemos de todas as partes do mundo com nossos filhos para visitar o museu, é ridículo que 20 pessoas estejam bloqueando a entrada."

A mobilização se dá um dia antes de uma nova rodada de greves e de marchas por todo o país, marcada para a terça-feira. Enquanto isso, a polícia de Paris afirmou estar realizando uma operação para impedir aglomerações não autorizadas diante do Centro Pompidou, outro museu de referência na cidade.

Aprovada há onze dias, a reforma previdenciária eleva a idade de aposentadoria de 62 para 64 anos e prolonga os anos de contribuição dos franceses para acesso à pensão integral, de 42 para 43 anos. A reformulação ainda mexe nos chamados regimes especiais —aqueles dedicados a atividades consideradas mais penosas, como as de garis, bombeiros, policiais e enfermeiros, que podem se aposentar antes das demais categorias, teriam a idade mínima elevada de 57 para 59 anos.

De acordo com o governo, a reforma representa uma economia de € 18 bilhões (cerca de R$ 101 bilhões). O movimento é, porém, repudiado pelos franceses, que prezam a qualidade de seu sistema público de segurança social.

A indignação popular ganhou ainda mais força nas últimas semanas devido a uma série de atos do presidente francês, Emmanuel Macron. Para começar, sua decisão de recorrer ao artigo 49.3 da Constituição para aprovar a reforma sem que ela precisasse ir à votação na Assembleia Nacional foi vista como antidemocrática pelos franceses.

O dispositivo constitucional, de baixa densidade democrática, foi uma aposta radical do governo diante das incertezas sobre a votação na Casa de uma reforma considerada crucial para as finanças públicas e para a agenda reformista de Macron, mas altamente contestada por deputados e pela população.

O "número maldito", apelido dado pelos franceses ao artigo 49.3, já havia sido acionado dez vezes pela primeira-ministra Elisabeth Borne desde o início de seu mandato, em 2022, sempre diante de impasses nas votações de projetos de lei no campo das finanças públicas.

A oposição à dupla Macron e Borne até tentou usar moções de censura, ferramentas previstas pela Constituição francesa, para frear o projeto impopular. A primeira delas, que foi apresentada por uma coalizão transpartidária, recebeu 278 dos 287 votos necessários para sua aprovação. A segunda moção, proposta pelo partido de ultradireita Reunião Nacional (RN), de Marine Le Pen, teve votação ainda menos expressiva, com 94 votos a menos do que a meta, uma vez que vários deputados favoráveis à medida declararam se recusar a votar numa iniciativa do RN.

Apesar disso, é justamente a ultradireita que pode tirar vantagem política do cenário de instabilidade social consolidado na França. Para analistas ouvidos pela **Folha**, ao afetar de maneira desproporcional as classes médias pouco qualificadas, a reforma age diretamente no principal reservatório de votos dos partidos populistas como o de Marine Le Pen —derrotada por Macron no segundo turno da última eleição.

Greve ampla na Alemanha afeta aeroportos e ferrovias

A Alemanha se juntou nesta segunda-feira (27) aos países europeus que têm enfrentado grandes greves. Os trabalhadores dos aeroportos e das empresas que administram as rodovias e os transportes locais iniciaram à meia-noite (19h de domingo, no horário de Brasília) uma paralisação de 24 horas, em um movimento de alcance incomum para o país. Quase 30 mil trabalhadores do setor ferroviário aderiram à paralisação, segundo o sindicato EVG, e o tráfego de longa distância foi suspenso, assim como as linhas regionais. A Associação de Aeroportos Alemã (ADV) estimou que 380 mil passageiros foram afetados por suspensões de voos.

Os bombeiros Clovis Benedito de Souza, Daniela Santos Oliveira, Carlos Alberto Camargo Júnior e Danilo Cesar de Oliveira e cães treinados Zanone Fraissat/Folhapress

Com 5 cães, missão brasileira salvou vidas na Turquia

Frio e idioma foram desafios da equipe de servidores públicos enviada para socorrer vítimas do terremoto

VIDA PÚBLICA

Emerson Vicente

SÃO PAULO Uma missão humanitária brasileira com 42 pessoas, entre elas servidores do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil e da Saúde, esteve na Turquia durante duas semanas trabalhando no resgate das vítimas do terremoto que deixou mais de 50 mil mortos e milhões de desabrigados. O grupo também contou com cinco cães habilitados para o trabalho em condições de desastres.

A equipe brasileira viajou para a Europa após solicitação do governo da Turquia. A ação ocorreu pelo fato de o Brasil fazer parte do Insarag (Grupo Consultivo Internacional de Busca e Resgate das Nações Unidas), uma aliança internacional de 80 países que se mobiliza para operações de resgate pelo mundo.

"O Brasil tem uma história de boas relações diplomáticas que está resgatando e fazendo questão de manter. E o Insarag é uma oportunidade de se tornar também instituição de referência para essas missões humanitárias internacionais", diz Rafael Machado, coordenador de Estudos Integrados da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

O profissional que é designado para esse tipo de trabalho faz parte do grupo de busca e resgate de estruturas colapsadas, presente em algumas corporações estaduais. Eles participam de cursos e treinamentos especializados para esse tipo de ação.

Parte dos profissionais que foram prestar assistência aos turcos esteve presente no resgate das vítimas do rompimento da barragem em Brumadinho, em 2019, nos deslizamentos no litoral paulista, em 2020, nas enchentes da Bahia, em 2021, e em Petrópolis, em 2022.

"Até então não havíamos participado de uma missão internacional. Temos treinado há alguns anos para esse tipo de atuação em ocorrência com padronização internacional. Foi gratificante ver que o nosso trabalho estava correspondendo ao que era preciso", diz a capitã Daniela Santos Oliveira, 39, uma das profissionais de São Paulo.

A delegação contou com 26 policiais militares, sendo 22 do Corpo de Bombeiros, dois médicos e dois membros da Defesa Civil de São Paulo, seis bombeiros de Minas Gerais, outros seis do Espírito Santo e representantes da Defesa Civil nacional.

> "O objetivo principal é somar esforços e salvar vidas, mas não deixa de ser um ganho para quem participa dessa missão. Para os nossos profissionais verem os equipamentos que utilizam, os métodos de busca, os treinamentos com cães, a gestão da operação
>
> **Rafael Machado**
> coordenador de Estudos Integrados da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

A equipe viajou na manhã do dia 9 de fevereiro, dois dias após a solicitação turca, para trabalhar nas cidades de Kahramanmaras e Hatay, as mais atingidas pelo terremoto e próximas à fronteira com a Síria, que também foi bastante afetada pelo sismo.

Em solo turco, os brasileiros começaram a encarar desafios. Um deles foi o frio intenso na região. Os termômetros chegavam à casa dos -6ºC, com sensação térmica de -9ºC.

"Tínhamos em nossa base de operações um local para recepcionar as equipes, com aquecedores, chá e comidas quentes para que tivessem um rápido reestabelecimento e estivessem prontos para trabalhar o mais rápido possível após o descanso", explica o coronel Carlos Alberto de Camargo Júnior, 49, do Corpo de Bombeiros de SP.

Além do frio, o idioma foi um obstáculo. Apesar de boa parte dos profissionais falar inglês, a comunicação com os turcos era mais difícil. A equipe brasileira contou com o apoio de três voluntários turcos para fazer essa intermediação.

Nas duas semanas de trabalho, os brasileiros realizaram 46 operações de busca e salvamento e 74 atendimentos médicos. O momento mais crítico ocorreu no dia 21 de fevereiro, quando um novo terremoto de magnitude 6,4 atingiu a região de Hatay. "Felizmente foi em um horário em que estávamos todos na base, ao ar livre, e não tivemos danos", conta Machado.

O lado emocional também foi colocado à prova, principalmente nos primeiros dias, quando familiares ainda esperavam encontrar pessoas com vida embaixo dos escombros. "Com o tempo, convivendo com isso, você consegue manter o foco e não deixar esse lado emocional afetar o seu trabalho. Mas sempre é muito pesado", diz Machado. "Em mais de uma situação a nossa equipe resgatou corpos de crianças e entregou às autoridades turcas, que é o procedimento a seguir, mas com a presença da família. É um ambiente de apelo emocional muito forte."

Para a capitã Daniela, que esteve no desastre de Brumadinho e nas enchentes da Bahia, por mais que o profissional esteja preparado para situações extremas, é difícil enfrentar as emoções. "No local onde a gente estava trabalhando, o pessoal conseguiu pegar cadeiras que sobraram dos apartamentos, cada uma de um tipo, e montar uma roda em volta de uma fogueira. Se tinha um livro de uma pessoa, uma medalha de outra, colocavam em uma cadeira como se eles estivessem sentados ali ao lado, em volta da fogueira. Estavam esperando que a gente conseguisse resgatar alguém", afirma ela.

Além dos profissionais, a equipe brasileira levou dez toneladas de materiais e mais 250 kg de medicamentos e itens emergenciais. Também foram levados cinco cães treinados para buscas e salvamento. Segundo a corporação, Joy (labrador), Mari, Malina, Hope (malinois) e Case (pastor belga) eram capazes de distinguir com sinais se o local guardava pessoas vivas ou mortas.

"Os cães abreviam muito os locais de busca. A gente consegue fazer uma triagem e saber onde vai cavar para buscar sobrevivente ou corpos", diz o coronel Camargo.

Os socorristas brasileiros relatam que, além da missão humanitária, a ida para a Turquia foi importante para uma troca de experiências com outras nações que têm maior vivência no atendimento às catástrofes, como França, Estados Unidos e Israel.

"O objetivo principal é somar esforços e salvar vidas, mas não deixa de ser um ganho para quem participa dessa missão. Para os nossos profissionais verem os equipamentos que utilizam, os métodos de busca, os treinamentos com cães, a gestão da operação", diz Machado.

"Essa troca de experiência é fantástica, pois a gente vai aprendendo formas, ou adaptando as nossas formas para a nossa realidade. Tenho certeza que todos voltaram com grande cabedal de informações", relata o coronel Camargo.

Disputa sobre horário de verão faz Líbano acordar com 2 fusos, o muçulmano e o cristão

BEIRUTE (LÍBANO) | REUTERS Uma disputa entre autoridades políticas e religiosas devido ao horário de verão fez o Líbano acordar com dois fusos horários no domingo (26).

Na quinta-feira (23), o primeiro-ministro interino, Najib Mikati, decidiu não iniciar o horário especial no último fim de semana de março, como geralmente acontece, e sim no dia 20 de abril.

Embora o premiê não tenha apresentado justificativas, a decisão foi vista como uma concessão aos muçulmanos, já que não entrar no horário de verão permitirá àqueles que cumprem o mês sagrado do Ramadã quebrar seus jejuns por volta das 18h em vez das 19h.

A confusão aconteceu porque diferentes organizações anunciaram que não acatariam a decisão. A Igreja Maronita do Líbano, a maior entre as cristãs do país, decidiu aderir ao horário de verão, alegando que não houve consultas por parte do governo. Outras organizações cristãs, partidos e colégios tomaram o mesmo caminho.

Por outro lado, instituições e partidos muçulmanos pareciam decididos a não mexer em seus relógios, em um cenário que mostra as profundas divisões do país do Oriente Médio, abalado por uma guerra civil de 1975 a 1990.

Dois dos principais canais de notícias do Líbano, a LBCI e a MTV, estão entre as empresas que decidiram boicotar a decisão e entrar no horário de verão. "O Líbano não é uma ilha", disse a emissora LBCI em comunicado.

Há ainda quem tenha optado por uma espécie de meio-termo. A Middle East Airlines, companhia aérea do Líbano, afirmou que seus relógios seguiriam a decisão do premiê, mas que seus voos seriam ajustados para se adequar aos padrões internacionais, que entraram no horário de verão. As estatais de telecomunicações sugeriram aos clientes acertar a hora em seus dispositivos caso os relógios tivessem sido adiantados automaticamente.

O primeiro-ministro Mikati, um muçulmano sunita, anunciou a decisão após se reunir com o presidente do Parlamento libanês, o muçulmano xiita Nabih Berri, que insistiu na mudança, de acordo com um vídeo da reunião publicado pela emissora local Al-Jadeed.

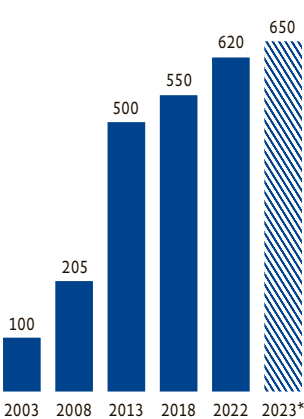
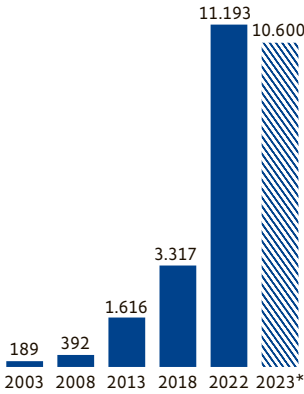
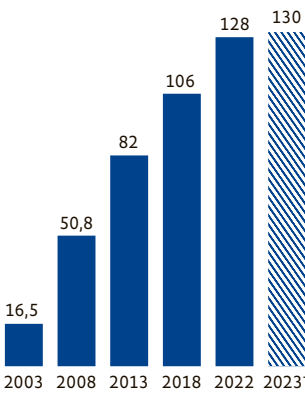
Durante a reunião, o primeiro-ministro respondeu que o pedido não era viável porque causaria diversos problemas, inclusive na programação dos voos. Mais tarde, porém, anunciou a decisão de adiar o início do horário de verão no país. Seu gabinete afirmou no sábado (25) que a decisão foi um "procedimento puramente administrativo".

Em contrapartida, o ministro interino da Justiça, o cristão Henry Khoury, pediu em um comunicado também no sábado que a mudança fosse revertida, na primeira objeção do primeiro escalão do governo. Ele afirmou que a decisão "violou o princípio da legitimidade" e causou divisões na sociedade libanesa em um momento no qual as crises se acumulam.

Houve desvalorização de 95% da moeda do país em relação ao dólar, e a dívida libanesa supera 150% do seu PIB (Produto Interno Bruto). Parte expressiva da população tem sido levada para baixo da linha da pobreza.

A confusão dos fusos horários afeta, evidentemente, o cotidiano dos libaneses. No sábado, um jornalista da agência de notícias Reuters ouviu um cliente de um café perguntar se o estabelecimento seguiria o relógio cristão ou o muçulmano a partir do dia seguinte.

No Twitter, usuários compartilhavam uma composição antiga do famoso músico libanês Ziad Rahbani. "A cada ano, você adianta o relógio uma hora e nos atrasa 10 anos", afirma o cantor, dirigindo-se aos políticos do país. "Você deve prestar atenção aos anos também, não apenas à hora."

Tecnoshow chega à 20ª edição com recordes

* Expectativa da organização do evento

Fonte: Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano)

Agronegócio critica taxas de juros, reforma tributária e invasões de terra

Nome de Lula é ignorado na abertura da Tecnoshow Comigo, um dos principais eventos do setor

AGROFOLHA

Marcelo Toledo

RIO VERDE (GO) As atuais taxas de juros do Brasil, a reforma tributária, a falta de um Plano Safra e as recentes invasões de terra foram criticadas por lideranças do agronegócio nesta segunda-feira (27) na abertura da Tecnoshow Comigo, uma das principais feiras do setor, em Rio Verde (GO).

Enquanto sobraram críticas ao governo federal, não houve nenhuma menção ao nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pelas 15 autoridades que discursaram no evento. Já o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi saudado pelo senador Wilder Morais (PL), e aplaudido por parte dos presentes.

A abertura da Tecnoshow, em sua 20ª edição, tampouco teve falas de representantes do governo federal.

"O Brasil ainda não criou uma estratégia econômica para o país, não saiu ainda o Plano Safra, pode inibir os investimentos, também os juros muito altos, tudo isso são fatores que inibem os investimentos e os avanços em novas tecnologias", disse Antônio Chavaglia, presidente do conselho de administração da Comigo (Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), uma das maiores do país, e organizadora da feira.

Joel Ragagnin, presidente da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja, Milho e Outros Grãos Agrícolas) de Goiás, afirmou que o setor tem encontrado mais dificuldades do que oportunidades.

"Tivemos dois ou três anos bons, que nos fizeram evoluir, nos fizeram ter oportunidade de investir no campo, e esse é o reflexo que estamos colhendo. Infelizmente não é dessa forma que eu vejo hoje."

Vice-presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), José Mário Schreiner (MDB), ex-deputado federal por Goiás, afirmou que a reforma tributária poderá prejudicar de forma significativa o agro por impor o que ele classifica como dupla tributação.

"Ao vendermos nossos produtos, teremos incidência de impostos diretos de 27%, 28%, fora depois a declaração do Imposto de Renda. É um assunto extremamente importante, talvez o mais importante que nós temos hoje de debater."

Sobre o Plano Safra, Schreiner disse que o governo ainda não fez nenhuma sinalização e que a CNA já percorreu o país coletando informações sobre prioridades, que serão levadas ao governo federal.

A ausência do plano até agora, porém, não é incomum. No ano passado, sob Bolsonaro, a mesma crítica foi feita pelo setor no fim de abril, no início da Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), em Ribeirão Preto.

Presidente do sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) em Goiás, Luís Alberto Pereira disse que é preciso ampliar o crédito, com "juros civilizados", além de gastar melhor os recursos públicos.

"O gasto público ineficiente e populista é a saúva [problema] da América Latina. O Brasil tem ao lado a decadência da Argentina, destino que nos espera caso não haja um controle estratégico das contas públicas", completou.

"Não tem cem dias de desgoverno, já temos 13 invasões de terra, inclusive aqui no estado de Goiás, coisa que não acontecia nem no primeiro mandato seu e do mandato do nosso presidente Jair Bolsonaro. Então é por isso que precisamos nos unir, é hora de unir as forças", afirmou o senador Wilder Morais, dirigindo-se ao governador do estado, Ronaldo Caiado (União Brasil).

Caiado, por sua vez, afirmou que o número de invasões é maior que o dito pelo senador, com 16 registros no estado em 35 dias.

O governador disse ainda que agirá para evitar invasões de terra e que a Constituição protege terras produtivas de desapropriação. "É norma legal e ainda hoje se discute direito de propriedade, que já é uma norma constitucional. Algo impressionante, o quanto ainda temos de defender aquilo que é patrimônio, reconhecido pela Constituição."

Um dos históricos líderes da bancada ruralista no Congresso, Caiado foi vaiado três vezes ao participar da feira agrícola.

Duas quando teve o nome apontado em discursos por Marchesan e pelo vice-governador, Daniel Vilela (MDB), como possível presidenciável em 2026. A terceira quando foi anunciado para discursar.

O embate entre o governador e o agro ocorre desde o ano passado, quando sancionou projeto que cria uma contribuição sobre produtos agrícolas que ficou conhecida como "taxa do agro".

Entidades como a Aprosoja reagiram e se colocaram contra a cobrança, alegando que elevar tributos atingiria toda a população e a economia do estado.

Caiado afirmou que pode ser criticado, mas tem de pensar na responsabilidade de governar 7 milhões de habitantes. "Já fui por muitas vezes aplaudido, por muitas vezes criticado, mas nunca fui criticado por corrupção."

Segundo ele, a contribuição aplicada aos produtores rurais foi implementada para compensar perdas de verbas provocadas por decisões do Congresso.

"É um pedido que faço, a compreensão de cada um de vocês. Não julguem apenas um gesto, me julguem pela minha história. (...) Estamos hoje pedindo ao setor agropecuário, não vai um centavo para o Tesouro do estado de Goiás. Toda a arrecadação, 100% dela, é repassada à Secretaria da Infraestrutura", disse.

A **Folha** questionou o Ministério da Agricultura sobre a ausência de representantes do governo na abertura da feira e as críticas feitas pelo agro, mas não obteve resposta até a publicação da reportagem.

Apesar das críticas, a organização da feira aposta em resultados positivos. A previsão é que o país colha 13,8% mais grãos neste ano do que no ciclo anterior. O fim do embargo chinês à carne bovina brasileira também é apontado como um catalisador para o crescimento da pecuária neste ano.

A Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) projeta safra de 309,9 milhões de toneladas de grãos no ciclo 2022/23, apesar de problemas como o clima adverso no Rio Grande do Sul, o que significa 37,5 milhões de toneladas a mais que no período anterior.

Os destaques são a soja, com projeção de aumento de 20,6% (25,9 milhões de toneladas a mais), e o milho, com 10,2% (11,5 milhões de toneladas).

Em sua retomada após um hiato provocado pela pandemia de Covid-19, a Tecnoshow movimentou R$ 10,6 bilhões no ano passado (R$ 11,19 bilhões, corrigidos pela inflação) e tem a perspectiva de ao menos repetir o desempenho neste ano.

A feira acontece até sexta (31), com máquinas e equipamentos agropecuários, animais, palestras técnicas e econômicas, ações socioambientais e dinâmicas de pecuária. A expectativa é que 130 mil pessoas visitem a Tecnoshow, que tem 650 expositores.

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon

mauro.zafalon@uol.com.br

Pressionados por arroz, feijão e ovos, preços dos alimentos voltam a subir

Os preços internacionais dos alimentos estão nos menores patamares em 17 meses, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). As commodities brasileiras com bom trânsito no mercado externo mantêm essa mesma tendência, acompanhando os preços externos.

Mesmo assim, o custo dos alimentos básicos não dá trégua ao bolso dos consumidores no mercado interno. Voltaram a subir no acumulado dos últimos 30 dias, conforme pesquisa divulgada pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Na terceira quadrissemana de março, que aponta a variação dos preços dos últimos 30 dias terminados no dia 23, em relação aos 30 imediatamente anteriores, os alimentos subiram 0,51%. É a quinta alta semanal seguida.

Mesmo com essa sequência de alta, os alimentos poderão terminar os últimos 12 meses com patamar acumulado inferior a 10%. Isso não ocorria desde janeiro do ano passado. A Fipe divulgará os dados referentes a março no início de abril.

Após ter atingido um patamar muito elevado, os alimentos pararam de subir, mas ainda estão distantes dos valores normais de há quatro anos.

Participação dos alimentos na inflação

Fonte: Fipe

Atualmente, o aumento tem sido provocado basicamente por alimentos cuja produção fica no mercado interno, como arroz, feijão, verduras, frutas e legumes.

A pressão dos alimentos poderá voltar com maior intensidade nas próximas semanas, principalmente por causa das proteínas. Com a reabertura do mercado da China para a carne bovina (anunciada na semana após uma suspensão automática das exportações em razão do registro de caso de vaca louca no Brasil, que acabou se confirmando atípico) e devido a novos problemas sanitários no setor de carne suína no país asiático, o apetite chinês deverá dar novos preços ao mercado interno brasileiro.

Responsável pelo consumo de 21% da produção de carne bovina brasileira e por 62% do que o Brasil exporta, a China deverá dar maior sustentação aos preços do boi gordo no campo. Nos últimos 30 dias, com presença menor dos chineses no mercado interno, a carne bovina cai 1,94%.

A carne suína, que já vinha acumulando alta, deverá ter uma abertura maior no mercado chinês, caso a peste suína africana se intensifique, como vêm alertando as autoridades do país.

Grandes consumidores dessa proteína, os chineses ficaram mais dependentes do mercado externo a partir de 2018, quando a peste suína africana se alastrou pelas granjas de suínos.

O óleo de soja, após subir 164% de 2019 a 2022, voltou a ter redução no preço. A demanda interna por esse produto, no entanto, deverá crescer a partir do próximo mês, quando a mistura de biodiesel ao óleo diesel vai subir de 10% para 12%. Pelo menos 70% do biodiesel tem como matéria-prima a soja.

Isso ocorre, no entanto, em um momento em que o Brasil tem uma safra recorde de 155 milhões de toneladas, e os preços externos e internos da soja recuam.

Café e açúcar, dois produtos que dispararam de preços nos últimos anos, começam a fazer o caminho de volta, embora ainda estejam com valores bastante elevados.

O leite, após a retomada das altas no fim do ano passado, começa a cair. Com pastagens renovadas, devido às chuvas, e custos menores para a alimentação do gado, a oferta deverá ser maior, e a alta, perder força.

Os produtos "in natura", que também foram afetados pelo excesso de chuvas, devem reverter a tendência de alta nas próximas semanas com a melhora do clima e o retorno do plantio e da produção.

Um dos principais problemas para o consumidor, principalmente para o de menor renda, continua sendo a aquisição de produtos básicos, devido aos preços elevados.

O ovo acumula alta de 10,2% na quadrissemana.

O arroz, apesar do período de colheita, mantém os preços em alta. Nos últimos 30 dias, o cereal ficou 0,7% mais caro nos supermercados de São Paulo, segundo a Fipe. Nos quatro meses anteriores já tinha subido 67%.

O feijão, após alta de 110% de 2019 a 2022, acumula 5,4% neste ano. As principais variantes do aumento de preços do arroz e do feijão não vêm do mercado externo, mas de uma recomposição de área interna de produção. Eles perderam espaço para outras culturas.

O cenário internacional para os produtores está mais desafiador neste ano, devido à desaceleração dos preços, mas pode se apresentar melhor para os consumidores. Os estoques mundiais ainda estão em queda, à exceção dos da soja, mas a produção deste ano supera a do período anterior.

Brasil e Estados Unidos, dois dos principais fornecedores de alimentos ao mundo, elevaram as áreas de produção e esperam safras maiores. A safra brasileira, se o clima ajudar, poderá atingir 310 milhões de toneladas, e os EUA terão aumento de 9% nas produções de soja, trigo e milho.

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Distração

A perspectiva de retorno do ex-presidente Jair Bolsonaro ao Brasil nesta semana levanta entre os empresários um receio de que o governo Lula vire o foco para o bate-boca político e perca concentração nos temas prioritários da agenda econômica. A avaliação é que o comportamento de Lula no embate com o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) na semana passada foi uma amostra de que o governo ainda pode estar muito preocupado com a pauta da polarização.

LENTE "A preocupação é que nós não conhecemos ainda o plano e a estratégia do governo. Por mais que tenha coisas colocadas na mesa, não podemos perder o foco na reforma tributária, no arcabouço fiscal e na redução do custo de capital", diz Ricardo Roriz, presidente da Abiplast (que reúne a indústria de plásticos).

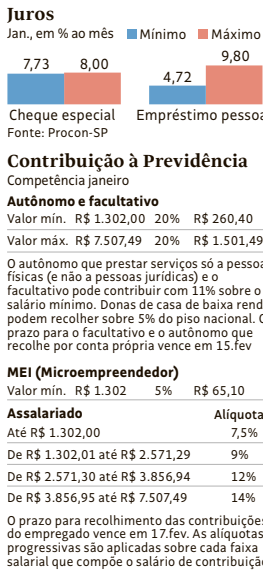
DESTINO Para o economista Roberto Teixeira da Costa, ex-presidente da CVM e fundador do Cebri (Centro Brasileiro de Relações Internacionais), é importante que Bolsonaro retorne e que responda por atos cometidos em seu governo, mas Lula deveria deixar esses assuntos para serem tratados na Justiça. "Eu não vejo o presidente americano Joe Biden falar do ex-presidente Donald Trump", diz.

APETITE Segundo o economista, o Brasil tem um cardápio de coisas a serem feitas. "Há grandes frentes abertas que estavam na base do discurso presidencial, como a questão da desigualdade", diz Costa.

CONCENTRAÇÃO Marco Polo de Mello Lopes, presidente da Coalizão Brasil, que reúne os representantes de 14 setores industriais, afirma que o foco deve continuar na reforma tributária e no debate do juro.

DATA O TCE-SP freou nesta segunda (27) o início da privatização da Emae (Empresa Metropolitana de Águas e Energia), anunciada por Tarcísio de Freitas na virada do mês. A abertura dos envelopes para contratação de técnicos que farão os estudos estava marcada para terça (28).

MARTELO No despacho, o conselheiro Renato Martins Costa diz que o governo não poderia abrir licitação para a contratação de serviços técnicos especializados. O entendimento é o de que os deveres contratuais definidos excedem os critérios estabelecidos na lei.

VITRINE Após um começo de ano fraco, com crescimento abaixo de 1%, o IDV (que representa redes como Marisa e Americanas) ainda estima um aumento real de 4% nas vendas do setor em março, ante o mesmo mês do ano passado. A expectativa é que o patamar seja mantido em abril.

INJEÇÃO A família Pinheiro, controladora da Hapvida, decidiu colocar R$ 1,6 bilhão na companhia para tentar reforçar a liquidez da empresa e atravessar a turbulência que vem enfrentando. Por R$ 1,25 bilhão, a família comprará dez hospitais. Vai ser uma capitalização para a empresa e os imóveis serão realugados.

MACA A Hapvida diz ter recebido seis propostas de fundos, e a família foi quem avaliou melhor os imóveis, além de aceitar o menor aluguel. O grupo tem 87 hospitais, dos quais 22 já pertencem aos Pinheiro, que passarão a ter 32. Haverá ainda um follow on em que serão emitidos 385 milhões de ações, e a família também se compromete a entrar com R$ 360 milhões.

RÓTULO O varejo alimentar deve encarar nos próximos meses uma repetição da tendência de redução no número de itens no carrinho dos consumidores e o encolhimento do tamanho das embalagens, que ganhou força em 2022.

PRATELEIRA Conhecida como reduflação, a prática de diminuir os pacotes é típica dos períodos inflacionários e serve para adaptar o produto ao cliente com poder de compra corroído. É comum em categorias como sabão em pó, biscoitos e achocolatados, mas, segundo Robson Munhoz, diretor da empresa de software de abastecimento Neogrid, a tendência já alcança produtos como café e papel higiênico.

TERMINAL O deputado Beto Preto (PSD-PR) protocolou nesta segunda um projeto que pode ressuscitar a queda de braço sobre a cobrança da bagagem despachada nos voos. O parlamentar defende que quer retomar a gratuidade. No setor aéreo, porém, a avaliação é que não existe bagagem grátis, ou seja, mesmo quando não há custo adicional, o passageiro paga o despacho no preço do bilhete.

PILOTO Segundo o texto, terão cobertura as malas de até 23kg em voos nacionais e até 32kg nos internacionais. Para Preto, a cobrança nos despachos que seguem os limites de peso e volume é abusiva e a Anac extrapola seu poder ao permitir a cobrança.

com Paulo Ricardo Martins e Diego Felix

INDICADORES

Juros

Jan., em % ao mês ■ Mínimo ■ Máximo

	Mínimo	Máximo
Cheque especial	7,73	8,00
Empréstimo pessoal	4,72	9,80

Fonte: Procon-SP

Contribuição à Previdência

Competência janeiro

Autônomo e facultativo

Valor mín.	R$ 1.302,00	20%	R$ 260,40
Valor máx.	R$ 7.507,49	20%	R$ 1.501,49

O autônomo que prestar serviços só a pessoas físicas (e não a pessoas jurídicas) e o facultativo pode contribuir com 11% sobre o salário mínimo. Donas de casa de baixa renda podem recolher sobre 5% do piso nacional. O prazo para o facultativo e o autônomo que recolhe por conta própria vence em 15.fev

MEI (Microempreendedor)

Valor mín.	R$ 1.302	5%	R$ 65,10

Assalariado	Alíquota
Até R$ 1.302,00	7,5%
De R$ 1.302,01 até R$ 2.571,29	9%
De R$ 2.571,30 até R$ 3.856,94	12%
De R$ 3.856,95 até R$ 7.507,49	14%

O prazo para recolhimento das contribuições do empregado vence em 17.fev. As alíquotas progressivas são aplicadas sobre cada faixa salarial que compõe o salário de contribuição

Imposto de Renda

Em R$	Alíquota, em %	Deduzir, em R$
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Empregados domésticos

Considerando o piso na capital e Grande SP

R$ 1.433,73	Valor, em R$
Empregado	109,50
Empregador	286,71

O prazo para o empregador do trabalhador doméstico vence em 7.fev. A guia de pagamento do empregador inclui a contribuição de 8% ao INSS, 8% do FGTS, 3,2% de multa rescisória do FGTS e 0,8% de seguro contra acidente de trabalho. A contribuição ao INSS do doméstico deve ser descontada do salário. Sobre o piso da Grande SP, as alíquotas do empregado são de 7,5% e 9%. Para salário maior, de 7,5% a 14%, aplicadas sobre cada faixa do salário, até o teto do INSS

'Quaresma das galinhas', explicação de feirante para ovo caro, vale para caipiras

Efeito hormonal da redução da luminosidade no outono diminui produção, mas apenas nos animais que vivem soltos, sem luz artificial

AGROFOLHA

Thiago Bethônico

SÃO PAULO O ovo está mais caro no Brasil. A alta de preço tem várias razões, mas uma peculiar costuma circular nas feiras: a de que galinhas botam menos ovos durante a Quaresma.

A afirmação tem algum fundamento, o que não significa que os animais tenham entrado numa espécie de recesso religioso. A explicação, na verdade, é bem terrena.

O processo biológico que leva as galinhas a produzir ovos é desencadeado pela luminosidade. Como os dias ficam mais curtos entre dezembro e junho, o estímulo necessário para a regulação hormonal diminui nessa época do ano, provocando uma queda ou até interrupção na produção de ovos.

Daniela Duarte de Oliveira, médica-veterinária e conselheira do Instituto Ovos Brasil, explica que as galinhas começam esse processo de menor produção no período que coincide com a Quaresma —mas destaca que a relação entre os dois fenômenos não passa de um mito.

Março e abril marcam a transição do verão para o outono, quando o sol começa a nascer mais tarde e se pôr mais cedo. A redução do estímulo luminoso passaria a ter algum efeito já nesta época, com o ápice ocorrendo perto de junho —mês que registra o dia mais curto do ano.

Segundo Oliveira, a menor produção de ovos é mais perceptível nas galinhas caipiras, criadas soltas. Isso porque, no regime industrial, os animais recebem luz artificial para simular dias constantes, evitando que a produção de ovos seja prejudicada.

"Com a galinha caipira, não. Toda a parte de regulação hormonal para a produção de ovos é desencadeada por um período específico de luz. Como os dias estão ficando mais curtos, o estímulo vai diminuindo, e as galinhas param de botar. Quando chega agosto, em que os dias começam a aumentar, elas voltam a ter o estímulo novamente", explica.

Algumas aves chegam efetivamente a parar de botar ovos, diz Oliveira, mas isso varia de animal para animal, bem como da região do país. "No Nordeste, os dias são constantes e de muita luminosidade. Então lá as galinhas são menos afetadas do que em Minas Gerais e São Paulo, por exemplo."

Granja de frango caipira em Uberaba (MG) Celio Messias - 11.jun.18/Folhapress

> **Toda a parte de regulação hormonal para a produção de ovos é desencadeada por um período específico de luz. Como os dias estão ficando mais curtos, o estímulo vai diminuindo, e as galinhas param de botar. Quando chega agosto, em que os dias começam a aumentar, elas voltam a ter o estímulo novamente**
>
> **Daniela Duarte de Oliveira** médica-veterinária e conselheira do Instituto Ovos Brasil

Valdir Avila, pesquisador de aves da Embrapa, lembra que a grande produção de ovos no Brasil é feita em sistemas intensivos. Nesse modelo, o produtor garante uma média diária de 16 horas de luz. Se em determinada época o dia dura 11 horas, por exemplo, ele acrescenta mais 5 horas de luminosidade artificial para manter a produção constante.

Em razão desses ajustes, o efeito sazonal é praticamente zero para a maior parte da produção de ovos brasileira.

O oposto ocorre com as galinhas criadas soltas, principalmente naquelas regiões onde a diferenciação de duração do dia é mais marcante.

Avila lembra que entramos na época decrescente de luminosidade no fim do ano passado, quando foi registrado o dia mais longo do ano, em 21 de dezembro.

A Quaresma coincide com a metade desse período —que dura até junho—, o que pode explicar a associação que algumas pessoas fazem entre a tradição religiosa e a menor oferta de ovos.

Fatores conjunturais também podem ajudar a entender a origem dessa relação. José Fernando Menten, professor titular de avicultura da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), ressalta que muitas pessoas diminuem ou deixam de comer carne durante a Quaresma, substituindo a proteína por ovo.

"As pessoas tendem a comprar mais ovos e notam mais facilmente a subida de preço, justamente na época em que elas querem consumir mais."

Segundo Juliana Ferraz, analista de mercado de ovos do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), o produto costuma ficar mais caro na Quaresma, época em que tradicionalmente o consumo aumenta.

No entanto, ela diz que a diminuição da oferta é o que está pesando mais para a alta dos preços neste ano.

"Parte disso pode estar atrelada à questão biológica das aves", afirma. "Mas o principal é que o produtor tem alojado menos aves. O custo de produção cresceu muito nos últimos anos, principalmente em relação à nutrição, que é [feita à base de] milho e farelo de soja."

Em Bastos (SP), principal região produtora do estado de São Paulo, o preço do ovo branco tipo extra teve aumento de 20,6%, passando de R$ 145,90 a caixa com 30 dúzias em março de 2022 para R$ 175,97 no mesmo período deste ano.

Para os ovos vermelhos, houve alta de 22%, com o produto passando de R$ 165,69 a caixa para R$ 201,94.

Em grandes centros consumidores, como a Grande São Paulo, a caixa com 30 dúzias do ovo branco era negociada na faixa de R$ 151,85 em março de 2022. Neste ano, o produto passou a ser vendido por R$ 185,60, na média.

Remédios devem ter reajuste de 5,6% a partir de abril, estima indústria farmacêutica

Fernando Narazaki

SÃO PAULO Os remédios devem subir 5,6% a partir de abril, segundo estimativa do Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos). O reajuste é feito uma vez por ano e será definido pela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) na sexta-feira (31).

O aumento entra em vigor após a publicação no Diário Oficial da União (DOU), o que deve ocorrer em 3 de abril. Porém, ele não será necessariamente imediato, pois depende de cada farmácia e indústria farmacêutica.

"Normalmente a farmacêutica demora dez dias. Já as farmácias dependem do estoque e da estratégia comercial que elas têm. Aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer", destaca o presidente-executivo do Sindusfarma, Nelson Mussolini, que recomenda o consumidor a pesquisar os preços.

> **Normalmente a farmacêutica demora dez dias. Já as farmácias dependem do estoque e da estratégia comercial que elas têm. Aumentos de preço podem demorar meses ou nem acontecer**
>
> **Nelson Mussolini** Sindusfarma

No ano passado, o aumento autorizado foi de 10,89%, o segundo maior desde 2012. O reajuste é estabelecido basicamente pelo IPCA, que foi de 5,6% entre março de 2022 e fevereiro de 2023. Além do índice, a CMED leva em consideração fatores como concorrência, produtividade e aumento de produtos que não entram no cálculo do IPCA.

Em sete estados, esta será a segunda vez que os medicamentos sobem neste ano. Em março, houve reajuste na Bahia, Piauí, Paraná, Pará, Sergipe, Amazonas e Roraima em razão da elevação do ICMS.

De acordo com o Sindusfarma, a expectativa é que o reajuste não tenha níveis diferentes. "Como o fator de produtividade foi zero, o aumento deve ser linear neste ano. Porém não quer dizer que todo medicamento subirá 5,6%. Se há um remédio com muita concorrência de genéricos, a indústria costuma subir o mínimo possível", diz Mussolini.

Até 2021, havia três níveis de aumento dependendo do número de concorrentes: quanto mais opções, maior era o limite. Na prática, a medida deve prejudicar o consumidor, uma vez que os diferentes níveis eram uma forma de segurar a alta de preços de certos tipos de remédio.

KALUNGA S.A.

CNPJ 43.283.811/0001-50 • NIRE 35.300.558.120

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RELATIVAS A 31/12/2022

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma de legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
- https://publicidadelegal.folha.uol.com.br/empresa/kalunga-sa
- https://ri.kalunga.com.br/dinamico/central-de-resultados.html
- https://sistemas.cvm.gov.br/

O referido relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras foi emitido em 23 de março de 2023, sem modificações.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Notas	2022	2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	17.338	16.201
Contas a receber	7	122.472	78.294
Aplicações financeiras	6	5.310	3.487
Estoques	8	499.170	488.014
Impostos a recuperar	9	432.923	480.219
Outros ativos		7.376	5.620
Total do ativo circulante		**1.084.589**	**1.071.835**
Ativo não circulante			
Outros ativos		671	-
Partes relacionadas	10	649.891	508.826
Depósitos judiciais	11	27.503	20.519
Impostos a recuperar	9	30.646	117.177
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	6.526	-
Imobilizado	13	94.888	114.029
Intangível		1.944	2.467
Direito de uso	12	455.308	488.941
Total do ativo não circulante		**1.267.377**	**1.251.959**
Total do ativo		**2.351.966**	**2.323.794**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	14	867.858	793.833
Empréstimos e financiamentos	15	163.674	229.896
Empréstimos com partes relacionadas	10	100.817	103.003
Obrigações trabalhistas		32.171	30.420
Obrigações fiscais	16	37.652	28.515
Imposto de renda e contribuição social a pagar		3.761	-
Passivo de arrendamento	12	98.780	82.264
Dividendos a pagar	19.e	22.611	11.957
Receita diferida	17	5.545	2.039
Vendas para entregas futuras		478	-
Receita diferida de contrato de parceria		23.503	-
Outros passivos		38.881	26.903
Total do passivo circulante		**1.395.731**	**1.308.830**
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	339.769	458.476
Empréstimos com partes relacionadas	10	4.914	4.073
Receita diferida de contrato de parceria		33.292	-
Passivo de arrendamento	12	424.587	462.722
Provisão para desmantelamento		6.519	6.092
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	8.005	8.634
Obrigações fiscais	16	5.653	8.567
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	-	17.453
Total do passivo não circulante		**822.739**	**966.017**
Total do passivo		**2.218.470**	**2.274.847**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.a	56.127	8.300
Reserva de capital		6	6
Reserva Legal	19.c	6.420	1.660
Reserva para Investimento	19.d	70.943	38.981
Total do patrimônio líquido		**133.496**	**48.947**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.351.966**	**2.323.794**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	21	2.369.431	2.054.498
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados		(1.446.270)	(1.314.553)
Lucro bruto		**923.161**	**739.945**
(Despesas) receitas operacionais			
Com vendas	22	(590.509)	(517.148)
Gerais e administrativas	23	(76.710)	(67.408)
Outras receitas, líquidas	24	638	20.166
		(666.581)	**(564.390)**
Lucro operacional		**256.580**	**175.555**
Despesas financeiras	25	(264.100)	(171.730)
Receitas financeiras	25	144.096	67.248
Resultado financeiro	25	**(120.004)**	**(104.482)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**136.576**	**71.073**
Corrente	26	(65.352)	(22.442)
Diferido	26	23.979	856
Imposto de renda e contribuição social	26	**(41.373)**	**(21.586)**
Lucro líquido do exercício		**95.203**	**49.487**
Quantidade de ações do capital social	27	622.139.776	500.000.000
Lucro por ação - básico e diluído (expresso em Reais)	27	0,1530	0,0990

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	95.203	49.487
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	**95.203**	**49.487**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de Lucros: Reserva Legal	Reserva de Lucros: Reserva para Investimento	Reserva de Lucros: Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2020		**8.300**	**6**	**-**	**3.111**	**143.000**	**-**	**154.417**
Pagamento de dividendos		-	-	-	-	(143.000)	-	(143.000)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	49.487	49.487
Constituição de reservas	19.d	-	-	1.660	35.870	-	(37.530)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	-	(11.957)	(11.957)
Em 31 de dezembro de 2021		**8.300**	**6**	**1.660**	**38.981**	**-**	**-**	**48.947**
Aumento de capital com reserva	19.b	35.870	-	-	(35.870)	-	-	-
Aumento de capital com dividendos	19.b	11.957	-	-	-	-	-	11.957
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	95.203	95.203
Constituição de reservas	19.d	-	-	4.760	67.832	-	(72.592)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.e	-	-	-	-	-	(22.611)	(22.611)
Em 31 de dezembro de 2022		**56.127**	**6**	**6.420**	**70.943**	**-**	**-**	**133.496**

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras - 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Breve contexto operacional. A Kalunga S.A. ("Kalunga" ou "Companhia") possui sede na cidade de São Paulo, tem por atividade preponderante o comércio de papéis em geral, papelaria, artigos escolares, materiais de escritório em geral, microcomputadores, softwares, equipamentos e materiais de informática em geral, entre outros, que operam sob a denominação comercial da Kalunga. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía três centros de distribuição localizados no Estado de São Paulo, e 221 lojas distribuídas nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Distrito Federal, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pará, Piauí, Sergipe (222 lojas em 31 de dezembro de 2021). Em 8 de março de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta na categoria "A" na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). **2. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"). As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. Em consonância com a Deliberação CVM N 557, de 12 de novembro de 2008, a Companhia na condição de companhia aberta apresenta as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, segundo o CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Devido a arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. A emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. **3. Políticas contábeis. 3.3 Estoques.** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição ajustado a valor presente e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidas as despesas de venda, bem como determinados tributos sobre as vendas, e acordos comerciais recebidas de fornecedores. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, quebras, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem negativa, quando aplicável, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação. **3.9 Arrendamentos.** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária.** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor conforme definido pelo CPC 06 R2 / IFRS 16. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso.** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, a estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, no mínimo, pelo prazo do arrendamento. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento.** No início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos, a serem realizados durante a vigência do arrendamento, brutos de PIS e COFINS e renovação, quando esta seja permitida pelo contrato e seja intenção da Companhia. Tais pagamentos incluem valores fixos, menos quaisquer incentivos a receber, valores variáveis que dependem de um índice ou taxa, e/ou valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Quando aplicável, os pagamentos incluem o preço de exercício de opção de compra, ou o pagamento de multa pela rescisão contratual, de acordo com a opção exercida pela Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no exercício em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a taxa de empréstimo incremental nominal, na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma mudança no prazo do arrendamento e/ou alteração nos pagamentos (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente, quando aplicável. **Provisão para desmantelamento de lojas.** Para os contratos de aluguéis de lojas, a Companhia efetua uma estimativa dos custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do contrato de arrendamento. A provisão para desmantelamento é demonstrada em conta separado do passivo não circulante, tendo como contrapartida o ativo por direito de uso. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamento em que atua como arrendadora. **3.12 Fornecedores.** Correspondem às obrigações a pagar por mercadorias e serviços, que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Estão apresentadas descontadas a valor presente. **3.14 Empréstimos e financiamentos.** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente registrados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método de taxa efetiva de juros. **3.18 Reconhecimento de receitas e custos.** A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo impostos, encargos sobre vendas, descontos e abatimentos. Para ser reconhecida, a transação deve atender aos critérios descritos a seguir: **a) Venda de produtos.** A receita de venda de produtos à vista e a prazo é reconhecida quando a Companhia cumpre sua obrigação de desempenho, o que ocorre quando o controle da mercadoria é transferido ao cliente comprador. **b) Prestação de serviços.** Pela atuação da Companhia nas vendas de apólices de seguro de garantia estendida, seguro contra roubo, furto e quebra acidental e serviços gráficos (Copy & Print) as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluírão para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados. **c) Direito de devolução.** As operações de venda seguidas de eventuais devoluções ocorrem substancialmente nas operações de e-commerce. Outras devoluções que ocorrem fisicamente nas lojas são normalmente em troca por outros produtos e/ou similares de mesmo valor. Os créditos de devolução não utilizados são realizados como receitas após 12 meses quando, conforme política da Companhia, expira a validade para troca destes créditos. **d) Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados.** Os custos das mercadorias vendidas e os custos dos serviços prestados são reconhecidos pelo regime de competência respeitando o reconhecimento de sua respectiva receita. Os gastos com frete incorridos para transporte de suas mercadorias dos centros de distribuição para as lojas da rede de atendimento ao público estão classificados como custo das mercadorias vendidas. O custo das mercadorias vendidas é apresentado líquido dos valores relativos a acordos comerciais recebidos de fornecedores. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir: **Recuperação de créditos tributários.** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições tributárias vigentes para a Companhia. **Ativo imobilizado e intangível.** O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão. Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária).** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos. **Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos.** A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Mudanças de práticas contábeis em relação ao exercício social anterior: Não houve alteração de políticas contábeis durante o exercício corrente.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		136.576	71.073
Ajuste para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa:			
Crédito extemporâneo de PIS e COFINS	9.2 e 24	-	(23.116)
Depreciação e amortização		129.117	117.401
Perda (ganho) na alienação ou baixa de ativo imobilizado e ativo por direito de uso		(517)	7.039
Provisão para perdas de crédito esperada de contas a receber	7	2.550	1.780
Reversão provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	(569)	(210)
Provisão para obsolescência dos estoques		1.770	969
Juros sobre empréstimos para partes relacionadas	25	(92.949)	(38.486)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	25 e 28.3	717	73
Juros de empréstimos e financiamentos	25 e 28.3	87.971	57.286
Juros de passivos de arrendamento	12	62.133	62.062
Descontos obtidos em arrendamentos	12	-	(11.726)
Ajuste a valor presente de contas a receber, estoques e fornecedores		(5.655)	(4.569)
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(2.218)	(347)
Outros		(7.853)	(7.581)
		311.073	**231.648**
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(46.699)	46.162
Estoques		(15.406)	(48.206)
Impostos a recuperar		83.166	34.839
Outros ativos		(2.427)	(2.802)
Depósitos judiciais		(4.766)	(10.112)
Adiantamentos a partes relacionadas		(9.982)	(29.897)
Fornecedores – terceiros		27.247	99.154
Fornecedores – risco sacado com terceiros		1.361	1.282
Fornecedores – risco sacado com partes relacionadas		53.523	(9.410)
Obrigações trabalhistas		1.751	3.983
Obrigações fiscais		5.336	(3.948)
Receita diferida		3.506	(72)
Pagamento de processos cíveis e trabalhistas		(60)	(936)
Vendas para entregas futuras		478	-
Receita diferida de contrato de parceria		56.795	-
Outros passivos		11.978	(1.579)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**476.874**	**310.106**
Atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos para partes relacionadas, líquido de recebimentos		(38.134)	(56.468)
Aplicações Financeiras		(1.823)	(3.487)
Aquisição de ativo imobilizado	13	(9.257)	(15.392)
Aquisição de ativos intangíveis		(622)	(414)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(49.836)**	**(75.761)**
Atividades de financiamentos			
Empréstimos captados de partes relacionadas, líquido de pagamentos	28	(2.062)	24.170
Pagamentos de passivo de arrendamento	28	(149.034)	(118.078)
Captação de empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de transação	28	26.470	54.875
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	28	(90.990)	(55.354)
Amortização de empréstimos e financiamentos	28	(210.285)	(196.427)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		**(425.901)**	**(290.814)**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		**1.137**	**(56.469)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.201	72.670
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		17.338	16.201

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receitas	**3.131.855**	**2.709.202**
Vendas de mercadorias e serviços	3.117.769	2.707.975
Outras receitas	16.636	3.007
Provisão/reversão de perdas de crédito esperada	(2.550)	(1.780)
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.123.056)**	**(1.901.426)**
Custos de mercadorias e serviços vendidos	(1.828.333)	(1.646.875)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(290.306)	(253.275)
Perda/recuperação de ativos	(4.417)	(1.276)
Valor adicionado bruto	**1.008.799**	**807.776**
Retenções	**(129.118)**	**(117.401)**
Depreciação e amortização	(129.118)	(117.401)
Valor adicionado líquido produzido	**879.681**	**690.375**
Valor adicionado recebido em transferência	**150.136**	**70.048**
Receitas financeiras	150.136	70.048
Valor adicionado total a distribuir	**1.029.817**	**760.423**
Distribuição do valor adicionado	**(1.029.817)**	**(760.423)**
Pessoal	**(225.508)**	**(204.725)**
Remuneração direta	(186.072)	(167.949)
Benefícios	(22.747)	(21.123)
F.G.T.S.	(16.689)	(15.653)
Impostos, taxas e contribuições	**(422.832)**	**(338.841)**
Federais	(135.100)	(77.213)
Estaduais	(271.808)	(246.988)
Municipais	(15.924)	(14.640)
Remuneração de capitais de terceiros	**(286.274)**	**(167.370)**
Aluguéis	(176)	12.962
Despesas financeiras	(257.306)	(170.240)
Outros	(28.792)	(10.092)
Remuneração de capitais próprios	**(95.203)**	**(49.487)**
Lucros retidos	(72.592)	(37.530)
Dividendos distribuídos	(22.611)	(11.957)

As notas explicativas são parte integrante das demostrações financeiras

Venda da Eletrobras está consolidada, afirma ministro

Na semana passada, Lula chamara privatização de 'crime de lesa-pátria'

Douglas Gavras

SÃO PAULO O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse em evento em São Paulo nesta segunda (27) que considera a privatização da Eletrobras um fato consumado e que uma eventual judicialização depende do governo.

Ele afirmou achar o processo de privatização injusto com o Brasil, mas que cabe ao governo cobrar para que a empresa funcione adequadamente.

"Como ministro, preciso trabalhar com a empresa na situação jurídica em que ela se encontra", afirmou.

Na semana passada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou a privatização da Eletrobras e afirmou esperar que um dia o governo volte a ser proprietário da companhia. O petista disse ainda que a passagem do controle para a iniciativa privada foi um "crime de lesa-pátria".

"O que foi feito na Eletrobras foi um crime de lesa-pátria. Privatizar uma empresa daquele porte. Você utilizou o dinheiro para quê?", questionou o presidente.

Em fevereiro, o mandatário já havia afirmado que a AGU (Advocacia-Geral da União) iria questionar o contrato de privatização da Eletrobras.

Nesta segunda, Silveira também reforçou a importância do setor de mineração. Ele disse que, apesar dos retrocessos nos últimos anos, a atividade não pode ser confundida com a de garimpo ilegal.

Alexandre Silveira (Minas e Energia) Pedro Ladeira - 18.fev.23/Folhapress

O ministro ressaltou ainda os investimentos no segmento de gás natural e descartou mudanças abruptas no setor elétrico, como as feitas no passado.

O melhor aproveitamento do gás é uma das medidas para garantir a segurança alimentar, disse. "Não é possível ser dependente de 85% dos fertilizantes nitrogenados, por não ser competitivo em gás natural."

"O perfil do governo que ganhou a eleição tem um norte, que não é divergente dos investimentos privados, mas temos de dar respostas para a população. Sabemos como encontramos o país e temos de dar uma resposta aos brasileiros. Não se resolve nada nesses três setores nada na caneta, qualquer mudança tem de ser estrutural", acrescentou.

O ministro de Minas e Energia afirmou ainda que a pasta deve enviar ao Congresso nos próximos dias um projeto de lei chamado Combustível do Futuro. Segundo ele, o objetivo é integrar toda a cadeia de descarbonização do país.

O programa Combustível do Futuro foi instituído em 2021 pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que chegou a criar um comitê técnico para discutir o tema.

O ministro não citou quais combustíveis poderiam ser incluídos no projeto. No momento, o país busca desenvolver o hidrogênio verde, que pode ser produzido a partir da energia de eólicas instaladas em alto-mar —o que ainda depende de regulamentação.

Presente no mesmo evento, o ministro dos Transportes, Renan Filho, disse que as novas regras que irão substituir o teto de gastos precisam garantir investimento com sustentabilidade fiscal.

"O teto de gastos se transformou em um teto de investimento. O país precisava de uma âncora mais forte, mas se transformou ao longo dos últimos anos no país relevante que menos investiu no mundo."

Renan Filho também afirmou que a pasta trabalha na formulação do "Plano 100", para apresentar nos cem dias de governo, que terá diferentes eixos, como revitalização de obras rodoviárias e ferroviárias, plano de escoamento de safra de grãos, de pronto-atendimento para as regiões afetadas por chuvas e de atração de investimentos privados.

Com Reuters

Comunicado do Copom é ato político e saiu no tom errado, diz Tebet

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Simone Tebet, ministra do Planejamento, fez críticas ao Copom (Comitê de Política Monetária), por sua decisão de manter a taxa Selic em 13,75%, tomada na semana passada, e pelo tom que o órgão usou no comunicado, que sinalizou que manterá os juros elevados conforme achar necessário.

No evento Arko Conference, em São Paulo, Tebet disse que a decisão sobre a Selic é técnica, mas o texto do documento é político, e, nessa parte, cabe posicionamento do governo. O comunicado foi na direção contrária do que almeja o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tem pressionado por uma redução dos juros.

"Quando o Copom vem dizendo 'não hesitaremos em', pode até ter querido sinalizar para o mercado de que eles são independentes, que não vão ceder ao jogo político, mas eu acredito que não precisavam ter esticado a corda como esticaram, porque também mandaram um recado, ao meu ver, equivocado para a equipe econômica e o núcleo político ou para a política brasileira", afirmou.

A ministra disse que, ao fazer esse mesmo comentário ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto —com quem disse ter boa relação, ouviu que "sempre foi assim". Para ela, o documento do Copom precisa tomar cuidado com as palavras.

Sua crítica pública se soma à de Fernando Haddad, ministro da Fazenda, que declarou ver como "preocupante" o comunicado enfatizar a "deterioração adicional" das expectativas de inflação e deixar a porta aberta para retomar o ciclo de elevação dos juros, caso considere necessário.

"A depender das futuras decisões, podemos inclusive comprometer o resultado fiscal", declarou Haddad. Foi a primeira vez, desde a implantação do regime de metas de inflação no Brasil, que um ministro criticou publicamente um comunicado do órgão.

Padilha afirma que ainda não há data para apresentação da nova regra fiscal

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou nesta segunda-feira (27) que o governo federal vai usar o tempo da viagem à China para avançar nas discussões da nova regra fiscal, mas que não há data para que ela seja apresentada. "Não tem uma data definida, mas certamente conversas que aconteceriam na própria missão na China, o ministro Fernando Haddad estava indo para a China, devem acontecer aqui em Brasília. O presidente ainda vai definir esse cronograma com Haddad", afirmou Padilha.

cogna EDUCAÇÃO

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40

Relatório da Administração 2022

Senhores acionistas: Atendendo às disposições legais, a Administração submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021. Permanecemos ao inteiro dispor de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	19	369.527	121.772	1.601.468
Títulos e valores mobiliários	7	757.304	116.530	2.007.061	2.425.201
Contas a receber	8	–	–	2.011.108	2.025.689
Estoques	9	–	–	426.322	366.280
Adiantamentos		814	1.217	93.278	124.467
Tributos a recuperar	10	–	–	53.442	79.815
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	29.721	19.557	205.231	134.043
Contas a receber na venda de controladas	12	–	–	12.190	76.292
Outros créditos	13	617	365	129.323	134.687
Debêntures a receber de partes relacionadas	29	105.530	278.609	–	–
Partes relacionadas - outros	29	438.593	2.986.929	–	–
Total do ativo circulante		**1.332.598**	**3.772.734**	**5.059.727**	**6.967.942**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	52.012	14.237
Contas a receber	8	–	–	289.734	251.587
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	4.978	–	4.978	–
Tributos a recuperar	10	23.758	–	88.118	109.328
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	94.735	38.105	175.751	98.556
Contas a receber na venda de controladas	12	–	–	16.309	133.138
Outros créditos	13	–	–	35.004	43.671
Garantia para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	25	33.283	33.380	144.920	154.805
Depósitos judiciais	25	1.445	418	52.387	57.013
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	–	–	1.174.673	904.160
Debêntures a receber de partes relacionadas	29	1.200.218	851.103	–	–
Investimentos	14	13.819.896	14.441.961	83.739	1.211
Demais investimentos	14(e)	–	–	8.271	–
Imobilizado	15	–	–	4.058.943	4.201.251
Intangível	16	515.812	15.677	15.152.185	15.575.954
Total do ativo não circulante		**15.694.125**	**15.380.644**	**21.337.024**	**21.544.911**
Total do ativo		**17.026.723**	**19.153.378**	**26.396.751**	**28.512.853**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	–	237
Debêntures	18	1.932.853	2.092.743	2.038.312	2.120.340
Arrendamento por direito de uso	19	–	–	146.503	137.922
Fornecedores		697	2.649	664.375	654.064
Fornecedores risco sacado	20	–	–	313.442	310.157
Obrigações trabalhistas	21	10.356	–	387.031	387.082
Imposto de renda e contribuição social a pagar		–	–	22.536	28.488
Tributos a pagar	22	788	6.198	96.514	107.335
Adiantamentos de clientes		–	–	192.768	176.130
Contas a pagar - aquisições	23	–	–	168.061	117.554
Demais contas a pagar		53	44	39.736	48.690
Partes relacionadas - outros	29	186.490	148.728	–	–
		2.131.237	**2.250.362**	**4.069.278**	**4.087.999**
Empréstimos e financiamentos	17	–	–	–	651
Debêntures	18	1.992.880	3.532.647	3.152.882	4.745.154
Arrendamento por direito de uso	19	–	–	2.866.626	2.889.449
Instrumentos financeiros derivativos	5.2	23.032	–	23.032	–
Contas a pagar - aquisições	23	–	–	84.368	144.990
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	24	34.669	35.023	720.653	568.130
Passivos assumidos na combinação de negócio	24	–	–	1.227.287	1.510.445
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	668.343	608.756	907.160	669.258
Demais contas a pagar		–	–	104.077	126.113
		2.718.924	**4.176.426**	**9.086.085**	**10.654.190**
Total do passivo		**4.850.161**	**6.426.788**	**13.155.363**	**14.742.189**
Patrimônio líquido					
Capital social	27	7.667.615	7.667.615	7.667.615	7.667.615
Reservas de capital		4.517.204	5.116.787	4.517.204	5.116.787
Ações em tesouraria		(8.257)	(57.812)	(8.257)	(57.812)
		12.176.562	**12.726.590**	**12.176.562**	**12.726.590**
Participação dos não controladores		–	–	1.064.826	1.044.074
Total do patrimônio líquido		**12.176.562**	**12.726.590**	**13.241.388**	**13.770.664**
Total do passivo e patrimônio líquido		**17.026.723**	**19.153.378**	**26.396.751**	**28.512.853**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida de vendas e serviços	31	–	–	**5.092.202**	**4.778.057**
Custo das vendas e serviços					
Custo dos serviços prestados	32	–	–	(1.436.307)	(1.408.676)
Custo dos produtos vendidos	32	–	–	(428.576)	(495.034)
		–	–	(1.864.883)	(1.903.710)
Lucro bruto		–	–	**3.227.319**	**2.874.347**
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	32	–	–	(548.718)	(570.753)
Gerais e administrativas	32	(8.163)	(407)	(1.709.188)	(1.662.087)
Provisão para perda esperada	32	–	–	(434.972)	(537.596)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	15	–	–	(215.434)	–
Outras receitas operacionais	32	–	–	14.920	6.028
Outras despesas operacionais	32	–	–	(28.736)	(33.092)
Equivalência patrimonial	14	(406.551)	(389.506)	(1.887)	1.557
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos		**(414.714)**	**(389.913)**	**303.304**	**78.404**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	33	534.042	323.541	509.905	309.826
Despesas financeiras	33	(684.928)	(383.514)	(1.405.332)	(893.598)
		(150.886)	(59.973)	(895.427)	(583.772)
Prejuízo operacional antes dos impostos		**(565.600)**	**(449.886)**	**(592.123)**	**(505.368)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	26.1	–	–	19.718	(2.392)
Diferidos	26.1	36.670	12.223	31.407	46.237
		36.670	12.223	51.125	43.845
Prejuízo das operações continuadas		**(528.930)**	**(437.663)**	**(540.998)**	**(461.523)**
Resultado das operações descontinuadas		–	(51.462)	–	(51.462)
Prejuízo do exercício		**(528.930)**	**(489.125)**	**(540.998)**	**(512.985)**
Atribuído a:					
Acionistas controladores		(528.930)	(489.125)	(528.930)	(489.125)
Acionistas não controladores		–	–	(12.068)	(23.860)
Prejuízo básico por ação ON - R$ - operações continuadas	34	–	–	(0,29)	(0,25)
Prejuízo diluído por ação ON - R$ - operações continuadas	34	–	–	(0,29)	(0,25)
Prejuízo básico por ação ON - R$ - consolidado	34	–	–	(0,29)	(0,27)
Prejuízo diluído por ação ON - R$ - consolidado	34	–	–	(0,29)	(0,27)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Controladora: Total do patrimônio líquido	Participação dos não controladores	Consolidado: Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021	**7.667.615**	**5.640.562**	**(99.095)**	**–**	**13.209.082**	**1.076.081**	**14.285.163**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	(489.125)	(489.125)	(23.860)	(512.985)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	(489.125)	(489.125)	(23.860)	(512.985)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Opções outorgadas reconhecidas	–	11.698	–	–	11.698	–	11.698
Alienação de ações em tesouraria	–	(46.348)	41.283	–	(5.065)	–	(5.065)
Participação de acionistas minoritários	–	–	–	–	–	(8.147)	(8.147)
Destinação dos resultados do exercício							
Consumo de reservas de capital	–	(489.125)	–	489.125	–	–	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	(523.775)	41.283	489.125	6.633	(8.147)	(1.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**7.667.615**	**5.116.787**	**(57.812)**	**–**	**12.726.590**	**1.044.074**	**13.770.664**
Resultado abrangente do exercício							
Prejuízo do exercício	–	–	–	(528.930)	(528.930)	(12.068)	(540.998)
Total do resultado abrangente do exercício	–	–	–	(528.930)	(528.930)	(12.068)	(540.998)
Contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas							
Opções outorgadas reconhecidas	–	29.892	–	–	29.892	4.297	34.189
Alienação de ações em tesouraria (nota explicativa 27.1)	–	(72.022)	68.397	–	(3.625)	–	(3.625)
Recompra de ações em tesouraria (nota explicativa 27.1)	–	–	(18.842)	–	(18.842)	–	(18.842)
Perda de participação minoritária (nota explicativa 27.3)	–	(28.523)	–	–	(28.523)	28.523	–
Destinação dos resultados do exercício							
Consumo de reservas de capital	–	(528.930)	–	528.930	–	–	–
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	–	(599.583)	49.555	528.930	(21.098)	32.820	11.722
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**7.667.615**	**4.517.204**	**(8.257)**	**–**	**12.176.562**	**1.064.826**	**13.241.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Prejuízo do exercício	**(528.930)**	**(489.125)**	**(540.998)**	**(512.985)**
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**(528.930)**	**(489.125)**	**(540.998)**	**(512.985)**
Atribuído a:				
Acionistas controladores	(528.930)	(489.125)	(528.930)	(489.125)
Acionistas não controladores	–	–	(12.068)	(23.860)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021(i)
Receita de vendas e serviços	–	–	5.092.202	5.282.731
Outras receitas	–	–	14.920	729.671
Provisão para perda esperada	–	–	(434.972)	(545.742)
	–	–	**4.672.150**	**5.466.660**
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	–	–	(428.576)	(493.547)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.240	(51.509)	(539.428)	(1.243.811)
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	–	–	(215.434)	–
Valor adicionado bruto	**8.240**	**(51.509)**	**3.488.712**	**3.729.302**
Retenções				
Depreciação e amortização	(294)	(339)	(669.694)	(751.555)
Amortização mais-valia de ágio alocado	–	–	(260.871)	(293.526)
Amortização mais-valia do estoque	–	–	–	(1.486)
Valor adicionado líquido	**7.946**	**(51.848)**	**2.558.147**	**2.682.735**
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(406.551)	(389.506)	(1.887)	1.557
Receitas financeiras	534.042	323.541	509.905	321.273
Valor adicionado total a distribuir	**135.437**	**(117.813)**	**3.066.165**	**3.005.565**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	13.143	–	1.123.315	1.314.943
Benefícios	215	–	127.181	128.903
Encargos sociais	2.719	–	385.609	416.116
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(36.641)	(12.220)	(13.633)	14.796
Estaduais	–	17	942	2.113
Municipais	3	1	(11.549)	1.720
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas Financeiras	684.928	383.514	1.405.332	968.609
Aluguéis	–	–	485.521	565.610
Direitos autorais	–	–	104.445	105.740
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízos retidos do exercício	(528.930)	(489.125)	(540.998)	(512.985)
Valor adicionado distribuído	**135.437**	**(117.813)**	**3.066.165**	**3.005.565**

(i) Os montantes divulgados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 consideram os valores relativos as operações continuadas e descontinuadas.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo operacional antes dos impostos		(565.600)	(449.886)	(592.123)	(505.368)
Ajustes para conciliação ao resultado:					
Depreciação e amortização	32	294	339	451.858	488.986
Depreciação IFRS-16	32	–	–	211.654	188.641
Amortização mais-valia ágio alocado	32	–	–	260.871	275.534
Amortização mais-valia de estoques		–	–	2.107	1.486
Amortização do livro digital	32	–	–	6.182	–
Custos editoriais	32	–	–	93.949	117.487
Provisão para perda esperada	8	–	–	434.972	537.596
Ajuste a valor presente do contas a receber	8	–	–	(6.627)	(6.519)
Atualização monetária em cessão de valores a controladas	29	(279.411)	(230.770)	–	–
Reversão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	23	(55)	(34)	(64.773)	(242.343)
Provisão para perdas dos estoques	9	–	–	29.382	18.284
Atualização monetária de contas a receber na venda de controladas	33	–	–	(10.170)	(2.032)
Encargos financeiros		480.070	370.728	1.252.799	831.128
Outorga de opções de ações		–	1.420	34.189	11.698
Resultado na venda ou baixa de ativos e outros investimentos		–	–	14.105	31
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	32	–	–	215.434	–
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	33	(80.287)	(2.226)	(335.508)	(126.329)
Equivalência patrimonial	14	406.551	389.506	1.887	(1.557)
Resultado de operações com derivativos	33	18.054	–	18.054	–
		(20.384)	**79.077**	**2.018.242**	**1.586.723**
Variações nos ativos e passivos operacionais:					
(Aumento) redução em contas a receber		–	–	(451.715)	(467.488)
(Aumento) redução em estoques		–	–	(202.385)	(135.407)
(Aumento) redução em adiantamentos		403	(1.096)	31.189	(61.156)
(Aumento) redução em tributos a recuperar		(90.552)	(22.678)	(63.969)	37.323
(Aumento) redução em depósitos judiciais		(1.027)	176	4.414	17.042
(Aumento) redução em partes relacionadas		5.130	(28.576)	–	–
(Aumento) redução em outros créditos		(252)	18.889	14.031	(6.372)
(Redução) aumento em fornecedores		(1.952)	2.413	15.866	115.548
(Redução) aumento em fornecedores risco sacado		–	–	3.285	25.349
(Redução) aumento em obrigações trabalhistas		10.356	–	(81)	69.579
(Redução) aumento em tributos a pagar		90.847	4.644	(53.235)	88.964
(Redução) aumento em adiantamento de clientes		–	–	16.638	(20.744)
(Redução) aumento em impostos e contribuições parcelados		–	–	(12)	(7.502)
Pagamento de contingencias tributárias, trabalhistas e cíveis		(202)	(34)	(108.231)	(153.222)
(Redução) aumento nas demais contas a pagar		(280)	338	(34.165)	(4.170)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		**(7.912)**	**53.153**	**1.189.872**	**1.084.467**
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(1.028)	(36.825)	(44.534)
Juros de arrendamento por direito de uso pagos	19	–	–	(295.966)	(292.347)
Juros de empréstimos e debêntures pagos	17 e 18	(581.203)	(236.573)	(739.734)	(243.985)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(589.115)**	**(184.448)**	**117.347**	**503.601**
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Resgate) Investimento em títulos e valores mobiliários		(560.487)	(113.581)	715.873	(321.647)
Adições ao imobilizado		–	–	(148.079)	(133.277)
Adições ao intangível		–	–	(293.490)	(248.440)
Caixa adquirido em combinação de negócio		–	–	379	–
Pagamentos por aquisição de controladas	23	–	–	(29.241)	(183.099)
Redução de capital em controladas		(294.543)	–	–	–
Recebimento pela venda de controladas	12	–	–	191.102	183.094
Recebimento de valores cedidos em caixa	29	2.860.379	1.374.910	–	309.767
Recebimento de juros sobre capital próprio de controladas		11.285	–	–	–
Recebimento de dividendos		–	–	3.236	–
Recebimento de debêntures privada		381.766	394.336	–	–
Aquisição debêntures privada		(400.000)	–	–	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		**1.998.400**	**1.655.665**	**439.780**	**(393.602)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recompra de ações em tesouraria	26	(18.842)	–	(18.842)	–
Alienações (aquisições) de ações em tesouraria		(3.625)	(5.065)	(3.625)	(5.065)
Participação de não controladores		–	–	–	(8.147)
Recompra de debêntures	18	(377.689)	–	(377.689)	–
Emissão Debêntures	18	500.000	900.000	500.000	1.900.000
Custos de emissão das debêntures	18	(19.911)	(51.479)	(19.911)	(62.633)
Pagamento de arrendamento por direito de uso	19	–	–	(140.950)	(121.565)
Pagamento de empréstimos e financiamentos e debêntures	17 e 18	(1.859.524)	(2.355.964)	(1.859.524)	(2.356.130)
Parcelas pagas em aquisição de empresas	23	–	–	(116.282)	(60.337)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**(1.778.793)**	**(1.512.508)**	**(2.036.823)**	**(713.877)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(369.508)**	**(41.291)**	**(1.479.696)**	**(603.878)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	369.527	410.818	1.601.468	2.205.346
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	19	369.527	121.772	1.601.468
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(369.508)**	**(41.291)**	**(1.479.696)**	**(603.878)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cogna Educação S.A., aqui denominada "Companhia", "Controladora" ou "Cogna", com sede na Rua Claudio Manoel, 36, na cidade de Belo Horizonte - MG, e suas controladas (em conjunto, o "Grupo") têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; ofertar, por meio de suas escolas educação básica, cursos preparatórios pré-universitários, cursos de idioma para crianças e adolescentes; soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de software para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.
O Grupo possui 56 empresas, incluindo a Controladora, sendo composto por 12 mantenedoras de instituição de ensino superior, 143 unidades de Ensino Superior, presentes em 21 estados e 120 cidades brasileiras, além de 3.091 polos de graduação EAD credenciados pelo MEC, localizados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. A Companhia ainda conta, na Educação Básica, com 114 unidades do Red Balloon e 5.274 escolas associadas em todo o território nacional. A Cogna exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE"), Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR"), *Vasta Platform Limited* ("Vasta"), e Saber Serviços Educacionais Ltda. ("Saber"). Adicionalmente, a partir de 31 de dezembro de 2022, e em sequencia aos processos de reorganização societária do Grupo para melhor alocação de seus negócios, a controlada indireta Pitágoras Sistema de Educação Superior Sociedade S.A. ("PSES"), anteriormente com participação detida pela EDE, passará a ter 100% de sua participação detida diretamente pela Cogna. Atualmente, a PSES tem como principal atividade a oferta de cursos de Ensino Superior para graduação presencial e à distancia substancialmente atrelados as áreas de saúde e medicina. A Companhia é listada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código COGN3 onde negocia suas ações ordinárias, e sua controlada Vasta possui capital aberto na bolsa de valores norte-americana NASDAQ, operando sob o código VSTA. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023. **1.1. ASG ("ESG"):** A Cogna tem como propósito impactar pessoas por meio da educação para um mundo melhor. Isso ocorre não apenas pela implementação de melhores práticas de governança na Companhia, mas principalmente ofertando ensino de qualidade com alcance para todo o Brasil, empoderando as pessoas para que possam ser agentes de transformação do seu futuro. Assim sendo, se faz necessário que as empresas levem em consideração os impactos ambientais e sociais às suas atividades, avaliem possibilidades de redução desses impactos, e os divulguem tempestivamente, caso gere valor ao seus acionistas e investidores. Nesse contexto, e reconhecendo o tema sustentabilidade como sendo parte de sua estratégia, operação e valores inegociáveis, a Companhia lançou durante o ano de 2021 um conjunto de metas e compromissos com os temas ASG, que impactam diretamente seus negócios, e resultam em otimização dos custos diretamente atrelados a esses compromissos, os quais destacamos os principais abaixo:

ODS(i)	Descrição	Metas ambientais	Ano de conclusão
		Energia	
7	Energia limpa e acessível	Ter 90% da energia consumida na rede proveniente de fontes renováveis até 2025.	2025
		Educação ambiental	
12	Consumo e produção responsáveis	Impactar 1,8 milhão de pessoas em conteúdos de educação ambiental até 2025.	2025
		Mudanças Climáticas	
13	Ação contra a mudança global do clima	Mensurar o impacto das emissões de GEE na operação da Companhia, estipulando metas e compromissos para mitigação e compensação.	2022

ODS(i)	Descrição	Metas sociais	Ano de conclusão
		Impacto social	
3	Saúde e bem-estar	Beneficiar 5 milhões de pessoas através de atendimentos comunitários e projetos sociais das nossas unidades de ensino e parceiras até 2025.	2025
4	Educação de qualidade	Beneficiar 150 mil professores da educação pública com produtos e serviços educacionais até 2025.	2025
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Capacitar 150 mil pessoas em negócios e competências empreendedoras, em fomento ao empreendedorismo no país, até 2025.	2025
		Saúde e segurança	
3	Saúde e bem-estar	Capacitar 100% dos colaboradores da companhia em Saúde e Segurança até 2022.	2022
		Diversidade	
5	Igualdade de gênero	Possuir equidade (50%) de cargos de liderança (≥ gerentes), ocupados por homens e mulheres até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	Aumentar o número de posições ocupadas por pessoas negras (pretas e pardas) para 40% até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	Aumentar o número de posições de liderança ocupadas por pessoas negras (pretas e pardas) para 40% até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	Manter a favorabilidade do público LGBTQIA+ igual ou maior 93 na Pesquisa de Engajamento até 2025.	2025
10	Redução das desigualdades	Capacitar 100% da liderança da companhia nos conteúdos do programa de diversidade da Universidade corporativa até 2025.	2025

ODS(i)	Descrição	Metas de governança	Ano de conclusão
		Governança	
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Integrar metas ESG às políticas de remuneração variável de 100% da alta liderança.	2023
		Diversidade	
10	Redução das desigualdades	Ter representatividade de ao menos 1/3 de mulheres, pessoas negras, LGBTQIA+ no Conselho de Administração.	2022

(i) Objetivos de desenvolvimento sustentável. **1.2. Conflito entre Rússia e Ucrânia:** A Companhia continua monitorando possíveis impactos da guerra entre Rússia e Ucrânia que possam afetar direta ou indiretamente seus negócios, principalmente por decorrência do aumento na inflação dos produtos em acompanhamento ao preço de petróleo, alimentos, escassez de energia do mercado europeu e interrupção no fornecimento de insumos. Muito embora a Companhia entenda que há dificuldade de realizar uma adequada mensuração dos impactos da guerra no longo prazo, e que as condições, previsões e análises mudam constantemente na medida em que novos eventos ocorrem na geopolítica mundial, até o momento não foram verificados pela Companhia impactos que sejam passíveis de reconhecimento ou divulgação.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Não houve alteração nas principais práticas contábeis praticadas pela Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir: **3.1. Julgamentos: a) Determinação do período de locação:** As controladas da Companhia possuem contratos de locação onde atuam como locatárias dos imóveis que são utilizados para realização das aulas presenciais (relacionados as operações do Ensino Superior). No Ensino Básico, as controladas da Companhia possuem contratos de locação para atuar como locatárias nos armazéns onde ficam alocados os produtos, além de contratos de locação dos equipamentos de computação utilizados nos sistemas de ensino e nas soluções educacionais ("*chromebooks*"). Ao determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer uma opção de prorrogação. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) só são incluídas no prazo do arrendamento se for razoavelmente certo dessa opção ser exercida (ou o contrato não ser rescindido). Para as locações de prédios, armazéns, equipamentos ou mesmo computadores usados em soluções educacionais,os seguintes fatores normalmente são os mais relevantes: a) Se houver penalidades significativas por rescisão (ou não prorrogação), a Companhia está razoavelmente certa de prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento. b) Se houver benfeitorias no arrendamento com saldos residuais significativos, a Companhia está razoavelmente certa de estender (ou não rescindir) o arrendamento. c) Além disso, a Companhia considera outros fatores, incluindo práticas históricas relacionadas ao uso de categorias específicas de ativos (arrendados ou próprios), bem como a duração histórica dos arrendamentos e os custos necessários para substituir o ativo arrendado. **3.2. Estimativas: a) Avaliação da existência de perda por redução ao valor recuperável ("*impairment*") nos ágios:** Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas ("*impairment*") no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa 2.12 e 16(b). Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. A Companhia revisou suas premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* para o ano de 2022. Os novos critérios adotados foram apreciados e aprovados pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis. **b) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 26. **c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis:** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo e de suas controladas, além do histórico de provisionamento dos processos encerrados nos últimos 12 meses ("ticket médio"), para os processos de natureza cível. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.17 e 25.5. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras. **d) Provisão para perda esperada de contas a receber:** Conforme descrito na nota explicativa 2.8, a Companhia efetua análises das contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 8 (c). **e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. **f) Estoques - Provisão para obsolescência de estoque:** O Grupo adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção por tipo de produto e selo, e adicionalmente considera os itens de coleção ou selos que foram descontinuados, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por esse conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada quanto mais antiga é a data de produção em relação à data base. A Companhia considera o calendário de renovação editorial dos seus produtos para determinar a quantidade de períodos em que os produtos podem sofrer obsolescência, o qual habitualmente ocorre entre o terceiro e quinto ano. Os saldos contábeis registrados em decorrência desta política estão apresentados com maior detalhamento na nota explicativa 9. **g) Reconhecimento de receita:** Para determinar o momento em que os cinco critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.23, são atingidos, a Administração exerce seu julgamento principalmente para os títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES. Adicionalmente, para as mensalidades dos cursos de educação a distância - EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação. **h) Alocação de preço de aquisição - Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores:** Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimativas e julgamentos.

4. CONTAS A RECEBER

a) Composição:

	Contas a receber	Perda esperada	Ajuste a valor presente	Consolidado 31/12/2022: Contas a receber líquido
Kroton	4.937.514	(3.339.316)	(81.067)	1.517.131
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	3.810.858	(2.689.881)	(80.867)	1.040.110
PEP	2.876.786	(1.888.983)	(69.158)	918.645
PMT	934.072	(800.898)	(11.709)	121.465
Kroton sem parcelamento privado	1.126.656	(649.435)	(200)	477.021
Pagante	937.523	(511.419)	(200)	425.904
FIES	189.133	(138.016)	–	51.117
Vasta	708.417	(69.481)	–	638.936
Saber (ii)	136.864	(8.088)	–	128.776
Cartão de Crédito (i)	15.999	–	–	15.999
Total	**5.798.794**	**(3.416.885)**	**(81.067)**	**2.300.842**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	1.971.937	(727.004)	(200)	1.244.733
Ativo circulante				2.011.108
Ativo não circulante				289.734
				2.300.842

(i) Valores a receber decorrentes das vendas a prazo, realizadas por meio de cartão de crédito, provenientes de pagamentos dos serviços prestados pela Companhia. (ii) Relativo às contas a receber nos serviços prestados pelas escolas de idiomas, PNLD e SETS.

continua →★

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E SUAS CONTROLADAS
CNPJ/MF nº 02.800.026/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

				Consolidado 31/12/2021 (iii)
	Contas a receber	Perda esperada	Ajuste a valor presente	Contas a receber líquido
Kroton	5.092.685	(3.354.881)	(87.694)	1.650.110
Parcelamento Privado (PEP/PMT)	3.787.296	(2.579.292)	(87.558)	1.120.446
PEP	2.824.671	(1.809.106)	(72.028)	943.537
PMT	962.625	(770.186)	(15.530)	176.909
Kroton sem parcelamento privado	1.305.389	(775.589)	(136)	529.664
Pagante	1.071.303	(639.149)	(136)	432.018
FIES	234.086	(136.440)	–	97.646
Vasta	551.000	(46.500)	–	504.500
Saber (ii)	97.652	(29.344)	–	68.308
Cartão de Crédito (i)	54.357	–	–	54.357
Total	**5.795.695**	**(3.430.725)**	**(87.694)**	**2.277.276**
Total sem parcelamento privado e cartão de crédito	1.954.042	(851.433)	(136)	1.102.473
Ativo circulante				2.025.689
Ativo não circulante				251.587
				2.277.276

(i) Valores a receber decorrentes das vendas a prazo, realizadas por meio de cartão de crédito, provenientes de pagamentos dos serviços prestados pela Companhia. (ii) Relativo às contas a receber nos serviços prestados pelas escolas de idiomas, PNLD e SETS. (iii) Em virtude da consolidação dos segmentos operacionais descritos na nota 2.2 e) esta nota explicativa referente ao exercício de 2021 foi revisada em linha com estrutura atual dos segmentos da Companhia.

b) Análise dos vencimentos das contas a receber (*aging list*):

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	**2.497.759**	**2.446.454**
Vencidos		
Até 30 dias	174.175	199.745
Entre 31 e 60 dias	160.470	103.887
Entre 61 e 90 dias	125.279	169.704
Entre 91 e 180 dias	344.112	424.139
Entre 181 e 365 dias	529.764	687.133
Acima de 365 dias	1.967.235	1.764.633
Total vencidos	**3.301.035**	**3.349.241**
Provisão para perda esperada	(3.416.885)	(3.430.725)
Ajuste a valor presente	(81.067)	(87.694)
	2.300.842	**2.277.276**

Kroton - alunos pagantes

	Consolidado (ii) 31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer	**112.128**	**73.361**
Vencidos		
Até 30 dias	38.763	47.000
Entre 31 e 60 dias	43.783	54.356
Entre 61 e 90 dias	73.815	87.788
Entre 91 e 180 dias	269.031	249.686
Entre 181 e 360 dias	225.288	303.065
Acima de 365 dias (i)	174.515	255.911
Total vencidos	**825.195**	**997.806**
Contas a Receber Bruto Pagante (-) AVP	**937.323**	**1.071.167**
(-) Saldo de PCLD	**511.419**	**639.149**
Contas a Receber Líquido Pagante	**425.904**	**432.018**
Percentual de PCLD/CR Bruto	***54,6%***	***59,7%***

(i) Considera as contas a receber do aluno em seu maior atraso (efeito arrastro por CPF do aluno), isto é, a soma dos títulos que tem vencimento em até 365 dias, mas que devido a ter algum título do aluno com data de vencimento superior e que já foi baixado para perda, passa a ter provisionamento de PCLD de 100%. (ii) Em virtude da consolidação dos segmentos operacionais descritos na nota 2.2 e) esta nota explicativa referente ao exercício de 2021 foi revisada em linha com estrutura atual dos segmentos da Companhia. **c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas:** A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês, no período de até 12 meses para os segmentos Kroton e Saber (PNLD), e 18 meses para os segmentos Vasta e Saber ("SETS"), e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e históricas da inadimplência de cada produto. Apresentamos a seguir as premissas aplicadas em cada segmento: **Kroton**: Pagante A metodologia de cálculo considera a probabilidade de perda na visão aluno, o qual considera todas as contas a receber em sua data de vencimento mais antiga, e as provisiona de acordo com o perfil de risco, definido por histórico de *default*, informações acadêmicas e dados financeiros, tais como, total da dívida, histórico de renegociação, entre outros. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados. Parcelamento Privado: A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. **Vasta**: A Companhia constitui mensalmente a probabilidade de perda analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês, e as respectivas aberturas por faixa de atraso, calculando a "*performance*" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda levando em consideração informações atuais e históricas de inadimplência, o qual é atualizado mensalmente. Cabe ressaltar que a provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 540 dias do vencimento. Adicionalmente são desconsiderados do cálculo as vendas para empresas do grupo Cogna (vendas "*intercompany*"), os quais não apresentam risco de perda. **Saber**: A Companhia constitui mensalmente a probabilidade de perda analisando as rolagens mensais de recebíveis, o contas a receber vencido e a vencer e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando a "performance" de recuperação. Nessa metodologia, a cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda. Cabe ressaltar que a Companhia considera a expectativa de entrada de caixa esperada para seus acordos sobre títulos renegociados com vencimento maior de 365 dias para o segmento de negócios PNLD, e 540 dias para o segmento de negócios SETS. **Movimentação das perdas esperadas:** As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	**(3.430.725)**	**(3.214.455)**
Baixa contra contas a receber	448.812	321.326
Constituição	(434.972)	(537.596)
Saldo final	**(3.416.885)**	**(3.430.725)**

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias (para o segmento Kroton), e 540 dias (para o segmento Vasta e Saber), o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança são mantidos, e os respectivos recebimentos e renegociações são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização. **d) Parcelamento Privado (PEP/PMT):** O saldo de contas a receber do Parcelamento Privado (PEP/PMT) é composto pelos recebíveis dos produtos de parcelamento oferecidos no ensino Presencial da Kroton, que é segregado em dois principais produtos: i) Parcelamento Estudantil Privado (PEP). Este produto tem por objetivo viabilizar o acesso à educação de alunos que apesar de dependerem de financiamento estudantil não possuem acesso ao mesmo. Nessa modalidade, o aluno pagaria aproximadamente metade das mensalidades do curso após formado, com expectativa de encerrar os pagamentos no dobro do prazo de duração do curso. A partir do ciclo 2021 a Companhia decidiu não mais ofertar o produto PEP para novos ingressantes. ii) Parcelamento de Matrícula Tardia (PMT). Este produto é oferecido somente no semestre de ingresso dos alunos e tem por objetivo facilitar o pagamento para alunos que ingressam no meio do ciclo semestral. Ao invés de se cobrar as mensalidades acumuladas desde o primeiro mês do semestre até o mês de ingresso do aluno, inicialmente o aluno pagaria apenas uma mensalidade e teria as demais postergadas para pagamento após a formatura. No segundo semestre de 2021 a Companhia alterou a oferta desse produto onde, para os novos ingressantes, as mensalidades postergadas serão diluídas ao longo do curso e não mais pagas apenas após a formatura.

Composição do Saldo

	31/12/2022 PEP	PMT	Consolidado	31/12/2021 PEP	PMT	Consolidado
Contas a Receber Bruto	**2.876.786**	**934.072**	**3.810.858**	**2.824.671**	**962.625**	**3.787.296**
(–) Ajuste a Valor Presente	(69.158)	(11.709)	(80.867)	(72.027)	(15.530)	(87.557)
Contas a Receber Bruto após AVP	**2.807.628**	**922.363**	**3.729.991**	**2.752.644**	**947.095**	**3.699.739**
(–) Saldo de PCLD	(1.888.983)	(800.898)	(2.689.881)	(1.809.106)	(770.186)	(2.579.292)
Contas a Receber Líquido	**918.645**	**121.465**	**1.040.110**	**943.538**	**176.909**	**1.120.447**
Percentual de PCLD/CR Bruto após AVP	-67,3%	-86,8%	-72,1%	-65,7%	-81,3%	-69,7%
Valores a vencer	1.067.477	311.966	1.379.443	1.207.728	409.970	1.617.698
Vencidos	1.809.309	622.106	2.431.415	1.616.943	552.655	2.169.598
Contas a Receber Bruto PEP / PMT	**2.876.786**	**934.072**	**3.810.858**	**2.824.671**	**962.625**	**3.787.296**

(i) Para o produto PMT, o valor da provisão realizada equivale a 100% do saldo de títulos vencidos dos alunos evadidos, e o saldo remanescente da provisão para perda equivale a 59,5% do saldo a vencer para os alunos ativos e formados. De forma análoga, para o produto PEP, a representatividade do saldo em relação às contas a receber a vencer é de 8% e 100% para os valores de alunos evadidos e vencidos. **Expectativa de Recuperação do PEP e PMT:** A perda esperada para os valores a receber do PEP e PMT é calculada principalmente com base na média entre i) expectativa de evasão e seu índice de inadimplência e ii) expectativa de alunos formados e evadidos, e seu índice de inadimplência. A projeção de perdas futuras calculada pela Companhia representa na data de sua mensuração a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência, considerando dados históricos de recebimento para as turmas PEP e PMT evadidas e formadas, ajustadas pelas condições atuais de mercado, economia e percentual de estimativa de recuperação futura.

5. INTANGÍVEL

Consolidado	Softwares	Produção de conteúdo	Livro digital	Licença de operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**614.831**	**119.144**	**–**	**7.863**	**14.175.640**	**100.823**	**15.018.301**
Adições	210.419	43.384	–	3.998	736.676	7	994.484
Ativos mantido para venda	–	–	–	–	147.904	–	147.904
Baixas	(122)	(10)	–	(1.102)	–	(343)	(1.577)
Amortizações	(204.308)	(86.925)	–	(4.893)	(275.534)	(11.498)	(583.158)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**620.820**	**75.593**	**–**	**5.866**	**14.784.686**	**88.989**	**15.575.954**
Taxa média anual de amortização 2021	20%	42%	–	33%	6%	12%	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**620.820**	**75.593**	**–**	**5.866**	**14.784.686**	**88.989**	**15.575.954**
Adições	167.886	125.803	16.905	3.865	–	5	314.464
Adição por combinação de negócios	3.225	–	–	–	17.590	–	20.815
Baixas	(142)	–	–	–	–	–	(142)
Perda por valor recuperável de ativos	(6.448)	–	–	–	(208.986)	–	(215.434)
Amortizações	(191.594)	(69.869)	(6.182)	(3.593)	(260.871)	(11.363)	(543.472)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**593.747**	**131.527**	**10.723**	**6.138**	**14.332.419**	**77.631**	**15.152.185**
Taxa média anual de amortização 2022	20%	35%	36%	33%	6%	12%	
Saldos em 31 de dezembro de 2022							
Custo	1.443.059	423.757	16.905	19.525	15.254.424	118.188	17.275.858
Amortização acumulada	(849.312)	(292.230)	(6.182)	(13.387)	(922.005)	(40.557)	(2.123.673)

(i) Os valores de adições em softwares no exercício estão principalmente relacionados aos projetos para otimização nos sistemas de controle da Cogna e suas controladas. (ii) As adições de 2022 referem-se substancialmente à aquisição das empresas MVP e Phidelis, apresentadas com maior detalhamento na nota explicativa 4. Adicionalmente, considera a revisão dos saldos de aquisição da empresa EMME, ocorrida em 2021, no montante de R$ 1.081. **a) Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios:** Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Consolidado 31/12/2022	31/12/2021
"Goodwill" (i)	12.987.953	12.972.816
Marca (ii)	1.834.595	1.940.981
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	670.816	679.717
Carteira de clientes (iv)	1.098.120	1.239.658
Acordo de não concorrência (iv)	345	1.938
	16.591.829	**16.835.110**
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(2.259.410)	(2.050.424)
	14.332.419	**14.784.686**

(i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de *impairment*. (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 19 e 30 anos. (iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e a distância e à rede parceira de polos de ensino a distância. Não possui vida útil definida e está sujeita a testes anuais de recuperação. (iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3 e 14 anos. **b) Testes do ágio para verificação de "*impairment*" por modalidade:** A Companhia avalia no mínimo anualmente a recuperabilidade de seus ativos, ou quando existir indicativo de alguma desvalorização. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou eventos ocorridos em suas unidades geradoras de caixa que pudessem afetar sua expectativa de recuperação dos ativos não financeiros, sendo que, após essa avaliação, e em decorrência do aumento na taxa de juros, refletida na taxa de desconto aplicada (WACC) e revisão estratégica nos modelos de longo prazo desses negócios, foi verificada necessidade de reconhecimento de perda na unidade geradora de caixa Saber no montante total de R$ 215.434, sendo composto pelas operações de: (i) SETS, no montante de R$ 120.296, sendo R$113.847 relacionado às mais-valias do ágio, e R$ 6.449 em demais intangíveis, e (ii) Idiomas, no montante de R$ 95.138. As seguintes premissas de crescimento foram utilizadas nos cálculos:

Premissa	Kroton	Vasta	SABER Idiomas	SABER PNLD	SABER SETS
quantidade de alunos - base, captação e evasão	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) de 13,41% (anteriormente apresentado 12,30%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,10% (anteriormente apresentado 10,81%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).	1. Taxa de crescimento na perpetuidade em 4,74% (anteriormente apresentado 5,83%) e taxa de desconto aplicada (WACC) em 12,22% (anteriormente apresentado 10,98%).
	2. Crescimento no ticket médio de calouros presencial alinhado com a expectativa de inflação a partir de 2025 e meia inflação no EAD. O ticket médio de veteranos apresenta um crescimento acima da inflação, 3% (anteriormente 5%), conforme ajuste já praticado.	2. A Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 14% (anteriormente 14%), com crescimento pautado em sistemas de ensino, soluções complementares e digital service.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 11% (anteriormente 10,8%), principalmente pelo aumento dos alunos em English Solution B2B.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 3% (anteriormente 6,9%) seguindo a sazonalidade do produto.	2. Receita Líquida cresce a um CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 10,6%), principalmente pelo aumento da venda de livros digitais.
	3. Crescimento na captação EAD com CAGR de 7% entre 2023 e 2026 (anteriormente 10%), e no Presencial com CAGR de 3% entre 2023 e 2026 (anteriormente 2%).	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% (anteriormente 25%), e aumento de margem EBITDA.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 17% (anteriormente 18,4%), com ganho de eficiência devido a escalabilidade do negócio.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 6% (anteriormente 16,3%), com mudança de mix de produtos.	3. EBITDA ajustado com CAGR de 2023 a 2030 de 21% (anteriormente 31%), com redução dos custos diretos relacionado a redução dos livros físicos por livros digitais.

Adicionalmente, alguns indicadores utilizados no modelo de testes são baseados em indicadores macroeconômicos que já podem ser obtidos e recalculados, como projeções de crescimento do país e alteração das taxas que são base para o WACC. A Companhia entende que esse procedimento atende a exigência normativa de realização de teste de *impairment* no mínimo uma vez ao ano ou em algum momento em que um indício claro de *impairment* seja notado. A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado (i) 31/12/2022	31/12/2021
Kroton	8.681.844	8.799.253
Vasta	5.295.441	5.423.482
Saber	355.134	561.951
	14.332.419	**14.784.686**

(i) Em virtude da consolidação dos segmentos operacionais descritos na nota 2.2 e) esta nota explicativa referente ao exercício de 2021 foi revisada em linha com estrutura atual dos segmentos da Companhia.

6. DEBÊNTURES

(a) Composição

	Remuneração	Emissão	Vencimento	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
EDE SARAIVA 4ª emissão debêntures série única	CDI + 2,75% a.a.	27/08/2018	15/08/2026	–	–	231.984	225.632
COGNA 1ª emissão debêntures série única	CDI + 0,65% a.a.	15/04/2019	15/04/2024	202.610	210.010	202.610	210.010
COGNA 2ª emissão debêntures 2ª série	CDI + 1,00% a.a.	15/08/2018	15/08/2023	1.827.126	3.770.126	1.827.126	3.770.126
COGNA 2ª emissão debêntures 3ª série	IPCA + 6,7234% a.a.	15/08/2018	15/08/2025	137.741	130.163	137.741	130.163
COGNA 3ª e 4ª emissão debêntures 1ª, 2ª séries e série única	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a. + 1,15% a.a.	15/08/2018	15/08/2022	–	88.710	–	88.710
COGNA 6ª emissão debêntures série única	CDI + 2,15% a.a.	20/05/2020	20/09/2025	513.850	502.364	513.850	502.364
COGNA 7ª emissão debêntures 1ª e 2ª séries	CDI + 2,60% a.a. e CDI + 2,95% a.a.	20/08/2021	20/08/2024 e 20/08/2026	742.049	924.017	742.049	924.017
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 1ª série	CDI + 1,45% a.a.	02/08/2022	13/07/2027	69.059	–	69.059	–
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 2ª série	IPCA + 7,9273% a.a.	02/08/2022	12/07/2029	329.949	–	329.949	–
COGNA BTG 1ª emissão debêntures 3ª série	IPCA + 8,0031% a.a.	02/08/2022	13/07/2032	103.349	–	103.349	–
AESAPAR 1ª emissão	CDI + 2,95% a.a.	25/11/2021	25/11/2026	–	–	503.832	499.715
VASTA 1ª emissão debêntures série única	CDI + 2,30% a.a.	10/08/2021	05/08/2024	–	–	529.645	514.757
Total				**3.925.733**	**5.625.390**	**5.191.194**	**6.865.494**
Passivo circulante				1.932.853	2.092.743	2.038.312	2.120.340
Passivo não circulante				1.992.880	3.532.647	3.152.882	4.745.154
				3.925.733	**5.625.390**	**5.191.194**	**6.865.494**

As debêntures, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão de ações, possuem as seguintes características:

Empresa	Emissão	Série	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Pagamento principal	Pagamento juros
COGNA	1ª	Única	80.000	10	800.000	No vencimento	Semestral (Abr e Out)
COGNA	2ª	2ª	426.434	10	4.264.340	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	2ª	3ª	10.600	10	106.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	3ª e 4ª	1ª/2ª	800.000	1	800.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	6ª	Única	500.000	1	500.000	No vencimento	Semestral (Mai e Nov)
COGNA	7ª	1ª/2ª	900.000	1	900.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)
EDE	4ª	Única	2.200	100	220.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)
AESAPAR	6ª	Única	500.000	1	500.000	Anual	Semestral (Mai e Nov)
VASTA	1ª	Única	500.000	1	500.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	8ª	1ª	67.000	1	67.000	No vencimento	Semestral (Jan e Jul)
COGNA	8ª	2º	331.000	1	331.000	Anual	Semestral (Jan e Jul)
COGNA	8ª	3º	102.000	1	102.000	Anual	Semestral (Jan e Jul)

(Consolidado)

(b) Movimentação:

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Saldo inicial	5.625.390	6.998.677	6.865.494	7.220.165
Adição - Principal (i)	500.000	900.000	500.000	1.900.000
Custos de emissão	(19.911)	(51.479)	(19.911)	(62.633)
Recompra de debêntures (ii)	(377.689)	–	(377.689)	–
Juros provisionados (iii)	612.953	344.813	794.232	380.530
Apropriação dos custos	24.919	25.916	27.412	27.319
Pagamento de juros	(581.203)	(236.573)	(739.618)	(243.923)
Pagamento de principal	(1.858.726)	(2.355.964)	(1.858.726)	(2.355.964)
Saldo final	**3.925.733**	**5.625.390**	**5.191.194**	**6.865.494**

(i) Em 01 de agosto de 2022, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até três séries, no valor total de R$500.000, sendo a primeira série remunerada pela taxa CDI, e as outras duas séries remuneradas pelo IPCA. A operação foi securitizada através de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI's"). Concomitantemente, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção das flutuações que possam ocorrer nas duas últimas séries, as quais são remuneradas pelo IPCA, convertendo em juros correspondentes a CDI+ 2,10% e CDI + 2.59% a.a., respectivamente. Os impactos decorrentes da contratação de instrumentos financeiros derivativos estão apresentados na nota explicativa 4.2. (ii) No período findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a recompra das debêntures da 7ª emissão - 1ª série -, no montante total de R$ 201.004, e das debêntures da 2ª emissão - 2ª série -, no montante de R$ 176.479. (iii) Considera o ganho financeiro resultante da recompra de debêntures de emissão própria, registrado na rubrica de receitas financeiras no resultado. **(c) Índices de desempenho compromissados:** Emissões "Cogna", "EDE" e "AESAPAR" (cálculos trimestrais): As debêntures emitidas pela controladora Cogna e pelas controladas EDE e AESAPAR requerem a manutenção de índices financeiros "covenants", os quais são apurados trimestralmente, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia. O período de apuração compreende, onde é necessário para o cálculo e como determinado na escritura, os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato, o que não ocorreu até 31 de dezembro de 2022. As dívidas captadas após 30 de junho de 2022 consideram o limite do indicador financeiro de 3,50. sendo certo que em caso de outra dívida emitida pela Cogna conter índice financeiro menor, seja com relação ao patamar, seja em relação à periodicidade de medição, deverá ser considerado o índice financeiro mais restritivo. O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração (conceito dos últimos 12 meses), deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional. O índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,10, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. De acordo com a escrituras de debêntures, com relação as demais obrigações, chamadas não financeiras, a Companhia informa que todas foram atendidas em 31 de dezembro de 2022. Emissão "Vasta" (cálculo anual): As debêntures emitidas pela controlada indireta Somos Sistemas requerem a manutenção de índices financeiros "*covenants*", os quais são apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controlada. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada ano, e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a: (i) 4,25 (quatro inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes no 1º (primeiro) ano; (ii) 4,00 (quatro) vezes no 2º (segundo) ano; (iii) 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes no 3º (terceiro) ano, e; (iv) 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes no 4º (quarto) ano. Esse índice não pode ser descumprido por 2 períodos consecutivos ou por 3 períodos alternados durante a vigência da Emissão. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 2,79, dentro das condições estabelecidas as cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. Esse índice foi superado em 31 de dezembro de 2021, sendo o primeiro ano a ter superado o indicador, mas ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

(d) Cronograma de amortização:

31/12/2022	Vencimento	Controladora Total	%	Consolidado Total	%
	em até um ano	1.932.853	49,3	2.038.312	39,3
Total passivo circulante		**1.932.853**	**49,3**	**2.038.312**	**39,3**
	um a dois anos	644.115	16,4	1.196.856	23,1
	dois a três anos	711.785	18,1	1.015.308	19,5
	três a quatro anos	143.169	3,6	446.907	8,6
	quatro a cinco anos	64.838	1,7	64.838	1,2
	cinco anos em diante	428.973	10,9	428.973	8,3
Total passivo não circulante		**1.992.880**	**50,7**	**3.152.882**	**60,7**
		3.925.733	**100,0**	**5.191.194**	**100,0**

31/12/2021	Vencimento	Controladora Total	%	Consolidado Total	%
	em até um ano	2.092.743	37,2	2.120.340	30,9
Total passivo circulante		**2.092.743**	**37,2**	**2.120.340**	**30,9**
	um a dois anos	2.328.287	41,4	2.380.688	34,7
	dois a três anos	843.514	15,0	1.396.358	20,3
	três a quatro anos	215.331	3,8	518.854	7,6
	quatro a cinco anos	145.515	2,6	449.254	6,5
Total passivo não circulante		**3.532.647**	**62,8**	**4.745.154**	**69,1**
		5.625.390	**100,0**	**6.865.494**	**100,0**

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

7.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R$7.667.615, correspondente a 1.876.606.210 ações ordinárias nominativas. **Posição de ações e valor do capital social:** Assim sendo, o capital social da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está disposto conforme segue:

	31/12/2022 Valor	Quantidade	31/12/2021 Valor	Quantidade
Total de ações ex-tesouraria	7.659.358	1.874.692.369	7.609.803	1.873.745.608
Total de ações em tesouraria	8.257	1.913.841	57.812	2.860.602
Total de ações	**7.667.615**	**1.876.606.210**	**7.667.615**	**1.876.606.210**

Adicionalmente a seguir apresentamos as movimentações ocorridas nas ações em tesouraria:

	31/12/2022 Valor	Quantidade	31/12/2021 Valor	Quantidade
Saldo inicial	57.812	2.860.602	99.095	7.638.405
Recompra de ações em tesouraria (i)	18.842	7.771.461	–	–
Alienação de ações	(68.397)	(8.718.222)	(41.283)	(4.777.803)
Saldo final	**8.257**	**1.913.841**	**57.812**	**2.860.602**

(i) Conforme Fato Relevante divulgado ao mercado em 10 de fevereiro de 2022, o Conselho de Administração aprovou a criação do programa de recompra de ações de emissão da Companhia, as quais serão mantidas em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento. Seu objetivo é o de gerar valor e maximizar retorno aos acionistas, além de honrar compromissos da Companhia em programas de remuneração baseado em ações, entre outros. O prazo máximo para realização dessas aquisições é 10 de fevereiro de 2023, sendo que a Companhia poderá adquirir, no contexto do programa de recompra, até 102.880.658 ações. **7.2. Reserva de capital e opções outorgadas:** A Companhia concede planos de remuneração baseado em ações aos executivos e empregados do Grupo e considerou a apropriação dos valores calculados a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o CPC 10/IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações. Maiores detalhes estão apresentados na nota explicativa 28. Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios: Em 3 de julho de 2014, por decorrência da incorporação de ações na aquisição da controlada Anhanguera, houve a emissão de 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Na mesma da data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R$ 2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R$ 5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital (instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios). Ganho patrimonial em emissão de ações de controlada: Em 30 de julho de 2020, a Controlada Vasta Platform Ltda. ("Vasta") nos termos do US Securities Act de 1933 ("Oferta"), realizou a oferta pública inicial do negócio fixado no preço de US$ 19,00 por ação de classe A de emissão, perfazendo o montante total de US$ 352.934.438,00, mediante a emissão de 18.275.492 novas ações classe "A". Adicionalmente, foi outorgada aos coordenadores da Oferta uma opção de compra por 30 dias de até 2.786.323 ações classe A ao preço da Oferta, descontados o desconto de subscrição. Considerando o exercício integral pelos coordenadores da Oferta da opção para adquirir a totalidade das ações classe A adicionais, os recursos brutos da Oferta seriam de US$ 405.874.485,00. As ações classe A da Vasta começaram a ser negociadas na NASDAQ em 31 de julho de 2020 e foram liquidadas em 04 de agosto de 2020, sendo que o montante total recebido em caixa pela Vasta nessa operação foi de R$1.681,342, já líquido dos custos de emissão. Como resultado da subscrição e integralização das novas ações no momento da oferta, a Companhia registrou ajuste patrimonial de R$ 740.317 refletindo a valorização patrimonial ocorrida na Vasta, reduzindo a participação da Cogna na Vasta de 100% para 77,62%. Considerando os prejuízos ocorridos em 2022 e 2021 , a Companhia consumiu parcialmente os saldos dessa rubrica, no montante total de R$ 528.930 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 489.125 em 31 de dezembro de 2021). Dadas essas movimentações, o saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é R$ 4.517.204 (R$ 5.116.787 em 31 de dezembro de 2021). **7.3. Participação de acionistas não controladores:** Conforme mencionado na nota explicativa 27.2, por decorrência da abertura de capital (IPO) da controlada direta Vasta Platform Ltda. ("Vasta"), ocorrido em julho de 2020, a Companhia procedeu com redução de sua participação acionária no patrimônio líquido, anteriormente de 100% para 77,62%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve redução desse percentual, anteriormente de 77,62%, para 77%, em razão da liquidação de *tranches* do plano de remuneração baseada em ações (RSU-Vasta), o qual implicou na emissão de ações da Vasta para entrega aos beneficiários que tornaram-se portanto minoritários. Tal evento resultou na perda de participação no montante de R$ 28.523, reconhecido na rubrica de participação de acionistas não controladores, no patrimônio líquido, em contrapartida a rubrica de reservas de capital na Cogna. Com base nessas informações, o montante pertencente ao controle de acionistas não controladores, em 31 de dezembro de 2022, totalizava R$ 1.064.826 (R$1.044.074 em 31 de dezembro de 2021).

8. PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

8.1. Plano de outorga de ações restritas - RSU: Durante o ano de 2018 a administração da Companhia aprovou a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao desempenho e a permanência de seus administradores ou empregados. Mediante esse plano, podem ser outorgados direitos ao recebimento de um número máximo de ações restritas que não exceda 19.416.233 (dezenove milhões, quatrocentas e dezesseis, duzentas e trinta e três) ações, quantidade que correspondia a 1,18% do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano, excluídas as ações que se encontravam em tesouraria na mesma data. A liquidação dos contratos está condicionada à continuidade do vínculo empregatício ou de administrador por um período de carência pré-determinado nos contratos de outorga. O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga e a concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria. Ainda em 2018 a Companhia decidiu instituir um Plano de Outorga de Ações Restritas, onde poderiam ser outorgadas Ações Restritas aos executivos com o objetivo de promover a migração de opções de compras de ações outorgadas no plano anterior ("plano 2015"), mediante aceitação expressa dos respectivos beneficiários e sua renúncia às opções de compra de ações ainda não exercidas, além da aceitação aos termos e condições fixadas pelo novo plano. Apresentamos a seguir a movimentação ocorrida no plano de ações restritas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Quantidade de ações restritas — Planos	31/12/2021	Ações Restritas Liquidadas ou Canceladas	31/12/2022
KROT_Plano 2015 - Migrados	18.874	–	18.874
KROT_Plano 2018 - Novos	1.448.112	(857.696)	590.416
Total	**1.466.986**	**(857.696)**	**609.290**

(i) Os contratos vigentes em 30/04/2021 do Plano de Ações Restritas Cogna 2018 (RSU) de beneficiários alocados nas áreas de negócio denominadas Cogna, Platos ou Kroton foram parcialmente migrados para o novo Plano de Performance Shares (PSU). A quantidade de ações canceladas em RSU e outorgadas em PSU foi calculada com base no período remanescente de carência de cada contrato na data da migração 01/05/2021. As ações não canceladas e, portanto, não migradas para PSU serão liquidadas na data de vencimento de sua carência original no âmbito do Plano RSU. A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de R$499 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R$ 8.909 em 31 de dezembro de 2021) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido. Adicionalmente, foram reconhecidas como despesas de pessoal com encargos e atualização do saldo acumulados de encargos pelo preço de fechamento da ação Cogna o montante de

continua ★

13º e férias de quem faz hora extra aumentam

Trabalho extrajornada no descanso semanal remunerado tem efeitos sobre outras verbas salariais, decide TST

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O 13º salário, o recolhimento do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), as férias e o aviso prévio dos trabalhadores que fazem horas extras habituais ficarão maiores a partir de agora.

Na segunda-feira da semana passada (20), o TST (Tribunal Superior do Trabalho) fixou entendimento de que o efeito das horas extras frequentes sobre o descanso semanal remunerado passa a incidir também no cálculo dessas verbas trabalhistas.

O quanto isso poderá aumentar o custo da folha de pagamento dependerá do volume de horas extras habituais feitas pelos funcionários a cada mês, dizem advogados. Para esse julgamento do TST, os ministros consideraram apenas as horas extrajornada consideradas frequentes, ou seja, as habituais.

A advogada Fernanda Garcez, sócia da área trabalhista do Abe Advogados, diz que a legislação trabalhista não fixa um parâmetro para o que é considerado hora extra habitual ou eventual e, por isso, cada caso precisa ser analisado individualmente.

O parâmetro acaba sendo, de acordo com Ricardo Calcini, consultor do Chiode e Minicucci Advogados, quando a recorrência é suficiente para gerar reflexo nas demais parcelas, como no descanso semanal remunerado.

A legislação prevê que cada hora extra recorrente feita pelo trabalhador gere outra hora no cálculo do descanso remunerado, aquela folga em geral concedida aos domingos.

Até o julgamento do dia 20, o TST tinha uma orientação jurisprudencial (a OJ 394) de que esse ajuste no descanso remunerado, causado pelas horas extras, não tinha efeito sobre o cálculo dos demais valores.

O relator da reanálise do caso do TST, ministro Amaury Rodrigues, disse, no julgamento, que a mudança responde a uma questão aritmética.

Segundo ele, as horas extras habituais e as diferenças no descanso semanal remunerado são parcelas autônomas que compõem a remuneração do trabalhador e, por isso, ambas devem ser consideradas na apuração de 13º, FGTS, aviso prévio e férias.

O entendimento reformado na segunda-feira não afeta ações judiciais já em andamento e que discutam o assunto e deverá ser aplicado somente às horas extras trabalhadas a partir de 20 de março de 2023.

Até o julgamento de segunda-feira, diz a advogada Fernanda Garcez, o tribunal entendia que havia uma repetição ao considerar os efeitos das horas extras do descanso nas demais verbas. O entendimento anterior havia sido firmado em 2000.

Apesar de a discussão sobre o cálculo dessas horas extras ter sido na Justiça do Trabalho, Fernanda Garcez, diz que o entendimento deve ser aplicado administrativamente, já nesta semana.

A aplicação a todas as horas extras desde o dia 20 de março de 2023 foi prevista na redação da OJ 394.

Aos 90 anos, líder de trabalhadoras domésticas ainda vê muita luta pela frente

MINHA HISTÓRIA
NAIR JANE DE CASTRO LIMA

SÃO PAULO Nair Jane de Castro Lima, 90, costuma comparar a trajetória das trabalhadoras domésticas no Brasil, em sua busca por direitos iguais, a uma colcha de retalhos —a PEC das Domésticas, que completa dez anos neste 2 de abril, seria um dos pedaços mais recentes dessa história costurada por diversas mãos e com muita luta.

Mulher, negra e nordestina, ela tem uma história que remete à de diversas outras brasileiras que veem no trabalho doméstico a única chance de sobrevivência.

Nascida no interior do Maranhão, ela começou a atuar como babá aos nove anos. Foi cuidando de filhos de outras famílias no Rio que ela entendeu como trabalhadora e foi buscar direitos iguais presidindo associações e ajudando a organizar uma base.

Mais tarde, essa experiência a faria ter papel fundamental na mobilização das trabalhadoras domésticas na elaboração da Constituição de 1988.

Ela também colaborou com a construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores), ajudou a fundar a Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas e o sindicato da categoria na Baixada Fluminense.

Sua trajetória foi contada no documentário "Eu Sou Nair Jane - A Luta das Trabalhadoras Domésticas", produzido pelo Cedim/RJ (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro), e no minidoc "Colcha de Retalhos", do CPDOC da FGV (Fundação Getulio Vargas) —este disponível no YouTube.

Nair Jane de Castro Lima, que ajudou a fundar a Confederação Latino-Americana e do Caribe das Trabalhadoras Domésticas Eduardo Anizelli/Folhapress

> **A PEC das Domésticas e a lei complementar nos ajudaram bastante, mas nem tudo está resolvido, queremos igualdade no seguro-desemprego, e a doméstica continua sem acesso à creche, lutando para ter onde deixar os filhos com segurança e poder trabalhar em paz**

Em depoimento à **Folha**, ela se diz orgulhosa dos direitos conquistados pela categoria no Brasil e do papel que desempenhou nessa mudança.

*

Nasci em uma época em que o racismo era ainda mais forte e essa questão do trabalho análogo à escravidão nem era discutida. Saí de Imperatriz, no Maranhão, e logo comecei a atuar como babá. Foram 11 anos trabalhando em troca de casa e comida.

É curioso, tinha carinho por essa primeira família de patrões. Almoçava e jantava na mesa com eles e, apesar de tudo, podia estudar. Era tão novinha que não entendia muito bem o conceito de trabalho doméstico, não tinha salário, mas achava que era parte daquela casa. Quando fui trabalhar para outra família, já me enxergava como trabalhadora, me sentia parte da categoria das domésticas. Fui tomando consciência de quem eu era, dos direitos que não tinha e do que poderia fazer para melhorar a nossa situação. Já entendia que não dava para dizer que aquela casa era minha, mas apenas o lugar de onde tirava o meu sustento.

Como era babá e não fazia outro serviço além de cuidar da criança, tinha mais tempo disponível e o usava para pesquisar sobre direitos trabalhistas. Minha luta começou quando entramos para a JOC (Juventude Operária Católica).

Com o tempo, fundamos nossas associações, fui presidente da Associação Profissional de Trabalhadores Domésticos do Estado do Rio de Janeiro e ajudamos a fundar a CUT.

Era emocionante ver outras meninas, que antes se viam como parte da mobília, começando a se enxergar como trabalhadoras.

A luta durante a Constituinte começou um pouco no Rio e um pouco em Brasília. A gente enfrentou o [ex-presidente da Câmara dos Deputados] Ulysses Guimarães e a turma dele. Eu não era líder daquele movimento, mas tinha sempre um constituinte que batia no meu ombro e me chamava para conversar.

Nos chamavam de "formiguinhas". As domésticas encheram Brasília, quem não tinha onde ficar dormia em pedaços de papelão, em uma cama improvisada de uma creche, algumas ficaram na casa da [parlamentar] Benedita da Silva.

Não conseguimos a equiparação dos direitos das domésticas, mas deixamos a nossa marca na luta pelos direitos das mulheres, que daria frutos nos anos seguintes. O importante é que a gente estava lá.

Quando Lula foi eleito pela primeira vez, em 2003, começamos a mandar cartas para Brasília, perguntando quando iriam equiparar as férias das trabalhadoras domésticas, e conseguimos.

A cada nova vitória, a gente sempre se perguntava: "E agora? também queremos FGTS, seguro-desemprego, salário-família".

A nossa luta é uma colcha de retalhos, não veio tudo de uma só vez, e cada pedaço de tecido é fruto de muita luta. A PEC das Domésticas e a lei complementar nos ajudaram bastante, mas nem tudo está resolvido, queremos igualdade no seguro-desemprego, e a doméstica continua sem acesso à creche, lutando para ter onde deixar os filhos com segurança e poder trabalhar em paz.

Eu poderia dizer que tenho esperanças boas com a volta de Lula, só que o presidente não resolve tudo sozinho. Temos de continuar pensando em como agir.

No dia 20 de março, fui homenageada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro com a Medalha Chiquinha Gonzaga, o que me deixou muito orgulhosa e feliz de ser lembrada ainda em vida. Mas acho que esse não é um ponto final, ainda tenho muito a fazer.

Depoimento a Douglas Gavras

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023 - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na modalidade **CHAMADA PÚBLICA**, para CADASTRAMENTO DE EMPRESAS, COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÃO DE COLETORES DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS, ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA SELETIVA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE MONÇÕES, na forma do Edital. Fica determinado a entrega e abertura dos envelopes no dia **20 de abril de 2023**, até às **08h30min**, para recebimento dos envelopes proposta e documentação, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217 / e-mail: licitacao@moncoes.sp.gov.br. Monções (SP), 27 de março de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA

COMUNICADO

Concernente ao Pregão Eletrônico nº 017/2023, Oferta de Compra nº 102401100632023OC00051, Processo nº 2022/31466 - AQUISIÇÃO DE QUADRO NAO MAGNÉTICO que está **SUSPENSA** a sessão pública marcada para o dia 28/03/2023, em observância a impugnação inserida no sistema pela empresa **MULTI QUADROS E VIDROS LTDA**, para que ocorra tempo hábil para a área técnica emitir parecer referente aos termos apontados pela empresa na impugnação editalícia. A reativação do certame e data de reabertura será publicada, oportunamente, no Diário Oficial do estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAPORA DO BOM JESUS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2023 – PROCESSO Nº 0348/2023 – OBJETO: Contratação de empresa especializada em procedimentos de CASTRAÇÃO em FELINOS e CANINOS de ambos os sexos, fornecimento de KIT PÓS-OPERATÓRIO e implantação de MICROCHIP em felinos, caninos, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência. A Sessão Pública será as 10:00 horas do dia 14 de Abril de 2023 no endereço: www.bbmnetlicitacoes.com.br. O Edital estará disponível a partir das 17:30 horas do dia 28/03/2023, no endereço acima mencionado e também pode ser solicitado através do e-mail: licitacoes.pirapora@gmail.com. Pirapora do Bom Jesus, 27 de Março de 2023 – Suelen Martins Silveira – Pregoeira.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS

PREGÃO ELETRÔNICO 18/2023 - A Prefeitura do Município de Itápolis informa aos interessados a abertura da licitação em epígrafe que tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE (CBUQ) E CONCRETO DOSADO EM CENTRAL FCK 18 E 20. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** 11 de ABRIL de 2023 às 8h30min no site http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. O edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente através dos sites www.itapolis.sp.gov.br e http://e-licita.itapolis.sp.gov.br:8096. Maiores informações, através do telefone 16 3263 8000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso de Reabertura e Retificação da Licitação Pregão Presencial nº12/2023

A Prefeitura Municipal de Conchas torna público a reabertura da licitação modalidade Pregão Presencial nº12/2023, para registro de preços para prestação de serviços de locação de horas máquinas, caminhões, motoniveladora, pá carregadeira, retroescavadeira, rolo compactador e trator de esteira, com combustível, serviços, manutenção preventiva e corretiva, incluindo operador e motorista", visando contratação futura, para execução de reparos em estradas rurais, logradouros e demais que ocorrerem. Período 12 meses. O Edital retificado se encontra disponível para download no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br, ou solicitar através do e-mail: licitacao3@conchas.sp.gov.br / pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Os documentos de credenciamento e os envelopes nº01-proposta comercial e nº02 - documentos de habilitação deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado na Rua Minas Gerais, nº707, Conchas – SP, às 09h00min do dia 19 de abril de 2023. Informações: (14) 3845-8011. Júlio Tomazela Neto – Prefeito Municipal.

Prefeitura Municipal de Jaboticabal - SP

Acha-se aberta na Prefeitura Municipal de Jaboticabal/SP, a **TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023**, visando a **contratação de empresa especializada, em regime de empreitada global, com fornecimento de material e mão de obra para execução da Obra de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA da estrada Municipal Rural "Prainha", no município de Jaboticabal/SP.** O **ENCERRAMENTO** dar-se-á no dia **19 de abril de 2023 às 09h00**. O edital estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no Portal da Transparência de Jaboticabal, o qual poderá ser acessado através do endereço eletrônico: **transparencia.jaboticabal.sp.gov.br**.

Jaboticabal, 27 de março de 2023.
EMERSON RODRIGO CAMARGO
Prefeito

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

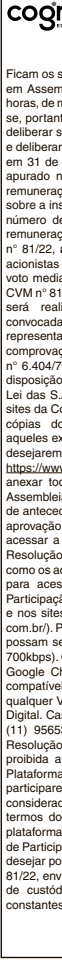
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2023

Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de requalificação da iluminação pública de praças, quadras e espaços de interesse público do município de Cajamar-SP, conforme Termo de Referência - P.A. 1539/2023.
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço por Global
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 13/04/2023 às 09:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 27 de março de 2023
Raul Lopes Cardoso
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de uso contínuo utilizados em manutenções realizadas pela Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, conforme especificações constantes do Termo de Referência - P.A 2876/2023.
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço por Lote.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 12/04/2023 às 09:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 27 de março de 2023
Raul Lopes Cardoso
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica *Ten Meetings,* considerando-se, portanto, realizada na sede social da Companhia nos termos da Resolução CVM nº 81/22, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar acerca das demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a absorção, pela reserva de capital, do prejuízo apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2023; (iv) Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; e (v) Caso o Conselho Fiscal seja instalado, fixar o respectivo número de membros, eleger seus membros e os respectivos suplentes, bem como fixar a sua remuneração. Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo Artigo 28, §3º da Resolução CVM nº 81/22, **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital,** podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Poderão participar da Assembleia ora convocada os acionistas titulares de ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, munidos dos respectivos documentos de identidade e de comprovação de poderes, devendo ser observadas as formalidades exigidas nos termos do art. 126 nº 6.404/76 ("Lei das S.A.") e descritas no Manual de Participação na Assembleia. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao art. 133 da Lei das S.A., bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM nº 81/2022. Participação Por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=6AB185AD7157, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme descritos no Manual de Participação na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. Nos termos do art. 5º, §1º da Resolução CVM nº 81/2022, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na Assembleia, incluindo demais informações para acesso e utilização do sistema pelos acionistas, encontram-se descritas no Manual de Participação na Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1º, II, da Resolução CVM nº 81/22, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM nº 81/22. Informações detalhadas sobre o acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia estão descritas no Manual de Participação na Assembleia. Participação por meio do Boletim de Voto a Distância: O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto a distância, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao agente escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do Manual de Participação na Assembleia e do Boletim de Voto a Distância.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023
Rodrigo Calvo Galindo
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA DE BOITUVA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO PE 12/2023

ÓRGÃO: Prefeitura de Boituva; Pregão Eletrônico 12/2023 **Registro de Preços para Aquisição de Tintas e Acessórios para pintura**. ; MODALIDADE: Pregão Eletrônico; ENCERRAMENTO:12/04/2023 as 09h00min. O edital completo poderá ser acessado www.bbmnetlicitacoes.com.br ou através do site www.boituva.sp.gov.br. Prefeitura de Boituva, em 27 de março de 2023. **Vilma Moraes de Arruda Soares Secretária de Educação**

Prefeitura Municipal de Boraceía

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 10/2023.

Registro de Preços concreto usinado e serviço de bomba. Abertura: 10/04/2023 às 09h00. Edital/anexos: www.boraceia.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

ERRATA - JORNAL A VOZ DO POVO. **EDIÇÃO Nº1655 de 07 a 13 de janeiro de 2023**. Publicação: HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO E RESUMO DO CONTRATO. **CARTA CONVITE Nº011/2022 PROCESSO Nº100/2022. ONDE- SE- LÊ:** Contratação de Empresa par a Fornecimento de Combustíveis para Frota Rodoviária deste Município. **LEIA-SE:** Contratação de Empresa para Fornecimento de Uniforme para Alunos do Ensino Fundamental e Infantil, da escola EMEIF deste Município. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO: Pregão Presencial nº 005/2023. Processo Administrativo nº 8160/2022. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS de Aquisição Pneus novos, não recondicionados ou remanufaturados, Câmaras de ar, incluindo serviços de Balanceamento de Roda, Alinhamento de Veículos Desmontagem e Montagem de Pneus para atender as Secretarias Municipais. Contratação por meio de Ata de registro de Preços.** Sessão de Abertura dia 12 de Abril de 2.023 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer *mídia* "CD" gravável, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso prorrogação de prazo Tomada de Preços Nº03/2023.

A Prefeitura Municipal de Conchas torna público a prorrogação de prazo da licitação modalidade Tomada de Preços Nº03/2023, objetivando a contratação de empresa especializada para realização de Trabalho Técnico Social, em face da obra de construção de Praça de Lazer no Jardim Bela Vista, Conchas – SP. O edital na íntegra se encontra disponível para download no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br, ou solicitar pelo e-mail: licitacao3@conchas.sp.gov.br, ou pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Os documentos de credenciamento e os envelopes n°01-proposta comercial e n°02 - documentos de habilitação deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado na Rua Minas Gerais, nº707 - Centro - Conchas – SP, para o dia 18 de Abril de 2023, às 14:00 horas. Informações: (14) 3845-8011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso de Retificação e prorrogação de prazo da Licitação Pregão Eletrônico Nº06/2023

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica a retificação e prorrogação de prazo da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº06/2023, objetivando o registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa para aquisição de Itens Permanentes. A sessão pública será realizada através da Plataforma (BLL COMPRAS), às 09h00min do dia 13 de Abril de 2023. O edital retificado (forma de Julgamento), se encontra disponível nos sites bll.org.br e www.conchas.sp.gov.br e Informações: Setor de Licitações Fone: (14) 3845-8011 ou através do endereço eletrônico: licitacao3@conchas.sp.gov.br ou pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Julio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso Prorrogação de Prazo Pregão Eletrônico Nº05/2023

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica a prorrogação de prazo da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº05/2023, objetivando o registro de preços para futuras e eventuais contratações de empresa para aquisição e instalação bens duráveis. A sessão pública será realizada através da Plataforma (BLL COMPRAS), às 09h00min do dia 11 de Abril de 2023. O edital se encontra disponível nos sites bll.org.br e www.conchas.sp.gov.br e Informações: Setor de Licitações Fone: (14) 3845-8011 ou através do endereço eletrônico: licitacao3@conchas.sp.gov.br ou pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Julio Tomazela Neto - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO CONTRATO Nº 091/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: Conpav Santa Fé Construções e Pavimentação Ltda. VALOR: R$ 693.787,35 - ASSINATURA: 17/03/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas em vários bairros e vias públicas do município de Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão e obra; conforme memorial descritivo, orçamento, memória de cálculo, cronograma físico - financeiro, projetos e demais anexos (lote 02). Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional - Proposta nº 033493/2019 - Operação nº 1068019/2020. MODALIDADE: Concorrência nº 013/2022.

Fernandópolis, 27 de março de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE REDESIGNAÇÃO DE DATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de fornecimento de Produtos Químicos e Materiais para tratamento, manutenção e limpeza das piscinas, localizadas nas dependências do Parque da Cidade Cajamar Feliz, conforme Termo de Referência P.A. 15.389/2023.

Fica Redesignado o Dia 11/03/2023 às 09h00min para Sessão Pública de Recebimento e Abertura dos Envelopes da Licitação em Epígrafe, Permanecendo Inalterada Todas as Demais Cláusulas do Edital.

Cajamar, 27 de Março de 2023
Fabiano Lima Rodrigues
Secretário Municipal de Esportes, Lazer e Cultura

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada em Fornecimento de Escudos Balísticos; Capacete Balístico e Drone Mavic 2 Zoom, conforme Termo de Referência - P.A. 8236/2022.
Critério de Julgamento da Licitação: Menor Preço por Item.
Recebimento e Abertura dos Envelopes: 11/04/2023 às 14:00 horas.
Local: Paço Municipal, sito na Praça José Rodrigues do Nascimento, 30, Água Fria - Cajamar/SP.
Esclarecimentos: Endereço acima, no horário das 08:30 horas às 16:30 horas e/ou através do e-mail disposto no Edital.
Edital disponível no site www.cajamar.sp.gov.br.

Cajamar, 27 de março de 2023
Edmilson José Padovani
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social

Superbac Biotechnology Solutions S.A.

CNPJ/ME nº 00.657.661/0001-94 - NIRE 35.300.340.604

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas da **Superbac Biotechnology Solutions S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada às 08:30 horas do dia 12 de abril de 2023, em sua sede social, localizada na Cidade de Cotia, Estado de São Paulo, na Rua Santa Mônica, nº 1025, Parque Industrial San José, CEP 06715-865, a fim de deliberar sobre: **(i)** a ratificação da celebração de empréstimo através da contratação de Cédula de Crédito Bancário pela Superbac Indústria e Comércio de Fertilizantes S.A. ("Superbac Fertilizantes") e o Banco Cooperativo SICOOB S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 02.038.232/0001-64, no valor de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), com prestação de garantia real pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(ii)** a ratificação da celebração de empréstimo através da contratação de Cédula de Crédito Bancário pela Superbac Fertilizantes e o Banco Santander S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 90.400.888/0001-42, no valor de R$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil reais), com prestação de garantia pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(iii)** a ratificação da celebração de empréstimo em moeda estrangeira (euros), através da celebração de contrato NDF *(Non Deliverable Forward)* pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú Unibanco S.A., inscrito no CNPJ/ME sob nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Itaú"), no valor de R$ 26.000.000,00 (vinte e seis milhões de reais), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(iv)** a ratificação da celebração de empréstimo em moeda estrangeira (euros), através da celebração de contrato NDF *(Non Deliverable Forward)* pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú, no valor de R$ 43.170.442,00 (quarenta e três milhões, cento e setenta mil, quatrocentos e quarenta e dois reais), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(v)** a ratificação de 4 (quatro) operações financeiras de financiamento à importação (FINIMP), em moeda estrangeira (dólares norte-americanos), através da celebração de 4 (quatro) contratos NDF *(Non Deliverable Forward)* pela Superbac Fertilizantes e o Banco Itaú, no valor total de R$ 40.132.967,95 (quarenta milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e cinco centavos), com prestação de garantia fidejussória (duplicatas) pela Superbac Fertilizantes e aval pela Companhia; **(vi)** a aprovação da parceria comercial entre a Companhia e a Amazônia Care, organização não governamental, inscrita no CNPJ/ME sob nº 46.764.133/0001-35, sendo que a associada fundadora da organização é parte relacionada de acionista da Companhia; e **(vii)** autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. Os documentos referentes aos itens da ordem do dia se encontram à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como a Companhia está à disposição dos acionistas para eventuais esclarecimentos.

Cotia/SP, 27 de março de 2023
Luiz Augusto Chacon de Freitas Filho - Presidente do Conselho de Administração

mercado

Consignado do INSS deve ser debatido nesta terça

BRASÍLIA A Casa Civil e os ministérios da Fazenda e da Previdência Social devem se reunir nesta terça-feira (28) com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para tentar alcançar um acordo sobre o teto da taxa de juro do consignado do INSS, após a crise gerada pela suspensão do crédito para aposentados e pensionistas.

A decisão foi tomada na noite desta segunda-feira (27), depois de uma reunião entre a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, o secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, e o ministro da Previdência, Carlos Lupi. Não houve definição no encontro.

O encontro desta terça deve ocorrer pouco antes da reunião do CNPS (Conselho Nacional da Previdência Social), marcada para as 14h. A possibilidade de adiamento dessa nova deliberação é considerada remota por integrantes do governo, pois os conselheiros já estão com as passagens compradas.

Como a **Folha** mostrou, a redução do teto dos juros do empréstimo consignado do INSS de 2,14% para 1,7% foi resultado de um ruído entre Lupi e o Palácio do Planalto.

De acordo com relatos de integrantes do governo, a medida chegou a ser apresentada a Lula em reunião no dia 8, e o mandatário deu aval para que a proposta começasse a tramitar internamente e ouvisse ministérios envolvidos, em especial a Fazenda.

Lupi, por sua vez, entendeu —segundo interlocutores— que poderia manter a análise do tema na reunião do CNPS realizada na segunda-feira (13). **Danielle Brant e Catia Seabra**

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO Erik Kiyoshi Nishimura , REQUERIDO POR Kiyoshi Nishimura - PROCESSO Nº 1010234-34.2022.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional VIII - TATUAPE, Estado de São Paulo, Dr.Luís Eduardo Scarabelli, na forma da Lei, etc. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 02/03/2023 13:28, foi decretada a INTERDIÇÃO de Erik Kiyoshi Nishimura, CPF 450.531.328-01, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e nomeado(a) como CURADOR(A), em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr Kiyoshi Nishimura. O presente edital será publicado por três vezes, por vários meios de publicidade, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei.

Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores do Ramo de Transporte de Empresas de Cargas Secas e Molhadas e Diferenciados do Comércio, Indústria, Gás (Somente Motoristas), Estabelecimentos Bancários e Financeiros de Osasco e Região. Assembleia Geral Ordinária - Prestação de Contas - Edital de Convocação: Pelo presente edital, ficam convocados, todos associados em dia com suas obrigações estatutárias para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 31 de Março de 2023, às 15h00min, em primeira convocação, e não atingindo quórum, uma hora após em segunda e última convocação, com qualquer número de presentes na forma estatutária, à Rua dos Marianos, n.º 123, Centro. Osasco, para tratar da seguinte Ordem do Dia:: 1º- Leitura e discussão da ata da assembleia anterior; 2º - apresentação do Relatório de Atividades da Diretoria bem como as contas referentes ao exercício de 2022, acompanhados do balanço contábil e demais peças que o compõe, além do Parecer dos Membros do Conselho Fiscal. Osasco, 28 de Março de 2023.
Reginaldo Nunes dos Santos - Diretor Presidente

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Departamento de Inteligência da Polícia Civil - DIPOL
Divisão de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO DIPOL nº 02/2023 – PROCESSO PCSP-PRC-2023/01199
OFERTA DE COMPRA (OC) n.º 180134000012023OC00024

Acha-se aberta, no Departamento de Inteligência da Polícia Civil – DIPOL, a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço, que tem por objeto **aquisição de mobiliário para as unidades dos 18º e 19º andares (DOIP, LAB-LD, SETEL, DICOM E CEPOL)** do Palácio da Polícia Civil, conforme quantidade, características e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do Edital. A sessão pública realizar-se-á no dia **11/04/2023**, a partir das **10:00 horas** (horário de Brasília). Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: **29.03.2023**. O Edital na íntegra poderá ser obtido nos "sites" www.e-negociospublicos.com.br e www.bec.sp.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO MORATO

COMUNICADO: Pregão Presencial nº 004/2023. Processo Administrativo nº 2865/2023. A Prefeitura do Município de Francisco Morato, com sede na Praça da Liberdade, nº 10, Jardim Sinobe, torna público que, encontra-se aberta, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** tendo como Objeto Contratação de serviços contínuos, incluindo o pré-preparo, preparo da alimentação escolar, auxílio na distribuição, limpeza e conservação dos equipamentos e utensílios utilizados e serviços de conservação limpeza, desinfecção nas instalações prediais, internas e externas, áreas verdes, limpeza e higienização de caixas d' águas nas unidades escolares da Secretaria de Educação, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos, visando a obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com a disponibilidade de mão de obra, saneantes domissanitários, materiais e equipamentos. Sessão de Abertura dia 11 de abril 2.023 às 10:00 horas. O Edital e seus Anexos encontram-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações bastando trazer *mídia* "CD" gravável, por solicitação no e-mail: licitacao@franciscomorato.sp.gov.br e no site www.franciscomorato.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO CONTRATO Nº 090/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: Conpav Santa Fé Construções e Pavimentação Ltda. VALOR: R$ 1.544.865,59 - ASSINATURA: 17/03/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas em vários bairros e vias públicas do município de Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão e obra; conforme memorial descritivo, orçamento, memória de cálculo, cronograma físico - financeiro, projetos e demais anexos (lote 01). Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Regional - Proposta nº 1072366-85/2020 - Operação nº 014316/2020. MODALIDADE: Concorrência nº 013/2022.

Fernandópolis, 27 de março de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12481/2022
COTA RESERVADA/EXCLUSIVIDADE ME/EPP
REPUBLICAÇÃO

Encontra-se aberta licitação visando a contratação de pessoa jurídica, com cota reservada/ exclusividade para ME/EPP, para fornecimento de equipamentos hospitalares permanentes, destinados ao Centro Cirúrgico e UTI do Hospital Municipal de Salto/SP, conforme especificações e quantidades constantes no Anexo I, a cargo da Secretaria de Saúde. O Pregão se realizará de forma ELETRÔNICA, através da BBM – Bolsa Brasileira de Mercadoria, **na data de 11 de abril de 2023. Cadastro de Propostas Iniciais: das 08hs do dia 28/03/2023 até as 08h30min do dia 11/04/2023. Abertura de Propostas Iniciais: 11/04/2023 às 08h35min. Início da Sessão Pública (Fase Competitiva): 11/04/2023 às 09hs.** O edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão, através dos sítios: www.bbmnetlicitacoes.com.br e www.salto.sp.gov.br – Licitação. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.

Estância Turística de Salto, 27 de março de 2023.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 042/2023
Proc. Adm. nº. 230126010753200/2023

Objeto: Registro de Preços para prestação de serviços parcelados de **PODA DE ÁRVORES, TRITURAÇÃO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS**, em atendimento à Secretaria de Serviços Municipais, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 28/03/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site deste município no link https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 11/04/2023, às 10h00min**.

Santana de Parnaíba, 27 de março de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONÇÕES

CONCORRENCIA Nº 003/2023 - Encontra-se aberta na Prefeitura Municipal de Monções licitação na **modalidade Concorrência, sob o nº 003/2023**, do tipo maior oferta, para **Contratação de empresa para explorar a título precário e oneroso, área interna do Recinto de Exposição**, na forma do Edital. Fica determinado o dia **28 de Abril de 2023, até às 09h00min**, para recebimento dos envelopes documentação e proposta comercial, na forma do Edital. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Licitação, sito à Rua Paraná, nº 805 – Centro – Monções (SP). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (17) 3484 1217 e-mail licitacao@moncoes.sp.gov.br. Monções (SP), 27 de Março de 2023. **VALTOLINO VALDIR MARIA ALVES – Prefeito Municipal**

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E MATERIAIS

PC.3330/2022 – CP.10.008/2023 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CICLOVIA E FONTE LUMINOSA ORNAMENTAL. – O edital estará disponível para realização de download no site **www.saobernardo.sp.gov.br/licitacao**, bem como para consulta e obtenção no Serviço de Licitações e Operações – SA.213.1, na Av. Kennedy nº 1100 – "Prédio Gilberto Pasin", Bairro Anchieta, nesta cidade, das 8h30 às 17h00, devendo o interessado estar munido de CD (Compact Disc) gravável. - **ENTREGA DOS ENVELOPES: 04/05/2023 às 10h00**. – S. B. Campo, 27 de março de 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

EXTRATO DO CONTRATO Nº 092/2023

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Fernandópolis. CONTRATADA: Conpav Santa Fé Construções e Pavimentação Ltda. VALOR: R$ 412.236,51 - ASSINATURA: 17/03/2023 - OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, guias e sarjetas – na Avenida Luiz Brambatti, entre a Rua Gerosino Pereira até a Avenida Arlindo Vieira de Carvalho, no Parque Industrial Eurico Gimenes Martins - Fernandópolis/SP., com fornecimento de material e mão e obra; conforme memorial descritivo, orçamento, memória de cálculo, cronograma físico - financeiro, projetos e demais anexos (lote 03). Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional – Gabinete do Secretário. Termo do convênio nº 101110/2022. MODALIDADE: Concorrência nº 013/2022.

Fernandópolis, 27 de março de 2023.
CIBELE BERGER SANCHES CARBONE
Gerente de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 002/2023

O Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, torna público, que a Comissão Permanente de Licitação, realizará licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo MAIOR OFERTA, objetivando a permissão de uso onerosa dos Boxes do Terminal Rodoviário Municipal, localizados na Avenida Atlântica nº 1901, de propriedade do Município da Estância Turística de Ilha Solteira, conforme o contido na Lei Municipal nº 982/2002 e alterações, visando a exploração comercial, de acordo com a solicitação da Diretoria de Turismo. ENCERRAMENTO DA ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTAS: 28/04/2023, às 09h00. ABERTURA DOS ENVELOPES: 28/04/2023, às 09h00. O Edital completo encontra-se disponível no site da Prefeitura **www.ilhasolteira.sp.gov.br**. Informações e esclarecimentos sobre o Edital poderão ser obtidos junto à Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 12h e das 13h30 às 17h, pelo telefone (18) 3743-6020 ou e-mail: **compras@ilhasolteira.sp.gov.br**. Ilha Solteira, 27/03/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes - Prefeito.

Prefeitura Municipal de Araras

Secretaria Municipal de Administração
Departamento de Compras
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2023

Processo de licitação nº. 1363/2022

Objeto: Registro de preço para eventual contratação de serviço de locação de equipamentos, estruturas e prestação de serviços especializados para realização de eventos em geral, gradil de contenção, fechamentos, palco, programação, volante, gerador de energia, projeção, sonorização, iluminação, pórtico de entradas e tendas, destinado a atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Araras, pelo prazo de 12(doze) meses.

Tipo de Licitação: menor preço por lote

Sessão Pública do Pregão: à partir das 09h do dia 12 de abril de 2023. Tempo para credenciamento: 15 minutos.

Local: Sala do Pregão da Coordenadoria de Compras, situada na Rua Pedro Álvares Cabral, nº. 83, Centro, Araras - SP.

Araras, 27 de março de 2023
JONAS ALVES ARAÚJO FILHO
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE COTIA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura do Município de Cotia torna público p/ conhecimento dos interessados que na sala de Licitações do Depto de Compras e Licitações, sito à Estrada Boa Vista, 575 Condomínio Boa Vista – Galpão 11 e 12 - Jd. Atalaia – Cotia/SP, Rod. Raposo Tavares nº 36.720, que será realizada em ato público a licitação descrita abaixo:

1) PA nº 01.190/2023. PP nº14/2023. Às 09:30horas do dia 13/04/2023. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação psicológica, com credenciamento da Polícia Federal, para os integrantes da Guarda Civil Metropolitana do Município de Cotia.

O edital já está disponível para a retirada dos interessados, através do sitio da Prefeitura Municipal de Cotia, www.cotia.sp.gov.br/editais-cotia/ ou pessoalmente no prédio da Secretaria Municipal de Licitações e Logística, no mesmo endereço acima.

a) Almir Rodrigues da Rocha - Secretário Municipal de Segurança Pública.

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO - SAME/FM

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2023

ACHA-SE ABERTO NO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DE FRANCISCO MORATO – SAME/FM O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2023, DO TIPO MENOR PREÇO E POR ITEM E NO TEMPO DE DISPUTA ABERTO (10 MIN.) - Processo Administrativo nº 2605/2022, cujo objeto é **Registro de preço para a aquisição de medicamentos, visando atender as necessidades das Unidades de Saúde do Município de Francisco Morato/SP, por um período de 12 (doze) meses, com as conformidades do Termo de Referencia– Anexo I do edital.** O edital do Pregão Eletrônico nº 003/2023 se encontrará disponível a partir do dia 28/03/2023 no site www.bbmnetlicitacoes.com.br e na Diretoria de Licitações do Serviço de Assistência Médica de Francisco Morato – SAME/FM bastando trazer mídia para gravação ou pelo e-mail licitacao@saude.franciscomorato.sp.gov.br. O recebimento das propostas será das 10h00min horas do dia 28/03/2023 até as 10h00min do dia 13/04/2023 e a abertura das propostas comerciais no horário das 10h01min do dia 13/04/2023, fica também previsto, o horário para o início das disputas de lances das propostas comerciais classificadas às 11h00min horas do dia 13/04/2023, referência de tempo - para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF. Local: www.bbmnetlicitacoes.com.br acesso identificado. Sabrina Santos Oliveira – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE EMILIANÓPOLIS

A Prefeitura do Município de Emilianópolis, TORNA PÚBLICO que acha-se aberta no Setor de Licitação e contratos, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023, objetivando contratação de empresa especializada para fornecimento e plantio de plantas e flores ornamentais na praça Central do Município de Emilianópolis – "Praça Benedita Domingues Martins", conforme Termo de Referência em Anexo I. Será regida pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e Lei Complementar 123/06 e alterações. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal, Rua Pe. Cornélio Knubler, 255 – Centro – Emilianópolis – CEP 19350-000, de 2ª a 6ª feira , no horário das 8:30 as 11:00 e das 13:30 as 16:00 horas, juridico@emilianopolis.sp.gov.br ou pelo Telefone para contato: (0xx18) 3994 1190. A sessão de abertura das propostas será realizada na Prefeitura Municipal, no endereço acima, iniciando-se no dia 11 de abril de 2023, às 09:00 horas. Emilianópolis, 27 de março de 2023. João Batista Amaral - Prefeito

Departamento Autônomo de Água e Esgotos

Comunicado
Pregão Presencial nº 025/2023
Processo Daae nº 603 de 10/03/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução do remanejamento da travessia de água bruta captação Anhumas por método não destrutivo (MND). Comunicados a todos os interessados que foram procedidas alterações no Edital do presente Certame. As alterações poderão ser consultadas no site: www.daaeararaquara.com.br – link: Painel de Licitações.

Publique-se!
Araraquara, 27 de Março de 2023. Delorges Mano - **Superintendente**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARTURA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023 - PROCESSO Nº 38/2023

A Prefeitura Municipal de Fartura/SP, faz saber que se acha aberta licitação pública Registro de preço para futuras e eventuais aquisições de cestas básicas, destinadas ao atendimento da Coordenadoria Municipal de Assistência e Desenvolvimentos Social e do Fundo Social, pelo período de 12 meses, conforme especificações do Termo de Referência. **RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS:** Até as 08:00 do dia 11 de abril de 2023. INÍCIO DA DISPUTA:09:00 do dia 11/04/2023. **LOCAL:** Plataforma BLL Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). Informações: de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 17:00 horas. Telefone: (14) 3308-9300. Site www.fartura.sp.gov.br.

FARTURA, 27 de março de 2023
Luciano Peres - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

HOMOLOGAÇÃO

Pelo presente, e na melhor de direito, considerando a regularidade do presente processo, Ratifico todos os atos da Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio e HOMOLOGO o(a) presente PREGÃO, nº 03/2023, para que surta seus regulares efeitos de direito com os seguintes valores: **KOLUNNA SECURITY VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA.**, com o valor de R$ 45.750,00 (Quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta reais). **Valor Total da Licitação: 45.750,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO, 27 de MARÇO de 2023
JORDÃO ANTONIO VIDOTO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 009/2023 - EDITAL Nº 012/2023
PROCESSO Nº 012/2023 - TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO "A" PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AVAÍ, conforme descrições constantes no Anexo II.
DATA: 06/04/2023 – Horário da sessão 10h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações – Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS:Seção de Licitações**, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134, e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.

AVAÍ, QUARTA - FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2023.
HELLEN FERNANDE RODRIGUES COELHO - PREFEITO MUNICIPAL DE AVAÍ

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Aviso de licitação aberta. Pregão Eletrônico 006/2023 - Proc. 10/2023. Registro de Preços para compra eventual de material hospitalar para 27 municípios consorciados ao CIVAP. Tipo: menor preço. Regência: Leis nºs 10.520/2002, 8.666/1993 e demais aplicáveis à matéria. A sessão pública será realizada na plataforma eletrônica (Sistema Eletrônico FIORILLI) http://licita.civap.com.br:8079/comprasedital e sua abertura dar-se-á no dia 17 (dezessete) de abril de 2023 a partir das 09h00m. Edital e anexos disponíveis em www.civap.com.br - aba "licitações". Informações: licita@civap.com.br ou (18) 3323-2368. Assis, 23 de março de 2023. José Benedito Camacho - Presidente.

Edital de Convocação - O Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Sorocaba e Região convoca Reunião de Diretoria da entidade sindical a ser realizada em nossa sede, Rua Dr. Francisco Prestes Maia, nº 394 – Jardim Paulistano - Sorocaba/SP, em data de 03/04/2023 às 15:00 horas a fim de deliberarem sobre a ordem do dia: a) Leitura e discussão da Ata anterior, b) venda e permuta de automóveis. Sorocaba, 27 de março de 2023. **Alex da Silva Pereira** - Diretor Presidente

ABANDONO DE EMPREGO

Solicitamos o comparecimento de **STEPHANIE C DE O SANTOS**, portador(a) da Carteira de Trabalho 2390067, Série 000854 /SP, ao endereço abaixo, no prazo de 48 horas. O não comparecimento caracterizará o abandono de emprego, conforme o Artigo 482, letra I da CLT. **ECOLIMP SISTEMAS DE SERVIÇOS LTDA.** Av. Paulista, 2202 – 8º andar - Bela Vista, São Paulo - SP, CEP. 01310-300. Data: 28/03/2023

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DAE - BAURU/SP

Informações
Serviço de Compras do **DAE**, Rua Padre João nº 11-25, Vila Santa Tereza, CEP: 17.012-020, Bauru/SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas e fones: (14) 3235-6146, 3235-6172, 3235-6173 ou 3235-6168. Os Editais do **DAE** estão disponíveis através de **download** gratuito no site www.daebauru.sp.gov.br.

Processo Administrativo nº **8823/2022 - DAE**
Pregão Eletrônico nº **032/2023 - DAE**
Objeto: **Aquisição de Hipoclorito de Sódio,** conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.
Data de recebimento das propostas: até 11/04/2023, às 08:30 horas.
Abertura da Sessão: 11/04/2023, às 08:30 horas.
Início da Disputa de Preços: 11/04/2023, às 09:00 horas.
Pregoeiro Titular: Thais de Moraes Perseguim
Pregoeiro Substituto: Eduardo Carbone
"A População de Bauru pagou por este anúncio R$ 275,00"

Prefeitura Municipal de Carapicuíba

Avisos de Licitações:
Pregão Eletrônico nº 12/23 Processo nº 3809/23 Objeto: Registro de preços para aquisição de borracha granulada para gramado sintético - Disputa dia 17/04/23 às 14:00 horas.
Pregão Presencial nº 18/23 Processo nº 3611/23 Objeto: Registro de preços para aquisição de tubos de concreto armado e aduelas - Disputa dia 18/04/23 às 09:00 horas.
Editais disponíveis no site: www.carapicuiba.sp.gov.br e no depto. de Licitações e Compras, p/retirada com mídia de CD gravável. Informações: (11) 4164-5500 ramal 5442.

Carapicuíba, 27 de março de 2023
Marco Aurélio dos Santos Neves
Prefeito

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E COMUNICAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES - LEILÕES PRESENCIAIS

PECINI LEILÕES — GALLERIA FINANÇAS

DATA: 1º Público Leilão 03/04/2023 às 15h00 | 2º Público Leilão 05/04/2023 às 15h00
Local da realização dos leilões: Av. Rotary nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP.

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, Matrícula Jucesp nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária **GALLERIA FINANÇAS SECURITIZADORA S/A** - CNPJ nº 34.425.347/0001-06, **VENDERÁ**, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, e posteriores alterações, o **IMÓVEL: RESIDÊNCIA, SITUADA À RUA FILIPINAS, Nº 141, DO LOTEAMENTO RESIDENCIAL DAS ILHAS, Bragança Paulista/SP, com ÁREA CONSTRUÍDA de 123,76m², construída sobre o Lote de Terreno nº 46 da Quadra A do loteamento, com Área Total do Terreno de 331,80m²**, com suas medidas e confrontações descritas na matrícula do imóvel. **Consta área construída total de 287,00m², conforme laudo de avaliação de 13/04/2022**. Matrícula Imobiliária nº 47.524 do CRI de Bragança Paulista/SP. Cadastro Municipal nº 3.00.00.10.0050.0460.00.00. Consolidação da propriedade em 13/03/2023. **VALORES: 1º PÚBLICO LEILÃO: R$ 525.122,09. 2º PÚBLICO LEILÃO: R$ 388.067,24. Regras, Condições e Informações: 1.** Cabe ao interessado verificar o imóvel, seu estado de conservação, sua situação documental, eventuais dívidas existentes e não descritas neste edital, e eventuais ações judiciais em andamento que versem sobre o bem; **2.** O Arrematante pagará, à vista, o valor da arrematação, 5,00% de comissão da Leiloeira em até 24h do encerramento do leilão nas contas correntes a serem indicadas, bem como todas as despesas, custas, taxas, impostos, inclusive ITBI, e emolumentos de qualquer natureza decorrentes da transferência patrimonial do imóvel arrematado; **3.** Débitos de IPTU existentes **ATÉ** as datas dos leilões serão pagos pela Credora Fiduciária. Os valores vencidos **APÓS** as datas dos leilões são de exclusiva responsabilidade do Arrematante; **4.** Débitos de água, energia, gás e outras utilidades existentes antes e após as datas dos leilões serão de responsabilidade exclusiva do Arrematante; **5.** O Arrematante arcará com custas/despesas para regularização de demais benfeitorias/construções e averbação de metragens na matrícula; **6. IMÓVEL OCUPADO**. Desocupação a cargo exclusivo do Arrematante, bem como as custas e despesas decorrentes de tal ato; **7.** A venda será feita em caráter **AD CORPUS**. Imóvel entregue no estado em que se encontra; **8.** Os Leilões serão realizados na modalidade Presencial. A descrição do imóvel é restrita às informações contidas na matrícula imobiliária. Fica o Fiduciante **JOÃO CESAR MANGANELLI** – CPF: 259.608.938-60, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Maiores informações: contato@peciniileiloes.com.br, WhatsApp (11) 97577-0485 ou Fone (19) 3295-9777. Avenida Rotary, nº 187, Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP nº 13.092-509.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online

Prestador de Serviço Autorizado — Itaú

1º Leilão: 06/04/2023 às 11h00 | 2º Leilão: 13/04/2023 às 11h00

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra, nº 10171641906, firmado em 02/02/2022, no qual figuram como Fiduciantes **DANIEL ALVES COSTA**, brasileiro, assistente administrativo, portador do RG nº 23.001.900-6-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 226.155.188-60, e sua mulher **DANIELE SOARES BARROS COSTA**, brasileira, vendedora autônoma, portadora do RG nº 44.190.502-X-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 357.820.698-99, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes em São Paulo/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 06/04/2023, às 11:00 horas,** à Av. Angélica nº 1.996, 6º andar, Higienópolis – 01228-200 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 238.568,49 (duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e oito reais e nove centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo **Apartamento nº 44-B**, localizado no 4º Pavimento do Bloco B, do Condomínio Residencial Jardim das Margaridas, situado à Rua Jardim das Margaridas, nº 76, Vila Bueno Aires, no 3º Subdistrito – Penha de França, contendo uma área útil de 62,5313m², área comum de 24,0212m², no total de 86,5525m², correspondendo-lhe uma área ideal de 50,179m² ou 2,1831% do terreno. **Av. 03/95.147** - para constar que o imóvel está localizado no Distrito de Ermelino Matarazzo. **Av. 08/95.147** - para constar que o imóvel tem atualmente entrada pelo nº 102. **Imóvel objeto da matrícula nº 95.147 do 12º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. Observação**: Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **13/04/2023,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 133.151,98 (cento e trinta e três mil, cento e cinquenta e um reais e noventa e oito centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro **www.portalzuk.com.br** em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Prefeitura Municipal de São Carlos

CONVITE DE PREÇOS Nº 03/2023
PROCESSO Nº 27404/2022
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM NA TRAVESSA 6 – RUA SÃO PIO X, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, pelo presente, a ABERTURA do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às 09h00 do dia **04/04/2023**. São Carlos, 27 de março de 2023. **Hicaro Alonso** - *Presidente*

CONVITE DE PREÇOS Nº 04/2023
PROCESSO Nº 15452/2022
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA BASE DE CONCRETO ARMADO PARA MINI QUADRA DE VOLEI NO PARQUE DOS TIMBURIS, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, pelo presente, a ABERTURA do Convite em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **14h00** do dia **04/04/2023**. São Carlos, 27 de março de 2023. **Hicaro Alonso** - *Presidente*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2023
PROCESSO Nº 1455/2022 ID 994081
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TIRAS REAGENTES PARA GLICEMIA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, PELOS SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 11/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 11/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 11/04/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 27 de março de 2023. **Mariana Biondo** - *Pregoeira*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2023
PROCESSO Nº 23624/2022 ID 994223
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TUBOS E CANALETAS DE CONCRETO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 11/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 11/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 11/04/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 27 de março de 2023. **Letícia Paschoalino** - *Pregoeira*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2023
PROCESSO Nº 2191/2022 ID 994213
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: SERINGAS DESCARTÁVEIS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido nos sites www.licitacoes-e.com.br e http://servico.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. O limite para o acolhimento das propostas dar-se-á até às 08h00 do dia 11/04/2023, a abertura das propostas será às 08h00 do dia 11/04/2023 e o início da sessão de disputa de preços será às 09h30 do dia 11/04/2023. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 27 de março de 2023. **Leonardo Luz** - *Pregoeiro*

PREGÃO PRESENCIAL 03/2023
PROCESSO 23621/2023
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MADEIRA DE EUCALIPTO TRATADA E SERRADA EM PRANCHÃO E EM TORAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Encontra-se aberta, nesta Administração, a licitação supra. O edital, na íntegra, poderá ser obtido no site http://servicos.saocarlos.sp.gov.br/licitacao. Os envelopes contendo a documentação e a proposta serão recebidos e protocolados no Departamento de Procedimento Licitatórios impreterivelmente até às 09h00 do dia 11/04/2023 quando serão abertos em sessão pública às 09h30 do mesmo dia. Maiores informações pelo telefone (16) 3362-1162. São Carlos, 27 de março de 2023. **Hicaro Alonso** - *Pregoeiro*

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2023
PROCESSO Nº 20263/2022
COMUNICADO DE ABERTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DO CEMEI MARIA CONSUELO BRANDÃO TOLENTINO, NO MUNICIPIO DE SÃO CARLOS, pelo presente, a ABERTURA da Tomada em epígrafe. Os envelopes referentes a esta Licitação serão recebidos e protocolados impreterivelmente até às **09h00** do dia **12/04/2023**. São Carlos, 27 de março de 2023. **Hicaro Alonso** - *Presidente*

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022
PROCESSO Nº 2899/2022 ID 994227
COMUNICADO DE REABERTURA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRINHOS DE BEBÊ PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO CARLOS, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. COMUNICAMOS, pelo presente, a REABERTURA do certame em epígrafe. As propostas serão recebidas e cadastradas até às 08h00 do dia 11/04/2023, com o início da sessão pública sendo às 09h30 do mesmo dia. São Carlos, 27 de março de 2023 **Bruna Bassumo** - *Pregoeira*

Cosan S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045 | Código CVM 19836

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

O Conselho de Administração da **COSAN S.A.,** sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob o NIRE 35.300.177.045, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 50.746.577/0001-15, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 19836 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("RCVM 81/22"), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral ordinária e extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 9 horas, de forma digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Aprovação da proposta dos administradores para a destinação do resultado da Companhia, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e distribuição de dividendos; **(iii)** Fixação do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** Ocupação dos cargos de membros independentes do Conselho de Administração; **(v)** Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(vi)** Eleição do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; **(vii)** Instalação do Conselho Fiscal da Companhia; **(viii)** Fixação do número de membros do Conselho Fiscal da Companhia; **(ix)** Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia; e **(x)** Fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal, caso instalado, para o exercício social de 2023. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alteração do parágrafo 2º, artigo 1º, e do parágrafo 2º, artigo 14, ambos do Estatuto Social da Companhia, para incluir ajustes de *compliance* e governança. **(ii)** Aprovação do aumento do capital social da Companhia, no valor de R$ 280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente nas contas de Reserva de Lucros, alterando consequentemente o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **(iii)** Alteração do parágrafo único, artigo 19, do Estatuto Social da Companhia, para excluir a excepcionalidade da participação dos membros do Conselho de Administração por conferência telefônica ou vídeoconferência; **(iv)** Alteração do inciso (xxxv), artigo 21, e do parágrafo 1º, artigo 24, ambos do Estatuto Social da Companhia, para atribuir à diretoria a responsabilidade pela aprovação das políticas administrativas; **(v)** Alteração do *caput* do artigo 22, do Estatuto Social da Companhia, para adequar a redação dada pela Lei 14.195/21, que alterou o artigo 146 da Lei das S.A.; e **(vi)** Consolidação do Estatuto Social da Companhia. Informações Gerais: Para facilitar o acesso dos acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que, realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujo as regras de participação encontram-se na presente Proposta. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, em sua página (www.cosan.com.br) e nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os acionistas participem da Assembleia Geral. Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica TEN MEETINGS ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Conforme dispõe o artigo 5°, § 3°, da RCVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A Companhia observa que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Orientação para Participação via Sistema de Participação Remota: A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 08h30 do dia 27 de abril de 2023. Por meio da Plataforma Digital, o acionista terá acesso ao vídeo da mesa e aos áudios da sala de conferência onde será realizada a Assembleia Geral e poderá manifestar-se via áudio. Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia Geral por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia Geral, conforme abaixo indicado, com no máximo 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023 (inclusive) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio de e-mail. A solicitação de Cadastro necessariamente deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF/ME ou CNPJ/ME, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, nos termos abaixo indicado. Conforme dispõe o artigo 28, parágrafo 1°, da RCVM 81/22, o sistema eletrônico assegurará o registro de presença dos acionistas e dos respectivos votos, assim como: (i) a possibilidade de manifestação e de acesso simultâneo a documentos apresentados durante a assembleia que não tenham sido disponibilizados anteriormente; (ii) a gravação integral da assembleia; e (iii) a possibilidade de comunicação entre acionistas. Nos termos do artigo 126 da Lei das S.A. e do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia, para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: **(i)** documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) e atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, quando for o caso; **(ii)** comprovante expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia; **(iii)** procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou assinada digitalmente por meio de certificado digital (ICP-Brasil), em caso de participação por meio de representante; e/ou **(iv)** relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. No caso de procurador ou representante legal, deverá realizar a solicitação de Cadastro com seus dados no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C. Após o recebimento do e-mail de confirmação do Cadastro, deverá enviar, por meio do link enviado para o e-mail informado na solicitação de Cadastro, a indicação de cada acionista que irá representar e anexar os respectivos documentos de comprovação da condição de acionista e de representação, conforme detalhado acima. O procurador ou representante legal receberá e-mail individual sobre a situação de habilitação de cada acionista registrado em seu Cadastro e providenciará, se necessário, a complementação de documentos nos termos e prazos requeridos pela Companhia. O procurador ou representante legal que porventura represente mais de um acionista somente poderá votar na Assembleia Geral pelos acionistas que tiverem sua habilitação confirmada pela Companhia. Ainda, o representante de acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à assembleia geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, nos termos do item (iii) acima. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na Assembleia Geral deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação, bem como deverá indicar a extensão dos poderes conferidos. Vale mencionar que (i) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados por pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (a) procurador que seja acionista ou administrador da Companhia; (b) advogado; ou (c) instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1º, da Lei das S.A.; e (ii) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia não exigirá: (i) cópia autenticada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, admitindo-se a apresentação por meio de protocolo digital, que serão recebidos mediante ao cadastro na plataforma Ten Meetings que deverá ser realizado no https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=DB9AA9D1A13C em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023; e (ii) a tradução juramentada de documentos que tenham sido originalmente lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista (ou seu procurador, conforme o caso) receberá as instruções e orientações para acesso à Plataforma Digital, incluindo, sem limitação, o login e a senha individual de acesso, que autorizará apenas um único acesso na Assembleia Geral. Essas informações serão enviadas exclusivamente para o endereço de e-mail utilizado pelo acionista no Cadastro (ou seu respectivo procurador, conforme o caso). Na hipótese de o acionista **não** receber as senhas de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, pelo e-mail Cosan.AGOE2023@cosan.com, para que seja prestado o suporte necessário. Os acionistas que forem habilitados no Cadastro e obtiverem senha para participação na Assembleia Geral deverão, para ter acesso à Plataforma Digital, confirmar eletronicamente que se comprometem a (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota na Assembleia Geral, não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (ii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia Geral, sendo a Assembleia Geral restritas aos acionistas participantes. Além disso, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a Plataforma Digital para participação da Assembleia Geral com antecedência de 20 (vinte) minutos para se ambientar à plataforma e verificar seu correto funcionamento. Caso o acesso à plataforma não esteja liberado nesse período, solicitamos que o acionista entre imediatamente em contato pelo e-mail acima reportando a questão. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato pelo e-mail Cosan.AGOE2023@cosan.com. A participação por meio da Plataforma Digital será mediante áudio, e os acionistas que optarem por participar desta forma deverão manter as suas câmeras desligadas durante o curso da Assembleia Geral. A autenticidade das comunicações será verificada mediante a senha de acesso. Eventuais manifestações de voto na Assembleia Geral deverão ser feitas exclusivamente por meio da Plataforma Digital, conforme instruções a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia Geral. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da Assembleia Geral, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a Assembleia Geral, sem a possibilidade de manifestação. Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma abaixo, mas ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas acima. Em decorrência da Assembleia Geral ser realizada exclusivamente de forma digital, a Plataforma Digital registrará a presença dos acionistas, que serão posteriormente lavradas no "Livro de Presença", e, após serem certificados pelos membros da mesa, será considerada a assinatura dos acionistas presentes, seja por participação remota ou por Boletim de Voto a Distância, nos termos do artigo 47, §2º, da Resolução CVM 81/22. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Participação na Assembleia Geral Via Boletim de Voto a Distância: Nos termos da Resolução CVM 81/22, a Companhia adotou o sistema de votação a distância, permitindo que os acionistas participem da Assembleia Geral mediante o preenchimento e a entrega do respectivo Boletim de Voto a Distância aos agentes de custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia pela Plataforma Digital, de acordo com as instruções da Proposta da Administração para Assembleia Geral ("Proposta"). Conforme previsto na Resolução CVM 81/22, caso o acionista já tenha enviado o Boletim de Voto a Distância na forma descrita na Proposta, mas, ainda assim, queira votar durante a Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital, todas as instruções de voto enviadas anteriormente pelo referido acionista, por meio de Boletim de Voto a Distância, serão desconsideradas, desde que tenha atendido às instruções contidas para a participação via sistema de participação remota. Requisição de Adoção de Voto Múltiplo: O percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% do capital social, devendo essa faculdade ser exercida pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral.

São Paulo, 28 de março de 2023
Rubens Ometto Silveira Mello
Presidente do Conselho de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE MARÍLIA

TERMO DE RETIFICAÇÃO E PRORROGAÇÃO

EDITAL nº 13/2023 – PP Nº 09/2023. ÓRGÃO: Departamento de Água e Esgoto de Marília. MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2023. OBJETO: **contratação de empresa especializada para construção de adutora de água bruta em tubos de ferro fundido de 500mm, com interligações em adutora existe, no sistema de captação do Rio do Peixe, na cidade de Marília-SP, de acordo com cronograma anexo.** Tendo em vista divergência na data da realização do certame, faz-se necessário a seguinte retificação: **1)** Fica prorrogada a sessão do pregão para o dia 11/04/2023 às 09:00 Hr; **2)** Esclarecimentos e Impugnações até 16:00 horas de 06/04/2023. **3)** Permanecem inalteradas as demais disposições do edital. O Edital e informações poderão ser obtidos no Setor de Licitação, Rua São Luiz, nº 359 – Marília-SP, pelo site www.site.daem.com.br no PORTAL TRANSPARÊNCIA ou pelo Tel (14) 3402-8510. Marília, 27 de março de 2023.
Ricardo Hatori - Presidente DAEM

FUNDAÇÃO BENEFICENTE DE PEDREIRA - FUNBEPE

CNPJ 59.006.460/0001-70
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2023

Encontra-se aberto na Fundação Beneficente de Pedreira - FUNBEPE o Pregão Eletrônico 04/2023, que trata do registro de preços para fornecimento parcelado de materiais de limpeza e cozinha descartáveis, para atendimento das necessidades desta fundação. O processamento do pregão se dará através do sistema BEC – Bolsa Eletrônica de Compras do Estado de São Paulo, disponível no endereço www.bec.sp.gov.br. O edital poderá ser obtido no portal BEC ou no site desta Fundação: www.funbepe.org.br. Nº da Oferta de Compra: 851901801002023OC00006. Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 29/03/2023. Data e hora da abertura da sessão pública: 11/04/2023 – às 09:00
Sandra Aparecida Chiarini de Ugo - Superintendente da FUNBEPE
Sergio Aparecido de Santi - Presidente da FUNBEPE

Prefeitura da Estância Turística de Salto

EDITAL
TOMADA DE PREÇO Nº 05/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 964/2023

Encontra-se aberta licitação destinado a contratação de empresa engenharia para execução de serviços remanescentes de obra da Clínica de Saúde II – UBS (Unidade Básica de Saúde), localizada na Av. Nações Unidas s/nº - Jardim das Nações e que atenderá residentes nos Bairros: Olaria, Nações, Planalto, Panorama, Nair Maria, entre outros, com o fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários para execução, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e o Projeto anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Saúde. Entrega dos envelopes: **Habilitação e Proposta Comercial** – até as **09horas do dia 13 de abril de 2023,** no setor de licitação – Secretaria de Administração, 4º andar, da Prefeitura, sendo que a sessão de abertura ocorrerá a **partir das 09h15min**, no mesmo dia, na sala de licitação 3, térreo, em sessão pública. O Edital e anexos estão disponíveis para consulta e impressão no site da Prefeitura: www.salto.sp.gov.br. - Licitação. Para retirada no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, 4º andar, situada na Prefeitura Municipal de Salto, na Avenida Tranquilo Giannini, nº 861, Distrito Industrial Santos Dumont, nos dias úteis, das 08hs às 16h30min, devendo a interessada comparecer munida de CD regravável, pen-drive ou outra mídia para gravação do arquivo do Edital e anexos. Maiores informações, no Setor de Licitações – Secretaria de Administração, através dos telefones nºs (11)4602-8533/8524, das 08hs às 16h30min, e/ou e-mail: licitacao@salto.sp.gov.br.
Estância Turística de Salto, 27 de março de 2023.
Marcio Conrado - Secretário de Saúde

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

EDITAL

RETIFICAÇÃO DO JORNAL DE 18/03/2023
Comunicamos que no PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2023, destinado à PRESTAÇÃO DE SERVIÇO FORNECIMENTO DE OXIDO NITROSO...
ONDE SE LÊ: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 20/03/2023
Data e hora da abertura da sessão pública: 30/03/2023 AS 09:00 Horas
LEIA-SE: Data do início do prazo para envio da proposta eletrônica: 21/03/2023
Data e hora da abertura da sessão pública: 31/03/2023 AS 09:00 Horas
Ribeirão Preto, 27 de março de 2023.
ALINE CRISTINA ANTUNES DE SOUZA
Diretora do Serviço de Compras

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230393

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230393 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de acessórios para Equipamento Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3932023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. DORISLEIDE CANDIDO DE SOUSA - PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE AMERICANA

EDITAL DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 012/2023.
Processo n.º 388/2023.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR A REFORMA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA PÚBLICA "GOVERNADOR MARIO COVAS I", NESTE MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS".
Entrega dos Envelopes: 19 de Abril de 2023, das 08h00, às 09h15 horas.
Sessão de abertura dos Envelopes: 19 de Abril de 2023, às 09h30 horas.
Prazo para retirada do Edital: A partir do **dia 31 de Março de 2023 até o dia 18 de Abril de 2023,** o Edital estará à disposição dos interessados na Unidade de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Americana, no horário das 09h00 às 16h00, ou no site: **www.americana.sp.gov.br**.
Eu, Tássia Helena Modenesi Tavares, matrícula n.º 14.676, conferi o presente. Eu, José Eduardo da Cruz Rodrigues Flores, Secretário Adjunto de Administração, autorizei a publicação oficial. Americana, 27 de março de 2023.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230222

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230222 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2222023, até o dia 12/04/2023, às 8h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. FRANCISCO CLÁUDIO REIS DA SILVA - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230243

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230243, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2432023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. CARLOS ALBERTO COELHO LEITÃO - PREGOEIRO

BIASI leilões | **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE**

1º Leilão: dia 03/04/2023 às 14h30 2º Leilão: dia 13/04/2023 às 14h30

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP n° 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob n° 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n° 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10.128.420.206, firmado em 17/12/2013, no qual figuram como Fiduciantes **FRANCISCO COIMBRA DE MACEDO NETO**, brasileiro, vice-presidente executivo, CI-433.773D CREA/RJ, CPF-500.435.107-44 e s/m **MARCIA MARIA CAVALCANTI DE MACEDO**, brasileira, do lar, CI-12.861.536 SSP/MG, CPF-741.900.836-15, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na cidade de Belo Horizonte/MG, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia **03 de abril de 2023, às 14:30 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 764.791,39 (Setecentos e sessenta e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e trinta e nove centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pela **Fração ideal de 0,010370, do terreno formado pelos lotes 009 e 018, todos do quarteirão 363, do Bairro liberdade, nesta capital, com área, limites e confrontações da planta, que corresponde ao APARTAMENTO Nº 1202, do 12º pavimento, do "EDIFÍCIO AIR", situado à Rua Boaventura, nº 1.431,com as seguintes características: área real privativa de 78,10 m², a área real comum de divisão não proporcional de 20,72 m² (garagem), a área real comum de divisão proporcional de 25,22 m², a área real total de 124,04 m², a área equivalente de construção de 105,29 m², com direito as vagas de garagem nºs 84 e 85. Matrícula nº 110.651 do 5º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 13 de abril de 2023, às 14:30 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 386.173,00 (Trezentos e oitenta e seis mil, cento e setenta e três reais)**. Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso Retificação e Prorrogação de prazo Pregão Eletrônico Nº04/2023

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica a retificação e prorrogação de prazo da licitação modalidade Pregão Eletrônico nº04/2023, REGISTRO DE PREÇOS objetivando aquisições futuras de hortifruti, destinados à merenda escolar e refeições das demais secretarias municipais. A sessão pública acontecerá através da Plataforma BLL (bll.org.br), e será realizado às 09h00min do dia 14 de Abril de 2023. O edital retificado se encontra disponível nos sites www.conchas.sp.gov.br e bll.org.br Informações: Setor de Licitações Fone: (14)3845-8011 ou através do endereço eletrônico licitacao3@conchas.sp.gov.br ou pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Julio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS

Processo Licitatório nº 348/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2023 - DATA DA REALIZAÇÃO: 13/04/2023 às 09h00min.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRAS/SP, situada a Rua Dr. Luiz Vergueiro, 151 comunica a quem possa interessar, que encontra-se aberto no Setor de Licitações o Processo Licitatório para realização do Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº 004/2023 cujo objeto é o fornecimento de lâmpadas de LED para serem utilizadas na iluminação pública neste município de Pereiras. O edital completo estará à disposição no Site desta Prefeitura Municipal de Pereiras (www.pereiras.sp.gov.br), e demais informações poderão ser obtidas pelo fone (14) 3888-8100, no Setor de Licitações. PEREIRAS/ SP, 27 DE MARÇO DE 2023. MIGUEL TOMAZELA – Prefeito Municipal.

MUNICIPIO DE NARANDIBA

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023

Encontra-se aberto na Prefeitura Municipal de Narandiba, Estado de São Paulo, sito à Av. Laudelino Ferreira, nº 540, Vila Rica, o processo licitatório, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2023**, o qual será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações, destinada a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA AVENIDA AZIZ MELEM ISAAC, TRECHOS DA AVENIDA FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA, AVENIDA MARECHAL RONDON, RUA ALVES DE ALMEIDA, TOTALIZANDO 22.891,95 M² DE PAVIMENTAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PELO REGIME DE EMPREITADA GLOBAL NO MUNICÍPIO DE NARANDIBA, NOS TERMOS DO CONVÊNIO 101799/2022 COM A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO**. Fica estabelecido a abertura dos envelopes para dia **28/04/2023**, às **14:00 horas**, e o Edital completo será fornecido na Prefeitura Municipal de 2.ª a 6.ª feira, das 08h00 às 17h00, na Sala do Setor de Licitações, e-mail: licitacao@narandiba.sp.gov.br, www.narandiba.sp.gov.br ou pelo telefone (18) 3992-9082.
Narandiba, 27 de março de 2023
Itamar dos Santos Silva - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - ERRATA
TOMADA DE PREÇO Nº 15/22 - PROCESSO Nº: 16.116/22

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Engenharia para Adequação de Imóvel para Funcionamento do Centro de Referência da Juventude - CRJ, em atendimento à Secretaria de Habitação e Planejamento. A Prefeitura do Município de Jandira, através da Comissão Permanente de Licitações (COPEL), torna público que a data de entrega dos envelopes será às 10h00 do dia 06/04/23, em função da data retro definida ser ponto facultativo, fica definida a data de 10/04 às 10h00 para entrega dos envelopes, nesta Prefeitura, localizada na Rua Elton Silva, 1000, Centro - Jandira - SP. O edital encontra-se disponível aos interessados no mesmo endereço (setor de licitações) no quadro de Editais e também para aquisição na íntegra, mediante o pagamento da taxa de R$ 38,66 (trinta e oito reais e sessenta e seis centavos) ou ainda, gratuitamente pelo site www.jandira.sp.gov.br. Informações: email: licitacoes@jandira.sp.gov.br. Valter Pucharelli - Presidente da COPEL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHA SOLTEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 001/2023

O Prefeito do Município de Ilha Solteira, Estado de São Paulo, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que, na Sala de Reuniões do Gabinete da Prefeitura do Município de Ilha Solteira, situada na Praça dos Paiaguás, 86, Centro, será realizada licitação, nos termos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, na modalidade CONCORRÊNCIA, objetivando a concessão de uso de bens imóveis do Programa de Incubadora Pública Municipal, instituído pela Lei Municipal 2.211, de 30 de setembro de 2015, de acordo com a solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Agronegócio, Pesca e Meio Ambiente e em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos. ENCERRAMENTO DA ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTAS: 27/04/2023, às 09h00. ABERTURA DOS ENVELOPES: 27/04/2023, às 09h00. O Edital completo encontra-se disponível no "site" da Prefeitura www.ilhasolteira.sp.gov.br. Informações sobre o Edital poderão ser obtidas junto à Divisão de Licitações, sala 01 do Prédio situado na Praça dos Paiaguás, 86, de segunda a sexta-feira, das 07h30 às 12h00 e das 13h30 às 17h00; telefone (18) 3743-6020; e-mail: compras@ilhasolteira.sp.gov.br. Ilha Solteira, 27/03/2023. Otávio Augusto Giantomassi Gomes - Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

CONCORRÊNCIA Nº 018/2.022 – PROCESSO Nº 460/2.022.
"TERMO DE ADJUDICAÇÃO"

Pelo presente termo, à vista do julgamento proferido pelo Agente de Contratação e equipe de apoio, nomeada pela Portaria nº 20.530 e Portaria nº 20.533 de 01 de fevereiro de 2.023, relativo à Concorrência nº 018/2022, com o objeto: " Contratação de empresa especializada para execução de construção de praça e área de lazer - praça 01 - localizada entre as Ruas Argemiro Feltrin, Rua Euclides L. Belentani e Rua Enércio Bignardi no bairro Parque Universitário e praça 02 - localizada na Rua Mira Estrela esquina com a Rua Omero A. de Lima, no bairro Conjunto Habitacional Bernardo Pessuto, nesta cidade de Fernandópolis/SP, com fornecimento de material e mão de obra, conforme memorial descritivo, memória de cálculo, planilha orçamentária, cronograma desembolso e projetos. Convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Regional nº 103197/2022.", ADJUDICO o objeto da Concorrência nº 018/2022, em favor da empresa: *PEDREIROS PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA – EPP – R$ 546.099,49*.
Fernandópolis-SP, 24 de março de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BARRA BONITA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 045/2023 - PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2023
OBJETO: Aquisição de meias elásticas de compressão medicinal. A realização da sessão será no dia 11 de abril de 2023, às 08:30 horas, no endereço eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br.

EDITAL Nº 046/2023 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2023
OBJETO: Aquisição de água mineral (garrafão de 20 litros, copos de 200 ml e frascos de 500 ml). Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 12 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 047/2023 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 025/2023
OBJETO: Aquisição de diversos aparelhos de ginástica para o ar livre. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 13 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.

EDITAL Nº 048/2023 - PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2023
OBJETO: Aquisição de diversos brinquedos do tipo playground para espaços públicos destinados para área de lazer. Entrega dos envelopes de documentos, propostas e credenciamento. Dia 14 de abril de 2023, às 09:00 horas, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura.
Os editais completos estão disponíveis para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.barrabonita.sp.gov.br/transparencia/editais-e-licitacoes e www.comprasgovernamentais.gov.br. Barra Bonita, 27 de março de 2023. José Luis Rici - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230237

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230237, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2372023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. MARCOS ALEXANDRINO ALVES GONDIM - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230267

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230267 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de material médico hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 2672023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. CLARA DE ASSIS FALCÃO PEREIRA - PREGOEIRA

SETTORE CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS

CNPJ/ME nº 20.256.882/0001-68
FATO RELEVANTE

A **FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, 1.842, 1º andar, Bela Vista, CEP 01310-923 inscrita no CNPJ/ME nº 03.317.692/0001-94 ("Administradora"), na qualidade de instituição administradora do **SETTORE CRÉDITO PRIVADO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS**, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 20.256.882/0001-68 ("Fundo"), em conformidade com o disposto no inciso III, §1º do artigo 46 da Instrução CVM nº 356 de 2001, conforme alterada e ao disposto no item 19.1 do Regulamento do Fundo, comunica aos cotistas do Fundo e ao mercado que o Fundo está Desenquadrado, na alocação máxima em operações com Ativos Financeiros nas quais a Administradora, a Gestora ou empresas a elas ligadas atuem na condição de contraparte correspondente a, no máximo, 20% (vinte por cento) do Patrimônio Líquido, estabelecido no item 5.4.1 do Regulamento do Fundo. Em 14 de março de 2023 o Fundo apresentava 23,94% do Patrimônio Líquido do Fundo representado por operações com Ativos Financeiros nas quais a Administradora, a Gestora ou empresas a elas ligadas atuem na condição de contraparte *e após apuração da carteira de* 22 de março de 2023, continuava a apresentar 28,11%, desta forma, a Administradora constatou que o Fundo permaneceu Desenquadrado, por 7 (sete) Dias Úteis consecutivos. Esse desenquadramento caracteriza um Evento de Avaliação, conforme previsto no item 13.1 do Regulamento do Fundo, sendo que deverá ser deliberado em Assembleia de Cotistas pela continuidade das atividades do Fundo ou se este Evento configura um Evento de Liquidação, conforme previsto no item 13.1.2 do regulamento do Fundo. A Administradora permanece à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários.
São Paulo, 24 de março de 2023
Administradora
FINAXIS CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCHAS

Aviso Prorrogação de Prazo Tomada de Preços Nº02/2023

A Prefeitura Municipal de Conchas comunica a prorrogação de prazo da licitação modalidade Tomada de Preços Nº02/2023, objetivando a contratação, sob o regime de empreitada global, de empresa especializada para a execução da obra de conclusão da UBS Centro II, localizada na Av. Elias Tomazela, nº 100, na Vila Seminário, Conchas – SP. O edital na íntegra se encontra disponível para download no site oficial da Prefeitura www.conchas.sp.gov.br, ou solicitar pelo e-mail: licitacao3@conchas.sp.gov.br, pmclicitacao@conchas.sp.gov.br. Os documentos de credenciamento e os envelopes nº01 - proposta comercial e nº02 - documentos de habilitação deverão ser entregues no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado na Rua Minas Gerais, nº707 - Centro - Conchas – SP, até às 09h30min do dia 26 de Abril de 2023. Informações: (14) 3845-8011/8014. Júlio Tomazela Neto - Prefeito Municipal.

FREITAS LEILÃO DE IMÓVEIS SOMENTE ONLINE | **Porto**
FECHAMENTO: 17/04/2023, a partir das 10h00

APARTAMENTOS, CASAS E TERRENOS LOCALIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO E EM UBERLÂNDIA/MG

FORMA DE PAGAMENTO: • À VISTA, SEM DESCONTO • SEM USO DO FGTS

LOTE 07 - FRANCA/SP - CASA
Área Terreno: 207,50m² | Área Construída: 122,60m²
Rua Felix Balerini, nº 1.226 (parte do lote 17 e 16 da quadra 12, loteamento designado do lote E), no Bairro Santo Agostinho
Lance Mínimo: R$ 301.680,00

Edital completo, lances "on-line", fotos, consulte: www.FREITASLEILOEIRO.com.br
(11) 3117.1001 | imoveis@freitasleiloeiro.com.br
ANTONIO CARLOS VILLA NOVA DE FREITAS LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP Nº 749

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL ARCANJO

TOMADA DE PREÇOS N.º 05/2023 - PROCESSO N.º 29/2023

A Prefeitura do Município de São Miguel Arcanjo, através do Setor de Compras, faz saber a quantos possa interessar que, se acha aberta licitação na Modalidade Tomada de Preços n.º 05/2023, do tipo menor preço Global, destinada a seleção de proposta mais vantajosa para Contratação de Empresa para "ADEQUAÇÃO DO PREDIO PARA FUTURAS INSTALAÇÕES DO POUPATEMPO E SERVIÇOS MUNICIPAIS", neste Município de São Miguel Arcanjo/SP, Coordenadas Geográficas: 23°53'8.28"S, 47°59'55.61"O, conforme especificações e quantitativos contidos no ANEXO I. Edital através de correspondência eletrônica (e-mail), encaminhados para licitacao@saomiguelarcanjo.sp.gov.br ou Através do site www.saomiguelarcanjo.sp.gov.br, sem ônus aos interessados solicitantes. Encerramento: às 09:15 horas do dia 18 de abril de 2023.Informações: das 9:00 às 17:00 horas, Endereço: Praça Antonio Ferreira Leme, n.º 53, centro, SMA, Telefax: (15) 3279-8000. São Miguel Arcanjo, 27 de março de 2023. Paulo Ricardo da Silva – Prefeito Municipal.

megaleilões | **LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA**
1º LEILÃO 12/04/2023 ÀS 15H00 - 2º LEILÃO 17/04/2023 ÀS 15H00

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Indaiatuba-SP. Jardim Regina.** Rua Clarindo Stahl, nº 731 - Lt. 13 da Qd. 28. CASA. Áreas totais:terr. 260,00m² e constr. 146,02m². Matr. 43.300 do RI Local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF). **1º Leilão: 12/04/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 1.117.637,31. 2º Leilão: 17/04/2023, às 15:00 hs. Lance mínimo: R$ 361.800,00. Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. **Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.**

Mais Informações: (11) 3149-4600 | www.megaleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARDOSO

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2022

O Prefeito Municipal de Cardoso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra reaberto, na Secretaria de Administração e Finanças / Departamento de Secretaria e Licitações, da Prefeitura Municipal de Cardoso, o Processo Licitatório nº 084/2022 - Modalidade: Tomada de Preços nº 006/2022. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO "CBUQ" E SINALIZAÇÃO VIÁRIA LOCALIZADO EM TRECHOS DO BAIRRO JARDIM DO LAGO, MUNÍCIPIO DE CARDOSO/SP** - DATA DE REALIZAÇÃO: **12/04/2023**, ÀS 09H00. Os interessados poderão participar desta licitação, desde que previamente inscrito no Cadastro de Fornecedores desta Prefeitura Municipal, e atender as exigências contidas no edital. O Edital completo encontra-se à disposição de todos os interessados através do site: www.cardoso.sp.gov.br. Informações pelo telefone: (17) 3466-3900 e e-mail cpl@cardoso.sp.gov.br.
Cardoso, 27 de março de 2023.
Jair Cesar Nattes - Prefeito Municipal

previsul | **EDITAL DE LEILÃO** "LEILÃO ON-LINE" | **MILAN LEILÕES**

1ºLEILÃO: 14/04/2023 Às 16h. - 2ºLEILÃO: 17/04/2023 Às 16h.

Ronaldo Milan, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP nº 266, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo intermédio de Companhia de Seguros Previdência do Sul (PREVISUL), inscrita no CNPJ sob o nº 92.751.213/0001-73, representando neste ato a Caixa Consórcios S/A - Administradora de Consórcios, inscrita no CNPJ sob o nº 05.349.595/0001-09, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização dos leilões presenciais e on-line: Escritório do Leiloeiro, situado na Rua Guatá nº 733 - Vl. Olímpia em São Paulo/SP. Localização do imóvel: **SÃO PAULO - SP. BAIRRO VILA GOMES.** Praça Aquidauana, nº73. Casa nº07 - Tipo A do Res Aquidauana. Áreas Totais: Terr. 67,10m² e constr. 96,91m². Matr. 187.278 do 18ºRI Local. Obs.: Ocupado. Desocupação por conta do comprador. (AF). 1º Leilão: 14/04/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 611.000,00** E 2º Leilão: 17/04/2023, às 16h. **Lance mínimo: R$ 519.085,80** (Caso não seja arrematado no 1º leilão) Condição de pagamento: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis no site www.milanleiloes.com.br.

Inf.: Tel: (11) 3845-5599 - Ronaldo Milan - Leiloeiro Oficial Jucesp 266 - www.milanleiloes.com.br

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230382

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230382, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3822023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. ALEXANDRE FONTENELE BIZERRIL - PREGOEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230391

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230391 de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de Material Médico Hospitalar, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3912023, até o dia 12/04/2023, às 9h (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230383

A Secretaria da Casa Civil torna público o Pregão Eletrônico No 20230383, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preço para futuras e eventuais aquisições de medicamentos, conforme especificações contidas no Edital e seus Anexos. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 3832023, até o dia 12/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. AURÉLIA FIGUEIREDO GURGEL - PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO No 20230043

A Secretaria da Casa Civil torna público a REMARCAÇÃO do Pregão Eletrônico No 20230043, de interesse da Secretaria da Saúde – SESA, cujo OBJETO é: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de Material de Laboratório. MOTIVO: Alterações no Edital. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS VIRTUAIS: No endereço www.comprasnet.gov.br, através do No 432023, até o dia 12/04/2023, às 14h30min (Horário de Brasília–DF). OBTENÇÃO DO EDITAL: No endereço eletrônico acima ou no site www.seplag.ce.gov.br. Procuradoria Geral do Estado, em Fortaleza, 23 de Março de 2023. MURILO LOBO DE QUEIROZ - PREGOEIRO

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE DIADEMA
SECRETARIA DE OBRAS – SO

Acha-se aberta a seguinte licitação:

TOMADA DE PREÇOS Nº03/2023 – PEC 03/2023 – OBJETO: Obras de Sistema de Drenagem e Implantação de Grama Sintética no Campo de Futebol Ouro Verde. Parte dos recursos financeiros para cobrir as despesas é oriundo da União Federal, através do Contrato de Repasse nº 913855/2021, por intermédio do Ministério da Cidadania, representado pela Caixa Econômica Federal. O restante dos recursos financeiros para cobrir as despesas, é oriundo do Tesouro Municipal através de contrapartida. A pasta contendo o edital e seus anexos, estará disponível pela internet, no site www.diadema.sp.gov.br (compras públicas-consulta de editais e atas) ou poderá ser retirado pessoalmente de segunda a sexta-feira, das 10hs às 16hs, na Secretaria de Obras, sito à Av. Dr. Ulysses Guimarães, 3269 – Vl. Nogueira, Diadema, mediante a apresentação de um disco DVD-R (reordable) para cópia do arquivo. Abertura: 14 de abril de 2023, às 09:00 horas no local supracitado. As empresas não cadastradas deverão entregar o envelope nº01 Habilitação até às 17horas do dia 11/04/2023. Informações de 2ª a 6ª feira, das 9hs às 13hs e das 14hs às 17hs, no endereço acima ou pelos tels: 4072-9227 e 9226 ou ainda pelo endereço eletrônico: licitacao.obras@diadema.sp.gov.br.

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA

SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA - CNPJ nº 15.141.799/0001-03 - NIRE nº 29 3 0000439-1

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os Senhores Acionistas da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia **18/04/2023**, às **10 horas**, na sede social da Companhia, à Estrada de Santiago, s/n, Santiago, Pojuca, Bahia, a fim de deliberarem sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2022; **3.** Aprovar o valor para destinação à Reserva de Investimento, atendendo ao Orçamento de Capital (art. 196 da Lei nº 6.404/76); **4.** Aprovar o valor para incorporação à Reserva de Investimento proveniente de juros sobre capital próprio/dividendos prescritos (Lei 6.404/76, art. 287, inciso II, letra "a"); **5.** Aprovar a proposta do Orçamento de Capital, previsto para o quadriênio de 2023 a 2026; **6.** Eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; **7.** Fixar a remuneração anual global fixa e variável dos administradores; **8.** Aprovar a alteração do jornal para leitura de grande circulação indicados para publicações obrigatórias da Companhia, nos termos do artigo 289, inciso I e § 3º da Lei nº 6.404/76. Informações adicionais: Para participação na Assembleia, os acionistas deverão apresentar documento hábil de suas identidades e comprovantes expedidos pela instituição financeira depositária. Os acionistas podem ser representados por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia, instituição financeira ou advogado, nos termos do art. 126 da Lei nº 6.404/76. Com a finalidade de organizar os trabalhos da Assembleia, solicitamos que as cópias das procurações sejam enviadas para o seguinte endereço eletrônico: ferbasa@ferbasa.com.br, até o dia **14/04/2023**. Os documentos serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação. O Acionista poderá se valer, também, do Boletim de Voto a Distância, nos termos das Resoluções da CVM nº 80 e 81, ambas de 29 de março de 2022. Para tanto será necessário que o Acionista siga as orientações de preenchimento do Boletim de Voto a Distância, bem como atenda aos prazos de envio com as informações de voto fixados no referido Boletim, conforme regulamentação em vigor. Nos termos da Resolução nº 81/22, o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede da Cia e nos sites www.ferbasa.com.br, www.b3.com.br e www.cvm.gov.br. Pojuca, 27 de março de 2023. **Geraldo de Oliveira Lopes** - Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 022/2022

Objeto: Prestação de serviços de recapeamento asfáltico em diversas ruas do Município de Jaguariúna, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários – diversas ruas dos bairros Santa Cruz, Berlim, Novo Jaguary e Dona Irma.
No vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e três às 10:30 horas, no Auditório da Secretaria de Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações e Técnica da Secretaria de Obras e Serviços para leitura do relatório de análise da documentação contábil das empresas participantes e julgamento de habilitação. Após as avaliações de praxe a Comissão Permanente de Licitações resolveu unanimemente habilitar as empresas: CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ 02.647.165/0001-85, CONSTEL CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI – CNPJ 52.770.039/0001-91, CONSTRUTORA SIMOSO LTDA – CNPJ 48.169.536/0001-61, CSW CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ 05.043.471/0001-09 E FBV CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – CNPJ 34.682.657/0001-06. Fica aberto o prazo recursal nos termos do art. 109, I, alínea "a" da lei 8666/93, de 05 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.
Ariana Aparecida de Almeida – Presidente Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE JULGAMENTO DE CLASSIFICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 001/2023

Objeto: Prestação de serviços de recapeamento asfáltico e implantação de sinalização horizontal e vertical, com fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para o recapeamento do trecho da Rua Souza, entre a Avenida Alexandre Marion e a Praça Colombini, na zona urbana do Município de Jaguariúna – conforme Convênio Estadual nº 1219428/2021, celebrado entre o Município e Secretaria de Estado de Habitação.
No vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de 2023 às 09:00 horas no Auditório da Secretaria de Educação, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações e representante da Secretaria interessada para realização de sessão pública referente ao processo licitatório em epígrafe e julgamento da Classificação. Após abertura dos envelopes nº 02 – Propostas de Preços – e análises de praxe restaram as empresas assim classificadas: em 1º lugar e vencedora a empresa CONVERD CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA – CNPJ 02.647.165/0001-85 com o valor global de R$ 296.260,19 e em 2º lugar CONSTEL CONSTRUTORA E PAVIMENTAÇÃO EIRELI – CNPJ 52.770.039/0001-91 com o valor global de R$ 296.404,85. Fica aberto o prazo recursal com relação a este julgamento, de 05 dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da última publicação.
Ariana Aparecida de Almeida – Presidente Comissão Permanente de Licitação

EXTRATO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO
CONCORRÊNCIA Nº 014/2022
Contrato nº 175/2023

Contratante: Município de Jaguariúna
Contratada: Engema Construções e Serviços LTDA – CNPJ 02.016.712/0001-24
Objeto: Revitalização do calçamento do Parque dos Lagos e implantação de ciclofaixa.
Fica rescindido unilateralmente o aludido contrato.
Secretaria de Gabinete, 27 de março de 2023.
Maria Emília Peçanha de Oliveira Silva - Secretária de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2023 – PROCESSO Nº 10/2023

Objeto: "ELABORAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, QUE SERÃO NECESSÁRIOS PARA ATENDER AOS PACIENTES DA UPA (UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO), SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE FERNANDÓPOLIS-SP, COM PREVISÃO DE CONSUMO PARCELADAMENTE NO DECORRER DE 12 (DOZE) MESES".". Adjudica e Homologa em favor das empresas: SERVIMED COMERCIAL LTDA.. Apresentou o menor preço para os itens: 17. AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.. Apresentou o menor preço para os itens: 35. LUMAR COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 34. PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA.. Apresentou o menor preço para os itens: 15. PORTAL LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 24, 25. CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 20. CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.. Apresentou o menor preço para os itens: 28, 38, 40. COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 9. SOMA/SP PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 11, 37, 46. CENTERMEDI-COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 16. INOVAMED HOSPITALAR LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 19, 29, 44. PONTAMED FARMACEUTICA LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 22, 32, 39. PARTNER FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI. Apresentou o menor preço para os itens: 47. ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI. Apresentou o menor preço para os itens: 3, 18, 31. ANJOMEDI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 6, 30. PRECISION COMERCIAL DIST. DE PROD. MEDICO HOSP. LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 21. CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. Apresentou o menor preço para os itens: 26, 45. M & D COMERCIAL HOSPITALAR LTDA ME. Apresentou o menor preço para os itens: 43. A.D. DAMINELLI - EIRELI. Apresentou o menor preço para os itens: 10. MCW PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 23. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS PRO SAUDE LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 7. ILG COMERCIAL LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 36. MEDICOM LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 27. DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES LTDA. Apresentou o menor preço para os itens: 8, objeto deste pregão. Fracassaram os itens 1, 2, 4, 5, 12, 13, 14, 33, 41 e 42.

Fernandópolis-SP, 27 de março de 2023.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada de modo exclusivamente digital e remoto no dia 26 de abril de 2023, às 15:00 horas, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia. **I.** Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **II.** Fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal da Companhia, caso os acionistas requeiram a sua instalação. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a proposta da administração e manual de participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia Geral via sistema eletrônico: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da plataforma digital deverão acessar o endereço eletrônico https://tenmeetings.com.br/assembleia/portal/#/?id=4E01EC0872DE, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme indicados abaixo, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o Acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio da página de cadastro acessível através do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar (i) procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato, que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil. Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto à distância: Nos termos da Resolução CVM 81, conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio do boletim de voto à distância deverão enviar as instruções de voto (a) diretamente à Companhia por e-mail, acompanhadas dos documentos indicados nos itens (a) a (e) acima; (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Para o Boletim de Voto à Distância produzir efeitos, o dia 19 de abril de 2023,ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o Boletim de Voto à Distância for recebido após o dia 19 de abril de 2023, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física do documento, conforme termos constantes da Proposta da Administração e Manual de Participação. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do Boletim de Voto à Distância e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação.

São Paulo, 27 de março de 2023.
Jean-Charles Henri Naouri
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÓLEO

EXTRATO DO 1º ADITIVO DO CONTRATO N. 12/2022
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.: 07/2022.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Óleo. **CONTRATADA:** EDITORA BERNARDINO DE CAMPOS LTDA. **OBJETO:** Contrato de empresa jornalística para publicação dos atos oficiais administrativos e demais matérias, sujeitas ao princípio de publicidade do poder executivo de Óleo, pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da LEI N.8.666/93. **VALOR MENSAL:** R$ 1.000,00 (Mil reais). **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses contados a partir de 27 de Março de 2023. **FUND. LEGAL:** Dispensa de Licitação, art. 24, X, da Lei Federal n. 8.666/93. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 27.03.2023.
Jordão Antonio Vidotto - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAIBUNA - SP

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA DESERTA E REABERTURA DE CERTAME

A Prefeitura Municipal de Paraibuna torna público que a sessão pública do dia 27/03/2023 do Pregão Presencial abaixo relacionado foi declarada deserta por não acudirem interessados.
Modalidade: Pregão Presencial N°. 0010/2023 - Edital Nº 0026/2023.
Objeto: Aquisição de scanners de mesa para Departamento de Administração e Finanças da Prefeitura da Estância Turística de Paraibuna.
Critério de Julgamento: Menor Preço Por Item. **Nova data para reabertura do certame:** 09:00 horas do dia 11/04/2023.
Informações: Telefone (12) 3974-2080, Ramal 4 e E-mail: licitacao@paraibuna.sp.gov.br.

Paraibuna, 28 de março de 2023.
Victor de Cassio Miranda - Prefeito Municipal.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

COMUNICADO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023
COMUNICADO

O Senhor Pregoeiro do Município de Caieiras faz saber a todos os interessados que devido a um equívoco com relação as datas consignadas na publicação deste Pregão Eletrônico 010/2023, verificou-se a necessidade de publicar novamente as datas certas, para não haver qualquer tipo de nulidade, que passa a ser as seguintes: O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS será das 10h30min horas do dia 29/03/2023 até às 10:30min do dia 07/04/2023 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS no horário as 10h31min do dia 07/04/2023 (através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br). As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax ou correio.
Publique-se
Caieiras, 27 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA

CSN MINERAÇÃO S.A.

CNPJ/ME nº 08.902.291/0001-15 - NIRE 31.300.025.144 - *Companhia Aberta*

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser Realizada em 28 de Abril de 2023

Ficam os senhores acionistas da CSN Mineração S.A. ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 16h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão disponíveis nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csnmineracao.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados na íntegra no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2023. Nos termos do art. 3ª da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à AGOE. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até o dia 26 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por e-mail a confirmação de que o seu cadastro foi aprovado. No dia da Assembleia, o participante deverá usar como login o seu e-mail/CPF e a senha que escolheu no momento em que efetuou o seu cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto A Distância:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia , suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csnmineracao.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csnmineracao.com.br. Congonhas, 28 de março de 2023. **Benjamin Steinbruch -** Presidente do Conselho de Administração.

COGNA EDUCAÇÃO S.A.

CNPJ n° 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187
Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da Cogna Educação S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a se realizar no dia 28 de abril de 2023, às 11h00, de modo exclusivamente digital, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações (*Performance Shares*), Esclarecimentos: Conforme autorizado pelo artigo 28, §3°, da Resolução CVM n° 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), **a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital,** podendo os senhores acionistas da Companhia participar e votar por meio do sistema eletrônico, ou exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância, em ambos os casos, nos termos da Resolução CVM 81. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, em observância ao artigo 133 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404/76"), bem como no seu site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/), cópias dos documentos referentes às matérias constantes da ordem do dia, incluindo aqueles exigidos pela Resolução CVM 81. Participação por Meio Digital: Os acionistas que desejarem participar na Assembleia via Plataforma Digital, deverão acessar o endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=53F26DFA4A44, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na Assembleia, conforme descritos no Manual de Participação na Assembleia, com, no mínimo, 2 dias de antecedência da data da Assembleia (ou seja, até o dia 26 de abril de 2023) ("Cadastro"). Após a aprovação do Cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para Cadastro. Nos termos do art. 5°, § 1° da Resolução CVM n° 81/2022, as informações completas sobre as regras e os procedimentos sobre como os acionistas podem participar e votar a distância na Assembleia, incluindo demais informações para acesso e utilização do sistema pelos acionistas, encontram-se descritas no Manual de Participação na Assembleia, disponível no site de Relações com Investidores (https://ri.cogna.com.br/) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm) e da B3 (https://www.b3.com.br/). Para acessar a Plataforma Digital, são necessários: (i) computador com câmera e áudio que possam ser habilitados; e (ii) conexão de acesso à internet de no mínimo 1mb (banda mínima de 700kbps). O acesso por videoconferência deverá ser feito, preferencialmente, por meio do navegador Google Chrome ou Microsoft Edge, observado que o navegador Safari do Sistema IOS não é compatível com a Plataforma Digital. Além disso, também é recomendável que o acionista desconecte qualquer VPN ou plataforma que eventualmente utilize sua câmera antes de acessar a Plataforma Digital. Caso haja qualquer dificuldade de acesso, o acionista deverá entrar em contato no telefone (11) 95653-6129 ou pelo e-mail dri@cogna.com.br. Em cumprimento ao artigo 28, §1°, II, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que gravará a Assembleia, sendo, no entanto, proibida a sua gravação ou transmissão, no todo ou em parte, por acionistas que acessem a Plataforma Digital para participar e, conforme o caso, votar na Assembleia. Os acionistas que participarem da Assembleia via Plataforma Digital, de acordo com as instruções acima, serão considerados presentes à Assembleia, e assinantes da respectiva ata e do livro de presença, nos termos do art. 47, III, da Resolução CVM 81. Participação Por Meio do Boletim de Voto a Distância: O acionista que desejar poderá, a partir desta data, exercer o seu direito de voto em relação às matérias da Assembleia por meio de boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81, a ser enviado conforme orientações do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia, por meio de uma das seguintes três opções de entrega: • Para os seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; • Para o escriturador das ações de emissão da Companhia, Itaú Corretora de Valores, no caso de acionistas titulares de ações depositadas no escriturador; e • Diretamente à Companhia, aos cuidados do departamento jurídico. Nos termos da Resolução CVM 81, o boletim de voto a distância deve ser recebido até 7 dias antes da data da Assembleia, ou seja, até o dia 21 de abril de 2023, inclusive, devendo o acionista (i) enviá-lo diretamente à Companhia, conforme as instruções abaixo, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador, observadas as regras e prazos por esses determinados. Eventuais boletins recepcionados pela Companhia após a referida data serão desconsiderados. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância por intermédio de prestadores de serviços deverá entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos e prazos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim. Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, bem como o escriturador, desconsiderarão eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos Rua Cláudio Manoel, n° 36, 13° andar, sala 1, bairro Funcionários, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, aos cuidados da Diretoria Jurídica, Sr. Leonardo Augusto Leão Lara (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado; e (ii) cópia autenticada dos documentos indicados no quadro contido na seção "Participação Por Meio Digital". Nos termos da Resolução CVM 81, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 (três) dias a contar do recebimento, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário. Caso haja divergência entre eventual boletim de voto a distância recebido diretamente pela Companhia e instrução de voto contida no mapa consolidado de votação enviado pelo escriturador com relação a um mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ, a instrução de voto contida no mapa de votação do escriturador prevalecerá, devendo o boletim recebido diretamente pela Companhia ser desconsiderado. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia, portando os documentos exigidos conforme o quadro contido na seção "Participação Por Meio Digital", e solicitar que as instruções de voto enviadas via boletim sejam desconsideradas.

Belo Horizonte, 28 de março de 2023
Rodrigo Calvo Galindo
Presidente do Conselho de Administração

Afint Assistência Fisioterápica Integral S/S Ltda

CNPJ nº 73.428.021/0001-86

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária
Prestação de Contas para todos os sócios da empresa

A administradora da empresa AFINT senhora Celena Freire Friedrich, no uso de suas atribuições conforme contrato social convoca a TODOS OS SÓCIOS, para a ***ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA*** a ser realizada no dia 05 (cinco) de abril de 2023, (quarta feira), às 18h30min, em primeira convocação, e, às 19h30min, em segunda e última convocação, a se realizar em plataforma digital *Google Meet*, a ser encaminhado aos sócios, com a seguinte pauta: I - Leitura e aprovação da assembleia anterior; II - Prestação de Contas ano 2022. São Paulo, 28 de março de 2023. Celena Freire Friedrich. Administração.

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 005/2023.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. **EDITAL:** 005/2023. **OBJETO:** Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia e arquitetura, devidamente inscrita no CREA/CAU, dotada de responsável técnico habilitado na mesma condição, para fornecimento de mão de obra e material, visando a revitalização do Centro de Caieiras, conforme projeto básico, planilha orçamentária, cronograma físico e financeiro e memorial descritivo. **MODALIDADE:** Concorrência Pública. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES:** às 08h30min do dia 28/04/2023. **DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES HABILITAÇÃO:** dia 28/04/2023 às 08h35min. As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível no Site do Município de Caieiras www.caieiras.sp.gov.br (Portal de Transparência). Os e-mails para envio do Edital são: licitacao@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 27 de Março de 2.023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

Prefeitura do Município de Caieiras
Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2023

ÓRGÃO: Prefeitura do Município de Caieiras. **EDITAL:** 010/2023. **OBJETO:** Contratação de Serviços de Hospedagem para atletas, comissão técnica e equipe de trabalho durante a 25ª Edição do JOMI - Jogos da Melhor Idade, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme anexos. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS será das 10h30min horas do dia 29/03/2023 até às 10:30min do dia 07/04/2023 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS no horário as 10h31min do dia 07/04/2023 (através do site www.bbmnetlicitacoes.com.br). As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445 - 9240 ou pelo site www.bbmnetlicitacoes.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.
Caieiras, 27 de março de 2023.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Diretor de Compras e Licitações

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JACAREÍ – SAAE

AVISO DE LICITAÇÕES PREGÕES ELETRÔNICOS
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620 / 1637 / 1655 / 1666 e 1673.
Edital: www.gov.br/compras (UASG 926641), www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou mediante comparecimento ao balcão da Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP - das 08:30 às 16:30, sem custo com apresentação de CD-r ou pendrive.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 015/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA PRETAÇÃO SE SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DAS FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO INTEGRADO AO SISTEMA PIX (SISTEMA DE PAGAMENTOS INSTANT NEOS), decorrente da solicitação SC 0313/2023.
Valor estimado: R$ 1.651.200,00
Recebimento dos Lances: às 09H00MIN do dia 12/04/2023
Jacareí, 22 de março de 2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2023
EXCLUSIVAMENTE PARA ATENDER A LEI 147/2014 (ME/EPP).
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONEXÕES EM FERRO FUNDIDO MALEÁVEL, DECORRENTE DA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO
(SR) Nº 004/2023.
Valor estimado: R$ 36.268,20
Recebimento dos Lances: às 09H00MIN do dia 12/04/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 017/2023
COM COTA RESERVADA PARA ATENDER A LEI 147/2014 (ME/EPP)
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE UNIFORMES, DECORRENTE DA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO (SR) Nº 11/2023.
Valor estimado: R$ 110.176,00
Recebimento dos Lances: às 09H00MIN do dia 13/04/2023
Nelson Gonçalves Prianti Junior – Presidente do SAAE Jacareí.

CONCORRÊNCIA Nº 001/2023
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA CONSULTIVA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO PARA ANÁLISE, REVISÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS E OBRAS A SEREM CONTRATADOS NO MUNICÍPIO DE JACAREÍ-SP, decorrente da Solicitação de Compra (S.C.) Nº 00706/2023.
Recebimento dos envelopes: até as 09h00min do dia 28/04/2023.
Credenciamento: às 09h00min, na mesma data, em ato público.
Sessão de abertura: após o credenciamento.
Valor estimado: R$ 1.518.913,68
Edital: www.saaejacarei.sp.gov.br (LINK "LICITAÇÕES") ou na Unidade de Licitações e Compras - Rua Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí - SP- das 08:30 às 16:30 – sem custo trazendo CD ou pendrive.
Informações: Unidade de Licitações e Compras – R. Miguel Leite do Amparo, 121 – Centro – Jacareí – SP – fone 12-3954-0200 – Ramais 1620 / 1637 / 1655 / 1666 e 1673.
Jacareí, 23 de março de 2023.
Evandro Faria Lins – Presidente Interino do SAAE Jacareí

SENDAS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ/MF nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.909

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" e "Acionistas", respectivamente) a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital no dia 27 de abril de 2023, às 11h**, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da Plataforma Digital Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **I.** Deliberar sobre as seguintes alterações do Estatuto Social da Companhia: (a) artigo 4º, *caput* para atualizar o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, devido a aumento de capital aprovado em reunião do Conselho de Administração; (b) inclusão do parágrafo 2º no artigo 15 para inclusão de regra de desempate nas reuniões do Conselho da Administração; (c) artigo 17, alíneas "p" e "r" para alterar valores de alçada de determinadas competências do Conselho de Administração, e inclusão das novas alíneas "s" e "t" para incluir como competências do Conselho da Administração, a aquisição de participação em outras sociedades e a prestação de garantias em favor de terceiros, respectivamente; (d) artigo 22, para inclusão do cargo de "Vice-Presidente" para as Diretorias Comercial e de Operações; (e) artigos 29 e 30, para exclusão de determinadas competências do Diretor Comercial e do Diretor de Operações, respectivamente, assim como ajustes que derivem exclusivamente de tais alterações; **II.** Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia em decorrência das alterações deliberadas no item I acima, caso aprovadas; e **III.** Deliberar sobre a rerratificação da remuneração global anual dos administradores da Companhia relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **I.** Examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia contendo as Notas Explicativas, acompanhadas do Relatório da Administração e das respectivas Contas dos Administradores, Relatório e Parecer dos Auditores Independentes, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório Anual Resumido e Parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **II.** Deliberar sobre a proposta da administração para destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **III.** Em relação à eleição do Conselho de Administração da Companhia: **(a)** determinar o número efetivo de membros do Conselho de Administração da Companhia a serem eleitos para o próximo mandato; **(b)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; **(c)** deliberar sobre a caracterização da independência dos candidatos para o cargo de membros independentes do Conselho de Administração; e **(d)** eleger o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 8º, inciso III do Estatuto Social da Companhia. **IV.** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.ri.assai.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para a Assembleia ("Proposta da Administração e Manual de Participação"). Participação na Assembleia por meio da Plataforma Digital: Os Acionistas que desejarem participar da Assembleia por meio da Plataforma Digital deverão acessar o *website* da Companhia, no endereço https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=F77CA9DEFDD7, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou votação na Assembleia com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 25 de abril de 2023. Tal solicitação deverá ser acompanhada dos documentos indicados na Proposta da Administração e Manual de Participação. **Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto.** Após a análise dos documentos pela Companhia, o Acionista receberá um *e-mail* no endereço utilizado para o cadastro com a confirmação da aprovação ou rejeição justificada do cadastro realizado e, se for o caso, com orientações de como realizar a regularização do cadastro. As orientações sobre acesso à Plataforma Digital e lembretes sobre as regras de conduta a serem adotadas na Assembleia serão enviadas oportunamente para cada Acionista ou procurador juntamente com a confirmação de cadastrado individual para acesso à Plataforma Digital. Participação na Assembleia por meio de boletim de voto a distância ("BVD"): Nos termos da Resolução CVM 81 e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual de Participação, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto, por meio do BVD, deverão enviar instruções de votos a distância: (a) diretamente à Companhia, preferencialmente pelo *e-mail* adm.societario@assai.com.br, com aviso de recebimento, ou por correspondência, para o escritório da Companhia na Avenida Aricanduva, 5.555 - Âncora "E", Central Administrativa Assaí (Shopping Interlar - Aricanduva), Vila Aricanduva, São Paulo, SP, CEP 03527-000, acompanhadas dos documentos indicados na Proposta da Administração e Manual de Participação; ou (b) por meio (i) dos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço) ou (ii) do Agente Escriturador, por meio dos canais por ele disponibilizados. Em todos os casos, para o BVD produzir efeitos, o dia 20 de abril de 2023 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas acima indicadas, e não o último dia para seu envio. Se o BVD for recebido após o dia 20 de abril de 2023, os votos não serão computados. A Companhia esclarece que, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso o Acionista ou seu procurador devidamente constituído participe da Assembleia através da Plataforma Digital, poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o BVD; ou (ii) participar e votar na Assembleia, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio do BVD serão desconsideradas. Nos termos da Resolução CVM nº 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, o percentual mínimo de participação no capital votante para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5%, devendo essa faculdade ser exercida pelos Acionistas em até 48 horas antes da Assembleia, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei das S.A.. Informações detalhadas sobre a participação do Acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio do BVD e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e Manual de Participação. Rio de Janeiro, 28 de março de 2023. **Jean-Charles Henri Naouri -** Presidente do Conselho de Administração.

Ganhos temporários na produtividade do trabalho?

Investimentos em capital humano poderão ter de voltar rapidamente à pauta do dia

Cecilia Machado

Economista-chefe do Banco BOCOM BBM e professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

A produtividade do trabalho —a quantidade de produto gerada por unidade de trabalho— é um importante indicador de performance da economia que captura o quão eficiente é o uso desse insumo na produção de bens e serviços.

Um ganho de produtividade significa que o mesmo pode ser produzido com menos trabalho, ou que mais pode ser produzido com a mesma quantidade de trabalho.

Por exemplo, os ganhos na produtividade da economia americana de 1947 em diante permitiram aumentar produção de bens e serviços por um fator de 9, ao passo que o número total de horas trabalhadas aumentou apenas modestamente, por um fator de 2.

Para as empresas, ganhos de produtividade se materializam em oportunidades de investimento e maiores retornos. Para os trabalhadores, o aumento da produtividade permite ganhos salariais ou possibilidades de melhorias nas condições de trabalho. Para os indivíduos em geral, ele representa a expansão das possibilidades de consumo.

Na pandemia, a adoção de novas tecnologias, o trabalho remoto e a reconfiguração dos setores e atividades para atender novas demandas dos consumidores representaram uma grande mudança no funcionamento do mercado de trabalho, trazendo perspectivas reais de ganhos. Nesse período, a produtividade de fato aumentou. Mas dados recentes mostram que esses ganhos estão se revertendo.

Nos Estados Unidos, a produtividade do trabalho, que cresceu 4,4% em 2020 e 2,2% em 2021, encolheu 1,7% em 2022, jogando a média de crescimento da produtividade no período (1,6%) para um número mais próximo da média que se observou na década anterior (1,1% entre 2010 e 2019).

No Brasil, a produtividade do trabalho, que também cresceu durante a pandemia, encontra-se em torno do mesmo patamar de 2019, e todos os ganhos observados em 2020 foram devolvidos. Mas seria um tanto quanto surpreendente que esses ganhos de produtividade, calcados em tecnologia e inovação de processos, fossem apenas temporários.

Parte da reversão decorre de um efeito mecânico da recomposição do emprego nos setores menos produtivos que foram mais impactados pelas políticas de distanciamento social, como é o caso dos segmentos de hospitalidade, transportes e serviços prestados às famílias. Durante a pandemia, o emprego nesses segmentos se reduziu drasticamente, ao passo que a reorientação do consumo de serviços para bens e a resiliência da economia justamente em seus setores mais produtivos sustentaram os ganhos agregados.

As variações de emprego entre os setores de diferentes produtividades durante a pandemia foram as grandes responsáveis pelo aumento da produtividade no período. E esse efeito de composição se desfaz à medida que os demais setores se recuperam.

Adicionalmente, a forte demanda por trabalho —seja nos Estados Unidos, onde há quase o dobro do número de vagas em aberto por trabalhador procurando emprego, seja no Brasil, onde o desemprego alcançou níveis próximos de 2015 e se encontra, possivelmente, abaixo da nossa taxa natural de desemprego— torna plausível que indivíduos de menor qualificação, que não encontrariam emprego se a conjuntura fosse outra, ingressem no mercado de trabalho, comprimindo a produtividade do trabalho por esse outro canal.

Ainda é cedo para saber se os ganhos de produtividade decorrentes do uso de novas tecnologias e de mudanças nos arranjos de trabalho durante a pandemia têm efeitos permanentes que estão sendo ofuscados pelos efeitos de composição setorial e de um mercado de trabalhado artificialmente estimulado, mas a atual redução da produtividade do trabalho traz implicações importantes para a dinâmica de valorização dos salários.

Ganhos de produtividade são fundamentais para sustentar aumentos salariais sem pressão de custos, já que o custo do trabalho por unidade de produto aumenta de acordo com o salário, mas diminui com ganhos de produtividade do trabalho.

Se os ganhos de produtividade do trabalho conquistados na pandemia forem mesmo datados, os investimentos em capital humano e qualificação profissional, que são outras formas através das quais a produtividade do trabalho aumenta, precisarão voltar rapidamente à pauta do dia.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Bernardo Guimarães** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Rudzhan/Adobe Photostock

Redes sociais são cobradas por saúde mental de adolescentes

Estudos apontam aumento de depressão; empresas dizem investir em bem-estar

Jamie Smith e Hannah Murphy

NOVA YORK E SAN FRANCISCO | FINANCIAL TIMES Os últimos minutos da vida de Ian Ezquerra, 16, foram no Snapchat.

Exteriormente, o adolescente, que se tinha destacado na escola e era membro de sua equipe de natação, era um jovem feliz, mas, à medida que seu uso de redes sociais aumentou, a ansiedade cresceu.

Sua mãe, Jennifer Mitchell, não sabia que Ian estava vendo conteúdo perigoso em diversas plataformas que seriam inadequadas para adultos, e ainda mais para jovens impressionáveis.

"Houve mudanças sutis no comportamento dele que eu não percebi imediatamente na época. Uma dessas coisas foi ele dizer algo como: 'Eu sou um fardo'", diz Mitchell, de New Port Richey, na Flórida.

Então, em agosto de 2019, Ian foi encontrado morto. A polícia registrou sua morte como suicídio, mas Mitchell diz que seu filho morreu jogando um desafio online sombrio, proposto por algoritmos poderosos.

A história de Ian aumenta as evidências sobre o preocupante declínio da saúde mental de crianças e adolescentes.

O suicídio de pessoas entre 10 e 19 anos nos EUA aumentou 45,5% entre 2010 e 2020, segundo os Centros de Controle e Prevenção de Doenças. Uma pesquisa realizada no mês passado pela mesma agência governamental revelou que quase 1 em cada 3 adolescentes pensou seriamente em tirar a própria vida, ante 1 em cada 5 em 2011.

As razões dessa deterioração do bem-estar mental, entretanto, são menos conclusivas.

Muitos pais e legisladores atribuem a culpa às empresas de rede social, que, segundo eles, estão desenvolvendo produtos altamente viciantes que expõem os jovens a materiais nocivos, com consequências no mundo real. As plataformas resistem, argumentando que sua tecnologia permite que as pessoas construam relacionamentos e são benéficas para a saúde mental.

Mas alguns acadêmicos apontam um crescente corpo de pesquisa que acham difícil ignorar: que a proliferação de smartphones, internet de alta velocidade e aplicativos de rede social está "reprogramando" o cérebro das crianças e levando a um aumento de distúrbios alimentares, depressão e ansiedade.

"Vários especialistas concordam. Todos chegam à mesma conclusão", diz Jonathan Haidt, psicólogo social e professor da Escola de Administração Stern da Universidade de Nova York. "Quando a rede social ou a internet de alta velocidade surgiram, [estudos] encontraram a mesma história, a queda da saúde mental, especialmente entre meninas."

Outros acadêmicos argumentam que as evidências ainda não são definitivas e dizem que a crise de saúde mental na adolescência é mais matizada.

A falta de consenso não aliviou o crescente escrutínio das empresas de tecnologia, as big techs. A família de Ian está por trás de um dos 147 processos de responsabilização por produtos movidos coletivamente nos EUA contra as principais plataformas de rede social —Facebook, Instagram, TikTok, Snapchat e YouTube.

> Quando a rede social ou a internet de alta velocidade surgiram, [estudos] encontraram a mesma história, a queda da saúde mental, especialmente entre meninas
>
> **Jonathan Haidt**
> psicólogo social e professor da Escola de Administração Stern da Universidade de Nova York

Os litígios iminentes aumentaram a atenção dos legisladores. O presidente Joe Biden acusou a indústria de realizar experimentos com "nossos filhos para obter lucro" e quer que o Congresso aprove leis que impeçam as empresas de coletar dados pessoais de usuários menores de idade.

No Capitólio, na quinta-feira (23), o CEO da TikTok, Shou Zi Chew, enfrentou pressão sobre a proteção de jovens usuários. Na plateia estava a família enlutada de Chase Nasca, 16, que diz que a plataforma o expôs a vídeos de automutilação antes de sua morte. "Senhor Chew, sua empresa destruiu a vida deles", acusou um senador.

No Reino Unido, ministros estão considerando alterar uma lei de segurança online para incluir sanções criminais —incluindo possível prisão— para executivos de redes sociais que não protegem a segurança das crianças.

As apostas para as empresas de rede social são altas, pois o aumento da regulamentação pode ameaçar seus modelos de negócios baseados em publicidade, que dependem de um grande e cativo público jovem para prosperar.

A Carrier Clinic da Hackensack Meridian Health, em Nova Jersey, um amplo campus com uma unidade residencial de saúde mental para adolescentes, está na linha de frente dessa crise.

As listas de espera aumentaram nos últimos três anos, agravadas pela pandemia, levando a atrasos de meses no acesso a leitos em unidades de atendimento fora de casa. Um hospital próximo teve um aumento de 49% nas consultas psiquiátricas de emergência pediátrica em 2022, em comparação com o ano anterior.

"Estamos vendo muita depressão, ansiedade, ideação suicida, distúrbios alimentares e automutilação", diz o doutor Thomas Ricart, chefe de serviços para adolescentes da Carrier.

Enquanto profissionais como Ricart mantêm a mente aberta, nas décadas desde o lançamento do Facebook, em 2004, a pesquisa que explora a ligação entre redes sociais e saúde mental é interessante.

Em janeiro, um relatório de especialistas em psicologia e neurociência da Universidade da Carolina do Norte disse que os adolescentes que verificam habitualmente suas contas de rede social experimentaram mudanças na forma como seus cérebros —que não se desenvolvem completamente até os 25 anos de idade— respondem ao mundo, inclusive tornando-se hipersensíveis ao feedback de seus colegas.

Mas outros pesquisadores contestam a avaliação de Haidt e seu coautor, Jean Twenge, professor de psicologia na Universidade Estadual de San Diego, de que há evidências definitivas de que a rede social é a principal causa da crise de saúde mental dos jovens.

Eles destacam a falta de dados científicos que comprovem um vínculo causal entre o aumento do uso de redes sociais e as condições de saúde mental. Alguns estudos, dizem eles, mostram que os adolescentes podem se beneficiar do uso da rede social, se usada com moderação.

A Meta diz que suas plataformas também removem conteúdo relacionado a suicídio, automutilação e distúrbios alimentares. Essas políticas foram aplicadas com mais vigor após a morte da britânica Molly Russell, 14, que tirou a própria vida em 2017 depois de ver milhares de postagens sobre suicídio. Desde então, a Meta lançou uma configuração padrão para menores de 16 anos que reduz a quantidade de conteúdo sensível que eles veem e interrompeu os planos para o Instagram Kids, produto para menores de 13 anos.

A Snap, do Snapchat, introduziu o controle dos pais e desenvolveu um centro de bem-estar para usuários.

O YouTube também afirmou que "investiu pesadamente" em experiências seguras para crianças, como seu aplicativo YouTube Kids, para menores de 13 anos, que possui controle dos pais.

O TikTok, que tem lidado com crianças que se ferem acidentalmente ou, em alguns casos, se matam como parte de perigosos desafios virais online nos vídeos curtos em sua plataforma, disse que eliminou esse tipo de conteúdo nos resultados de pesquisa. Também anunciou recentemente que as contas de todos os usuários com menos de 18 anos serão automaticamente definidas para um limite de tempo diário de tela de 60 minutos, além do controle dos pais.

"De modo geral, um dos nossos compromissos mais importantes é promover a segurança e o bem-estar dos adolescentes, e reconhecemos que esse trabalho está em andamento", diz TikTok.

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

Movimentação de policiais na porta da escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo, onde houve o ataque Rubens Cavallari/Folhapress

Aluno de 13 anos mata professora de 71 a facadas e fere cinco em escola

Caso ocorreu em colégio estadual na zona oeste de São Paulo; estudante foi contido e apreendido

SÃO PAULO Um adolescente de 13 anos matou a facadas uma professora de 71 na manhã desta segunda (27), na escola estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, zona oeste de São Paulo. Elisabeth Tenreiro era professora de ciências e foi golpeada pelas costas.

O agressor também feriu dois alunos e outras três professoras. O adolescente, que é aluno do 8º ano do ensino fundamental na escola, foi apreendido. Segundo a polícia, ele anunciou o ataque em um post em rede social, em que escreveu ter aguardado por esse momento a "vida inteira". Disse que esperava matar ao menos uma pessoa.

Uma das professoras feridas, Ana Célia Rosa, estava internada em estado de observação na tarde desta segunda. Ela passou por cirurgia e tinha quadro de saúde estável. As docentes Jane Gasperini e Rita de Cássia Reis e os estudantes foram socorridos e tiveram alta.

Câmeras de segurança registraram o momento dos dois ataques. O adolescente usava uma máscara de caveira, entrou correndo na sala de aula e parte para cima da professora Elisabeth, que estava em pé.

A docente, que não percebeu a aproximação do aluno, foi atingida violentamente por diversos golpes nas costas e caiu no chão.

Em desespero, os alunos tentaram sair da sala, e alguns são atacados pelo estudante.

Um segundo vídeo mostra o adolescente atingindo outra professora. Ele desfere vários golpes na mulher, que está em pé e tenta se proteger com os braços. Duas mulheres entram na sala, e uma delas consegue imobilizar o adolescente, enquanto a outra retira a faca das mãos dele.

O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, classificou o ato da professora como um ato heroico. "Ela imobilizou o agressor, fez com que a arma branca fosse retirada dele. Se não fosse essa ação, a tragédia teria sido maior", disse Derrite.

O titular da pasta da Educação, Renato Feder, destacou também o fato de ronda escolar que atendia o local ter agido rapidamente para apreender o aluno. "Conseguimos uma heroína hoje, a professora Cíntia. Não tivemos nenhuma criança com ferimentos graves. Toda a escola está muito triste, difícil saber o que aconteceu e as motivações", afirmou.

O aluno agressor era novato na escola. Foi transferido para lá no início de março, após uma funcionária do colégio anterior registrar um boletim de ocorrência relatando comportamento agressivo do estudante.

Apesar desse histórico, o secretário estadual de Educação, Renato Feder, a nova escola "foi pega desprevenida". "Nesse período de permanência, a diretora não recebeu nenhum aviso e nem [teve] ciência de nada que chamasse atenção", declarou.

O secretário disse que as aulas nesta escola estão suspensas por uma semana. O governo decretou três dias de luto no estado pela morte da professora Elisabeth Tenreiro. "Vamos conversar com os professores para ver, talvez, alguma reabertura gradual."

O caso foi registrado no 34º DP (Vila Sônia). O jovem de 13 anos deixou a delegacia por volta das 18h10 desta segunda e foi encaminhado para passar por exame de corpo de delito no IML (Instituto Médico Legal) Oeste, que fica anexo ao 91º DP (Ceagesp). Após o exame, foi encaminhado para a Fundação Casa.

Nesta terça-feira (28), o adolescente passará por audiência de custódia na Vara da Infância e do Adolescente.

"Esperamos que ele permaneça apreendido", disse o delegado Marcos Vinicius Reis.

As motivações para o ataque são investigadas.

Um aluno da escola disse à reportagem que testemunhou, na semana passada, uma briga entre o suspeito e outro estudante, que foram separados pela professora que morreu nesta segunda. Na ocasião, o autor dos ataques teria proferido ofensas racistas e xingado o colega de "macaco" e "ratinho".

A professora Elisabeth tentou apartar a discussão e, segundo o relato, o agressor teria dito "vai ter volta".

A mãe desse aluno disse que episódios de violência são comuns na escola. A unidade é menor do que costumam ser as escolas da rede estadual —atende cerca de 280 alunos do 6º ao 9º ano e tem 15 professores.

Em nota, a Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) lamentou o ataque e afirmou que há anos cobra medidas do governo do estado para a redução da violência no ambiente escolar.

"Mais um caso lamentável e chocante de violência em escola estadual expõe o descaso e o abandono do Estado em relação às unidades da rede estadual de ensino de São Paulo", diz trecho da nota, assinada pela presidente da Apeoesp, Maria Izabel Azevedo Noronha, a professora Bebel.

"Faltam funcionários nas escolas, o policiamento no entorno das unidades escolares é deficiente e, sobretudo, não existem políticas de prevenção que envolvam a comunidade escolar para a conscientização sobre o problema e a busca de soluções."

À tarde, Derrite e Feder anunciaram que iriam ampliar medidas de acolhimento psicológico e prevenção à violência nas escolas, com treinamento de educadores para identificar situações de vulnerabilidade.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lamentou o episódio em suas redes sociais.

"Não tenho palavras para expressar a minha tristeza com a notícia do ataque a alunos e professores da escola estadual Thomazia Montoro. O adolescente de 13 anos já foi apreendido, e nossos esforços estão concentrados em socorrer os feridos e acolher os familiares", escreveu.

O prefeito Ricardo Nunes (MDB) declarou que a gestão oferece "todo o suporte necessário às vítimas e suas famílias". O ministro da Educação, Camilo Santana (PT), se manifestou sobre o ataque nas redes sociais e disse que a pasta federal está "à disposição da Secretaria de Educação e do Governo do Estado para colaborar no que for possível".

Antonio Serafim, professor do Instituto de Psicologia da USP e ex-coordenador do núcleo forense do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, defende a necessidade de valorizar e preparar docentes e funcionários como forma de prevenir ataques como o desta segunda. "Eles ficam sobrecarregados e, às vezes, não conseguem detectar determinadas características, determinados sinalizadores", afirma.

O professor explica que ataques violentos costumam ser motivados por raiva ou por prazer, e nos dois casos o autor pode reproduzir atos registrados anteriormente —desde o massacre em Realengo (RJ), em abril de 2011, foram registrados ataques em diversos estados.

Em novembro de 2022, um estudante de 16 anos atacou a tiros duas escolas em Aracruz (ES), deixando quatro mortos. Ele usava uma máscara de caveira, como o autor do atentado desta segunda, e vestia um símbolo nazista no braço.

Para Serafim, medidas imediatistas, como vistoria de mochilas ou instalação de detectores de metal não evitam o comportamento agressivo de estudantes. "O grande ponto está numa melhora dos processos", diz.

"Os adolescentes circulam no mundo digital e têm acesso a uma série de informações. Mesmo criando algumas barreiras na escola, não conseguimos detectar essas ações ou esse conjunto de ideias que muitas vezes mobilizam esses comportamentos", afirma.

Isabela Palhares, Isabella Menon, Francisco Lima Neto, Tulio Kruse e Stefhanie Piovezan

Leia mais na pág. B2

Onde foi o ataque

Fonte: Dados cartográficos ©2023 Google

Docente ingressou no magistério da rede pública estadual aos 60 anos

SÃO PAULO A professora de ciências Elisabeth Tenreiro, 71, morta nesta segunda-feira (27) em um ataque na escola estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, era apaixonada pelas filhas e pelos netos.

Também era uma defensora da ciência e passou os últimos meses enfatizando a importância da vacinação contra a Covid-19 em sua página no Facebook.

Na rede social, a professora costumava trocar mensagens de carinho com familiares, amigos e ex-alunos.

Para os atuais estudantes, deixava lembretes como postagens sobre os itens necessários para a realização das provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Também fazia postagens bem-humorados sobre química e biologia.

Tenreiro trabalhou por décadas no IAL (Instituto Adolfo Lutz), que produz estudos e insumos na área da saúde e é vinculado à Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Ela ingressou no instituto na década de 1970 e se aposentou como agente técnica de saúde.

"Ela sempre foi uma colega de trabalho muito alegre, interessada em colaborar naquilo que fosse necessário e falava muito sobre as aulas, os alunos", lembra a pesquisadora do IAL Regina Rodrigues.

Rodrigues comenta que, por alguns anos, Tenreiro conciliou o trabalho no instituto com as aulas em escolas estaduais —a professora foi aprovada em 2012, aos 60 anos, para ministrar aulas para os ensinos fundamental e médio— e gostava muito de ensinar.

"Ela sinalizava que ia além do ensino propriamente dito. Dava atenção, ouvia os alunos, conversava sobre os problemas, as dificuldades que eles enfrentavam no dia a dia", recorda.

A professora Elisabeth Tenreiro, 71, morta em ataque em SP Beth T. Moraes Barros no Facebook

> **Ela [Elisabeth Tenreiro] sempre foi uma colega de trabalho muito alegre, interessada em colaborar naquilo que fosse necessário e falava muito sobre as aulas, os alunos**
>
> **Regina Rodrigues**
> pesquisadora do Instituto Adolfo Lutz

Após a aposentadoria, a professora continuou frequentando o IAL para visitar os amigos que fez nos diferentes departamentos. "Saudades de vocês e do Lutz. Amo vocês", escreveu a uma amiga em junho passado, no Facebook.

"Ela tinha um bom convívio com todos, era muito querida", afirma Rodrigues.

Tenreiro começou a lecionar na escola Thomazia Montoro neste ano. Até dezembro do ano passado, ela era docente da escola estadual Emiliano Augusto Cavalcanti de Albuquerque e Melo, no Alto de Pinheiros, também na zona oeste de São Paulo.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), lamentou em nota a morte da professora e decretou luto oficial de três dias. **SP e IM**

Adolescente que matou professora deixa 34º DP (Vila Sônia) após prestar depoimento Rubens Cavallari/Folhapress

Adolescente já havia ameaçado atacar outra escola e foi transferido

Ocorrência registrada em fevereiro por funcionária de colégio descreve garoto como pessoa de perfil agressivo

Isabella Menon, Isabela Palhares e Tulio Kruse

SÃO PAULO Em um boletim de ocorrência registrado no dia 28 de fevereiro deste ano, ao qual a **Folha** teve acesso, o jovem de 13 anos responsável pelo ataque em uma escola na Vila Sônia, na zona oeste paulistana, é descrito como uma pessoa de perfil agressivo.

Na manhã desta segunda-feira (27), o aluno do oitavo ano do ensino fundamental matou a facadas a professora Elisabeth Tenreiro, 71, e feriu outras cinco pessoas na Escola Estadual Thomazia Montoro. Ele foi apreendido pela polícia.

O boletim foi registrado por uma funcionária da Escola Estadual José Roberto Pacheco, em Taboão da Serra, na Grande São Paulo. Essa é a unidade de onde o adolescente foi transferido no começo deste mês.

No documento policial, o jovem é descrito como alguém que vinha apresentando comportamento suspeito nas redes sociais, "postando vídeos comprometedores, por exemplo, portando uma arma de fogo e simulando ataques violentos".

"O aluno encaminhou mensagens e fotos de armas aos demais alunos por WhatsApp, e alguns pais estão se sentindo acuados e amedrontados com tais mensagens e fotos", segundo trecho do boletim.

Também consta do registro que os responsáveis pelo adolescente foram convocados para ir à escola, onde a direção os orientou a tomar providências.

Foi esse histórico de violência a causa da transferência de escola, segundo o secretário da Segurança Pública, Guilherme Derrite. A mudança se deu no dia 6 deste mês, acrescentou o secretário da Educação, Renato Feder.

A Secretaria da Educação não disse se o jovem recebia algum tipo de acompanhamento especial.

O governo estadual confirmou que o estudante se envolveu em uma briga com um colega na sexta-feira (24). A diretora da escola estava a par desse caso e conversaria com os envolvidos na manhã desta segunda.

Esse conflito ainda não havia sido incluído na Placon (Plataforma Conviva), sistema no qual devem ser notificadas as ocorrências escolares. As escolas têm um prazo de sete dias para registrá-las.

O desentendimento teria começado depois que o autor dos ataques desta segunda chamou um colega de "macaco" e "ratinho".

Um estudante e a professora Elisabeth Tenreiro tentaram apartar a briga —nesta segunda, a docente foi a primeira a ser atacada, segundo testemunhas.

Depois do episódio, o agressor teria dito "vai ter volta" e que planejava um ataque.

Na manhã desta segunda, ele anunciou o atentado em uma rede social, de acordo com a polícia. Em um post, escreveu ter aguardado por esse momento a "vida inteira" e que esperava matar ao menos uma pessoa.

A Polícia Civil apreendeu na casa do adolescente uma arma de pressão airsoft, uma faca e uma parte de tesoura.

Foram recolhidos uma luva preta, um boné preto, um pano preto com desenho de caveira, três máscaras, uma CPU, um videogame XBox.

Além disso, a corporação disse ter encontrado um bilhete no qual o adolescente afirma que planejava o ataque havia muito tempo.

À tarde, o jovem foi ouvido pela polícia. "Ele [o autor do ataque] passou todas as informações de forma pormenorizada", afirmou o delegado Marcos Vinicius Reis, do 34º DP (Vila Sônia). "Ele foi frio, não demonstrou muita emoção e admitiu, confessou, na presença da advogada, na presença dos pais."

O delegado disse que a motivação do crime ainda está sendo investigada. Para determiná-la, a polícia deve buscar mais informações sobre as brigas relatadas e, também, analisar o bilhete encontrado na casa do agressor e suas postagens em redes sociais.

Em sua conta no Twitter, o adolescente adotava o sobrenome do autor do massacre que deixou oito mortos em uma escola pública de Suzano, na Grande São Paulo, em 2019.

No ataque desta segunda, ele usava uma máscara sobre o nariz e a boca com o desenho de uma caveira. É o mesmo modelo utilizado tanto pelo atirador de Suzano quanto pelo de Aracruz (ES), que atacou duas escolas em novembro do ano passado.

A balaclava em questão é símbolo de supremacistas americanos. Os grupos extremistas República da Flórida e Divisão Atomwaffen as exibem na internet. É uma referência a assassinos retratados em videogame e a um atirador fictício de uma série americana.

Assim como no ataque de 2019, além da máscara, a vestimenta incluiu roupas pretas. Em Aracruz, o autor usou coturnos e vestes camufladas.

Na internet, circulam imagens de garotos fazendo a saudação nazista ao Terceiro Reich com um braço estendido e o rosto coberto pela mesma imagem da caveira.

> Ele foi frio, não demonstrou muita emoção e admitiu, confessou, na presença da advogada, na presença dos pais
>
> **Marcos Vinicius Reis**
> delegado do 34º DP (Vila Sônia)

Como lidar com medo de crianças e jovens de violência em sala de aula

EQUILÍBRIO

Gabriella Sales

SÃO PAULO O ataque do adolescente de 13 anos que matou uma professora e feriu outras cinco pessoas na escola estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, alerta para o aumento da violência nas escolas, com casos de agressão física se tornando mais comuns desde o retorno presencial, após a pandemia. No ano passado, ataques com armas e múltiplas vítimas foram registrados em ao menos quatro estados.

As ações são traumáticas para os alunos, os funcionários, o corpo docente e outros estudantes que souberam do atentado por meio de notícias ou redes sociais. Pode ser necessária ajuda profissional e institucional para lidar com o medo, luto e retornar às atividades.

Gabriela Gramkow, doutora em Psicologia Social e professora da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), ressalta que, no Brasil, esse tipo de ataque geralmente está vinculado a algum problema anterior. "É natural que existam conflitos no ambiente escolar, a grande questão é como lidar com eles", diz.

Medidas como a criação de espaços de acolhimento em casa e na escola ajudam os envolvidos a elaborar o luto após o ataque e a evitar novos casos. Além disso, auxiliam aqueles que não foram vítimas do atentado, mas sentem medo ou insegurança em decorrência das notícias sobre o acontecimento.

Esses espaços de escuta não precisam ser organizados apenas por profissionais de saúde mental externos ao ambiente escolar, mas sim pelo próprio educador. "A escola pode e precisa manejar as suas relações educacionais", aponta Gramkow.

A profissional ressalta a importância de intervenções especializadas nessas situações. Na capital paulista, o Naapa (Núcleo de Apoio e Acompanhamento para a Aprendizagem), da Prefeitura de São Paulo, atende jovens em sofrimento psíquico.

O núcleo é composto por profissionais de diversas áreas que atendem as escolas da rede municipal conforme demanda, e pode auxiliar em casos de ataques.

Iniciativas coletivas e institucionais são importantes para referenciar o luto e compreender o trauma dentro da própria comunidade escolar. Após uma experiência traumática, é importante que os indivíduos, vítimas ou expectadores distantes, falem sobre a experiência. É preciso, porém, respeitar o tempo de cada estudante e do próprio corpo docente.

"Silenciar o luto é continuar o ciclo da violência", afirma Gramkow.

Nos primeiros dias, é natural que as atividades da escola sejam interrompidas e que muitos não se sintam confortáveis para retornar à rotina.

Gramkow indica que "quando o acontecimento é muito recente, não faz sentido pensarmos em tempo de luto. É necessário um tempo de processamento".

Contudo, pode haver casos em que o jovem da escola envolvida ou de outras instituições tenha mais dificuldade de voltar às aulas. Leite aponta que "reações agudas ao estresse são esperadas num primeiro momento". Não há tempo correto para processar o luto, mas o especialista afirma que reações muito intensas ou hesitação em retornar à escola após o período médio de um mês podem ser sinal de alerta.

Nessas ocasiões, a instituição de ensino pode organizar um processo de busca ativa para acolher o estudante e incentivar o seu retorno.

Sinais de paralisia, negação, falta de vontade de se alimentar ou realizar atividades são preocupantes, segundo os especialistas. Sintomas mais graves a se atentar são irritabilidade, insônia, ideação e comportamento suicida. Locais como o Caps-IJ (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil) podem oferecer auxílio.

A professora ressalta, porém, que nos primeiros momentos após o trauma, é preciso acolher as demandas dos estudantes, buscando entender o que elas representam, e enfrentar estratégias de evitação. "É preciso viver esse luto."

Para Rodrigo Leite, psiquiatra coordenador do Programa de Psiquiatria Social e Cultural do IPq (Instituto de Psiquiatria) do Hospital das Clínicas de São Paulo, um dos problemas é não enxergar a saúde mental como uma questão de saúde pública, que demanda políticas específicas.

Ele afirma que os ataques devem trazer um alerta para que políticas públicas sejam instituídas, não só nas escolas atingidas, mas em toda a rede educacional.

> É natural que existam conflitos no ambiente escolar, a grande questão é como lidar com eles
>
> **Gabriela Gramkow**
> doutora em psicologia social e professora da PUC-SP

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Tiktoker, prezava pela alegria alheia

GABRIEL NETO (2002 - 2023)

Bruno Lucca

SÃO PAULO Aos 20 anos, o mineiro Gabriel Neto vivia o sonho de muitos contemporâneos: ganhar fama e dinheiro por meio das redes sociais. Com vídeos de humor refinado, o jovem chegou lá.

Em poucos meses de divulgação, entre o final de 2021 e o início do ano passado, Gabriel conquistou mais de um milhão de seguidores no TikTok.

Tal sucesso foi compartilhado com seus pais e irmã, participantes ativos das produções e fiéis apoiadores de tudo o que o conteudista se propunha a fazer.

Criativo, Gabriel surpreendia todos com a sua capacidade de criar situações naturalmente cômicas. Com simplicidade ímpar, não se perdia em tentativas forçadas de angariar atenção. Era sempre ele, não havia personagem.

O propósito do jovem, dizia ele, era compartilhar um pouquinho da sua felicidade com o maior número possível de pessoas. E queria fazer isso até seus últimos dias.

Quando percebeu ser conhecido nacionalmente, Gabriel não caiu em deslumbre. Achava uma bobagem. Recusava-se a viver uma vida regada a luxos e a ser enclausurado em uma bolha com outros influencers brasileiros. Só queria tocar sua vida normalmente.

Já não era mais possível. Estava no shopping, alguém pedia foto. Em um restaurante, os garçons o paravam. Ia a algum festejo, era logo, involuntariamente, a principal atração. Aonde fosse, sempre atendia a todos da melhor maneira.

Para os amigos, Gabriel foi inspiração e um companheiro insubstituível. A empatia era sua principal qualidade. Mesmo em seus piores momentos, só conseguia pensar no bem alheio.

Para os familiares, foi e sempre será o melhor capítulo do livro da vida. Aquele que a reescrita seria impossível de tão perfeito e o singelo ato de rememorar é capaz de acariciar a alma e o coração.

Gabriel Neto morreu no último dia 4 de fevereiro. Ele se afogou enquanto nadava em uma represa na cidade de Juiz de Fora, em Minas Gerais.

Seu perfil no TikTok não foi desativado, mas transformado em um tributo por seus familiares. "A morte não é nada, eu somente passei para o outro lado do caminho", afirma a biografia atual.

"Vamos sempre se lembrar dele com extrema felicidade, apesar da dor e saudade deixadas", afirma Aline Neto, irmã de Gabriel.

CARMELIA DA CONCEIÇÃO NUNES BERNARDES Aos 77, casada com José Rodrigues Bernardes. Terça (28/3) às 14h30. Cemitério São João Batista, avenida Brasiliana, nº 10, Parque Alvorada, Suzano (SP)

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

Uma facada no coração da escola

Por que as escolas têm sido palco de tantas tragédias?

Vera Iaconelli

Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

A escola é para a nova geração o tubo de ensaio das relações sociais. Cada aluno que entra nela representa uma certa parte da sociedade, com suas crenças, raça, hábitos, gênero, condições financeiras, opiniões, preconceitos. O encontro entre alunos, professores, pais e funcionários da escola é o encontro dessas diferenças, nunca isentas de choque. Na escola se reproduzem os atritos dos espaços sociais mais amplos, portanto não há como sonhar com uma escola livre de bullying, misoginia ou racismo, pois ela é palco do que ocorre fora de seus muros.

Mas com uma diferença fundamental. A escola tem por prerrogativa criar espaços de reflexão sobre a realidade, mediar conflitos e questionar o que se transmite. Longe de reproduzir o discurso social sem pensar, a comunidade de ensino se pretende um ponto de inflexão, um espaço de questionamento.

Daí que os regimes autoritários são ciosos em controlar as escolas, pois elas podem colocar em questão o próprio autoritarismo. Onde cada um pensa com a própria cabeça, onde impera a ética, fica difícil formar um exército de paus-mandados, incapazes de discernir o real do fictício. Na escola, a Terra nunca será plana.

Sendo um espaço tão especial, ele é depositário de grandes expectativas. Quem não se emocionou ao levar o filho à escola pela primeira vez? Quem não se lembra das amizades, dos professores, da autonomia adquirida? Ao mesmo tempo, cada vez mais crianças têm dirigido ao ambiente escolar os gestos mais violentos: agressões, suicídios e assassinatos. São fatos epidêmicos nos Estados Unidos que o Brasil parece querer mimetizar por influência das redes sociais, somados ao recente incentivo ao uso de armas para resolver conflitos em nosso país.

Que recado desesperado é esse que vem na forma de ato, mas também de pergunta? Quando foi que a escola passou a ter que dar conta do que nenhum outro espaço parece estar sendo capaz de escutar?

A escola não tem como resolver uma sociedade desmantelada pelas redes sociais, violentamente polarizada, que ruma sem pudores para a autodestruição. Seus limites são tão claros quanto sua potência. A escola é espaço de transmissão e de escuta, de observação e de intervenção junto ao aluno. Ela não prescinde do apoio das famílias e do Estado, visando não apenas conteúdos mas as competências socioafetivas. Alunos, professores, funcionários e pais precisam se orientar pelo bem comum, na contramão de tudo o que a sociedade tem pregado atualmente.

Um adolescente de 13 anos apunhala e mata a professora Elizabeth Tenreiro em sala de aula, fere colegas e outros professores. Esse é o momento de cuidar dos feridos e fazer o luto de uma perda irreparável. Ele foi contido por mulheres corajosas, ciosas em proteger os demais. Não esqueçamos que uma criança ficou na sala para acudir a professora Elizabeth. Não esqueçamos desses gestos, caso contrário ficaremos siderados pelo horror e esqueceremos da complexidade humana.

A escola continuará sendo o lugar no qual a sociedade revela sua melhor e sua pior faceta, não há como ser diferente. Mas ela é um dos últimos lugares que se propõem a lidar com isso da maneira mais democrática e humana possível. Precisamos garantir que ela continue a ter condições de fazê-lo com nosso apoio.

Agora é o momento de parar e escutar o que não foi possível escutar de outra forma. Recuperar o que falta sempre que se passa ao ato tresloucado: o diálogo.

Competência cada vez mais rara diante do apelo às armas, o diálogo é matéria-prima que sustenta a escola.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | **QUA.** Ilona Szabó de Carvalho, **Jairo Marques** | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Menina que engravidou após estupro dá à luz em Teresina

Foi a segunda gestação da garota de 12 anos depois de sofrer violência sexual

Yala Sena

A menina, então com 11 anos, com o primeiro filho Renato Andrade - 23.jun.22/Folhapress

TERESINA A menina de 12 anos, que engravidou pela segunda vez após estupro e que teve o aborto legal negado no Piauí, deu à luz nesta segunda-feira (27) na maternidade Dona Evangelina Rosa, em Teresina. A bebê nasceu com nove meses completos de gestação e será entregue para adoção.

A vítima ficou grávida pela primeira vez após ser violentada aos dez anos por um primo de 25 anos em um matagal na zona rural da capital piauiense e seguiu com a gestação após a mãe negar o aborto. Um ano depois, novamente, após sucessivos abusos, ela engravidou e teve o segundo bebê.

Um exame de DNA solicitado pela Polícia Civil do Piauí concluiu que a menina foi estuprada pelo tio, que foi preso juntamente com um vizinho, acusado também da violência.

O pai da menina disse que a filha deu à luz por volta das 10h50 de cesariana, que está na UTI e que a informação recebida é de que as duas estão bem. Em dois dias, a garota deve ter alta.

Procuradas, a Secretaria de Estado da Saúde e a maternidade Dona Evangelina Rosa afirmaram que não vão se manifestar, porque as informações sobre o caso estão sob segredo de Justiça.

O pai disse que pretende pedir ajuda do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente para visitar a filha e a neta. Afirmou ainda que gostaria de conhecer a neta e que só concordou com a decisão de colocá-la para adoção por não ter condições financeiras de criar a criança.

A menina foi para a maternidade acompanhada de funcionárias do abrigo onde ela mora há cerca de oito meses.

A gravidez da menina envolveu decisões judiciais contraditórias. Em 1º de novembro do ano passado, a juíza Elfrida Costa Belleza, da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Teresina, autorizou a interrupção da gravidez.

Em 6 de dezembro, porém, o desembargador José James Gomes Pereira, da 2ª Câmara Especializada Civil do Tribunal de Justiça do Piauí, derrubou a liminar da juíza que autorizava o aborto e relatou que a família desejava entregar o recém-nascido para adoção.

A pedido da defensora do feto e da mãe da vítima, o desembargador Pereira deu a liminar com base na informação de que o pai e a menina mudaram de opinião e queriam a continuação da gravidez.

A menina tinha dez anos quando engravidou pela primeira vez, em janeiro de 2021. A mãe, uma dona de casa de 29 anos, não autorizou o aborto da filha e disse que o médico afirmara que ela correria risco de morte no procedimento.

A lei brasileira permite o aborto nos casos de estupro e risco de morte para a gestante, e uma decisão da Justiça estendeu o aval para casos de anencefalia do feto. Considera-se estupro presumido os casos de relação sexual de vítimas menores de 14 anos.

A menina deu à luz em setembro daquele ano. O primo que a teria estuprado foi assassinado pouco tempo depois por motivos que a família diz desconhecer.

O primeiro filho dela, de pouco mais de um ano, está sendo cuidado pelo avô. A menina também estava morando com o pai, mas passou a viver em um abrigo em Teresina.

Em junho do ano passado, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e a Corregedoria-Geral da Justiça do TJ-SC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina) apuravam a conduta da juíza Joana Ribeiro Zimmer, que teria induzido a menina de 11 anos a desistir do aborto, conforme revelou reportagem do site The Intercept Brasil.

Após ter sido comunicado sobre a situação da criança, o Conselho Tutelar a encaminhou ao Hospital Universitário de Florianópolis para realização do aborto. A equipe médica do hospital, porém, se recusou a realizar o procedimento porque a gestação já passava de 22 semanas.

Embora o Código Penal preveja que não pode ser punido o aborto realizado no caso de gravidez resultante de estupro ou quando a vida da gestante está em risco, a lei não estipula um limite de semanas para que o procedimento seja realizado nessas situações.

Norma técnica do Ministério da Saúde diz, porém, que não há indicação para interrupção da gravidez após 22 semanas de idade gestacional. À época, o Ministério Público de Santa Catarina afirmou que, após ter tomado conhecimento do caso da menina, entrou com uma ação pedindo autorização judicial para a interrupção da gravidez e com uma medida protetiva de acolhimento provisório.

O tribunal acolheu o pedido do órgão e, em maio, a criança foi levada para um abrigo. A Promotoria afirmou que o requerimento foi feito com o objetivo de proteger a menina de possíveis novos abusos.

Segundo a reportagem feita em colaboração com o portal Catarinas, no entanto, na autorização da medida protetiva, a juíza comparou a proteção da saúde da menina à proteção do feto. "Situação que deve ser avaliada com forma não só de protegê-la, mas de proteger o bebê em gestação, se houver viabilidade de vida extrauterina", escreveu. Na decisão, a juíza disse que os riscos eram inerentes a uma gestação naquela idade e que não havia risco de morte materna.

Em audiência no dia 9 de maio, de acordo com a reportagem, a juíza e a promotora Mirela Dutra Alberton propuseram que a menina mantivesse a gravidez por mais "uma ou duas semanas", para aumentar a chance de sobrevida do feto. A Corregedoria Nacional do Ministério Público e a Corregedoria do Ministério Público de Santa Catarina informaram que instauraram reclamações disciplinares para apurar a conduta da promotora.

Zimmer foi promovida no dia 15 de maio e transferida da Comarca de Tijucas para a de Brusque. Assim, não atua mais no caso da menina. Questionada sobre sua fala na audiência, a promotora Alberton declarou ao Intercept que a fez "no sentido de esclarecimento sobre as consequências do procedimento de interrupção da gravidez, já que o avançado estado da gravidez viabilizava a vida extrauterina".

SP tem 2º menor número de assassinatos em fevereiro desde 2001

Clayton Castelani

SÃO PAULO O número de vítimas de assassinato em fevereiro na capital paulista foi o segundo menor já registrado no mês pela SSP-SP (Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo), que disponibiliza os dados desde 2001.

No mês passado, 36 pessoas foram vítimas de homicídio doloso —quando há a intenção de matar— na cidade. Considerando somente meses de fevereiro, o número supera apenas as 34 registradas pela pasta em 2021.

Em fevereiro de 2019, pré-pandemia de Covid, 48 pessoas foram mortas nesse tipo de crime na capital.

Em relação a fevereiro do ano passado, o total de mortes reduziu 10%, de 40 para 36. Já na comparação com janeiro, quando 43 pessoas foram intencionalmente assassinadas, houve queda de 16%.

Homicídios dolosos estão em tendência de queda. Há dez anos, em fevereiro de 2013, o número registrado foi de 91. Há duas décadas, em 2003, ocorrem 424 assassinatos no mês.

É também uma tendência observada no estado de São Paulo nas últimas duas décadas, onde os números voltaram a cair neste mês após aumentos registrados em 2021 e em 2022.

A quantidade de vítimas em território paulista caiu de 246 para 241 na relação entre fevereiro deste ano e o mesmo período do ano passado. Em fevereiro de 2020 e de 2021, porém, ocorreram altas. Foram, respectivamente, 218 e 239 mortes dessa natureza no estado.

Sobre a capital paulista, quando considerada a taxa de homicídios dolosos por grupo de 100 mil habitantes, o número deste mês é de 4,43 mortes, o menor no intervalo de 12 meses em 23 anos.

É a segunda vez consecutiva neste ano que esse índice recua ao seu menor patamar histórico no município. Em janeiro, esse indicador ficou em 4,53 e, até então, era o menor registrado desde 2001.

De acordo com a SSP-SP, o recuo ao patamar historicamente baixo foi influenciado pelo resultado do primeiro bimestre do ano, que se encerrou com 74 ocorrências (com 76 vítimas), um recuo 17,78% em comparação com o mesmo período do ano anterior. Esse foi o menor total de casos já registrados desde 2001.

> Quando se fala em homicídios, são fatos pontuais, geralmente brigas de bar. O grande problema que a gente enfrenta hoje na segurança pública são crimes patrimoniais
>
> **Raquel Gallinati**
> diretora da Adepol

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública, sob gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), atribuiu a queda dos assassinatos aos "esforços das forças de segurança são contínuos e buscam desenvolver e promover políticas públicas para a redução dos índices criminais".

Raquel Gallinati, diretora da Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Brasil), afirma que os dados que mostram queda dos homicídios dolosos devem ser observados com cautela, pois não refletem necessariamente a sensação de insegurança vivida pela população que se sente ameaçada pelos crimes contra o patrimônio.

"Quando se fala em homicídios, são fatos pontuais, geralmente brigas de bar. O grande problema que a gente enfrenta hoje na segurança pública são crimes patrimoniais", afirmou.

De acordo com dados da SSP, uma pessoa foi vítima de latrocínio na capital paulista em fevereiro deste ano. É um número menor do que o registrado em fevereiro do ano passado, quando 9 pessoas perderam a vida quando foram vítimas de crimes contra o patrimônio, como roubos.

Já o número de furtos voltou a crescer na capital paulista no mês passado, quando ocorreram 19.882, ou 4% a mais em comparação aos 19.115 casos de janeiro.

saúde

Ministério da Saúde perde 1,2 milhão de testes de Covid

Equipe de Nísia Trindade culpa Bolsonaro e Queiroga; ex-ministro diz que nova gestão conhecia estoques

Mateus Vargas

BRASÍLIA Cerca de 1,2 milhão de testes para detecção da Covid-19 venceram em março de 2023 no estoque do Ministério da Saúde. Avaliados em R$ 42,7 milhões, os produtos são do tipo RT-PCR e também servem para o diagnóstico do VSR (vírus sincicial respiratório) e da influenza A e B.

A equipe da ministra Nísia Trindade culpa a gestão Jair Bolsonaro (PL) pelo acúmulo de exames com validade curta. Afirma que não teve acesso a dados sobre os estoques durante a transição de governo.

"Ao assumir, a atual gestão da pasta se deparou com os quantitativos em estoque sem tempo hábil para distribuição e uso, ou sem demanda nos estados", afirma o ministério da Saúde em nota.

O ex-ministro Marcelo Queiroga disse que "todos os dados foram passados para a equipe de transição". "Eles sabem disso, inclusive foi assinado termo de confidencialidade."

Parte dos lotes perdeu a validade no último dia 9, enquanto o resto venceu em 13 de março. A dificuldade de testagem foi uma das marcas da pandemia no Brasil.

Técnicos do ministério fizeram diversos alertas de que faltava planejamento nas compras de exames durante a gestão passada. A Saúde chegou a estocar quase 7 milhões de testes com validade curta no fim de 2020.

Para evitar desgaste, a gestão Bolsonaro tentou enviar os exames prestes a vencer ao Haiti e para hospitais filantrópicos. A Saúde ainda entregou 1,1 milhão de unidades para a USP (Universidade de São Paulo) poucos dias antes do fim da validade.

Integrantes do atual governo dizem que era inviável mandar em poucas semanas os testes aos estados, neste cenário de baixa demanda e de política frágil de testagem.

Ex-presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e vice-presidente da Abrasco (Associação Brasileira de Saúde Coletiva), Claudio Maierovitch afirma que o governo Bolsonaro não estimulou a testagem.

"As pessoas tinham muita dificuldade para conseguir fazer teste, o que acho que foi intencional, o Ministério da Saúde e o governo tentaram ao máximo evitar que os números viessem à tona", disse ele.

Para o médico, o ministério perdeu a capacidade de planejamento e a nova gestão assumiu a pasta diante de uma "tela escura". "Não havia um sistema adequado de gestão de estoques, de distribuição, de monitoramento."

Durante toda a pandemia, o ministério enviou cerca de 32,5 milhões de testes do tipo RT-PCR ao SUS. Considerado "padrão ouro" para o diagnóstico, esse exame é feito em laboratório com amostras coletadas dos pacientes. O resultado é liberado em cerca de 72 horas.

Outros modelos, como testes rápidos de antígeno, são processados no próprio local da coleta e confirmam a contaminação em poucos minutos. A demanda pelos exames RT-PCR caiu nos últimos meses.

No período mais duro da pandemia, o SUS chegou a realizar 2,4 milhões de exames em um mês, em março de 2021. Desde agosto de 2022, a maior procura foi registrada em dezembro, quando foram feitos cerca de 150 mil exames.

Maierovitch ainda defende que o governo estimule os diagnósticos e forneça autotestes a determinados grupos.

"O teste rápido serve para o diagnóstico imediato. Mas ele também deveria servir para gerar um dado de notificação. O RT-PCR, e o sequenciamento, servem para ver quais são as linhagens que estão circulando, se há mudanças no vírus", disse o vice-presidente da Abrasco.

Os dados de estoques do Ministério da Saúde estavam sob sigilo desde 2018. A gestão Nísia decidiu apresentar a relação de produtos vencidos que já foram descartados ou estão à caminho da incineração, além daqueles que estão sem validade e seguem no estoque.

Todo o estoque válido da Saúde, porém, seguirá escondido por um ano, por decisão do governo Lula. Ou seja, apenas em março de 2024 será possível saber o que havia em estoque no mesmo mês do ano anterior.

A **Folha** mostrou que 39 milhões de vacinas da Covid-19 venceram durante a pandemia. Ainda foram incinerados, na gestão Bolsonaro, medicamentos de alto custo para doenças raras e 1 milhão de canetas de insulina.

Após a divulgação desses dados, a Procuradoria da República no Distrito Federal determinou a abertura de inquérito civil para apurar se houve irregularidades no descarte de produtos do SUS.

Os produtos vencidos desde 2019 e já incinerados ou que estão encaminhados ao descarte custaram ao menos R$ 2,2 bilhões.

Os testes da Covid estão dentro de outro conjunto de dados, sobre produtos vencidos e que estão no estoque da Saúde. Nesse grupo há ainda roupas de proteção para profissionais de Saúde avaliadas em R$ 136 milhões.

Também há cerca de R$ 37 milhões estocados, sem validade, em produtos usados como bloqueadores neuromusculares. Esse tipo de produto pode ser usado como complemento de anestesia para facilitar a intubação de pacientes.

Em nota, a Saúde disse considerar "inadmissível" o desperdício de produtos do SUS. "A perda de insumos demonstra o descaso da gestão anterior. Ainda durante a transição, foram feitos diversos pedidos de informação sobre o estoque e validade de insumos, todos eles negados", afirma a pasta.

> O RT-PCR, e o sequenciamento, servem para ver quais são as linhagens que estão circulando, se há mudanças no vírus
>
> **Claudio Maierovitch**
> vice-presidente da Abrasco

Cresce a sensação de sofrimento global

Sentimento de tristeza em todo o mundo aumentou 6,03 pontos percentuais de 2009 a 2021

Sofrimento global, por faixa etária

Em %

- 35 anos ou menos
- 35 a 54 anos
- maior ou igual a 55 anos

Sofrimento global, por gênero

Em %

- Homens
- Mulheres

Sofrimento global, por escolaridade

Em %

Por renda média mensal

Em %

- Renda mensal alta (quarto quintil)
- Renda mensal mais alta (último quintil)

40
36
32
28
24
20
2009
2021

Fonte: Daly et al., 2023; PNAS, doi.org/10.1073/pnas.2216207120

Cresce sensação de tristeza e estresse no mundo, aponta estudo

Ana Bottallo

SÃO PAULO As pessoas estão mais estressadas, tristes e preocupadas, de acordo com uma pesquisa global. Comparado com o fim da última década (2009), o sentimento de sofrimento global passou de 25% para 31% em 2021 em todo o mundo.

Somente em 2020, no primeiro ano da pandemia da Covid-19, o aumento foi de 2,5 pontos percentuais.

Os dados foram publicados em um artigo nesta segunda (27) na revista científica PNAS (Proceedings of the National Academy of Sciences), ligada à Academia Nacional de Ciências americana.

O estudo, conduzido por Michael Daly, da Universidade de Maynooth (Irlanda), e Lucía Macchia, da Universidade Cidade de Londres (Reino Unido), buscou identificar as tendências globais de sentimentos de aflição e estresse, que podem estar ligados a uma piora na saúde mental.

De acordo com os pesquisadores, dados regionais de aumento dos sentimentos de tristeza e estresse nos Estados Unidos e Reino Unido já eram conhecidos desde a década de 1990, mas pouco se sabia sobre a tendência global.

Os cientistas então utilizaram os dados de uma plataforma chamada Gallup (Bases de Dados Globais para Uso Público, em inglês) com informações de mais de 1,53 milhão de adultos de 113 países, incluindo o Brasil, de 2009 a 2021. O questionário continha dados sociodemográficos, como idade, sexo, renda mensal e escolaridade, e perguntas sobre sentimentos de estresse e tristeza —"Você experimentou os seguintes sentimentos por uma parcela significativa no dia anterior?"— com respostas sim e não. Cada resposta era codificada (zero para não e um para sim) e, com base nos dados, foram quantificadas em porcentagens para analisar o aumento da sensação de sofrimento.

A análise de sensação de sofrimento levou em consideração as sensações pessoais e, assim, não pode ser utilizada para avaliar a prevalência populacional de ansiedade e depressão, afirmam os autores. No entanto, é possível que esse quadro tenha piorado após a pandemia, especialmente nos mais jovens.

Segundo o estudo, globalmente os sentimentos de tristeza e estresse aumentaram em todas as categorias e grupos etários, mas ele foi maior em pessoas com até o ensino fundamental completo (aumento de 9,53%) e com a menor renda familiar (aumento de 7,27%).

As mulheres (6,75%) e pessoas mais jovens, com 35 anos ou menos (6,87%), também tiveram o maior aumento de sensação de estresse e tristeza na última década.

Quando considerados os três sentimentos independentes, os de estresse (9,97%), tristeza (6,31%) e preocupação (6,22%) registraram aumento significativo de 2009 a 2021, enquanto ódio não teve uma subida estatisticamente significativa no mesmo período.

Já considerando o aumento de 2020 para 2021, a pandemia piorou os sentimentos de tristeza e estresse em todos os grupos exceto nos adultos com 55 anos ou mais e naqueles indivíduos com a escolaridade e renda mensal mais baixas. Embora seja um aumento significativo, os pesquisadores afirmam que esse aumento a curto prazo ainda precisa de maior monitoramento para confirmar se será superior ao observado em anos pré-pandêmicos.

Para Michael Daly, professor associado do Departamento de Psicologia da Universidade de Maynooth, o aumento da sensação de tristeza e estresse nos jovens com 35 anos ou menos demonstra uma série de fatores aos quais eles são expostos diariamente, a começar pelas pressões frente ao mundo pós-crise.

"Algumas explicações possíveis no período analisado incluem o período após a crise econômica global de 2008, em que as incertezas econômicas relacionadas à segurança no trabalho e às dívidas contraídas foram vivenciadas por muitas pessoas, mas tiveram um impacto particular nos adultos e grupos menos poderosos."

Neste sentido, a pandemia da Covid também teve um efeito maior na saúde mental dos jovens, como também foi evidenciado em estudos feitos no Brasil.

De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), houve um aumento de 25% da prevalência global de ansiedade e depressão no primeiro ano da pandemia, e os dados da última pesquisa Vigitel (Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por inquérito Telefônico) de 2021 apontam que 13,5% da população brasileira teve diagnóstico de depressão. São os jovens e as mulheres que mais sofrem com exaustão e preocupação constante no trabalho, segundo um estudo desenvolvido pela UFRJ.

"A disrupção social foi maior para adultos jovens, que tendem a desenvolver relações sociais maiores e mais diferenciadas em vez de manter um mesmo grupo com quem se relaciona com frequência. As experiências podem, inclusive, se sobrepor a sentimentos de depressão e ansiedade (e também de tristeza e preocupação) e geram uma preocupação de aumento desses sintomas, levando a aumento de diagnósticos", afirma.

"Também há a possibilidade de que uma maior conscientização e aceitação dos problemas mentais e emocionais possam explicar o aumento [do sofrimento] nos mais jovens, embora isso não explicaria a subida também nos grupos menos escolarizados", diz Daly.

Vacina de alta proteção contra gripe chega à rede privada

SÃO PAULO A divisão de vacinas da farmacêutica francesa Sanofi lançou um novo imunizante contra o vírus influenza, causador da gripe. A Efluelda, voltada ao público a partir de 60 anos, estará disponível nas clínicas particulares a partir de abril.

O preço médio, diz a CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos) será de R$ 162,93, considerando a alíquota de 18%. Assim, o preço vai variar de acordo com cada estado e de acordo com custos atrelados ao serviço de cada estabelecimento.

Ela é quadrivalente e protege contra duas cepas do Influenza A e duas do B. Apresenta quatro vezes mais antígenos —a vacina de dose padrão tem 15 microgramas para cada cepa e a Efluelda, 60— e proporciona uma eficácia relativa de 24,2% a mais na proteção da população idosa, se comparada ao imunizante de de dose padrão.

Segundo nota técnica da SBIm (Sociedade Brasileira de Imunizações), a maior concentração de antígenos permitiu aumentar a resposta do sistema imunológico dos idosos à vacina, em especial contra o Influenza A (H3N2), mais comum e grave nesta parcela da população. A proteção para influenza e suas complicações oferecida pelas vacinas de dose padrão para a faixa etária é inferior à verificada em jovens.

A rede privada já oferta uma vacina quadrivalente para pessoas de qualquer idade. O preço médio é de R$ 80 a R$ 130, a depender da região do país, segundo Fabiana Funk, presidente do Conselho de Administração da ABCVac (Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas).

A vacina oferecida pelo SUS, indicada a todo público, é trivalente e protege contra duas cepas do influenza A e uma do B.

Governo aposta na produção de combustíveis fósseis

Investimento na exploração de petróleo vai na contramão do discurso climático

Jéssica Maes

SÃO PAULO Apesar do discurso de campanha e pós-eleição que garantia que a crise climática teria protagonismo nas políticas públicas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem feito novos investimentos em combustíveis fósseis.

Na última sexta-feira (24), o MME (Ministério de Minas e Energia) anunciou planos para escalar a produção nacional e tornar o Brasil o quarto maior produtor mundial de petróleo —hoje é o oitavo, de acordo com a Administração de Informação Energética dos EUA.

Uma frente especialmente sensível é a da exploração de petróleo pela Petrobras na foz do rio Amazonas, que está nas fases finais do licenciamento ambiental.

Esses movimentos acontecem na contramão da ciência, que aponta que para frear as mudanças do clima é essencial que fontes de energia suja ocupem um espaço cada vez menor na matriz energética mundial.

O mais recente relatório do painel do clima da ONU (IPCC, na sigla em inglês) afirma que é necessária "uma redução substancial no uso geral de combustíveis fósseis" para zerar as emissões líquidas de carbono —ou seja, para que todo o CO_2 emitido possa ser reabsorvido. O documento é o maior e mais avançado estudo já feito sobre o tema e tem o objetivo de nortear a elaboração de políticas públicas.

Outra pesquisa, elaborada pela Agência Internacional de Energia, aponta que para atingir a meta de zerar emissões líquidas até 2050 é essencial que nenhum novo projeto de extração de combustível fóssil seja autorizado.

O IPCC já apontou que atingir esse objetivo nas próximas três décadas é um dos passos mais importantes para cumprir o Acordo de Paris e limitar o aquecimento global a 1,5°C.

Em comunicado, Alexandre Silveira, que chefia o MME, se refere ao petróleo e ao gás natural como "a riqueza do povo brasileiro que está no subsolo".

"Sem medidas para promover sua exploração e produção, não há empregos, renda ou desenvolvimento regional. Temos uma janela de oportunidade, não podemos perder o novo pré-sal que pode estar na margem equatorial e que será o passaporte para o futuro das regiões Norte e Nordeste do Brasil", diz.

A margem equatorial brasileira é o trecho que vai do Amapá ao Rio Grande do Norte, onde ficam cinco bacias sedimentares que estão na mira da Petrobras. O que está mais próximo do início da exploração é o bloco 59, na bacia da Foz do Amazonas, que recebeu a concessão da ANP (Agência Nacional do Petróleo) em 2013.

O bloco fica a cerca de 160 km da costa do Oiapoque (AP) e a 500 km da foz do rio Amazonas propriamente dita. O interesse da indústria petroleira por ele vem do fato de que blocos já perfurados nas proximidades, como na Guiana, tiveram resultados positivos em termos de reservas de óleo.

A área abriga imensos sistemas de recifes de corais descobertos recentemente e sobre os quais ainda se sabe pouco. "É a região que o rio Amazonas deságua no mar, que leva nutrientes até o Caribe e alimenta uma biodiversidade muito rica", explica Daniela Jerez, analista de políticas públicas da ONG WWF.

Originalmente adquirido pela BP, o bloco 59 é administrado hoje pela Petrobras, que espera autorização do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) para fazer a perfuração de um poço exploratório. Com isso, vai ser possível estimar quanto óleo existe no local.

O processo de licenciamento começou em 2014 e hoje está em fase avançada —ainda que, de acordo com o Ibama, estudos tenham demonstrado preocupação devido à alta sensibilidade ambiental e aos desafios logísticos para o desenvolvimento da atividade na região.

A Petrobras ressalta que vem cumprindo todos os requisitos e procedimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores, licenciadores e fiscalizadores para a concessão da autorização.

A petroleira disse que a margem equatorial poderá abrir uma frente energética fundamental para o país e que novas fronteiras são essenciais para a garantia da segurança e soberania energética nacional.

No plano estratégico da empresa para o período de 2023 a 2027, estão previstos quase US$ 3 bilhões (cerca de R$ 17 bilhões) para a exploração da margem equatorial, onde já adquiriu outros blocos. O total para exploração e produção é de US$ 64 bilhões (cerca de R$ 336 bilhões). Outros US$ 4,4 bilhões (R$ 23 bilhões) devem ir para ações que reduzam as emissões de carbono das operações da empresa. Não há previsão de investimento em fontes de energia renováveis, como eólica e solar.

No início de março, a Petrobras anunciou lucros de R$ 188,3 bilhões em 2022 —os mais altos da história não apenas para a estatal, mas entre todas as empresas brasileiras. Outras grandes petroleiras, como Chevron, Exxon Mobil, Shell e BP, também tiveram lucros recordes no período.

Petrobras busca licenciamento para novos poços de petróleo na foz do Amazonas

□ Blocos exploratórios sob concessão
■ Bloco 59

"Existe um certo fetichismo, na nossa análise, de que o petróleo é a solução para tudo. Acreditamos em acelerar a transição e transformar o Brasil não só em produtor de energia verde, mas também exportador", afirma Juliano Araújo, diretor do Instituto Arayara e do Observatório de Petróleo e Gás. "Se ficarmos amarrados no petróleo, vamos perder todas as janelas de oportunidade."

Para quem acompanha esse tema, a postura pró-petróleo do governo Lula não é exatamente surpreendente. Nos relatórios do grupo de trabalho de Minas e Energia da transição de governo, por exemplo, já se falava em ampliar a exploração de óleo e gás, inclusive na margem equatorial.

A meta assumida pelo país após o Acordo de Paris (a Contribuição Nacionalmente Determinada, conhecida pela sigla em inglês NDC) previa uma redução das emissões de gases de efeito estufa de 37% até 2025, em relação aos níveis de 2005. Até 2021, a redução nas emissões brutas foi de apenas 8,2%, segundo os dados do Seeg (Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa).

No governo de Jair Bolsonaro, a NDC foi atualizada duas vezes, ambas recorrendo a mudanças do referencial de emissões no ano-base de 2005. A manobra, que foi chamada de "pedalada climática", faz o Brasil chegar a 2030 com uma meta de emissão maior do que o previsto pela primeira NDC.

A maior parte das emissões brasileiras vem do desmatamento (49%), seguida pelo agronegócio (25%). O setor de energia é o terceiro colocado, responsável por quase um quinto (18%) do total.

"Você tem que ter um cronograma de descarbonização, não do aumento do carbono. Eu não estou mirando no petróleo zero, mas não dá para expandir, nós temos que reduzir. Temos que fazer um planejamento estratégico que considere a crise climática", opina Suely Araújo, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima.

Na última quarta-feira (22), ao lado do ministro do Clima e Meio Ambiente da Noruega, Espen Barth Eide, a ministra do Meio Ambiente e da Mudança do Clima, Marina Silva, foi questionada sobre a ampliação das atividades da Petrobras na foz do Amazonas.

"Minha posição pessoal é que a Petrobras deve transitar para ser uma empresa de energia. Não só de exploração de petróleo", disse. "Devemos usar esses recursos para investir em tecnologia, em inovação, para novas fontes de geração, do vento, do sol, da biomassa e da produção de hidrogênio verde. É um processo de transição. Isso não acontece da noite para o dia."

A ministra afirmou que a transição energética é um desafio no mundo todo. "Vivemos o paradoxo de ainda não conseguir prescindir dessa fonte de geração de energia. Mas, obviamente, temos o sentido de urgência de fazer o mais rápido possível essa transição."

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations.

Companhia Paulista de Parcerias - CPP

CNPJ nº 06.995.362/0001-46 - NIRE nº 35 300 317 220

AVISO AOS ACIONISTAS

Acham-se à disposição dos Senhores Acionistas desta empresa, em sua sede social, na Avenida Rangel Pestana, 300 - 6º andar, nesta Capital, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei Federal nº 6.404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 24 de março de 2023
ARTHUR LUIS PINHO DE LIMA
Presidente do Conselho de Administração

EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

CNPJ nº 02.302.101/0001-42
NIRE nº 35.3.001.532-43
COMPANHIA ABERTA
CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO R$ 285.411.308,35
CONVOCAÇÃO

Ficam os Acionistas convocados, na forma do disposto no Artigo 5º do Estatuto Social, em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia **14 de abril de 2023, às 11 horas,** em sua sede social situada na Avenida Jornalista Roberto Marinho, 85 - 16º andar, São Paulo - SP, de forma parcialmente digital, conforme Resolução CVM 81/22, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária: 1.** Tomar conhecimento, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2022, acompanhadas dos Pareceres do Auditor Independente e do Conselho Fiscal; **2.** Deliberar sobre a destinação de resultados e distribuição de dividendos; **3.** Fixar o número de membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para o próximo mandato; **4.** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **5.** Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. **Em Assembleia Geral Extraordinária: 1.** Fixar a remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria. **Informações gerais: 1)** Os Acionistas da empresa poderão participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/E) de três formas: presencialmente na sede da empresa, virtualmente por meio de um sistema eletrônico ou por voto a distância. Para participação presencial ou virtual é necessário enviar a documentação comprobatória de sua condição de acionista ou representante/procurador para o e-mail riemae@emae.com.br até os prazos indicados no Manual da Assembleia. **2)** Voto múltiplo: para a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração é necessário que seja requerido por acionistas que representem, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos da Resolução CVM 70/2022. **3)** Documentos e informações: os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas e as instruções detalhadas para credenciamento e participação presencial ou remota estão à disposição dos acionistas na sede da Empresa e nos websites de RI da Companhia (ri.emae.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br).

São Paulo, 22 de março de 2023
LUIZ CARLOS LUSTRE
Presidente do Conselho de Administração

CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

CNPJ 71.832.679/0001-23

AVISO AOS ACIONISTAS – 2ª PUBLICAÇÃO

Comunicamos aos Senhores Acionistas que na 357ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, realizada em 20/03/2023, observadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis, foi aprovado o aumento do Capital Social desta Companhia, de acordo com os termos e condições abaixo descritos.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL
O capital social da Companhia foi aumentado de R$ 18.269.417.927,22 (dezoito bilhões, duzentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e dezessete mil, novecentos e vinte e sete reais e vinte e dois centavos) para R$ 19.395.301.578,60 (dezenove bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, trezentos e um mil, quinhentos e setenta e oito reais e sessenta centavos), correspondendo a um aumento de R$ 1.125.883.651,38 (um bilhão, cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e oitenta e três mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e oito centavos), decorrentes da conversão de adiantamentos para futuro aumento de capital – AFAC em participação acionária.

QUANTIDADE/ESPÉCIE/CARACTERÍSTICAS DAS NOVAS AÇÕES
O aumento do capital social corresponde a 75.713.089.848 (setenta e cinco bilhões, setecentos e treze milhões, oitenta e nove mil, oitocentas e quarenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às atualmente existentes.

PREÇO DE EMISSÃO POR AÇÃO
O preço de emissão por ação para subscrição foi de R$ 0,01 (um centavo de real), sendo este valor arredondado, correspondente a R$ 0,0148703963032159.

DIREITO E CESSÃO DO EXERCÍCIO DE PREFERÊNCIA
Em razão deste aumento de capital, nos termos do disposto no §2º do artigo 171 da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), fica assegurado aos demais Acionistas, titulares de ações desta Companhia em 20 de março de 2023, o direito de preferência para a subscrição de novas ações, na proporção do fator de 0,12432758966315 em relação ao total de ações em 20 de março de 2023 e a quantidade de ações decorrente do aumento de capital acima mencionado.

PRAZO E FORMA PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA
Os acionistas que vierem a exercer seu direito de preferência para a subscrição de novas ações deverão fazê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da primeira publicação deste Aviso, mediante assinatura do respectivo Boletim de Subscrição e depósito em moeda corrente nacional, considerando o preço de R$ 0,0148703963032159/ação, correspondente ao valor arredondado de R$0,01/ação.

ATENDIMENTO
Os acionistas que desejarem exercer seu direito de preferência, devem efetuar prévio contato com o Senhor Luiz Eduardo Ferrucci, pelo telefone (11) 3117-7017, para orientação quanto aos procedimentos a serem adotados, inclusive quanto à documentação.

COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS - CPTM
Pedro Tegon Moro
Diretor Presidente

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Código CVM nº 14460

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2023

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º e 6º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia **27 de abril de 2023, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do conselho fiscal, do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e **(iv)** a fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. Para participação na AGO por meio da plataforma digital, os senhores acionistas deverão enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do endereço eletrônico ri@cyrela.com.br, impreterivelmente, **até o dia 25 de abril de 2023**, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir ("Cadastro"). A solicitação de Cadastro deverá (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à AGO, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, conforme detalhado abaixo e no Manual e Proposta da Administração para a AGO, divulgado nas páginas eletrônicas da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (http://www.b3.com.br/pt_br/). Os acionistas que não enviarem a solicitação de Cadastro, na forma e prazo previstos acima não estarão aptos a participar da AGO. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participação na AGO, os acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar à Companhia, além da digitalização do documento de identidade e dos atos societários que comprovem a representação legal: (a) comprovante expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia com, no máximo, 5 dias de antecedência da data da realização da AGO; (b) procuração em caso de participação por meio de representante; e/ou (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente com, no máximo, 3 dias de antecedência da data da realização da AGO. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar via digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à AGO como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica, com certificado digital autorizado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ("ICP-Brasil"), ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na AGO caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia do regulamento do fundo. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGO deverá ter sido realizada há menos de 1 ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das S.A. Adicionalmente, em cumprimento ao disposto no artigo 654, § 1º e § 2º, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou tendo sido assinada por certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, ou com assinatura eletrônica certificada por outros meios que, a critério da Companhia, comprovem a autoria e integridade do documento e dos signatários. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na AGO por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 04.11.2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público e ser traduzidos, sendo dispensado o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro, conforme aplicável. Validada a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, até 24 horas antes da AGO, as instruções para acesso à plataforma digital "Zoom" para participação na AGO. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da AGO, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@cyrela.com.br, com até, no máximo, 3 horas de antecedência do horário de início da AGO, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos da RCVM 81/22, serão considerados presentes à AGO os acionistas cujo boletim de voto a distância tenha sido considerado válido pela Companhia ou os acionistas que tenham registrado sua presença no sistema eletrônico de participação a distância de acordo com as orientações acima. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGO, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da AGO por sistema eletrônico. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia (https://ri.cyrela.com.br/) e nas páginas eletrônicas da Companhia, da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br/) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

São Paulo, 28 de março de 2023.
Elie Horn - Rogério Frota Melzi - Co-Presidentes do Conselho de Administração

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A.

CNPJ/ME nº 42.771.949/0018-83 - NIRE nº 3530051760-1
Companhia aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os Srs. Acionistas da CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada, no dia 28 de abril de 2023, às 17:30 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, Sala 111 – Bloco 1, Vila Nova Conceição, Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04543-900, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia («AGOE" ou "Assembleia"): Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório anual da administração e dos pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal da Companhia; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; (iii) Fixar o número de membros a compor o Conselho de Administração para o próximo mandato; (iv) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (v) Fixar o limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Alterar a denominação social da Companhia de "Centro de Imagem Diagnósticos S.A." para "Alliança Saúde e Participações S.A.", com a consequente alteração dos artigos 1º e 9º do Estatuto Social da Companhia e consolidação do Estatuto Social; e (ii) Rerratificar a remuneração global dos administradores referente ao exercício de 2022. **Adoção de Voto Múltiplo.** O percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 141 da Lei das S.A., na Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, e na RCVM 81/22. Ainda nos termos do artigo 141, §1º, da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da AGOE. **Documentos à disposição dos acionistas.** Todos os documentos e informações relacionados às matérias referidas acima, bem como a Proposta da Administração encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no website da Companhia (ri.allianca.com), e nos sites da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/) e da Comissão de Valores Mobiliários (http://www.cvm.gov.br).

São Paulo, 28 de março de 2023.

Instituto El Elyon

33.112.289/0001-90

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Bancos	30.339	27.364	Contas a pagar	18.792	6.017
Créditos	-	4.402	Obrigações tributárias	1.762	13.329
Total do ativo circulante	**30.339**	**31.766**	Provisões	8.043	4.828
Não circulante			**Total do passivo circulante**	**28.597**	**24.173**
Imobilizado	33.927	26.128	**Patrimônio líquido**		
Total do ativo não circulante	**33.927**	**26.128**	Patrimônio social	35.669	33.721
			Total do patrimônio líquido	**35.669**	**33.721**
Total do ativo	**64.266**	**57.894**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**64.266**	**57.894**

	2022	2021
Receitas operacionais		
Doações	387.320	228.986
Receitas de Projetos	81.870	54.451
Resultado bruto	**469.190**	**283.437**
Despesas operacionais		
Despesas com pessoal	(96.128)	(88.866)
Despesas com ocupação	(65.099)	(35.617)
Apoio administrativo	(129.128)	(66.651)
Atividade educacional	(162.253)	(38.150)
Atividade de assistência social		(35.751)
Provisões folha de pagamentos	(3.216)	(4.828)
Despesas tributárias	(553)	(1.202)
Depreciação	(9.422)	(8.460)
Resultado antes do resultado financeiro	**(465.799)**	**(279.523)**
Despesas financeiras	(1.443)	(803)
Superávit do exercício	**1.948**	**3.110**

Elisabete de Cassia Gaspi
CPF: 051.004.008-03
Presidente

Carlos Alberto Ferreira Teles
CRC 1SP 242.004/O-2
Contador

ROSSI RESIDENCIAL S.A. – Em Recuperação Judicial

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 61.065.751/0001-80 - NIRE 35.300.108.078 - Código CVM nº 01630-6

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 27 de abril de 2023

O Conselho de Administração da Rossi Residencial S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Henri Dunant, 873, 6º andar, conjuntos 601 a 605 – Santo Amaro, CEP 04709-111, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.108.078, inscrita no CNPJ sob nº 61.065.751/0001-80 ("Companhia"), vem pelo presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos artigos 4º, 5º e 6º da Resolução CVM nº 81/2022 ("Resolução 81"), convocar os senhores Acionistas para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária** ("Assembleia Geral") **a ser realizada às 15h do dia 27 de abril de 2023, de modo exclusivamente digital, por meio da Plataforma Digital a ser disponibilizada pela Companhia**, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **a.** deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório anual dos auditores independentes referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro 2022; **b.** tomar as contas dos administradores consubstanciadas no relatório da administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022; **c.** deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social da Companhia encerrado em 31 de dezembro de 2022; **d.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho de administração da Companhia; **e.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; **f.** deliberar sobre a qualificação dos membros independentes do conselho de administração, nos termos do Regulamento do Novo Mercado da B3; **g.** deliberar sobre a fixação do número de membros do conselho fiscal da Companhia; **h.** deliberar sobre a eleição dos membros do conselho fiscal da Companhia; e **i.** deliberar sobre a fixação da remuneração global a ser paga aos administradores da Companhia no exercício de 2023. Nos termos do art. 126, da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos: (a) documento de identidade (RG, CNH, passaporte ou expedidas por conselhos de classe), desde que contenham foto de seu titular; (b) comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia; (c) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato expedido pela Central Depositária de Ativos da B3, ou pelos agentes de custódia, contendo a respectiva participação acionária; e (d) na hipótese de representação do acionista, original ou cópia autenticada de procuração com firma reconhecida, ou assinada digitalmente, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, devidamente regularizada na forma da lei. O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada ou certidão emitida pelo Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso, dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) participar da Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos referidos documentos societários acima mencionados, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem ter reconhecimento das assinaturas por Tabelião ou Notário Público, legalizados em Consulado Brasileiro, caso o país no qual o documento foi firmado seja signatário da Convenção de Viena, apostilados, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia, nos termos do § 3.º do artigo 11 do estatuto social, recomenda o depósito na sede social, via correio ou endereço eletrônico com solicitação de confirmação de recebimento, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, dos documentos acima referidos. Ressalta-se que **é facultado aos Acionistas participar da Assembleia Geral via boletim de voto a distância**. Neste caso, até o dia 20 de abril de 2023 (inclusive), o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, enviando o respectivo boletim de voto a distância: (a) ao escriturador das ações de emissão da Companhia; (b) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou (c) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, o acionista deve observar as regras previstas na Resolução 81/2022 e os procedimentos descritos no boletim de voto à distância disponibilizado pela Companhia. A **participação dos Acionistas se dará via Plataforma Digital**, por si ou por procurador devidamente constituído, ainda que não realizem o depósito prévio dos documentos, bastando apresentarem tais documentos na abertura da Assembleia Geral, conforme o disposto no § 2.º do artigo 6º da Resolução 81/2022. Neste caso, o Acionista poderá simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o boletim de voto à distância, observando-se que, caso já tenha enviado o Boletim e deseje votar na Assembleia, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim serão desconsideradas. Os Acionistas deverão enviar a solicitação do *link* para o e-mail ri@rossiresidencial.com.br, com aviso de confirmação de recebimento, com, no mínimo, 3 dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24 de abril de 2023. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução 81/2022, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral e sobre as regras e procedimentos para participação e/ou votação na Assembleia, inclusive orientações sobre acesso à Plataforma Digital, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (http://ri.rossiresidencial.com.br), da B3 (http://www.b3.com.br) e da CVM (http://www.cvm.gov.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A. e da regulamentação aplicável. São Paulo, 27 de março de 2023.

João Paulo Franco Rossi Cuppoloni - Presidente do Conselho de Administração.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

CNPJ/ME nº 33.042.730/0001-04 - NIRE 35.300.396.090 - *Companhia Aberta*

Edital de Convocação
Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 28 de abril de 2023

Ficam os senhores acionistas da Companhia Siderúrgica Nacional ("Companhia") convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia") a realizar-se no dia 28 de abril de 2023, às 11h, de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, por meio da plataforma *Ten Meetings* ("Sistema Eletrônico"), cujo link foi disponibilizado pela Companhia aos acionistas no Manual para Participação na Assembleia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **I. Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Comitê de Auditoria e do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e a distribuição de dividendos; **(iii)** Fixar o número de membros do Conselho de Administração; **(iv)** Eleger os membros do Conselho de Administração; e **(v)** Fixar a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2023. **II. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado na reunião do Conselho de Administração de 18 de maio de 2022; e **(ii)** Consolidar o Estatuto Social da Companhia. O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia e do Conselho Fiscal, o Manual de Participação em Assembleia e Proposta da Administração, bem como todas as demais informações necessárias para entendimento das matérias acima, estão disponíveis nos websites de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csn.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras foram publicados na íntegra no jornal Folha de São Paulo em 24 de março de 2023. Nos termos do art. 3ª da Resolução CVM nº 70/22 e do artigo 5º, inciso I da Resolução CVM nº 81/22, informa-se que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Esta faculdade somente poderá ser exercida pelos acionistas se observada a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas em relação à AGOE. **Participação dos Acionistas na AGOE e Apresentação de Documentos:** Poderão participar da AGOE os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, por meio do Sistema Eletrônico ou, ainda, via Boletim de Voto a Distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da AGOE, formas e documentos necessários para participação constam no Manual para Participação na Assembleia e nos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE). **Participação por Meio do Sistema Eletrônico:** A AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 81/22, sendo que a participação dos acionistas se dará por meio do Sistema Eletrônico, nos termos indicados abaixo. Os acionistas que desejarem participar da AGOE deverão acessar o *link* disponibilizado no Manual para Participação na Assembleia, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação na AGOE, conforme indicados abaixo, até o dia 26 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá por e-mail a confirmação de que o seu cadastro foi aprovado. No dia da Assembleia, o participante deverá usar como login o seu e-mail/CPF e a senha que escolheu no momento em que efetuou o seu cadastro. **(a)** Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com, no máximo, 3 (três) dias de antecedência da AGOE; **(b)** Para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; **(c)** Para pessoas jurídicas: (i) estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (ii) documento de identidade com foto do representante legal; **(d)** Para fundos de investimento: (i) regulamento consolidado do fundo; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e **(e)** Caso qualquer dos acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar: (i) procuração com poderes específicos para sua representação na AGOE, que deverá ter sido outorgada há menos de 1 (um) ano; (ii) documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta AGOE, a Companhia aceitará procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico, assinadas com uso da certificação ICP-Brasil. **Participação por Voto a Distância:** Nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 81/22, conforme detalhado no Manual para Participação na Assembleia, os acionistas da Companhia poderão encaminhar por meio de seus respectivos agentes de custódia, do escriturador das ações da Companhia ou diretamente à Companhia, no prazo de até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, suas instruções de voto em relação às matérias da ordem do dia da AGOE, mediante o preenchimento e envio dos Boletins de Voto a Distância (AGO e AGE), cujos modelos foram disponibilizados separadamente, nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia (https://ri.csn.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/). Tendo em vista a realização de modo exclusivamente digital, a AGOE será considerada como realizada na sede social da Companhia, nos termos da Resolução CVM nº 81/22. Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas às matérias acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail: invrel@csn.com.br.

São Paulo, 28 de março de 2023.
Benjamin Steinbruch - Presidente do Conselho de Administração

S I N A F R E S P
SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE RENDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Agentes Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo – SINAFRESP – com fundamento nos artigos 9º, 10, inciso II, 12, 17 e 60, V do Estatuto, convoca todos os Auditores Fiscais da Receita Estadual filiados ao Sindicato a participar de Assembléia Geral Extraordinária virtual, no dia 10 de abril de 2023, às 18:00 horas em primeira chamada e às 18:30 horas em segunda chamada, por meio da plataforma ZOOM, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

a) Revogação do Estado de Greve da categoria;
b) Deliberação relativa à retificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária do dia 18/09/2021.

São Paulo, 28 de março de 2023 – Marco Antonio Chicaroni - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 043/2023
Proc. Adm. nº. 230130010833800/2023

Objeto: Registro de Preços para confecção e fornecimento parcelado de **CARIMBOS**, em atendimento à demanda das Secretarias Municipais de Santana de Parnaíba, pelo período de 12 (doze) meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 28/03/2023, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site deste município no link https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx. Início da sessão de disputa de lances: **Dia 11/04/2023, às 10h00min**.

Santana de Parnaíba, 27 de março de 2023.
ORDENADOR DE PREGÃO

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2023

Processo: 133/2022. OBJETO: Contratação de Serviços – Serviços de transmissão de informações e cotações de mercado, serviços de apoio de negociação, bem como a locação de hardware e software necessários à execução dos serviços contratados, relativos ao SISBACEN – Sistema de Informações do Banco Central, conforme ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 28/03/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.gov.br/compras. Entrega das propostas: a partir de 28/03/2023 às 08h30, no site www.gov.br/compras. Abertura das propostas em 11/04/2023 às 09h30, no site www.gov.br/compras.

Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA - FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO

Encontra-se aberta na Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, a licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº. E-22/23 - PROCESSO DIGITAL FF.000429/2023-72, objetivando a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA EM PLANTIO TOTAL E CONDUÇÃO DA REGENERAÇÃO NATURAL (PREPARO DO SOLO, PLANTIO, MANUTENÇÃO E CONDUÇÃO), NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO TATU, NO MUNICÍPIO DE CORDEIRÓPOLIS (SP), conforme as especificações constantes do Termo de Referência Anexo I. A abertura das Propostas dar-se-á no dia 11/04/23 às 09:00 horas, no site www.bec.sp.gov.br, Oferta de Compra nº 261101260452023OC00027. As propostas serão recebidas no site a partir do dia 29/03/23. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites **https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/category/edital-licitacao/** ; **https://www.imprensaoficial.com.br/**; **http://www.bec.sp.gov.br**.
Qualquer dúvida ou esclarecimento deverá ser encaminhado pelo site **http://www.bec.sp.gov.br**, e será respondido no mesmo - PARECER AJ Nº 123/2023 DATADO DE 23/03/2023

CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO
CNPJ nº 62.463.005/0001-08 - NIRE nº 3530002780-9

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

Processo: 093/2022. OBJETO: Concessão Remunerada de Uso da Unidade Armazenadora – Armazém novo – Pavilhão 1 de Avaré, objetivando a exploração de atividade de armazém geral/depósito, ou para finalidades compatíveis com a estrutura móvel, conexos e/ou beneficiamento de mercadorias por pessoa jurídica, conforme quantidades e especificações descritas no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. UASG 225001. Edital: a partir de 28/03/2023 das 08h30 às 11h30 e 13h30 às 16h30, no site www.caixa.gov.br. Entrega das propostas: a partir de 28/03/2023 às 08h30, no site www.caixa.gov.br. Visita: 10/04/2023. Abertura das propostas em 12/04/2023 às 09h30, no site www.caixa.gov.br.

Patricia Nihari Arantes
Pregoeira

PARANAPANEMA S.A.

Em Recuperação Judicial
Companhia Aberta - CNPJ 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

ERRATA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Na publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, veiculado neste jornal no dia 18/03/2023:

onde se lê:
Base para abstenção de opinião
Conforme nota explicativa nº 1, em 13 de Dezembro de 2022, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com a controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda.
Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 2.701.084 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 2.905.316 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, e o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.
A reversão desta situação depende da homologação do plano de recuperação judicial. Considerando que o plano de recuperação, apresentado em 16 de Fevereiro de 2023, está sujeito a objeção pelos credores, e que havendo tal situação, será convocada uma assembleia geral de credores, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluirmos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é apropriado.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Marcelo Gavioli

leia-se
Base para abstenção de opinião
1. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com as controladas CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda e Paraibuna Agropecuária Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízos de R$ 2.701.084 mil e, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R$ 2.905.317 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, e o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende da aprovação do plano de recuperação judicial. Considerando que o plano de recuperação, apresentado em 16 de Fevereiro de 2023, está sujeito à aprovação pelos credores, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluirmos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é apropriado.
2. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de imobilizado e intangível o montante de R$ 1.103.262 mil. De acordo com o CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, existem indicadores de *impairment*, no entanto a Companhia não efetuou a avaliação do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa. Se a Administração tivesse elaborado a análise do valor recuperável, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos possíveis ajustes.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 03.014.553/0001-91 – NIRE 35.300.159.845

Proposta da Administração – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária – 2023

Aos **Acionistas da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.** Prezados Senhores, A Administração da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Companhia"), submete à apreciação de seus acionistas, para aprovação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada em **27 de abril de 2023, às 10h00**, as propostas descritas a seguir: **Assembleia Geral Ordinária:** (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas na Companhia, acompanhadas do Relatório da Auditoria Externa Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Deliberar sobre a Destinação do Resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iii) Deliberar a proposta de Orçamento de Capital para o ano de 2023, para fins do Artigo 196 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."); (iv) Reeleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o biênio 2023/2025; e (v) Deliberar a manutenção do funcionamento do Conselho Fiscal da Companhia e reeleger seus membros para o exercício de 2023 e fixar sua remuneração. **Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Fixar a Remuneração Global dos administradores da Companhia para o exercício de 2023; e (ii) Deliberar sobre o grupamento de ações da Companhia e a consequente alteração e consolidação do Estatuto Social para refletir a quantidade total de ações ordinária da Companhia. **Informações Gerais:** • Poderá participar da Assembleia o acionista da Companhia, diretamente ou por meio de seus procuradores devidamente constituídos, desde que as ações detidas estejam escrituradas em seu nome junto à instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, Banco Itaú S.A., consoante dispõe o Artigo 126 da Lei das S.A.. • Os acionistas, por si ou por seus representantes, deverão se apresentar no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando comprovante atualizado da titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido por instituição financeira escrituradora e/ou agente de custódia no período de 5 (cinco) dias corridos antecedentes à realização da Assembleia, bem como, os seguintes documentos: **(i) Pessoas Físicas:** documento de identificação com foto; **(ii) Pessoas Jurídicas:** cópia autenticada do último Estatuto ou Contrato Social consolidado, da documentação societária que outorgue poderes de representação (ata de eleição dos diretores/procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); **(iii) Fundos de Investimento:** cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do Estatuto ou Contrato Social do seu administrador/gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração) e documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). • No caso de representação do acionista por procurador, este deverá apresentar-se no local de realização da Assembleia com antecedência ao horário de início indicado no Edital de Convocação, portando documento de identificação com foto e instrumento de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia, outorgados nos termos do art. 126 da Lei das S.A., devendo referido instrumento de mandato ter o reconhecimento de firma do acionista. • Os acionistas encontrarão ainda as instruções para outorga de procuração na Proposta da Administração, no Formulário de Referência e no Manual para Participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2023, que está disponível na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri), na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br). • Solicita-se que os documentos necessários à participação dos acionistas na Assembleia, mencionados acima, sejam preferencialmente depositados na sede da Companhia, localizada na Rua Olimpíadas, 205, cj. 143, Vila Olímpia, cidade de São Paulo, estado de São Paulo, CEP 04551-000, aos cuidados do Departamento Jurídico, com antecedência mínima de 03 (três) dias corridos, nos termos do Art. 24 do Estatuto Social da Companhia. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("ICVM 81"), enviando o correspondente boletim de voto a distância conforme as orientações constantes no Manual para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. • Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.triunfo.com/ri); na página da CVM (www.cvm.gov.br) e na página da B3 (www.b3.com.br) toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, incluindo o Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, nos termos do Artigo 133 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") e Artigo 7º da ICVM 81, e demais disposições da legislação aplicável. São Paulo, 27 de março de 2023.

João Villar Garcia *– Presidente do Conselho de Administração.* (27, 28 e 29/03/2023)

ESPORTE AO VIVO | **15h45 Alemanha x Bélgica** Eliminatórias da Euro, *SPORTV* | **20h Minas x Corinthians** NBB, *ESPN 2/STAR+* | **20h30 Argentina x Curaçao** Amistoso, *SPORTV*

Edu Coimbra orienta os jogadores da seleção brasileira em 1984 Lewy Moraes - 6.jun.84/Folhapress

Há 40 anos, seleção vivia crise com troca de técnicos e vaias

Entre 1983 e 1985, Brasil teve três treinadores antes da volta de Telê Santana

Alex Sabino

SÃO PAULO Tal qual em 2023, há 40 anos o Brasil vivia um impasse sobre o cargo de técnico da seleção. Se agora o presidente da CBF (Confederação Brasileira de Futebol), Ednaldo Rodrigues, imagina qual é a melhor opção para substituir Tite após Copa do Mundo do Qatar, em 1983 Giulite Coutinho pensava no que fazer com a vaga aberta com a saída de Telê Santana, depois do Mundial da Espanha.

Rodrigues quer iniciar o ciclo para o torneio de 2026 com um novo projeto. O italiano Carlo Ancelotti é o favorito da diretoria da confederação e de parte dos jogadores. O que eles devem evitar é repetir o que ocorreu há quatro décadas. No espaço de quase dois anos, a seleção teve três treinadores.

Aconteceu de tudo. Futebol ruim, resultados inesperados, boicote dos jogadores à imprensa, derrotas no Maracanã, xingamentos do presidente da CBF. A principal vitória brasileira no período ocorreu no cara ou coroa.

"Sem um projeto de longo prazo, é difícil obter sucesso. Os dirigentes precisam saber o que querem", disse Carlos Alberto Parreira, ao ser demitido em novembro de 1983.

Sua contratação havia sido uma guinada e tanto. Se Ednaldo Rodrigues garante que vai escolher sozinho o novo técnico da seleção, Parreira ser contratado foi decisão pessoal de Coutinho, então recém-eleito. "Ele vai ser o nosso treinador no México, em 1986", afirmou Coutinho.

Não foi. Nem sequer chegou perto disso. Parreira tinha um plano de renovação da equipe, mas durou 11 meses no emprego. Jornais como a **Folha** chamaram seu trabalho, após o primeiro treino, de "revolução".

"Considero a escolha de Parreira um desrespeito com os treinadores que já trabalham há muitos anos no Brasil", disparou Aymoré Moreira, técnico campeão mundial de 1962.

É uma crítica que Rodrigues vai escutar se o nome selecionado for o de um estrangeiro.

Em 14 jogos, Parreira ganhou cinco, empatou sete e perdeu dois. O que selou seu destino foi a Copa América de 1983, com partidas eliminatórias em sistema de ida e volta.

O Brasil foi batido na final pelo Uruguai depois de perder em Montevidéu e empatar em Salvador. Chegou à decisão apenas porque, na semifinal, após dois empates com o Paraguai, classificou-se no sorteio do cara ou coroa.

Coutinho decidiu que a seleção precisava de um recomeço. Parreira foi para o Fluminense ser campeão brasileiro de 1984 e retomar o caminho que o faria voltar à CBF para ganhar a Copa de 1994.

"Tem tudo para ser o nosso treinador no Mundial no México", disse o diretor de futebol da CBF, Dilson Guedes.

O alvo dos elogios era Edu Coimbra, artilheiro histórico do America-RJ e irmão de Zico. Ele foi o substituto de Parreira. Apesar de tamanha confiança, recebeu contrato de apenas um mês. Ficou encarregado de comandar a seleção em três amistosos em 1984. Seria um teste.

"Estou confiante de que vai dar certo", disse. Porém, as palavras não tiveram ressonância em campo. A equipe saiu vaiada de dois dos três jogos sob seu comando.

Roberto Dinamite afirmou que as vaias foram por causa da crise econômica no país, não pelo futebol ruim. Edu deixaria o time do Brasil após empate sem gols com a Argentina e vitória por 1 a 0 sobre o Uruguai, gol de Arturzinho.

Coutinho o trocou por Evaristo de Macedo, que dirigiu a seleção em um período pobre em resultados (três vitórias e três derrotas) e rico em confusões. Foi o que fez naufragar o plano de preparação para as Eliminatórias.

Casagrande reclamou de esquema tático, Sócrates foi à imprensa queixar-se por não ser chamado. Convocados e Evaristo se irritaram com a cobertura da imprensa. Antes de um amistoso com o Chile, em 1985, os atletas divulgaram manifesto em que afirmavam que não falariam mais com os jornalistas. Giulite Coutinho viajou ao Chile para apaziguar os ânimos e foi flagrado xingando jornalistas.

O técnico detonou crise conjugal em casamentos de jogadores. Ao ser lembrado de que os atletas estavam havia muito tempo fora de casa e sem sexo, respondeu que aquele problema vinha "sendo resolvido da melhor maneira".

O Brasil perdeu para o Chile, e Evaristo foi demitido no voo que levava a delegação de volta a São Paulo. De acordo com o jornalista Juca Kfouri, colunista da **Folha**, o substituto também estava a bordo. Comentarista do SBT, Telê Santana acompanhava as partidas da seleção e foi convidado a voltar por Giulite Coutinho. Ele lideraria a seleção na Copa do México, em 1986.

Audiência de ação de US$ 844 mi de voo da Chape será em abril

SÃO PAULO A audiência marcada para 20 de abril, no Tribunal de Miami (EUA), pode dar início formal ao processo em que sobreviventes e familiares das vítimas do acidente da Chapecoense pedem indenização da corretora de seguros e resseguradora do voo da empresa boliviana LaMia.

O valor estipulado para a causa é de US$ 844 milhões (R$ 4,4 bilhões). O montante seria acrescido de juros.

A questão estava suspensa desde o ano passado porque a Tokio Marine Kiln havia conseguido paralisá-la graças a uma decisão concedida pela Justiça, em Londres. A companhia era a resseguradora do avião que caiu nos arredores de Medellín, na Colômbia, em 28 de novembro de 2016, matando 71 pessoas.

A aeronave transportava a equipe da Chapecoense, dirigentes, torcedores e jornalistas para a primeira partida da final da Copa Sul-Americana, contra o Atlético Nacional-COL.

"Conseguimos uma vitória muito importante no litígio de Londres ao convencer o tribunal inglês a suspender a liminar que pretendia nos impedir de processar a Tokio Marine em Miami", diz o escritório de advocacia norte-americano Podhurst Orseck, em carta enviada aos advogados brasileiros das vítimas. Segundo eles, a Tokio Marine decidiu não recorrer.

Familiares das vítimas da tragédia reivindicam que a resseguradora pague a indenização pelo acidente, uma vez que a empresa é detentora da apólice de seguro do voo da LaMia.

O entendimento é que o processo pode ser aberto nos Estados Unidos porque há troca de emails entre os acusados tratando da compra de equipamentos e combustível em Miami. Além disso, todas as empresas envolvidas têm representações comerciais no país.

A Podhurst Orseck ainda tenta derrubar a liminar londrina que protege a Aon, corretora do seguro da aeronave. A intenção dos advogados é que a multinacional também esteja na ação indenizatória nos EUA.

"Continuamos a litigar em Londres contra a Aon, corretora de seguros da LaMia. Embora, ao contrário da Tokio Marine, o tribunal inglês não tenha sido convencido a suspender a liminar em relação a Aon, isso não extingue suas reivindicações contra a Aon", diz a carta.

Sobre a ação dos EUA, a Aon afirma que não comenta ações em andamento. A Tokio Marine disse que não irá se pronunciar. **AS**

+ Definidos rivais de brasileiros da Libertadores

GRUPO A
Flamengo
Racing (ARG)
Aucas (EQU)
Ñublense (CHI)

GRUPO B
Nacional (URU)
Internacional
Metropolitanos (VEN)
Ind. Medellín (COL)

GRUPO C
Palmeiras
Barcelona (EQU)
Bolívar (BOL)
Cerro Porteño (PAR)

GRUPO D
River Plate (ARG)
Fluminense
The Strongest (BOL)
Sporting Cristal (PER)

GRUPO E
Ind. del Valle (EQU)
Corinthians
Argentinos Juniors (ARG)
Liverpool (URU)

GRUPO G
Athletico-PR
Libertad (PAR)
Alianza Lima (PER)
Atlético-MG

Em Tânger, Brasil teve dia de Panamá

Teria sido mais honesto, às vésperas do Mundial, levar a seleção sub-20

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

Assim que o juiz soprou o apito e deu início ao amistoso entre Marrocos e Brasil, em Tânger, a torcida começou a gritar, empolgada, "olé, olé". Em sua estreia no Canal GB, no YouTube, Galvão Bueno chegou a ter seus cinco segundos de indignação: "Que falta de respeito", disse, antes de fazer sua primeira piada de tiozão da transmissão ("Taí o goleiro Bono, que não é o Bono Vox").

Galvão talvez tenha demorado para entender que não era falta de respeito. Era um jogo de festa (para os locais). Assim como aconteceu com o Panamá contra a Argentina, o Brasil era apenas um convidado de luxo, chamado para abrilhantar (ou não atrapalhar) a noite, que era dos donos da casa.

Este escriba não está comparando o futebol apresentado pela seleção brasileira ao da trupe panamenha. O Panamá levou um time B para desafiar os campeões do mundo, em Buenos Aires. Provavelmente a equipe titular do Panamá perderia de 3 a 0 para o Palmeiras, ou de 7 a 5 para o Flamengo (se David Luiz fosse titular; chuva de gols e participações ofensivas garantidas).

Em algum momento, parecia que os zagueiros panamenhos ganhariam um bônus se derrubassem um atacante argentino perto da área, para que Messi pudesse bater faltas até acertar. Como o danado do Messi estava num dia de pé calibrado, o que não é raro, foi divertido.

A Argentina não usou a data para se testar, para começar o novo ciclo ou para encontrar um sparring digno, mirando os próximos desafios. O que seleção e torcida queriam era comemorar, fazer festa. E o Panamá era a cerejinha gostosa, escolhida a dedo, do bolo de doce de leite.

Assim como o Panamá, a seleção brasileira foi convidada para um jogo de festa. Era a chance de a torcida marroquina ver seus heróis em campo, e em casa, pela primeira vez depois da Copa do Qatar. Quarto lugar do Mundial, Marrocos só não terminou a competição mais feliz do que a Argentina.

E, como o Panamá, o Brasil não levou seu time principal, o que os marroquinos agradecem. Mas este escriba tem dificuldade de dizer o que o Brasil realmente levou. Não foi exatamente um time B, não foi também o time sub-20, que vai disputar o Mundial da categoria —aliás, talvez fosse mais honesto se o professor Ramon usasse apenas o sub-20, seria um teste interessante.

Do lado marroquino, a festa foi completa. Nada mau vencer um time com o pedigree do Brasil (ainda temos pedigree) e mostrar que a campanha do Qatar não foi um acidente.

Do lado do Brasil, o jogo foi praticamente um desperdício de data Fifa. Não dá para dizer que o amistoso iniciou um ciclo; não iniciou nada. Curiosamente, a seleção teve um confronto com uma seleção forte, o que não conseguia agendar nunca nos tempos do finado (da seleção) Tite. Quando finalmente conseguiu, desperdiçou.

Duro vai ser sonhar com Carlo Ancelotti e acordar com Jorge Jesus ou Sampaoli (que é argentino, mas foi campeão com o Chile, então está liberado). Melhor continuar dormindo um pouco mais.

Internacional precisa de punição exemplar

Depois do empate no tempo normal e posterior eliminação nos pênaltis para o Caxias, jogadores e torcedores do Internacional partiram para o ultimate fighting contra atletas do time rival.

Não adianta mais punir apenas o torcedor invasor (que não foi apenas o idiota com uma criança no colo) ou dar uma multa para os jogadores que participaram da agressão ou ainda anunciar uma suspensão para ser cumprida no Gauchão-2024.

A CBF, que parece cheia de boas intenções com a nova direção, precisa dar agora uma punição exemplar.

O Beira-Rio tem de ser interditado. Jogadores devem pegar penas rigorosas. O que aconteceu em Porto Alegre não pode ocorrer com times da várzea, quanto mais com um time da elite do futebol.

SOBRE TRILHOS

Marcelo Toledo
folha.com/sobretrilhos

Maria-fumaça histórica ganha novo lar em Ribeirão Preto

Após ficar 47 anos abandonada numa praça pública, e pouco mais de dois anos de uma minuciosa restauração, uma maria-fumaça histórica voltará a ser exposta em Ribeirão Preto (a 313 km de São Paulo).

Fabricada em 1912 pela alemã Borsig, a maria-fumaça estava exposta desde 1973 sobre cerca de 30 m de trilhos na praça Francisco Schmidt, na região central da cidade, onde sofreu todo tipo imaginável de vandalismo.

Peças de cobre, ferro e aço foram furtadas. Seu interior abrigou moradores de rua, virou um banheiro improvisado e nos últimos anos também era a casa de dezenas de ratos.

Não é exagero dizer que estava em estado deplorável. Foi preciso abrir a lataria da locomotiva com um maçarico para que todos os ratos fossem expulsos. Seu péssimo estado a transformou num símbolo da destruição do patrimônio ferroviário, justamente numa das cidades que mais se desenvolveram a partir das ferrovias. Até que, em 2020, a Prefeitura de Ribeirão Preto decidiu enviar a locomotiva para restauração. Repleta de lixo, restos de comida, roupas estragadas e preservativos usados, a maria-fumaça precisou passar por um processo de completa desinfecção ao chegar à oficina da ABPF (Associação Brasileira de Preservação Ferroviária) em Campinas, na estação Carlos Gomes.

Locomotiva que voltará a Ribeirão Preto, nos trilhos para testes Divulgação/ABPF

No local, foi restaurada com todos os detalhes originais. Para isso, contou com o acervo da ABPF, que tem uma locomotiva igual em Campinas. São apenas três as remanescentes da marca alemã no país. O investimento foi de R$ 749 mil.

Agora, ela aguarda apenas a liberação do espaço em que ficará exposta em Ribeirão para voltar para casa. Em fevereiro, a prefeitura iniciou a implantação da estrutura que terá uma cobertura metálica para abrigar a maria-fumaça no parque Maurilio Biagi —também na região central.

Embora fique na mesma área, que abriga à noite dezenas de usuários de drogas, o parque tem segurança, o que deve evitar a degradação registrada desde a década de 1970.

A intenção, segundo o governo do prefeito Duarte Nogueira (PSDB), é que a estrutura remeta a uma estação ferroviária, com um espaço para visitação. A previsão da prefeitura e da ABPF é que a estrutura seja concluída em abril.

Ribeirão Preto, uma das mais importantes cidades do interior do país, cresceu devido às ferrovias: muito antes da cana-de-açúcar que hoje domina a paisagem em toda a região, o município construiu sua economia a partir da segunda metade do século 19 com suas grandes lavouras de café. As fazendas utilizaram os trilhos —principalmente da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro— para transportar o produto até o porto de Santos.

Com isso, surgiram barões do café como Henrique Dumont (1832-1892), pai do aviador Alberto Santos Dumont (1873-1932), e Francisco Schmidt (1850-1924), que dá nome à praça em que a locomotiva estava abandonada.

A maria-fumaça pertenceu à Estrada de Ferro Araraquara, foi comprada pela Usina Amália e, posteriormente, foi doada ao município pelas Indústrias Matarazzo.

Ela será usada inicialmente de forma estática pela prefeitura, ou seja, não será fará passeios —o que poderá ocorrer no futuro, conforme afirma a administração.

VEÍCULO MILITAR DOS ESTADOS UNIDOS PATRULHA FRONTEIRA DA SÍRIA COM A TURQUIA
Além da guerra, a região precisa lidar com estragos deixados pelo terremoto que atingiu os países em fevereiro deixando cerca de 56 mil mortos Delil Souleiman/AFP

VOCÊ VIU?

O Twitter vai remover o selo azul de verificação concedido de forma gratuita a contas da rede a partir de 1º de abril. Após essa data, usuários que queiram continuar tendo seus perfis verificados terão que assinar o Twitter Blue, com mensalidades a partir de R$ 42, e passar pelos requisitos de elegibilidade. No caso de organizações e empresas, será necessário pagar uma taxa mensal de U$ 1000 dólares (cerca de R$ 5.233), além de adequar o perfil aos requisitos necessários. Funcionários e colaboradores também terão direito ao selo, desde que as organizações arquem com o custo adicional de R$ 261 mensais por cada afiliado. Até então, a verificação era distribuída sem custos para conceder autenticidade a perfis de indivíduos e organizações notáveis e de relevância pública, como políticos, celebridades e veículos de comunicação. A nova regra é parte da estratégia do CEO Elon Musk para aumentar fontes de receita. Desde que assumiu o comando dp Twitter, em 2022, Musk afirma que o Twitter passa por problemas financeiros. O Twitter Blue, lançado em fevereiro no Brasil, é a principal aposta do bilionário, oferecendo, além da verificação paga, outros recursos como a redução das propagandas na timeline e tuítes mais longos. Outra mudança anunciada é o fim da opção gratuita de login com autenticação de dois fatores. **Andrei Ribeiro**

BOM PRA CACHORRO

Lívia Marra
folha.com/bompracachorro

Lei proíbe deixar cachorro sozinho por mais de 24 h na Espanha

A lei de proteção animal aprovada neste mês, na Espanha, prevê medidas a serem cumpridas pelos responsáveis e endurece penas de prisão por maus-tratos. Aprovada pelo Parlamento, a lei promovida pelo governo de Pedro Sánchez impõe treinamento obrigatório para quem adotar cães. Os bichos não poderão de ficar sozinhos por mais de 24 horas.

Determina ainda a castração dos gatos, medida apoiada por associações de defesa dos animais para controle populacional e redução do abandono.

Segundo a AFP, a reforma do Código Penal que acompanha a lei introduz penas para maus-tratos que podem ir de um ano e meio de prisão, se o animal precisar de tratamento veterinário, a dois anos em caso de morte. Até agora, a pena máxima era de 18 meses.

Cães em um abrigo na região de Sevilha, na Espanha Nacho Doce-29.nov.22/Reuters

Para a ministra dos Direitos Sociais, Ione Belarra, a lei é um avanço que responde à sensibilidade dos espanhóis.

Ainda segundo a agência de notícias, as medidas serão aplicadas apenas a animais domésticos —excluem cães de caça e também não serão válidas no caso das touradas.

No Brasil, também é crime maltratar animais. No entanto, registros de abandono e de violência são recorrentes. A Lei Sansão, de 2020, estabelece reclusão de dois a cinco anos para maus-tratos a cães e gatos, especificamente. Também prevê multa e proibição de guarda para quem praticar abuso, ferir ou mutilar esses animais.

Denúncias podem ser feitas para a Polícia Militar ou Civil. O denunciante deve reunir dados do animal e a maior quantidade possível de provas.

Em São Paulo, o governador Tarcísio de Freitas sancionou uma lei que obriga estabelecimentos de atendimento veterinário a denunciarem indícios ou casos constatados de maus-tratos, sob risco de punição. A notificação deve ser feita à Polícia Civil ou à Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. Deverá constar da notificação nome e endereço do acompanhante do animal, relatório sobre o atendimento prestado e de dados como espécie, raça e a situação de saúde.

Há 100 anos
Hoje, excepcionalmente o texto não será publicado.

ilustrada

Prata da casa

Autora Martha Batalha, que já viu um de seus romances virar filme de Karim Aïnouz, escreve sobre a decadência de um repórter

Detalhe da ilustração que estampa a capa de 'Chuva de Papel', de Martha Batalha Devin Stinson/Divulgação

Teté Ribeiro

SÃO PAULO "Quando Joel caminha por Copacabana, tem o hábito de olhar para cima avaliando de onde poderia se jogar. Os melhores prédios são os antigos, sem janelas lacradas de vidro fumê e longe das vias principais. Ele conhece a expressão dos passantes em torno de um morto e não quer assustar os outros."

Assim começa o romance "Chuva de Papel", recém-lançado pela autora Martha Batalha, uma recifense de 50 anos criada no Rio de Janeiro. A história acompanha o repórter policial Joel Nascimento, um sujeito de mais de 70 anos, barrigudo e decadente, que chega à conclusão de que tirar a própria vida é sua melhor opção.

Com humor e sagacidade, a trama segue por uma rota surpreendente e vai mesclando a crueza das lembranças da vida e da carreira de Joel com dois novos relacionamentos com duas mulheres mais velhas, com quem ele se vê forçado a conviver depois de uma tentativa apatetada de se matar, atrapalhada por um panelaço.

A história se passa quase toda durante a pandemia de coronavírus, mas não é uma narrativa do confinamento, não há contagem de mortos e infectados pelo vírus, considerações sobre o apagão do governo ou a paranoia coletiva de que fomos todos vítimas.

"Chuva de Papel" é uma tragicomédia carioca. O Rio de Janeiro é cenário, mas também personagem do livro, todo escrito em "carioquês", o que não o torna inacessível para os leitores das outras regiões do Brasil.

Ou do mundo. Se este livro seguir o rumo dos dois primeiros da autora, "A Vida Invisível de Eurídice Gusmão", de 2016, e "Nunca Houve um Castelo", de 2018, deve ser lançado em vários outros países, em diversas línguas que terão de ser adaptadas ao dialeto do balneário. Os direitos de adaptação para o cinema já foram comprados pelo produtor Rodrigo Teixeira, assim como os dos dois primeiros romances.

Teixeira comprou os direitos de "Eurídice Gusmão" antes mesmo de o livro sair no Brasil, pela Companhia das Letras. Ele também foi produtor de "A Vida Invisível", filme de Karim Aïnouz lançado em 2019 no Festival de Cannes, onde ganhou o prêmio da mostra Um Certo Olhar.

"Gostei muito da adaptação que Karim fez, mas ele fez um melodrama e eu tinha escrito uma tragicomédia", diz, por videoconferência, a autora, logo após chegar ao Rio, vinda de Santa Monica, cidade costeira a 25 quilômetros do centro de Los Angeles, na Califórnia, onde mora desde 2014 com o marido, um porto-riquenho de família cubana, e os dois filhos do casal, de dez e 12 anos.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

BOCA ABERTA

O advogado Rodrigo Tacla Duran, que trabalhou para a empreiteira Odebrecht, entregou à Justiça fotos e gravações que comprometeriam o ex-juiz e senador Sergio Moro (União Brasil-PR).

PROTEÇÃO O juiz Eduardo Appio, da 13ª Vara Federal de Curitiba, determinou que o advogado seja incluído em um programa de proteção a testemunhas do governo federal. Procuradores pediram que os documentos entregues fossem preservados sob sigilo nível quatro, um dos mais restritivos. O magistrado, no entanto, divergiu e não decretou sigilo.

EXTRATO Tacla Duran afirma ter provas de que pagou US$ 613 mil a advogados ligados à advogada e hoje deputada federal Rosângela Moro (União Brasil-SP), mulher do hoje senador Sergio Moro.

MANUSCRITO As acusações de Tacla Duran foram reveladas pela coluna em 2017. Na época, ele afirmou, no rascunho de um livro, que o advogado Carlos Zucolotto Junior, sócio de Rosângela e amigo próximo de Moro, prometeu a ele facilidades na Operação Lava Jato em troca de dinheiro.

NADA DEVO Em nota, o senador Sergio Moro diz que não teme eventuais investigações oriundas das fotos e gravações entregues à Justiça e que Tacla Duran é um "criminoso confesso". "Desde 2017 faz acusações falsas, sem qualquer prova, salvo as que ele mesmo fabricou", afirma o parlamentar.

CALCULADORA Tacla Duran trabalhou de 2011 a 2016 para a Odebrecht e tem sido apontado pelo Ministério Público Federal como o operador financeiro de esquemas da empresa. Desde então, ele vem fazendo uma série de acusações.

ESQUECERAM... O presidente Lula (PT) não convidou Paulo Coelho para a sua posse em Brasília, no dia 1º de janeiro. A festa foi organizada pessoalmente pela primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja. O esquecimento foi encarado como uma desfeita por amigos do escritor e explicaria, em parte, o sentimento de decepção de Coelho com o petista.

... DE MIM O escritor já reclamou a interlocutores da ingratidão do presidente da República e de pessoas próximas a ele, que em momentos de dificuldade buscaram o seu apoio —jamais negado.

NÃO GOSTEI Os atos de governo do petista também estariam frustrando o escritor —que decidiu, então, tornar públicas suas críticas. No domingo (26), Coelho chamou o atual governo de "patético" e disse que não via o voto dado a Lula em 2022 valendo a pena.

REFLEXÃO A Faculdade de Direito da USP decidirá, na quinta (30), se retira ou mantém na instituição uma homenagem feita a um professor ligado à Sociedade Eugênica de SP e acusado de maus-tratos contra o corpo de uma mulher negra.

REFLEXÃO 2 Catedrático de medicina legal, Amâncio de Carvalho teria embalsamado o corpo de Jacinta Santana para usá-lo em experimentos e em trotes estudantis no início do século 20. Seu nome batiza uma sala de aula da faculdade.

PALCO

Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress

A cantora Marina Sena 1 passou pelo espaço VIP do Lollapalooza Brasil 2023, realizado no autódromo de Interlagos, em São Paulo, no último fim de semana. O rapper Rincon Sapiência 2 e a cantora, escritora e ativista Preta Ferreira 3 também prestigiaram o festival

CADEIRA Já está definido o diretor-geral do remake de "Renascer", uma das grandes apostas da Globo em sua programação de novelas para 2024. Quem vai ocupar o cargo é Gustavo Fernandez, 50, que assumiu as rédeas da releitura de "Pantanal" na segunda fase da trama, após a saída do então diretor, Rogério Gomes, o Papinha. Fernandez vai reeditar a parceria de sucesso com o autor Bruno Luperi, responsável pela recriação da história, exibida em 2022.

CV O diretor tem no currículo novelas como "Belíssima" (2005), "Avenida Brasil" (2012) e "Além do Horizonte" (2014), entre outras, e anda em alta na Globo. Ele vai emendar a segunda temporada da série "Justiça", de Manuela Dias, com "Renascer", prevista para estrear no início de 2024.

LUZ, CÂMERA... Prestes a lançar "Meu Nome é Gal", cinebiografia de Gal Costa que dirigiu com Lô Politi, a cineasta Dandara Ferreira agora se debruça na montagem do filme "De Quem É a Culpa", documentário sobre a gestão de Jair Bolsonaro (PL) durante a pandemia. "Passei seis meses dentro do Senado filmando todo o bastidor da CPI da Covid", conta Dandara à coluna.

... AÇÃO Filha de Juca Ferreira, ex-ministro da Cultura nos governos Lula e Dilma, ela pretende estrear o longa no início de 2024, para em seguida percorrer o circuito de festivais nacionais e internacionais.

VOLTEI As obras de Ivald Granato (1949-2016) estão de volta ao mercado da arte. Oito peças do pintor poderão ser vistas no estande da Dan Galeria durante a SP-Arte, entre 29 de março e 2 de abril. É a primeira vez em anos que o artista plástico tem o seu legado representado comercialmente.

com Cleo Guimarães (interina), Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith

Prata da casa

Continuação da pág. C1

Foi a mudança para os Estados Unidos e o casamento com um americano que a fizeram tomar coragem de realizar o desejo de criança de ser escritora.

"Fiquei com muito medo de perder minha ligação com o Brasil. Isso ampliou o interesse que eu já tinha em histórias muito brasileiras", diz ela.

Batalha estudou jornalismo no Rio e começou a trabalhar como repórter aos 18 anos em O Dia, um jornal popular que cobre principalmente notícias da cidade do Rio, como crimes, celebridades e futebol.

"Quando fazia plantão, tinha que ir em delegacia, fazer reportagem em comunidade. Eram tragédias horríveis", conta. "Isso mexeu muito comigo e me abriu os olhos para o lado B da cidade, esse que é narrado pelo Joel no livro."

Batalha ainda trabalhou nas redações dos jornais O Globo e fez parte da equipe que criou o Extra, também do Rio. Ela desistiu da profissão quando percebeu que não há um projeto de carreira nos jornais e, de vez em quando, acontecem demissões em massa.

Foi então que decidiu criar uma editora, a Desiderata, que publicou, nos anos 2000, antologias de textos e ilustrações de jornais como O Pasquim e O Planeta Diário.

A editora ainda incluiu o Brasil no roteiro da exposição World Press Photo, uma das mais importantes do mundo para o fotojornalismo.

A Desiderata foi vendida para o grupo Ediouro em 2008, quando Batalha decidiu deixar tudo que tinha e apostar num novo amor, seu marido.

"As coisas na minha vida acontecem por decisões intuitivas. Nunca sei o que vem pela frente", diz. Quando nasceu sua primeira filha, em 2009, Batalha conta que, pela primeira vez, teve a noção exata da certeza da mortalidade. "Via aquela coisinha se mexendo e pensava 'daqui a pouco ela vai ganhar o mundo, realizar os sonhos dela, se eu não lembrar dos meus'. A gente só tem uma vida, né?"

Então começou a escrever. "Pegava minha bicicleta, saía de casa com uma mochila nas costas que tinha um aparelho para tirar o leite e ia de metrô até Manhattan para escrever em um lugar chamado Paragraph, um coworking para escritores na rua 14", conta.

Quando concluiu a história de Eurídice Gusmão, procurou a agente literária carioca Luciana Villas-Boas, que estava de malas prontas para viajar para a Feira de Frankfurt, considerado o evento do mercado editorial mais importante do mundo, e levou com ela o livro de Martha Batalha.

Lá, uma editora alemã que lê em português comprou os direitos de publicação e escreveu uma carta de recomendação para editoras de outros países. Ele foi lançado no Brasil pela Companhia das Letras, que também edita seus outros livros, hoje disponíveis em países como Portugal, França, Itália e Espanha.

A autora escreveu dois outros livros nos últimos anos, mas não ficou satisfeita e os jogou fora. Foi quando decidiu voltar às origens de jornalista que "Chuva de Papel" surgiu.

Batalha chegou ao Rio no fim da semana passada com a agenda cheia de compromissos de lançamento, algo raro no mercado editorial. "Esses eventos cheios de gente são o oposto do que acontece no meu dia a dia. Tenho uma vida muito simples", afirma.

Batalha diz que escrever um livro é como fazer um contrato com o leitor. "Tenho o compromisso de manter o leitor envolvido até o final. Meu papel é muito simples, entreter."

Chuva de Papel

Autora: Martha Batalha. Ed.: Companhia das Letras. R$ 64,90 (224 págs.); R$ 34,90 (ebook). Lançamento: qui. (30), às 19h, na Livraria Megafauna - av. Ipiranga, 200, loja 53, São Paulo

A escritora Martha Batalha Zô Guimarães/Folhapress

Sequência de 'Olive Kitteridge' reflete Trump

Livro de Elizabeth Strout, vencedora do Pulitzer, usa personagem para debater idade, saúde mental e reacionarismo

Caio Delcolli

SÃO PAULO Uma vez, enquanto colocava louça suja na lava-louças, a escritora americana Elizabeth Strout, de 67 anos, viu uma mulher estranha.

A autora teve sua mente invadida pela imagem de uma desconhecida, próxima à mesa do jardim, que parecia aliviada por estar sozinha ali.

Olive Kitteridge, uma professora aposentada da cidadezinha fictícia de Crosby, no estado americano do Maine, foi insistente até Strout dar corpo a ela no romance homônimo.

O livro se tornou um elogiado best-seller e foi adaptado para uma minissérie da HBO, protagonizada por Frances McDormand e vencedora de vários prêmios Emmy.

Mas a personagem queria mais. Olive, a adorável rabugenta, apareceu de novo, agora mais velha. Ela andava de bengala por um estacionamento enquanto Strout respondia emails num café em Oslo.

Foi assim que surgiu "Mais uma Vez, Olive", sequência recém-lançada pela editora Companhia das Letras.

"Pensei comigo mesma 'ah, aí está ela de novo'", diz a escritora. "Passei o fim de semana esboçando uma história. Tinha de escrever outro livro sobre Olive, embora eu nunca tivesse estabelecido isso."

Strout, que também é autora de "Oh William!", ainda inédito no Brasil, e "Meu Nome É Lucy Barton" —ambos finalistas do prêmio Booker—, afirma que seus personagens geralmente chegam assim. "Eu os visualizo ou os ouço dizer alguma coisa. É rápido o vislumbre de eles fazendo algo. Sinto com força, e então escrevo."

No novo livro, a autora lança mão da mesma estrutura do primeiro —contos autônomos, que podem ser lidos em qualquer ordem, escritos em terceira pessoa e em contato direto com o mundo interior dos personagens.

Cada conto aborda um episódio da vida de Olive ou dos habitantes de Crosby; quando não protagoniza, Olive aparece de alguma maneira neles.

É uma estratégia eficiente para Strout, que se diz interessada na discrepância entre a percepção que as pessoas têm umas das outras e o que de fato transcorre no íntimo.

"Esse é o ponto central do meu trabalho. Escrevo ficção para vermos o mundo interior uns dos outros", ela conta.

No caso de Olive, os leitores já a conheciam pela carranca, por subjugar o marido, Henry, farmacêutico bonzinho, e por ter uma relação arredia com o filho, Christopher, que a acusa de ter abusado emocionalmente dele.

Depois de Henry sofrer um derrame e ir para a casa de repouso, Olive cogita o suicídio. Henry morre e ela fica sozinha; o filho mora longe e a evita.

Doenças e transtornos mentais —o pai de Olive se matou—, bem como solidão, são recorrentes nesse universo.

"Quando escrevo sobre pessoas, tento fazer isso da maneira mais verdadeira possível, pois o interior da cabeça das pessoas é privado. Acredito que muitas têm certa solidão na vida delas. Vivemos uma crise de saúde mental", conta.

Em "Mais uma Vez, Olive", a protagonista vê a rotina solitária ser agitada pelo complicado romance com Jack, também aposentado e viúvo, além de distante de sua filha lésbica. Jack se sente culpado por não aceitar a sexualidade dela.

Para o horror de Olive, o envelhecimento a força a usar fraldas geriátricas, além de caminhar com bengala e ter de buscar uma cuidadora. Jack, por sua vez, tem de usar cuecas com absorventes após uma cirurgia de próstata.

Se as limitações impostas pela idade os unem de alguma maneira, a política, de outra, causa fricção. Olive, que é uma democrata, tem dificuldades de se acertar com Jack por ele ser republicano.

Em uma cena, ela se refere a Donald Trump como o "homem horrível de cabelo laranja", após ver um adesivo com a figura do ex-presidente no carro da cuidadora. "Não vamos falar de política", Olive esbraveja para a mulher. "Você está aqui para ser minha babá."

Segundo a autora, a protagonista não é burra, mas o centro da história não é esse. "A questão é que ela termina com Olive se sentindo amada por alguém que apoia Trump. Essa é a verdadeira questão", diz.

Mais uma Vez, Olive
Autora: Elizabeth Strout. Trad.: Sara Grünhagen. Ed.: Companhia das Letras. R$ 94,90 (328 págs.); R$ 39,90 (ebook)

'Jardim II', pintura de Ana Calzavara que ilustra a capa de 'Mais uma Vez, Olive', livro da escritora americana Elizabeth Strout, que sai agora no país Divulgação

'Saudade Não Viaja Bem' versa sobre culpa e vergonha por aborto

LIVROS
Saudade Não Viaja Bem
★★☆☆☆
Autora: Lu Lacerda. Ed.: Record. R$ 49,90 (208 págs.)

Luciana Araujo Marques

Maria Clara, protagonista de "Saudade Não Viaja Bem", é uma herdeira. Filha de fazendeiro na Bahia, ela pouco trata dos fatores econômicos que regem o sustento de sua vida.

E ainda que certo prejuízo financeiro causado pela seca não passe despercebido, a principal dívida legada à narradora do romance de estreia de Lu Lacerda é a vulnerabilidade imaterial de quem reconhece não ser dona da vida.

Assim, ter acesso e poder pagar por aborto seguro não é o problema, mas reconhecer que ele aconteceu à revelia de seu desejo custa muito caro.

"Eu grávida e sem poder ter o filho. Quando meu namorado foi me buscar, muito cedo ainda, me deixei levar."

O episódio traumático que se inscreve no corpo de modo irreversível dispara recordações e buscas por genealogia.

Na forma do romance, o que temos é uma série de capítulos curtos que, entrecortados pelo tom de confissão de quem carrega consigo um segredo, trazem à tona histórias e ditos de avós, bisavós e tias da protagonista, mas sobretudo a mãe, Maria Rosa, e as consequências do alcoolismo.

"Eu era 'filha de uma mulher que bebe', como já tinha ouvido da professora de inglês. Me deitava numa parte alta do gramado, disfarçando que ficar sozinha era por gosto." O vício, a propósito, retornará tanto hereditário quanto desestabilizador na história de Maria Clara ao final do livro.

É como se a interrupção da gravidez para atender à vontade do namorado, e não a própria, disparasse nela a necessidade de outras gestações.

Dar vida por meio da memória a todos aqueles e aquelas de quem ela teria herdado a fragilidade e a solidão como sina, além de reconhecer o impacto de certas mortes sobre a família e desta na formação de interioridades.

"Numa manhã, minha irmã mais nova entrou ali e perguntou 'mãe, se você ficar aqui olhando os santos, eles vão trazer o meu irmão de volta?'."

Primeiro, a saída da fazenda para estudar na cidade mais próxima marca o final da infância de Maria Clara e certa ilusão de idílio, a recalcar os significados de ser filha daqueles que detém a posse da terra.

Anos depois, a migração para o Rio de Janeiro para cursar faculdade surge nas páginas como os pássaros e frutos na paisagem rural onde se cresceu —nada mais natural, sem peso de conquista.

Não à toa, o famoso "o que vai ser quando crescer" não surge como questão nem é relevante no enredo.

"'Minha filha vai estudar fora.' E o homem: 'Vai estudar pra ser o quê?'. Ficou sem resposta." Indefinição, porém, que carrega uma possibilidade de autonomia e liberdade. "Achei bom que nenhum de nós soubesse o que eu seria."

Já a imposição de ir para fora como um destino imposto à Maria Clara espelha por oposição o barrado à mãe. "'Ah, se eu pudesse partir pra esse mundão', minha mãe dizia de vez em quando. Então eu perguntava do que ela estava se lembrando: 'Dos meus sonhos; vou pensar no quê, aqui no meio do mato, em boi e criança berrando?'."

Mais adiante a narradora constata que a natureza ampla da propriedade era, para a mãe, uma verdadeira prisão.

"Eu ia do aborto à infância, da infância ao aborto." Movimento esse que cria não apenas uma relação entretempos, no romance, mas também uma noção desalojadora de entrelugar. "Na fazenda, eu era da cidade; na cidade, eu era da fazenda."

São vãos que "Saudade Não Viaja Bem" não busca preencher ao tratar de culpa, remorso e vergonha, ainda que sem escancarar os contornos de certos privilégios de classe no interior de uma história bem brasileira.

Lollapalooza vive dilema ao fazer uma década de história no país

Com Rosalía arrebatadora, festival tem estrutura sólida, mas sofre com cancelamentos e, agora, concorrência

ANÁLISE

Lucas Brêda
Repórter da Ilustrada

SÃO PAULO O Lollapalooza chegou à sua décima edição no país, no fim de semana, vivendo um dilema. Estabelecido na agenda de eventos, com estrutura eficiente, o festival sofre com cancelamentos de shows de toda ordem, denúncias de não respeitar os direitos trabalhistas e, a partir deste ano, ganha uma concorrência inédita.

Não é normal que um megafestival simplesmente não entregue dois dos três principais shows anunciados. Blink-182 e Drake cancelaram suas vindas por diferentes circunstâncias, se juntando a uma lista que inclui 100 Gecs, Willow, Omar Apollo e Dominic Fike.

Não é a primeira vez que isso acontece. No ano passado, o Foo Fighters não tocou porque seu baterista morreu dias antes do evento. Snoop Dogg, Tyler the Creator, King Gizzard e Marina and the Diamonds, entre outros, já cancelaram shows em anos anteriores.

Há situações incontornáveis, mas não dá para chamar de bem-sucedido um evento que ano após ano não consegue entregar o que vende.

Juntemos a isso a impossibilidade de quem comprou o pacote para os três dias poder pedir o reembolso do dinheiro, disponível apenas para o ingresso diário. É só imaginar a situação de quem pagou mais de um salário mínimo para ver Blink-182 e Drake.

Billie Eilish, jovem estrela da música americana, foi a única dos headliners que cantou. E ela mostrou sua força, dando a dimensão de um Autódromo de Interlagos a seu pop caseiro, confessional e intimista — reunindo mais de 100 mil pessoas e batendo o recorde de Miley Cyrus, no ano passado.

A presença em peso do público nos três dias, aliás, mostra que o festival se mantém com alta capacidade de mobilização. A organização diz que além dos 103.350 presentes na sexta, o sábado teve 98,5 ,oç pessoas, e o domingo, 100.750.

Ainda que o público do dia de Eilish faça sentido com o que foi presenciado em Interlagos —o show de Lil Nas X, minutos antes da cantora, foi o mais cheio do palco secundário no ano—, fica a impressão de números inflados em relação ao que é costume.

Não é raro que um dia de Lollapalooza tenha 70 mil, 80 mil ou 90 mil presentes. Em datas com atrações principais cancelando seus shows, a tendência é de plateias mais vazias.

Embora não haja indícios de manipulação dos números, este é o primeiro ano que o Lollapalooza ganha concorrência de peso. No mesmo autódromo, São Paulo vai receber neste ano o The Town, festival dos criadores do Rock in Rio, e o Primavera Sound, que estreou no ano passado e agora se expande para esse espaço.

No autódromo desde 2014, o Lollapalooza tem como trunfo a expertise em ocupar o local e novamente mostrou isso. Quando o sol ajuda, como neste fim de semana, a franquia paulistana do festival americano consegue proporcionar uma experiência tranquila.

Há quem sofra com a distância entre os palcos, mas a caminhada é acompanhada pela visão, ainda que de longe, dos shows. Esse foi um problema enfretado por quem foi ao Primavera e teve de andar pela rua, sem contato com os palcos, de um lado a outro do Sambódromo do Anhembi.

Os palcos do Lolla também são grandes, têm espaço de sobra nas laterais e aproveitam o relevo, com os morros facilitando a visão. No Primavera, o maior palco foi parcialmente encoberto por ávores.

No caso do The Town, tendo o Rock in Rio como base de comparação, a visão dos shows e o deslocamento não devem ser problemas. Mas o festival carioca, especialmente no ano passado, teve vários defeitos de som —o show de Avril Lavigne foi praticamente comprometido pelos alto-falantes.

É outra questão que o Lollapalooza domina um pouco melhor. O som do show do Tame Impala, com graves estralados e agudos saturados, sem nenhuma distorção, foi um deleite e uma raridade nos festivais brasileiros, em geral irregulares quanto à regulagem e volume das caixas de som.

Nesse cenário de competição, o Lolla se situa entre o Primavera e o The Town em relação às atrações. Em 2012, quando chegou ao Brasil, o festival não dependia tanto dos headliners e escalava nomes inéditos ou raros por aqui, mesmo que não fossem grandes vendedores de ingressos.

Um exemplo é a edição de dez anos atrás, em que, no mesmo horário, tocaram Nas, lenda do rap americano, Alabama Shakes, então revelação do indie, Franz Ferdinand, um dos nomes mais populares do indie rock, e Queens of the Stone Age, uma das grandes bandas do rock dos anos 2000. Isso tudo antes do headliner, o Black Keys, que concorreu com Criolo e A Perfect Circle.

É uma abordagem mais próxima do Primavera, que traz queridinhos da crítica e artistas no auge, que não necessariamente são titãs do streaming.

Ao longo dos anos, o Lolla foi tendo headliners mais pesados, acostumados a lotar estádios no Brasil —como Pearl Jam, Red Hot Chili Peppers e Foo Fighters—, e preterindo o "recheio" do lineup. Mais recentemente, tem escalado nomes famosos nas redes sociais e com apelo para os jovens, mas fora do radar da cobertura especializada aqui ou lá fora.

Assim, se aproxima do The Town, que não anunciou nome inédito para sua estreia, e vai ter Bruno Mars tocando em dois dos cinco dias de festival, além de Maroon 5, Post Malone e Foo Fighters. É a fórmula consagrada pelo Rock in Rio —trazer um gigante que garanta a venda de ingressos e dedicar menos atenção ao restante da escalação.

Nesse meio termo, o Lolla consegue trazer nomes de porte médio que fazem valer o ingresso. Foram os casos de Rosalía, que fez um show arrebatador e cinematográfico, e Lil Nas X, muito celebrado.

O que segue inaceitável são as denúncias, pelo quarto ano consecutivo, da contratação de trabalhadores em situação análoga à escravidão. O Lolla culpa a empresa que prestou o serviço, resposta insuficiente para um evento que há anos movimenta tanto dinheiro.

A cantora Rosalía durante show no Lollapalooza, em São Paulo Bruno Santos/Folhapress

Billie Eilish, estrela do primeiro dia do Lollapalooza, em São Paulo Adriano Vizoni/Folhapress

Palcos do festival são bons, mas distantes para lineup apertado

Desenho do espaço tornou quase impossível ver todos os shows até o fim, já que multidões se formam a cada troca

Guilherme Luis

SÃO PAULO O Lollapalooza chegou à décima edição com quatro palcos espalhados pelo Autódromo de Interlagos, na zona sul de São Paulo. Eram estruturas construídas para tentar dar conta de entreter as centenas de milhares de pessoas que passaram pelo festival entre sexta-feira e domigo.

A marca de cervejas Budweiser deu nome ao palco principal, onde Billie Eilish e Skrillex se apresentaram. Era um palco espaçoso, com bons telões e um som potente que alcança mesmo quem está no pedaço mais distante do artista.

O campo que se estendia a partir do palco era repleto de elevações e morros que davam boa vista para o palco, o que foi negócio feito para quem não quis se espremer nas primeiras fileiras da plateia.

Além disso, dava para achar por ali um espacinho confortável para descansar com facilidade. Havia gente esperando shows esparramada em sofás infláveis em todos os dias.

À esquerda dali ficava o palco Chevrolet, a quase dez minutos de caminhada. É outro ponto de importância, pelo qual passaram artistas como Lil Nas X e Tame Impala. O local também foi construído na base de um morro, como o outro, o que é positivo.

O problema é que quem ficava no fundo não enxergava direito nem o palco, nem os telões —no show de Lil Nas X, várias pessoas escalaram os ombros de colegas para conseguir ver o artista.

Ficar longe do palco é inevitável num festival se a pessoa quiser ver vários shows, é claro. Só que, neste Lollapalooza, o lineup estava tão apertado que ficou quase impossível ver todas as apresentações do início ao fim.

Na sexta-feira, por exemplo, vários artistas queridinhos do público LGBTQIA+ se apresentaram com intervalos de apenas cinco minutos entre eles. Conan Gray encerrou seu show às 19h no palco Chevrolet, enquanto Kali Uchis começou a cantar o hit "Telepatía" às 19h05 em ponto no palco Budweiser.

Se a caminhada entre os pontos já leva quase dez minutos quando o caminho está vazio, o deslocamento demora ainda mais com a multidão que se forma entre o fim de um show e o início de outro.

É preciso decidir entre perder o encerramento de uma performance, quando geralmente os artistas entoam seus grandes hits, ou o início da apresentação de outro, também um momento apoteótico. Foi um dilema que se abateu sobre os fãs de Lil Nas X e Billie Eilish na sexta-feira.

Boa parte do público que assistia ao rapper americano saiu antes das últimas músicas para garantir uma vaga mais perto de Billie Eilish. Quem ficou até a despedida dele, no entanto, teve de se contentar com os piores lugares do show dela. Isso não aconteceria se os shows fossem separados por pelo menos 15 minutos.

Parte do público que assistia ao show de Pedro Sampaio também debandou antes do final para ver o início da performance de Kali Uchis. O DJ e cantor brasileiro foi o principal nome do palco Perry's by Johnnie Walker Blonde, reservado para música eletrônica.

Esse palco ficava num campo bastante espaçoso, mas sofre por causa do chão plano. É mais difícil enxergar o artista do meio da plateia se a pessoa não for alta. Além disso, os telões laterais não estavam sendo usados para exibir o artista. Foi um desperdício.

O palco Adidas, por fim, ficava no lado oposto do Perry's. Passaram por ali Melanie Martinez, Pitty e Filipe Ret. Funcionava bem, mas quem ficava à direita sofria por causa do chão plano. No caso de Martinez, por exemplo, mesmo os fãs espremidos na grade desse lado não conseguiam enxergar bem o palco. O jeito foi apelar para os telões.

Pele à mostra provou que nudez empodera homens e mulheres

Pedro Martins

SÃO PAULO Esta edição do Lollapalooza foi mais uma prova de que o brasileiro está cada vez mais pelado, num reforço a uma tendência que dominou o último Carnaval no país.

Sob um sol escaldante, o público que ocupou o Autódromo de Interlagos não teve receio algum de mostrar a pele.

Como na edição passada do festival, a maior aposta do ano foram os tecidos vazados, cheios de furinhos, como tule e laise. Também estavam em alta peças como croppeds, collants e aquelas com fendas.

Se no ano passado este era um sinal de que, depois de anos de pandemia, o brasileiro enfim pôde voltar a se reunir em multidões, sem medo de abraçar, beijar e cantar, agora havia mais elementos por trás da pele à mostra. É uma quebra da binariedade da moda.

Se antes peças mais justas ao corpo, ou que expõem muita pele, eram associadas exclusivamente às mulheres, hoje os homens também querem mostrar tudo. Eles apostaram em peças que vão dos shortinhos muito acima do joelho, outrora associados à homossexualidade, a regatas ultracavadas que vão até os mamilos.

É ainda, e talvez mais importante, uma celebração do corpo em toda a sua potência, seja magro, seja gordo, seja branco, seja preto, quase que como numa resposta ao tempo em que quem estivesse fora do padrão de beleza vigente não tinha vez em lugar nenhum.

Dentro de um espaço onde o coro que predomina é o das estrelas que versam sobre autoaceitação e contornam as próprias inseguranças, não foi mais preciso se esconder. Toda nudez foi celebrada.

O DJ e produtor Jamie xx Divulgação

DJ Jamie XX surfa no Rio, compra discos de MPB e incorpora baile funk ao setlist

Felipe Maia

SÃO PAULO James Thomas Smith tinha apenas 20 anos quando apertou o botão de reiniciar da música eletrônica.

Era o ano de 2009, e ele produzia seu primeiro álbum, "XX", ao lado dos amigos de infância, Romy Croft e Oliver Sim. O disco era depurado, feito de silêncios e sons, que deixavam rastilhos em ecos e reverberações soturnas, com um andamento vagaroso.

Era tudo que a música eletrônica não via em muito tempo, quase um retorno ao trip hop, resposta subterrânea e pop ao maximalismo que grassava na sofisticação do Justice ou no espalhafatoso Skrillex.

"Muita coisa mudou desde então", diz Jamie, com uma voz tímida ao telefone. "Sinto que estou mais velho."

De volta ao Brasil —a última vez fora com seu trio em 2017—, o produtor e DJ adicionou mais datas ao seu calendário. Além do show no Lollapalooza no último sábado, fez duas apresentações no Rio de Janeiro e em São Paulo a convite do selo brasileiro Gop Tun.

O artista fez valer as credenciais que ainda o mantém em lugar de destaque na música eletrônica desde o fim dos anos 2000. No controle da pista, Jamie não atravessa gêneros, um lugar comum que muitos DJs tem como trunfo. Muito além disso, Jamie passa por cima dos gêneros.

"Meus sets favoritos são os que levo o público para um tour, fazendo com que prestem atenção a pequenos detalhes, como uma mudança no tempo da música", diz o artista.

A pista de Jamie XX é um espaço em que ele explora a energia da música, seja ela a força, como nas batidas ásperas da bass music britânica, ou redentora, como nos vocais potentes de divas do gênero da house music.

Em duas horas, o artista faz uma ode à dance music, celebra a música feita para dançar. Não à toa, adicionou faixas de Gilberto Gil e Jorge Ben nas apresentações no Brasil.

No tempo livre no país, Jamie surfou no Rio de Janeiro, comprou discos de música brasileira pela internet e ficou atento aos sons das ruas.

Quem dançou nas suas apresentações pôde ouvir que o baile funk entrou no pen drive —de forma sutil, mas sensível, aos moldes de quem entende de produção e de pista.

"Sempre estou escutando música que está tocando por aí", conta ele. "Certamente, os sons que escuto aqui vão influenciar o próximo álbum, eu faço música todo dia, esse meu próximo álbum é mais orientado para a pista, também vai ser mais eclético."

Ainda sem data, o segundo disco solo virá depois de um longo hiato nas produções solo. Jamie soltou alguns singles nos últimos anos e trabalhou com artistas, mas o primeiro, "In Colour", foi lançado há quase dez anos.

O disco mostrou à crítica o poder de renovação que ele trouxe para a dance music e também suscitou dúvidas sobre o futuro da banda The XX —o que não se confirmou.

"Eu venho trabalhando com a Romy e definitivamente vai ter coisa nova do The XX, a gente vem escrevendo", diz Jamie. "Eu também amo fazer música colaborativamente."

As vantagens do cancelamento

Quando chegar a minha hora, conto com a corrente negativa de vocês

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, faz parte da equipe do canal Porta dos Fundos

Surpreendentemente, ainda não fui cancelada. Sendo alguém que expõe opiniões, sei que é questão de tempo.

Percebo que ser cancelada tem lá suas vantagens. A primeira é que o cancelamento, hoje, é a forma mais prática, rápida e eficiente de furar a sua bolha, expandir seu alcance e encabeçar a seção de mais comentados do Twitter.

É inevitável ganhar uma horda de novos seguidores espontâneos e engajados. Ainda que sejam seus inimigos, agora você tem um importante aliado: o algoritmo, que não se importa se falam bem ou mal de você.

A segunda vantagem é receber aquele empurrãozinho que faltava para fazer um detox das redes, o que traz imensos benefícios à saúde mental.

Sabemos que exige força de vontade e nada melhor do que mensagens de ódio elucubrando sobre o diâmetro do canal vaginal da sua respeitosa mãe para convencer você a deixar o celular um pouco de lado.

A terceira vantagem é a licença cancelamento, período sabático de obrigações profissionais. Recomendo ter poupança reservada para tais ocasiões.

Seria a deixa perfeita para montar aquele quebra-cabeça de mil peças da pintura "Tempestade no Mar da Galileia", que reproduz a passagem bíblica em que Jesus é surpreendido por uma tormenta das mais fortes.

Não me considero uma pessoa cristã, mas Jesus parecia ser um cara maneiro. Sofreu o maior cancelamento da história —um cancelamento injusto, ainda por cima— e ressuscitou poucos dias depois.

É uma pena que até hoje seja mal-interpretado por parte de seus seguidores.

A quarta vantagem é livrar você, em uma tacada só, de todos os seus falsos amigos. É nessas horas que as máscaras caem e você se dá conta de quem está realmente do seu lado.

Geralmente, aqueles que vem a público defender um cancelado são cancelados também, então você e seus amigos verdadeiros vão ter tempo de sobra para curtir juntinhos.

A quinta vantagem de ser cancelado é que você evolui. Caso tenha falado uma merda gigantesca, será obrigado a rever seus conceitos. Caso tenha sido mal-interpretado, será obrigado a perdoar.

É por isso que, quando chegar a minha hora, conto com a corrente negativa de vocês, compartilhando, deixando seu comentário raivoso e seu unfollow.

Desde já, meus sinceros agradecimentos e um pedido de desculpas a quem se sentir muito ofendido pelos comentários.

Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Tony Goes
tonygoes@uol.com.br

Sony estreia dois canais gratuitos com propaganda, séries e realities

A plataforma Samsung TV Plus, exclusiva dos televisores da marca, oferece cada vez mais canais Fast, que são gratuitos, mas veiculam publicidade. Dois deles, recém-estreados, são produzidos pela Sony Pictures Television.

Sony One Emoções oferece séries como "Esquadrão Resgate" e "The Guardian". Já o Sony One Shark Tank Brasil traz episódios do famoso reality show de empreendedorismo Shark Tank Brasil.

O Rei das Sombras
Netflix, 16 anos
Depois que o pai morre, dois meios-irmãos se envolvem numa luta sangrenta pelo controle de uma gangue. Um deles é cego desde a infância. Este thriller francês, um dos mais vistos do serviço, transfere uma lenda africana para um subúrbio de Paris.

Jogo Perverso
Mubi, 14 anos
A recém-oscarizada Jamie Lee Curtis vive uma policial novata que se torna o alvo de um assassino, neste thriller de 1990 dirigido por Kathryn Bigelow.

Araguaia
Globoplay, livre
Exibida pela Globo em 2010, a celebrada novela de Walther Negrão chega na íntegra à plataforma da emissora. A trama rural tem no elenco grandes nomes como Murilo Rosa, Milena Toscano e Lima Duarte.

Migaku Hito
Fashion TV, 19h30, livre
Os japoneses gostam de polir tudo —louças, joias, facas e até mesmo frutas, legumes e bolas de beisebol. Este documentário registra as diversas técnicas de polimento de objetos do Japão, sendo que algumas são milenares.

Provoca
Cultura, 22h, 10 anos
Marcelo Tas conversa com um dos pioneiros da internet no Brasil, Demi Getschko, sobre regulação da internet, ChatGPT, algoritmos e outros assuntos relacionados.

Na Rédea Curta
Telecine Premium, 22h, 12 anos
Mainha e seu filho Junior, vividos por Sulivã Bispo e Thiago Almasy, fazem sucesso no YouTube. Agora a dupla estreia seu primeiro filme, que também tem Zezé Motta e Cristina Pereira. A direção é de Ary Rosa e Glenda Nicácio, celebrados no cinema nacional.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

Daiquiri *Caco Galhardo*

Níquel Náusea *Fernando Gonsales*

Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*

Viver Dói *Fabiane Langona*

Péssimas Influências *Estela May*

Vida Besta *Galvão Bertazzi*

SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

5		9		3				
	1		6					7
		8		9				
					8			6
2		5				7		8
6			9					
				8		5		
7					1		3	
				7		2		4

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

5	6	9	8	3	7	1	4	2
3	1	2	6	4	5	9	8	7
4	7	8	1	9	2	6	5	3
1	9	3	7	5	8	4	2	6
2	4	5	3	1	6	7	9	8
6	8	7	9	2	4	3	1	5
9	2	6	4	8	3	5	7	1
7	5	4	2	6	1	8	3	9
8	3	1	5	7	9	2	6	4

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. O pianista de jazz Art (1910-1956) / Porco, na Inglaterra **2.** Capacete, luvas etc. / (Ingl.) Cosmético em pó ou creme, usado para corar a face **3.** O escritor francês de contos infantis Charles (1628-1703) **4.** Planta de folhas grossas, também chamada babosa / Cinza-escuro **5.** (Quím.) O lítio / A tradicional saudação hebraica de paz **6.** Golpe com certa espada curta e robusta, de dois cortes **7.** Barra bem rígida que se emprega para mover ou levantar objetos pesados **8.** Peixe de águas frias / Empresa aérea portuguesa **9.** (Reg.) Intenso, forte, grande **10.** Dar impulso a / Iniciais da cantora Duboc **11.** O pensador francês Descartes (1596-1650) / A última parte do intestino delgado **12.** Uma unidade de pressão **13.** O filósofo chinês Tse, do taoísmo / Mel, em inglês.

VERTICAIS
1. Uma peça da flor / Dar som forte **2.** Dar uma alcunha a alguém, como Zico, Mineirinho etc. / Assunto, conteúdo, proposição, tese, mote **3.** Bala que se dispara de uma arma de fogo / Metal reciclável usado em embalagens de refrigerantes, sucos e cervejas **4.** Recuperável **5.** (Sigla ingl.) Mestrado em Administraçao e Negócios / Castanho-claro / Interjeição que designa espanto, ironia ou impressão de perigo próximo **6.** Rajada de vento / Comunidade de ianomâmis ou guaranis **7.** Fervilhante / (House) Loja que oferece conexão para a internet **8.** Faixa de terra que une duas terras continentais / Bruxaria, mandinga **9.** George Harrison (1943-2001), músico inglês / Muito molhado.

HORIZONTAIS: 1. Tatum, Pig. **2.** EPI, Blush. **3.** Perrault. **4.** Aloé, Fumê. **5.** Li, Shalom. **6.** Adagada. **7.** Alavanca. **8.** Truta, Tap. **9.** Mantena. **10.** Ativar, JD. **11.** Rene, Íleo. **12.** Milibar. **13.** Lao, Honey. **VERTICAIS: 1.** Tépala, Toar. **2.** Apelidar, Tema. **3.** Tiro, Alumínio. **4.** Resgatável. **5.** MBA, Havana, Ih. **6.** Lufada, Tribo. **7.** Pululante, Lan. **8.** Istmo, Canjerê. **9.** GH, Empapado.

Angelo Abu

Babilônia americana

Trinta anos depois, caso da seita sangrenta de Waco ainda é sucesso de bilheteria

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Ninguém acreditou que Jesus era o filho de Deus quando ele passou pelo mundo da primeira vez. Por que motivo haveriam de acreditar se ele regressasse uma segunda?

Como premissa para um romance, é uma bela ideia. Dostoiévski deu um aperitivo disso.

Em "Os Irmãos Karamazov", essa é a parábola que Ivan conta ao irmão para mostrar como a igreja estabelecida, ciosa do seu poder, jamais aceitaria o regresso de Jesus, mesmo que o reconhecesse como tal.

No mundo real, as consequências desse delírio podem ser ruinosas, sobretudo quando os candidatos a Jesus arrastam os seus discípulos em direção ao abismo.

Basta lembrar o caso de David Koresh, líder de uma seita religiosa, que se apresentou como o novo messias.

Muitos acreditaram. Centenas, melhor dizendo, que decidiram ir viver com ele num rancho em Waco, no Texas.

Não correu bem, para usar um eufemismo. Certo dia, a polícia decidiu aparecer porque Koresh, para além da Bíblia, também gostava de colecionar itens de armamento militar que eram proibidos.

Foi o primeiro confronto dos "davidianos" com a polícia. Morreram quatro agentes.

O segundo confronto, que durou quase dois meses de impasse, terminou em chamas, com o suicídio coletivo de 82 seguidores do culto, Koresh incluso. Desses 82, 28 eram crianças, muitas delas violentadas pelo próprio Koresh.

O documentário sobre a tragédia pode ser visto na Netflix —em "Waco: American Apocalypse"— e confesso que gostei.

Não pela história em si; mas porque ela revela um certo tipo de mentalidade que, infelizmente, se transferiu do fanatismo religioso para a política.

Em 1993, os seguidores de Koresh eram a exceção da regra: devotos, zumbis, alucinados, eles se viam como parte do plano de Deus para redimir a "Babilônia americana".

Como afirma uma das devotas, que aliás escapou com vida e partilha a sua experiência no documentário, ninguém ali pensava em si próprio como "pessoa".

Todos se viam como instrumentos de uma causa maior, razão pela qual estavam dispostos a morrer por ela.

Hoje, os seguidores de Koresh estão por todo lado, o que só confirma a tese de que o declínio das religiões tradicionais cria metástases nos lugares mais improváveis. A seita de Koresh foi uma delas. Exagero?

Não creio. Anos atrás, o escritor Shadi Hamid contava na Atlantic que, entre 1937 e 1998, os Estados Unidos eram um caso raro no Ocidente secular: 70% dos americanos ainda frequentavam a igreja, uma cifra impensável na Europa.

Nas duas décadas seguintes, esse valor desceu para menos de 50% do anterior.

Ao mesmo tempo, e durante esse mesmo período, a intensidade ideológica aumentou drasticamente, até chegarmos ao cenário atual, em que os radicais dos dois lados acreditam que estão a combater o demônio, não a discutir as melhores políticas para o país.

O "wokeism" é essa forma de religiosidade, com suas inquisições acadêmicas e culturais; o nacionalismo da direita, com a apologia do nativismo e do sangue, é outra forma pagã de adoração espiritual.

E, nesse caldo infecto, é justo reconhecer que a direita radical leva vantagem na conquista e no exercício do poder: já teve o seu presidente entre 2016 e 2020, e o presidente, segundo parece, escolheu Waco, no Texas, para o primeiro comício da sua nova campanha eleitoral. Coincidência?

Não há coincidência: escolher Waco seria sempre simbólico. Fazê-lo no 30º aniversário da tragédia tem um significado ainda maior.

E o Donald não desperdiçou a oportunidade. Segundo a imprensa, ele fez uma apologia da invasão do Capitólio; declarou-se vítima de um sistema corrupto; prometeu morte e destruição caso seja preso; e declarou 2024 como "a batalha final" para recuperar a América dos seus inimigos.

Longe de mim declarar que o ex-presidente Donald Trump é a encarnação de David Koresh.

Pelo contrário: a loucura de Koresh era genuína; em Trump, nada ali é genuíno.

Meu ponto é outro: como um parasita talentoso, ele alimenta e se alimenta do tipo de energias sombrias que, naquele lugar, 30 anos atrás, tomaram proporções dantescas.

Ele sabe, no fundo, que a vontade de crença não desapareceu. E que os votos dos apocalípticos ainda explicam, em parte, sua vantagem em todas as pesquisas sobre aquele que é visto como melhor candidato republicano para 2024.

Trinta anos depois dos eventos de Waco, o fantasma da Babilônia americana ainda é um sucesso de bilheteria.

seg. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

A atriz Sol Faganello, em primeiro plano, em cena da peça 'Senhora X, Senhorita Y', em cartaz no teatro Arthur Azevedo, em São Paulo Maria Fanchin/Divulgação

Peça revê Strindberg com paixão lésbica explosiva

'Senhora X, Senhorita Y' subverte 'A Mais Forte', texto clássico do autor, com os dilemas dos amores contemporâneos

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO De todo desejo negado nasce um medo. E há quem viva assim, acorrentada, cultivando fantasmas, como se enganasse o destino. É uma queda de braço, eu contra eu, você contra você mesmo.

Ou duas mulheres em cena, que poderiam ser uma só, como na peça "Senhora X, Senhorita Y", escrita pelo Damas Coletivo, agora em turnê com passagem por São Paulo.

Em cena, duas forças se chocam. De um lado, está Senhora X, personagem de Ana Paula Lopez, mulher casada, recatada e conservadora, que aceita o comportamento feminino imposto pelo patriarcado.

Do outro, Senhorita Y, papel de Sol Faganello, imerge nos debates contemporâneos, sendo feminista e atrás do seu desejo, livre de amarras.

Ao longo da peça, acompanhamos a descoberta da real identidade da Senhorita Y, que se declara lésbica.

Desde o início, Senhora X teme a opositora, amante do marido. Ao longo do texto, o medo, que à primeira vista seria da outra, se multiplica e volta para a personagem.

"Senhora X, Senhorita Y" é paráfrase do clássico "A Mais Forte", do dramaturgo sueco August Strindberg, de 1889.

"É uma explosão do texto de Strindberg, tirando duas mulheres do contexto de competição e dos papéis de mulher ou amante, como a obra, hoje datada, propunha", afirma a diretora Silvana Garcia.

Não à toa, as personagens são intercambiáveis. As atrizes trocam de papéis ao longo da peça, cada uma vivendo na pele as angústias da outra.

Com "A Mais Forte", Strindberg deu um passo determinante no seu chamado teatro íntimo, contando uma história numa única cena.

Na véspera de Natal, uma mulher vai à casa de chá e encontra a rival na carreira de atriz, e amante do marido.

Então, desata a falar sobre as conquistas da sua vida para a inimiga, numa disputa para quem seria a mulher mais forte entre as duas.

Embora as duas atrizes estejam em cena, a peça de Strindberg é um monólogo exemplar —a amante fica o tempo todo em silêncio.

Nascido em Estocolmo, em 1849, Strindberg é autor de clássicos do teatro ocidental, como "Senhorita Júlia", de 1951, e "Mestre Olof". Escreveu mais de 60 peças e 30 livros.

Ao lado de Henrik Ibsen e Hans Christian Andersen, é um dos autores centrais da Escandinávia, tendo influenciado Eugene O'Neill, Ingmar Bergman e Jorge Luis Borges.

"Ele tinha uma visão misógina", afirma Garcia, a diretora. "Para Strindberg, a mulher casada é sempre melhor, a mulher que venceu na vida."

Já em "Senhora X, Senhorita Y", que estreou ainda em 2018, as duas personagens falam, sendo que, quando fala, Y soa verborrágica, rompendo séculos de silenciamento.

Durante a pandemia, a peça ganhou uma versão online e enfrentou os desafios da descoberta de uma linguagem híbrida, incorporando alguns elementos do cinema.

Além das atrizes em cena, Camila Couto se vale de instrumentos da cozinha, lugar historicamente ocupado pelas mulheres, para uma performance musical. São garfos, facas e batedeiras que interagem com o que ocorre no palco.

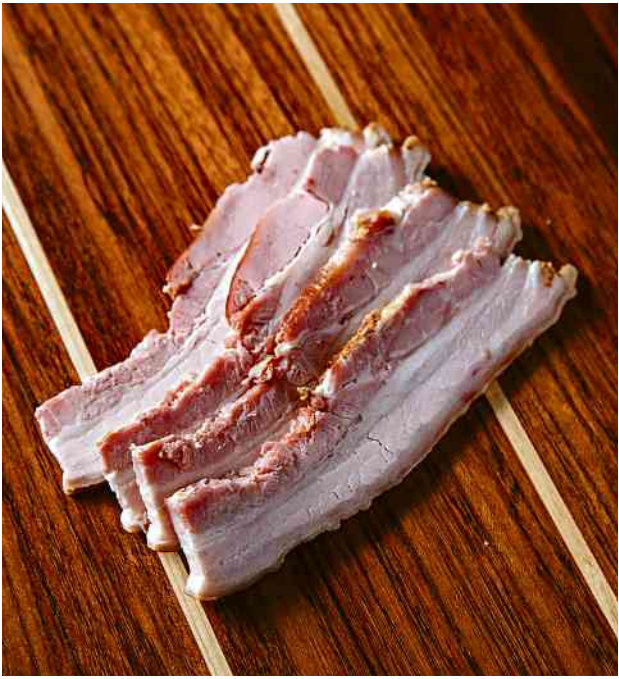
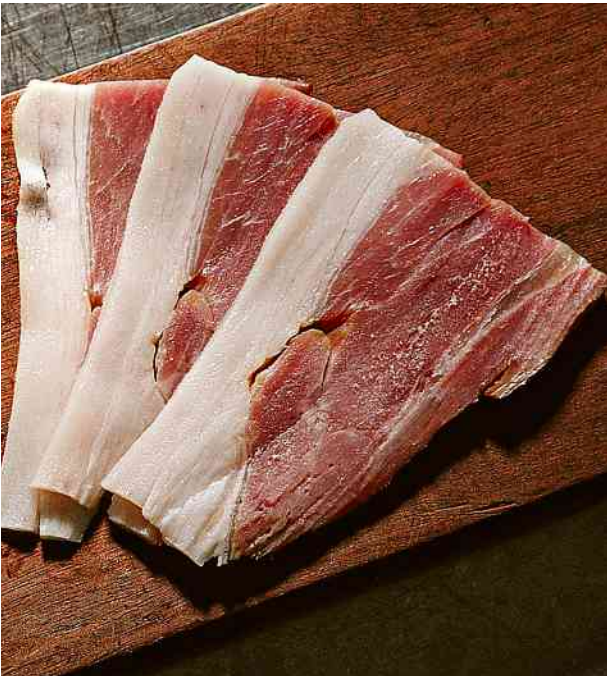
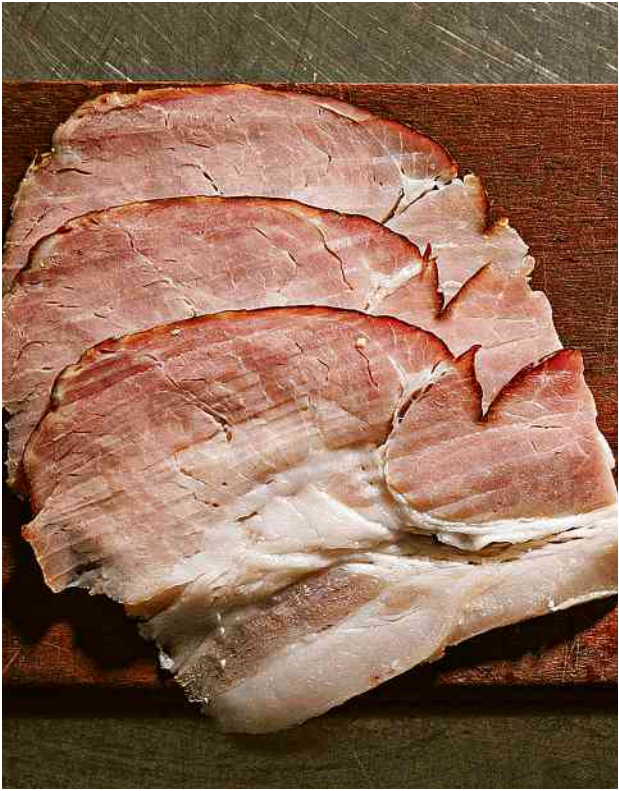
Em dado momento, Couto entoa uma composição própria. Noutro, as atrizes se juntam para interpretar um hit radiofônico, daqueles melosos que versam sobre o desamor.

"A música ora sublinha o que fazemos em cena, ora dita as marcações no texto, imprimindo o próprio ritmo da que se desenrola", diz Faganello.

Senhora X, Senhorita Y
Direção: Silvana Garcia. Com: Sol Faganello e Ana Paula Lopez. Teatro Arthur Azevedo - av. Paes de Barros, 955, São Paulo. 12 anos. Qui. a sáb., 20h; dom., 18h. Até 9 de abril. Grátis

comida

Após novas regras, saiba quais são os usos para os diferentes tipos de bacon

Norma determina que só o corte da barriga do porco pode receber essa nomenclatura no Brasil

Bacon de costela, que tem menos sal que os demais Gabriel Cabral/Folhapress

Bacon de paleta, que tende a ser mais escuro Fotos Bruno Santos/Folhapress

Bacon de lombo, que tem um formato mais cilíndrico

Bacon de barriga, corte que pode ser denominado só como bacon

COMO O BACON É FEITO

Tanto o bacon quanto as suas variações são feitas a partir de peças inteiras da carne suína

1. Salga
A peça entra em contato prolongado com o sal

2. Cura
O aconselhável, nesta segunda fase, é que a carne esteja gelada para minimizar a contaminação

As peças devem ser esfregadas com a cura úmida ou seca (sal, açúcar e pimenta, e, eventualmente, nitrato de sódio e nitrito de sódio para conservação)

Posteriormente, as peças são dispostas em caixa de plástico cobertas com película de plástico

Depois de curadas, as peças devem ser bem lavadas para retirar o excesso de sal

3. Defumação
O bacon é defumado por 8 a 12 horas na modalidade a frio. Na defumação a quente, o tempo é de 6 a 8 horas

Amanda Lemos

SÃO PAULO Em fevereiro deste ano, a população brasileira descobriu que existe mais de um tipo de bacon no mercado.

É porque uma portaria do Ministério da Agricultura passou a definir que os cortes autênticos provêm apenas da barriga do porco —portanto, só esses podem se denominar "bacon"; todos os demais precisam agora deixar claro de onde foram extraídos e passam a ser denominados como"bacon de costela" ou "bacon de paleta", por exemplo.

As novas regras de fabricação e venda do bacon começaram a valer no dia 9 de fevereiro, e as empresas têm o prazo de um ano para se adaptar. De acordo com o ministério, a mudança busca uniformizar a identificação do alimento.

A portaria também estabeleceu regras sobre os seus ingredientes. Agora a elaboração do bacon pode ter carboidratos mono e dissacarídeos, condimentos e especiarias, além de aditivos alimentares.

Em linhas gerais, tanto o bacon quanto as suas variações são feitos da mesma forma.

A primeira etapa é a salga da peça. Em seguida, vem o processo da cura, que é quando a proteína fica repousando durante, pelo menos, uma semana. Após o repouso, a peça deve ir para o defumador, onde fica por, no mínimo, oito horas. Depois de curadas, as peças devem ser bem lavadas para que se retire o excesso de sal.

Mas como saber qual bacon é qual? O bacon de barriga é um corte no qual gordura e carne estão entrelaçadas ou "marmorizadas", afirma Tuca Mezzomo, chef do Charco, restaurante no bairro dos Jardins, na capital paulista, que tem o título de Bib Gourmand pelo Guia Michelin. Já os outros cortes apresentam uma característica em comum: carne e gordura estão separadas.

A sequência de um bacon tradicional acompanha uma linha de carne rosada e clara com a parte inferior mais escura, diz o chef consultor Carlos Siffert, professor da escola de gastronomia Wilma Kovesi, também em São Paulo.

A reportagem convidou os dois chefs a experimentar os diferentes tipos de bacon para entender suas características e sugerir o que fazer com cada corte. Veja as sugestões.

*

BACON DE PALETA

Esse tipo, explicam os chefs, tem a estrutura do músculo mais achatada. O corte da carne, que fica na parte superior do membro anterior do suíno, tem uma coloração mais escura e uma camada mais fina de gordura. A coloração, dizem, também depende de como foi feita a cura e defumação.

Tuca Mezzomo sugere aquecê-lo rapidamente no micro-ondas durante dez segundos. Para quem não tiver um micro-ondas, pode colocá-lo na água até levantar fervura. Retire-o e coloque dentro do pão.

Outra opção é consumi-lo in natura, junto com uma tábua de embutidos. "O bacon já está curado e defumado, não há problema em comê-lo", diz Carlos Siffert.

BACON DE LOMBO

A diferença dessa modalidade é perceptível. O corte, que está acima da barriga do porco, tem formato cilíndrico e quase nenhuma gordura entremeada. Assim como o de paleta, ele tem uma fina camada de gordura separada da carne.

Siffert recomenda usá-lo em sanduíches, in natura ou dourado em frigideira. Também é um bom corte para acompanhar ovos beneditinos —ovos escalfados, um pedaço do bacon e molho holandês, montados em uma fatia de pão.

BACON DE COSTELA

Esse é o corte que mais chamou a atenção dos chefs. Fica próximo à barriga, na parte superior lateral do porco. Este bacon tem menos sal do que os demais, condimentação mais suave, e é mais delicado, inclusive na defumação.

Apesar de estar próximo ao corte da barriga, ele tem bem menos gordura (cerca de 5%), e o restante é carne pura.

"Basicamente, é uma costela defumada, ótima para incluir em caldos, cozidos, feijão, etc., e ainda melhor se houver osso na peça, pois vai agregar ainda mais sabor", diz Mezzomo.

RECEITAS DO MARCÃO | *Marcos Nogueira*
folha.com/receitasdomarcao

Macarronada 'da mamma' fica mais fácil se feita na panela de pressão

Acho lindo quando você vai a um restaurante e topa, no cardápio, com um molho de tomate cozido por seis ou oito horas. Mamma mia! Quem tem tempo e gás para deixar a panela no fogo por tanto tempo?

Restaurantes, é claro. E, ainda assim, apenas se você acatar a veracidade da alegação do cardápio em questão.

Para nós, humanos com preocupações que vão além da comida, a tecnologia traz atalhos. E nem é uma tecnologia tão avançada. Ela atende pelo nome de panela de pressão.

A pressão é uma aliada de enorme valor para reduzir o tempo de preparo de alimentos que, em condições normais, demoram um século para ficar prontos. Ela eleva a temperatura de ebulição da água, o que acelera o processo.

Recorri à panela de pressão para cozinhar o ragu napolitano. É a famosa macarronada "da mamma", um molho de tomate com carnes que, de acordo com a receita tradicional, deve ficar pelo menos quatro horas no fogo lento.

Isso porque as carnes usadas são os pedaços mais baratos e rijos —e também mais saborosos— do boi e do porco.

Do boi, aconselho usar partes como a costela, o coxão duro, o acém e o peito. Do porco, vamos de copa-lombo, costela, barriga ou joelho. E uma linguicinha calabresa toscana.

O preparo do ragu napolitano é um passeio quando você se dobra à panela de pressão —sei que muita gente não gosta, e há até quem tenha medo de explosões. Você faz um refogadinho rápido, joga o tomate, tampa a panela e pode ir cuidar da vida enquanto a traquitana chia e apita.

Fica idêntica à receita que te obriga a passar o dia todo no fogão? Sou incapaz de dizer, pois nunca me submeti a esse calvário. Só posso dizer que a macarronada fica boa demais.

Prato com ragu napolitano
Marcos Nogueira/Folhapress

Rigatoni ao ragu napolitano

Rendimento: 4 a 5 porções
Dificuldade: fácil

Ingredientes

- 1 colher (sopa) de banha ou óleo vegetal
- 800 g de carne bovina e/ou suína, em pedaços médios
- 1 cebola picada
- 2 dentes de alho picados
- 700 g de polpa de tomate (ou 2 latas de tomate pelado)
- 150 ml de vinho tinto seco
- 500 g de rigatoni
- Sal, pimenta-do-reino, manjericão e queijo ralado a gosto

Modo de fazer

- Na panela de pressão, aqueça a gordura em fogo alto. Doure todos os lados dos pedaços de carne, sem empilhá-los (trabalhe em etapas se necessário). Reserve.
- Refogue a cebola e o alho. Devolva a carne e misture. Acrescente o tomate e o vinho. Tampe a panela.
- Quando a panela pegar pressão, reduza o fogo e deixe cozinhar por 1 hora.
- Cozinhe o macarrão de acordo com as instruções da embalagem. Alivie a pressão da panela e ajuste o sal e a pimenta.
- Misture o macarrão ao molho. Junte um punhado de folhas de manjericão. Sirva a macarronada com queijo ralado à parte.

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

Sede Administrativa

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://correio.rac.com.br/publicidadelegal; b) https://www.sanasa.com.br/conteudo/demonstracoes.aspx?f=V; c) https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx?tipoconsulta=CVM&codigoCVM=16241

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA ou Companhia) submete à apreciação dos seus acionistas o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acompanhadas das notas explicativas, parecer do Conselho Fiscal, relatório dos auditores independentes e relatório anual resumido do Comitê de Auditoria Estatutário.

Mensagem da Administração

O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades econômicas, com o avanço da vacinação contra a Covid-19 e fim de muitas restrições, que limitavam o funcionamento e capacidade de ocupação de instituições de ensino, estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. Por outro lado, vivenciamos um ambiente macroeconômico conturbado, com destaque para o aumento da taxa Selic, que atingiu o patamar de 13,75%, impactando negativamente o resultado financeiro de muitas empresas.

A Companhia obteve uma performance positiva nos seus indicadores financeiros, registrando um crescimento da receita operacional líquida na ordem de 17,68% em comparação a 2021, e avanço do EBITDA em 19,68% no mesmo período. Diante desse crescimento, os indicadores de rentabilidade também apresentaram resultados positivos, como o retorno sobre o patrimônio líquido, que chegou a 20,07% em 2022.

No tocante ao relacionamento com os clientes, mantivemos a isenção da cobrança da tarifa de água e esgoto para as famílias de baixa renda, cadastradas na tarifa social, que consomem até 10 metros cúbicos, beneficiando uma população de cerca de 88 mil habitantes.

A busca da SANASA pela universalização do saneamento no município de Campinas foi marcada pela melhoria e ampliação dos serviços, crescimento da população atendida, aumento da rede de abastecimento de água e da coleta de esgoto com investimentos de mais de R$ 132 milhões em 2022. Foram mais de oito mil novos acessos aos serviços de fornecimento de água tratada e mais de cinco mil aos serviços de coleta e afastamento de esgoto.

Para assegurar a universalização do saneamento e a excelência na prestação dos serviços de saneamento, o Conselho de Administração da SANASA aprovou o plano de investimentos para os próximos cinco anos, com aportes que serão suportados pela captação de recursos no mercado e pela geração de caixa da Companhia.

Chegamos ao final de 2022 preparados para demonstrar nossa capacidade de geração de valor aos *stakeholders*, com resiliência para vencer os desafios, mantendo o compromisso de contribuir para a qualidade de vida da população, atendendo com excelência às necessidades de saneamento básico de Campinas e região.

1. Perfil Corporativo

A SANASA é responsável pelo serviço de abastecimento de água (captação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável) do município de Campinas, Estado de São Paulo. A empresa capta água dos Rios Atibaia (98,61%) e Capivari (1,39%) para abastecer toda a cidade.

Atualmente, a SANASA atende com água potável encanada 99,81% da população urbana de Campinas, por meio de cinco estações de tratamento que possuem capacidade de tratamento de até 4.600 litros/segundo. O volume de água potável produzido em 2022 foi de mais de 100 milhões de metros cúbicos, transportado por meio de 4.818,91 km de adutoras e redes de distribuição e armazenado em 73 reservatórios distribuídos pela cidade (26 elevados e 47 semienterrados), com capacidade total de 142.098,37 m³. Esse sistema contempla 382.901 ligações de água e 535.972 economias, todas equipadas com hidrômetros.

Além disso, a Companhia também é responsável pelo sistema de esgotamento sanitário, que atende a 96,42% da população urbana da cidade, com 353.446 ligações e 488.622 economias, por meio de 4.428,59 km de redes, emissários e interceptores, além de 117 Estações Elevatórias de Esgoto, 21 Estações de Tratamento de Esgoto e 2 Estações de Produção de Água de Reúso (EPAR). A capacidade instalada de tratamento de esgoto é de 95%, e do esgoto coletado, 90,04% são tratados.

Indicadores	Quantidade	Unidade
Gerais		
População do Município de Campinas (*)	1.223.237	Habitantes
Número de Empregados Próprios (SANASA) em 31/12/2022	2.137	Funcionários
Número de Empregados Terceirizados em 31/12/2022	1.399	Funcionários
Agências de Atendimento ao Público	10 fixas e 2 móveis	Unidade
Água		
População Atendida com Água	99,81%	Percentual
Economias de Água	535.972	Unidade
Ligações de Água	382.901	Unidade
Extensão da Rede de Água	4.818,91	km
Volume de Água Captada e Bombeada (acumulado em 2022)	106.762.213	m³
Volume de Água Tratada e Distribuída (acumulado em 2022)	100.405.026	m³
Volume de Outorga Rio Atibaia	4.700	l/s
Volume de Outorga Rio Capivari	366,67	l/s
Volume Faturado de Água	88.067.409	m³
Captações de Água	2	Unidade
Estações de Tratamento de Água (ETAs)	5	Unidade
Capacidade de Tratamento das ETAs	4.600	l/s
Estação de Tratamento de Lodo de ETAs (ETL)	1	Unidade
Centros de Reservação e Distribuição	42	Unidade
Reservatórios	73	Unidade
Volume de Reservação	142.098,37	m³
Índice de Perdas na Distribuição (IPD)	20,19%	Percentual
Índice de Perdas de Faturamento (IPF)	10,73%	Percentual
Esgoto		
População Atendida com Coleta e Afastamento de Esgoto	96,42%	Percentual
Capacidade Instalada de Tratamento de Esgoto	95,00%	Percentual
Índice de Tratamento de Esgoto	90,04%	Percentual
Economias de Esgoto	488.622	Unidade
Ligações de Esgoto	353.446	Unidade
Extensão da Rede de Esgoto	4.428,59	km
Volume Faturado de Esgoto	77.450.987	m³
Estações Elevatórias de Esgoto (EEEs)	117	Unidade
Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs)	21	Unidade
Estações de Produção de Água de Reúso (**)	2	Unidade

* Estimativa IBGE 2021 - O IBGE está em fase final do Censo 2022.
** 1 em fase de operação e 1 em fase de pré-operação.

2. Desempenho Econômico-financeiro

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 17,68%, quando comparada ao ano de 2021, influenciada, principalmente, pelos seguintes fatores: reajuste tarifário de 15,92% para as tarifas de água e esgoto e de 10,74% para os demais serviços, com vigência a partir de fevereiro de 2022, conforme Resolução ARES-PCJ nº 409/2021; ampliação do número de clientes, sendo 8.152 novos acessos ao serviço de fornecimento de água tratada e 5.834 aos serviços de coleta e afastamento de esgoto sanitário; término das restrições das aulas presenciais nas instituições de ensino; e fim das limitações de horários de funcionamento e de capacidade de ocupação dos estabelecimentos de comércio e de prestação de serviços.

A estrutura tarifária da Companhia é dividida em categorias residencial, comercial, pública e industrial. A receita é composta majoritariamente pela prestação de serviços a clientes residenciais no município de Campinas, representando 64,68% das receitas de água e 62,68% das receitas de esgoto.

O EBITDA (*Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*), que representa a geração de caixa operacional, atingiu a importância de R$ 291.883 mil em 2022, contra R$ 243.884 mil no ano anterior, o que representa um crescimento de 19,68%. A margem EBITDA, que é calculada por meio da divisão do EBITDA pela Receita Líquida, atingiu 26,07% em 2022, ante 25,63% em 2021. Esse resultado positivo é decorrente do crescimento de 17,68% na receita operacional líquida, ao passo que os custos e despesas operacionais (sem o efeito das depreciações, e líquido das outras receitas) tiveram um aumento de 17,00%.

Vale ressaltar que a Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí publicou, em 29 de dezembro de 2022, a Resolução ARES-PCJ nº 473, que revisa os valores das tarifas de água e esgoto da Companhia em 9,04%, e reajusta os valores dos preços públicos dos demais serviços em 7,17%, a partir de fevereiro de 2023.

Reconciliação do EBITDA (R$ mil)	2019	2020	2021	2022
Resultado Líquido do Exercício	**179.185**	**146.914**	**93.096**	**119.811**
(±) Tributos sobre o lucro	15.466	9.340	6.400	9.655
(+) Resultado financeiro	52.529	21.865	73.076	92.262
(+) Depreciações e amortizações	75.872	74.394	71.312	70.155
(=) EBITDA	**323.052**	**252.513**	**243.884**	**291.883**
(÷) Receita Operacional Líquida	970.090	907.244	951.540	1.119.809
(=) Margem EBITDA (%)	**33,30%**	**27,83%**	**25,63%**	**26,07%**

A SANASA registrou um crescimento de 28,70% no lucro líquido, que foi de R$ 119.811 mil em 2022 (R$ 93.096 mil em 2021). A margem líquida, calculada por meio da divisão do resultado líquido pela receita operacional líquida, foi de 10,70%, ante uma margem líquida de 9,78% apurada no ano de 2021.

Em 2022, a composição do endividamento, que evidencia o percentual de obrigações de curto prazo em relação às obrigações totais, foi de 31,29%, frente ao índice de 25,44% registrado no ano anterior.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido foi de 20,07%, ante uma rentabilidade de 16,73% obtida no ano anterior.

A dívida líquida, que se refere ao total de empréstimos e financiamentos deduzido das disponibilidades, apresentou um acréscimo de 0,86%, passando de R$ 691.465 mil em 2021, para R$ 697.388 mil em 2022. A razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA, que mede o índice de alavancagem, foi reduzida de 2,84 vezes, em 2021, para 2,39 vezes em 2022.

Em 2022, a SANASA gerou R$ 873.527 mil em valores tangíveis para a sociedade, que representa um acréscimo de 25,73% em relação à distribuição do valor adicionado de 2021. Esse número engloba pagamento de tributos, juros, aluguéis, remuneração e benefícios a empregados e administradores, além da remuneração aos acionistas. Dos valores adicionados e não distribuídos, destaca-se o lucro líquido do exercício não distribuído, que em 2022 foi de R$ 64.806 mil. Esse montante é utilizado para investimentos em políticas públicas de saneamento, trazendo benefícios para toda a sociedade.

O índice de inadimplência total, que corresponde ao faturamento vencido e não arrecadado no período de um ano, atingiu 7,01% em 2022, superior ao índice de 5,92% apurado em 2021.

3. Investimentos (CAPEX)

A SANASA realizou um montante de investimentos de R$ 132.225 mil em 2022, inferior em 28,58% ao valor efetivado no ano anterior (R$ 185.132 mil), sendo 65,06% destinados às obras de abastecimento de água, 26,17% aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto e os 8,77% restantes aplicados em outros investimentos. Do investimento total, 42,82% foram financiados com recursos de terceiros e 57,18% com recursos próprios.

Nos sistemas de abastecimento de água foram investidos R$ 86.027 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): construção de sistema de equalização de água de lavagem de filtros e decantadores das estações de tratamento de água 1 e 2; obras da subadutora PUCC e derivações; reservatórios e CRD's nos bairros Jardim Conceição, Parque Jambeiro, João Erbolato, Nova Europa, Paranapanema, PUCC 2, Sousas, Santa Terezinha, Taquaral, Parque Oziel/Monte Cristo, Campo Grande, Real Parque; sistemas de abastecimento nos bairros Bananal, Gargantilha e Monte Belo; construção de subestação de 138 kV na captação do rio Atibaia; substituição de redes nos bairros Jardim Garcia, Vila Pe. Manoel da Nóbrega, Jardim Pauliceia, Jardim São Vicente, Jardim São Pedro, Jardim São Gabriel, Vila Tupi, Vila Georgina, Jardim Samambaia, Jardim Esmeraldina, Jardim Dom Vieira, Jardim Leonor, Bonfim, Jardim Botafogo, Vila Castelo Branco, Vila Independência, Cidade Jardim, Jardim do Lago I, Jardim Novo Campos Elíseos, Vila Pompeia, Vila Boa Vista, Jardim Eulina, Jardim Santana, Jardim Bela Vista, Distrito de Sousas e na Av. Luiz de Tella no Distrito de Barão Geraldo.

No que se refere aos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgoto foram investidos R$ 34.603 mil, com destaque para a execução das seguintes obras (concluídas e/ou em andamento): interceptor de esgoto em método não destrutivo (MND) da ETE Ciatec para EPAR Boa Vista; execução de rede de esgoto e direcionamento ao sistema de tratamento no bairro Chácara Santo Antonio do Maracaju; sistema de esgotamento sanitário do Núcleo Residencial Santo Antônio; sistema de esgotamento do Capivari II; sistema de esgotamento sanitário do Jardim Lisa II e sistema de esgotamento sanitário Chácara Gramado II e região.

Em 31/12/2022, o imobilizado da Companhia, líquido das depreciações, atingiu o montante de R$ 1.349.093 mil.

4. Desempenho Operacional

Em 2022 a SANASA alcançou um volume faturado de água de 88.067 mil m³, 0,87% superior ao apurado no ano de 2021. O Índice de Perdas na Distribuição (IPD), que representa o percentual do volume de água tratado e não consumido, foi de 20,19% em 2022, bem abaixo da média de perdas das empresas de saneamento brasileiras (40,25%, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS de 2021). Já o Índice de Perdas de Faturamento (IPF), que indica o percentual do volume de água tratado e não faturado, atingiu a marca de 10,73% em 2022, também inferior à média de perdas de 37,56% das empresas brasileiras, segundo o SNIS.

Nos quadros a seguir são demonstrados os volumes faturados de água e esgoto dos últimos quatro anos, segregados por categoria de consumidores, em milhares de m³, bem como a variação percentual anual do mesmo período.

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Água (milhares de m³)				Variação %		
	2019	2020	2021	2022	2020 × 2019	2021 × 2020	2022 × 2021
Residencial	73.002	73.795	77.471	77.081	1,09%	4,98%	-0,50%
Comercial	8.722	7.704	8.030	8.639	-11,67%	4,23%	7,58%
Pública	2.498	1.305	1.361	1.876	-47,76%	4,29%	37,84%
Industrial	507	466	448	471	-8,09%	-3,86%	5,13%
Total	**84.729**	**83.270**	**87.310**	**88.067**	**-1,72%**	**4,85%**	**0,87%**

Categoria de Consumidores	Volume Faturado de Esgoto (milhares de m³)				Variação %		
	2019	2020	2021	2022	2020 × 2019	2021 × 2020	2022 × 2021
Residencial	64.039	64.754	67.749	67.238	1,12%	4,63%	-0,75%
Comercial	8.164	7.164	7.452	8.182	-12,25%	4,02%	9,80%
Pública	1.738	1.313	1.320	1.597	-24,45%	0,53%	20,98%
Industrial	512	422	448	434	-17,58%	6,16%	-3,13%
Total	**74.453**	**73.653**	**76.969**	**77.451**	**-1,07%**	**4,50%**	**0,63%**

5. Relacionamento com os Colaboradores

A SANASA conta atualmente com 2.137 empregados próprios contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em 2022, 88 empregados se desligaram da Companhia, sendo 30,68% através do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), que se trata de um importante instrumento para valorização e reconhecimento da dedicação e história de cada empregado.

Em sua maioria os empregados são do gênero masculino, brancos e possuem, em média, 47 anos de idade. O tempo médio dos empregados na Companhia é de 17 anos. As mulheres representavam 19,19% do total de empregados e ocupavam 31,91% dos cargos de liderança. Já os negros e pardos ocupavam 27,66% do efetivo e 7,80% dos cargos de liderança. Além disso, a Companhia propicia oportunidade de trabalho a 44 estagiários e 61 jovens aprendizes. A rotatividade de pessoal (*turnover*) em 2022 foi de 4,31%.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

A Companhia está sujeita a uma Política para Contratação de Serviços Extra Auditoria, aprovada pelo Conselho de Administração em 18/12/2018, que se consubstancia em princípios que preservam a independência do auditor. A referida política disciplina os procedimentos de contratação envolvendo a atual empresa de auditoria independente para a realização de serviços extra auditoria, estabelecendo, dentre outras coisas, que a contratação deverá ser submetida à aprovação do Comitê de Auditoria Estatutário. Tal documento define, ainda, uma lista de serviços não relacionados à auditoria externa cuja contratação é vedada.

Em 2022, a SANASA pagou à TATICCA Auditores Independentes S.S. uma remuneração total de R$ 69,3 mil, sendo: R$ 51,3 mil para a prestação de serviços de auditoria contábil das demonstrações financeiras; R$ 12 mil pela auditoria do relatório de sustentabilidade e balanço social do exercício de 2021; e R$ 6 mil pela revisão do relatório operacional em forma longa do exercício de 2021, para atender as exigências do contrato nº 150167-52 firmado com a Caixa Econômica Federal, cláusula 6ª, subitem 6.2.3. A TATICCA Auditores Independentes S.S. nos comunicou que a prestação dos serviços não relacionados à auditoria das demonstrações financeiras não afetou a sua independência e integridade necessárias à execução dessa atividade.

continua ›››

CENTRO DE ATENDIMENTO SANASA

A VIDA EM PRIMEIRO

Centro de atendimento Sanasa

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

SANASA CAMPINAS

PREFEITURA DE CAMPINAS

continuação ›››

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	2022	2021
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	81.884	84.994
Contas a receber e fornecimentos a faturar	227.219	207.024
Estoques	20.840	16.670
Impostos e contribuições a compensar	730	3.197
Antecipações salariais	3.963	3.286
Despesas antecipadas	1.174	681
Outras contas a receber	347	131
Total do Ativo Circulante	**336.157**	**315.983**
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Bancos - contas vinculadas	14.893	13.034
Contas a receber de clientes	36.433	78.632
Ativos fiscais diferidos	8.959	8.360
Depósitos judiciais	62.460	29.603
Outras contas a receber	2.143	980
Total do Realizável a Longo Prazo	**124.888**	**130.609**
Investimentos	**262**	**252**
Imobilizado	**1.349.093**	**1.247.680**
Intangíveis	**30.374**	**28.043**
Total do Ativo Não Circulante	**1.504.617**	**1.406.584**
TOTAL DO ATIVO	**1.840.774**	**1.722.567**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021
CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	150.310	116.779
Fornecedores	72.836	45.190
Salários e encargos sociais	92.743	54.040
Impostos e contribuições a recolher	19.204	19.704
Provisões para benefícios a empregados	18.065	13.288
Dividendos e JCP a pagar	6.263	28.346
Receitas diferidas	9.326	10.251
Débito faturamento residencial - ARES PCJ 352/2020	1.922	2.131
Outras contas a pagar	7.037	5.878
Total do Passivo Circulante	**377.706**	**295.607**
NÃO CIRCULANTE		
Empréstimos e financiamentos	628.962	659.680
Tributos diferidos	6.931	11.327
Receitas diferidas	150.520	159.502
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	4.965	3.715
Provisões para benefícios a empregados	36.467	30.876
Outros	1.536	1.466
Total do Passivo Não Circulante	**829.381**	**866.566**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social realizado	508.210	453.185
Reservas de capital	1.946	3.399
Reservas de lucros	90.401	79.167
Dividendo adicional proposto	48.742	26.659
Outros resultados abrangentes	(15.612)	(2.016)
Total do Patrimônio Líquido	**633.687**	**560.394**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**1.840.774**	**1.722.567**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto, resultado por ação em reais)

	2022	2021
Receitas de Vendas e Serviços	**1.119.809**	**951.540**
Custos dos Serviços Vendidos	**(602.018)**	**(528.598)**
Resultado Bruto	**517.791**	**422.942**
Despesas/Receitas Operacionais		
Despesas com vendas	(129.728)	(106.353)
Despesas administrativas	(224.842)	(182.932)
Outras despesas/receitas operacionais	58.507	38.915
	(296.063)	**(250.370)**
Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	**221.728**	**172.572**
Resultado Financeiro		
Receitas financeiras	53.783	27.654
Despesas financeiras	(146.045)	(100.730)
	(92.262)	**(73.076)**
Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	**129.466**	**99.496**
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(13.304)	(6.683)
Diferido	3.649	283
	(9.655)	**(6.400)**
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**119.811**	**93.096**
Resultado por ação ordinária-básico e diluído	**0,24**	**0,21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Reservas de Lucros: Incentivos Governamentais	Reservas de Lucros: Para Investimentos	Reservas de Lucros: Legal	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Dividendo Adicional Proposto	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**453.185**	**3.399**	**22.742**	**58.170**	**15.168**	**–**	**–**	**–**	**552.664**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	93.096	–	–	**93.096**
Destinação do resultado do exercício:									
Ganhos e perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	(2.215)	**(2.215)**
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	199	**199**
Incentivos governamentais	–	–	11.587	–	–	(11.587)	–	–	**–**
Reserva legal	–	–	–	–	4.075	(4.075)	–	–	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(4.646)	–	–	**(4.646)**
Dividendos e juros de capital próprio	–	–	–	(55.004)	–	(23.700)	–	–	**(78.704)**
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	(26.659)	26.659	–	**–**
Reserva de lucros para investimentos	–	–	–	22.429	–	(22.429)	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**453.185**	**3.399**	**34.329**	**25.595**	**19.243**	**–**	**26.659**	**(2.016)**	**560.394**
Resultado do exercício	–	–	–	–	–	119.811	–	–	**119.811**
Destinação do resultado do exercício:									
Ganhos e perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	(14.941)	**(14.941)**
Tributos sobre ganhos e perdas atuariais	–	–	–	–	–	–	–	1.345	**1.345**
Incentivos governamentais	–	–	9.951	–	–	(9.951)	–	–	**–**
Reserva legal	–	–	–	–	5.493	(5.493)	–	–	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(6.263)	–	–	**(6.263)**
Dividendos e juros de capital próprio	–	–	–	–	–	–	(26.659)	–	**(26.659)**
Dividendo adicional proposto	–	–	–	–	–	(20.005)	20.005	–	**–**
Juros sobre capital próprio proposto	–	–	–	–	–	(28.737)	28.737	–	**–**
Reserva de lucros para investimentos	–	–	–	49.362	–	(49.362)	–	–	**–**
Capitalização de reservas	55.025	(1.453)	(34.329)	–	(19.243)	–	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**508.210**	**1.946**	**9.951**	**74.957**	**5.493**	**–**	**48.742**	**(15.612)**	**633.687**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
1 - RECEITAS	**1.184.847**	**1.013.838**
1.1) Abastecimento de água e saneamento	1.119.129	948.297
1.2) Prestação de serviços	42.785	38.816
1.3) Redes de água e esgoto	6.380	5.577
1.4) Outras receitas (despesas) operacionais	58.507	38.915
1.5) Receitas relativas à construção de ativos próprios	19.375	28.477
1.6) Perdas com créditos de liquidação duvidosa - Reversão/(constituição)	(61.329)	(46.244)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(294.948)**	**(275.398)**
2.1) Matérias-primas consumidas	(37.921)	(29.242)
2.2) Custos dos serviços vendidos	(183.360)	(185.213)
2.3) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(73.667)	(60.943)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**889.899**	**738.440**
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**(70.155)**	**(71.312)**
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	**819.744**	**667.128**
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**53.783**	**27.653**
6.1) Receitas financeiras	53.783	27.653
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**873.527**	**694.781**
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**873.527**	**694.781**
8.1) Empregados	**433.735**	**363.065**
8.1.1) Remuneração direta	310.790	259.537
8.1.2) Benefícios	100.639	84.823
8.1.3) F.G.T.S.	22.306	18.705
8.2) Tributos	**148.521**	**123.188**
8.2.1) Federais	137.402	114.929
8.2.2) Estaduais	4.642	3.192
8.2.3) Municipais	6.477	5.067
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	**171.460**	**115.432**
8.3.1) Juros	87.510	73.974
8.3.2) Aluguéis	25.415	14.702
8.3.3) Outras despesas financeiras	58.535	26.756
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	**119.811**	**93.096**
8.4.1) Juros sobre o capital próprio	35.000	23.700
8.4.2) Dividendos	20.005	31.305
8.4.3) Lucros Retidos	64.806	38.091

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021
Fluxos de caixas das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	129.466	99.496
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas Atividades Operacionais:		
Depreciações e amortizações	70.155	71.312
Custo das baixas do ativo imobilizado	313	212
Perdas com créditos de liquidação duvidosa	51.881	40.198
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	9.448	6.046
Tributos diferidos e a compensar	(4.995)	(472)
Juros sobre financiamentos	104.779	85.500
Subvenções governamentais realizadas	(9.952)	(11.584)
Encargos financeiros antecipados	1.476	1.476
Encargos financeiros arrendamentos	5.836	2.763
Juros sobre tributos parcelados	–	207
Variações monetárias sobre financiamentos	16.500	9.400
Ajustes dos planos de benefícios a empregados	(13.596)	(2.015)
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	1.250	(277)
Ajustes arrendamentos	(60.001)	–
	302.560	**302.262**
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber e fornecimentos a faturar	(39.815)	(63.310)
Estoques	(4.170)	16.075
Contas a pagar fornecedores	27.646	(30.433)
Contas a pagar a empregados ou por conta de empregados	16.767	(33.254)
Despesas antecipadas	(1.546)	(366)
Juros pagos	(103.549)	(82.503)
Imposto de renda e contribuição social	(7.688)	31.012
Depósitos vinculados	(1.859)	5.072
	(114.214)	**(157.707)**
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	**188.346**	**144.555**
Fluxos de caixa das Atividades de Investimento		
Compra de ativo imobilizado	(132.225)	(185.132)
Caixa líquido consumido pelas Atividades de Investimento	**(132.225)**	**(185.132)**
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamento		
Financiamentos obtidos	46.465	409.285
Arrendamentos	85.728	29.502
Encargos financeiros	(27.031)	(7.672)
Pagamentos de dividendos	(55.004)	(55.004)
Amortizações de financiamentos	(76.357)	(245.835)
Pagamento arrendamentos financeiros	(33.032)	(23.934)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas Atividades de Financiamento	**(59.231)**	**106.342**
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa	**(3.110)**	**65.765**
Saldo Inicial do Caixa e Equivalentes de Caixa	84.994	19.229
Saldo Final do Caixa e Equivalentes de Caixa	81.884	84.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. (SANASA ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto e sem ações negociáveis, desde 29 de abril de 1997, conforme registro obtido junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sob o código nº 1624-1. Constituída de acordo com a Lei Municipal nº 4.356, de 28 de dezembro de 1973, regulamentada pelo Decreto nº 4.437, de 14 de março de 1974, a SANASA possui participação majoritária da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e tem como finalidades principais planejar, executar e operar serviços públicos de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários no Município de Campinas.

Em consonância com a Lei Municipal nº 11.941, de 07 de abril de 2004, foram introduzidas alterações nos objetivos da SANASA, ampliando suas finalidades para: a) fiscalização de instalações prediais de água e esgotos dos imóveis situados no Município de Campinas; b) promoção de educação em saneamento, meio ambiente e áreas correlatas, difundindo os conhecimentos inerentes às suas atividades fins em ações integradas com o Município, Estado e União.

Através da Lei Municipal nº 13.007, de 18 de julho de 2007, os objetivos da SANASA tiveram novas alterações, ficando autorizada a prestar serviços em qualquer Município localizado no território brasileiro, bem como no exterior, além de poder participar de Companhias públicas ou de sociedades de economia mista, nacionais e internacionais, constituir subsidiárias e coligar-se ou participar de qualquer empresa privada ligada, direta ou indiretamente, ao saneamento básico.

A SANASA, por ser uma empresa de economia mista, não está sujeita à falência ou recuperação judicial, conforme disposto no artigo 2º, Inciso I, da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos Administradores da Companhia em 17 de fevereiro de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, conforme descrito na nota explicativa nº 4, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas, julgamentos e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota nº 11 - Ativo imobilizado e arrendamento
- Nota nº 12 - Ativo intangível
- Nota nº 13 - Empréstimos, financiamentos e arrendamentos
- Nota nº 17 - Provisões para benefícios a empregados
- Nota nº 18 - Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

a.1) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

continua ›››

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

SANASA CAMPINAS

PREFEITURA DE CAMPINAS

Estação de Tratamento de Água - ETA 3 e 4

continuação ›››

a.2) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

a.3) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação. Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades, para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia.

a.4) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida, ou de realizar o ativo e quitar o passivo, simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos.

A Companhia não mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar operações de antecipação de recebíveis com seus fornecedores.

a.5) Capital Social

a.5.1) Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

b) Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os instrumentos financeiros do grupo de "Empréstimos e Recebíveis", abrangem principalmente contas a receber e partes relacionadas. Já o grupo de "Custo Amortizado", abrange principalmente, fornecedores, empréstimos e financiamentos e partes relacionadas da Companhia. Para os instrumentos financeiros mensurados pelo "Valor justo por meio do Resultado" que abrangem caixa, equivalente de caixa e aplicações financeiras, a divulgação do valor justo está na nota explicativa nº 27.

c) Gerenciamento de risco financeiro

c.1) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes da Companhia.

c.2) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações, associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

c.3) Risco Operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

c.4) Administração de Capital

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a depósitos bancários, fundos de renda fixa e fundos de investimentos.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques.

e) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

e.1) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

e.2) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativo intangível

f.1) Ativos intangíveis com direitos de uso

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, representados por: a) Permissão de uso de solo e b) Direito de uso de *softwares*.

f.2) Amortização

A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto ao custo, deduzido o valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data que estes estão disponíveis para uso.

g) Ativos arrendados

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arredamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (valor abaixo de 5 mil dólares). Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa incremental no arrendamento.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

- Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamentos a receber;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;
- O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;
- O preço de exercício das opções de compra do bem, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e
- Pagamento de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

- O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra do bem, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.
- Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças do índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).
- O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesses casos, o passivo de arrendamento remensurável com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamentos revisados usando taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

Natureza dos arrendamentos da Companhia:

A Companhia arrenda uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE Capivari), com duração de 20 anos, no montante líquido de R$ 36.132 (passivo de arrendamento). O contrato deste arrendamento prevê que os pagamentos aumentem a cada ano pela inflação. No fim deste contrato todos os bens passarão a pertencer à Companhia, no estado que se encontram, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de tratamento de esgoto do Capivari, esta reversão será gratuita e automática, livre de quaisquer ônus ou encargos. A Companhia também aluga veículos de passageiros, vans, furgões, máquinas operatrizes, equipamentos e imóvel, no montante líquido de R$ 69.919. Em todos estes contratos, os prazos de aluguel não ultrapassam 5 anos. Não é prática da Companhia exercer a opção de compra do bem arrendado no final do contrato.

O contrato de aluguel de veículos dá o direito de usar os veículos para o prazo contratual estipulado. O arrendador deve substituir todos os veículos de imediato e de forma automática, quando completarem 120.000 quilômetros percorridos por outros veículos zero quilômetro nas mesmas condições estabelecidas no início do contrato.

h) Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios pós-emprego:

- Previdência privada;
- Assistência médica;
- Indenização por aposentadoria por invalidez; e
- Auxílio funeral.

Os referidos benefícios estão descritos na nota explicativa nº 17.

i) Redução ao valor recuperável - Impairment

i.1) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

i.2) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros, exceto os estoques e contribuição social diferida, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos, que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável a exigência de recursos econômicos para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas possíveis quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receitas Operacionais

k.1) Receita de abastecimento de água e saneamento

As receitas de serviços de abastecimento de água e saneamento são reconhecidas no resultado por ocasião do consumo de água ou pela prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos abatimentos, descontos e tributos incidentes sobre a mesma. A Companhia reconhece a receita quando satisfazer à obrigação de performance ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente.

k.2) Receita de prestação de serviços

As receitas de prestação de serviços incluem:

k2.1) Receita de Construções

As receitas de construções são reconhecidas pelo mesmo montante dos custos das construções, relativo a obras de sistemas de água e esgoto, repassados por empreendedores.

k2.2) Outras Receitas de Prestação de Serviços

Abrange as prestações de serviços ligadas ao abastecimento de água e coleta de esgoto, tais como: ligação de água e esgoto, religação de água, extinção de ligação, instalação de hidrômetros, teste de estanqueidade, análise de PH, aferição de hidrômetro, exame físico-químico e bacteriológico de água, vistoria para alvará de uso, etc.

k3) Receita de Redes de Água e Esgoto

Neste grupo são contabilizadas as receitas oriundas dos contratos de obras de redes de água e esgoto solicitados e pagos pelos consumidores.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

l) Subvenção governamental

A subvenção governamental relacionada a ativos é apresentada no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado. A receita de subvenção governamental é reconhecida em base sistemática e racional, ao longo da vida útil do ativo, e confrontada com as despesas correspondentes, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, ratificado pela Resolução CVM nº 96/2022.

m) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e atualizações monetárias sobre parcelamento da receita tarifária, prestações de serviços, aplicações financeiras, outras receitas e o desconto a valor presente das provisões e são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros, e são reconhecidas no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda, até janeiro de 2009, e a contribuição social sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir do dia 11 de fevereiro de 2009, a Companhia ficou desobrigada de apurar, provisionar e recolher imposto de renda, através do deferimento parcial da medida judicial de Imunidade Tributária.

A despesa com contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos. A contribuição social (corrente e diferida) é reconhecida no resultado a menos que esteja relacionada a itens diretamente relacionados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Contribuição Social ativa diferida é originada da diferença temporária entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil, que considera o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de contribuição social diferida são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o.1) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Companhia entende que todos os ajustes tributários efetuados na apuração da Contribuição Social não apresentam tema passível de questionamento pelas autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média das ações ordinárias no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, se aplicável, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação.

q) Informações por segmento

Dada a peculiaridade da Companhia, que atua em um setor considerado pela legislação como serviço público essencial, as decisões de investimentos estão pautadas, principalmente, pela responsabilidade social e ambiental. Desta forma, são considerados como único segmento os serviços públicos de água e esgoto. O fator principal que faz com que o controle gerencial da Companhia seja o conjunto das atividades de água e de esgoto é a existência de subsídio cruzado na prestação de serviços de fornecimento de água, coleta, afastamento e tratamento de esgoto. A Companhia não administra os resultados operacionais de água e esgoto separadamente e não possui informação financeira individualizada disponível.

r) Ajuste a valor presente

As contas a receber de contratos de prestação de serviços e parcelamento de contas de água, esgoto e prestação de serviço registrados no circulante e no não circulante são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de pagamento prefixada nas datas das respectivas transações.

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA), as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Alterações de normas que ainda não estão em vigor:

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022:

Alteração da norma IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de passivos como Circulantes ou Não circulantes: As alterações afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) e Declaração da Prática 2 da IFRS - Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis: A alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IAS 12 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) - Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação: A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Alteração da norma IFRS 17 - Contratos de seguro (CPC 50): Em junho de 2020, o IASB emitiu as alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MARCOS JOSÉ BERNARDELLI
Presidente do Conselho

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR
Conselheiro

PEDRO BENEDITO MACIEL NETO
Conselheiro

VALDEMIR MOREIRA DOS REIS JÚNIOR
Conselheiro

ITAMAR BLEY
Conselheiro

ANTÔNIO CARLOS BARBOSA FILHO
Conselheiro

VICENTE PORTO VILELA
Conselheiro

SINVAL ROBERTO DURIGON
Conselheiro

REBECA TADEUSA MACHADO BORGES
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

MANUELITO PEREIRA MAGALHÃES JUNIOR
Diretor Presidente

PEDRO CLÁUDIO DA SILVA
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

PAULO JORGE ZERAIK
Diretor Administrativo

FERNANDO SÉRGIO MANCILHA NEVES
Diretor Comercial

MARCO ANTÔNIO DOS SANTOS
Diretor Técnico

CONTROLADORIA

ANTONIO MOREIRA FRANCO JUNIOR
Gerente de Controladoria - CRC 1SP219088/O-3

JEAN CARLOS PEREIRA
Contador - CRC 1SP180441/O-0

continua ›››

SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO S.A.

Companhia Aberta • CNPJ 46.119.855/0001-37 • www.sanasa.com.br

SANASA CAMPINAS — PREFEITURA DE CAMPINAS

CCA - Centro de Conhecimento da Água / Museu da Água

continuação ›››

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A (SANASA), em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, procederam aos exames do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e Notas Explicativas.

Com base nos exames efetuados e considerando as informações prestadas pela Administração, assim como o Relatório, com opinião não modificada, da TATICCA Auditores Independentes S.S., de 17 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Financeiras da SANASA, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a serem apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas.

Campinas, 21 de março de 2023.

MICHEL ABRÃO FERREIRA **ADERVAL FERNANDES JÚNIOR** **LAIR ZAMBON**

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e Acionistas da
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. - SANASA
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. ("Companhia" ou "SANASA"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

a) Provisão para benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa nº 17 (d), apresentada nas demonstrações financeiras, a Companhia adota o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, ratificado pela Resolução CVM nº 110/2022 para Previdência Privada, Assistência Médica, Indenização por aposentadoria por invalidez e Auxílio funeral. Para a avaliação atuarial dos benefícios pós-emprego no exercício de 2022, a Companhia se utilizou de prestador de serviços especializados para efetuar a avaliação atuarial dos benefícios, para fins de suportar a atualização dos passivos atuariais estimados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros, análises por nossos especialistas atuários sobre:

- Adequacidade aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1);
- Análise das premissas adotadas nas projeções atuariais;
- Análise do método atuarial utilizado no cálculo das obrigações;
- Análise das premissas nas projeções das obrigações à luz das boas práticas e do perfil da Companhia;
- Reuniões virtuais com o atuário da SANASA e os gestores da área de Contabilidade da Companhia.

Adicionalmente, efetuamos a análise e avaliação da movimentação contábil dos principais componentes do laudo contábil-atuarial entre os exercícios de 2021 e 2022, das obrigações atuariais e dos ativos dos planos de benefícios.

Baseamos nossa conclusão sobre as estimativas registradas no passivo da Companhia, relacionadas a benefícios pós-emprego, nas informações estatísticas contidas no relatório elaborado pelo especialista terceiro contratado pela Companhia.

Em adição aos testes acima, informamos que foi também objeto de nossa avaliação:

- Comparação com as premissas utilizadas no período anterior; e
- Comparação com a frequência da premissa pelo mercado, assim como das boas práticas atuariais.

b) Subvenções governamentais

Conforme divulgado em Nota Explicativa nº 19, a Companhia possui um saldo de receita diferida oriunda de subvenções governamentais destinadas à infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, no montante de R$ 159.501 mil em 31 de dezembro de 2022 (169.452 mil em 31 de dezembro de 2021). Os valores investidos nessas obras foram registrados no ativo imobilizado, tendo como contrapartida no balanço patrimonial um passivo de igual valor. Este valor vem sendo apropriado ao resultado em base sistemática e racional durante a vida útil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Foram avaliados os critérios de contabilização e apresentação no balanço patrimonial e os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, em atendimento aos termos do Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, ratificado pela Resolução CVM nº 96/2022.

Em nossos exames, verificamos que não houve recebimentos de valores relacionados a subvenções nos exercícios de 2022 e 2021. Nós analisamos as movimentações ocorridas no período, que se referem a execução das obras de saneamento e esgoto.

c) Redução ao valor recuperável - *Impairment*

A Companhia possui registrado o montante em 31 de dezembro de 2022 no valor de R$ 1.349.093 mil (em 31 de dezembro de 2021 no valor de R$ 1.247.680 mil) referente a ativos imobilizados. A administração avalia anualmente o risco de *impairment* de seus ativos. A avaliação quanto à recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível e a definição da Unidade Geradora de Caixa (UGC) incorpora julgamentos significativos em relação a fatores associados à prestação de serviço futuro e premissas econômicas como taxa de desconto e taxas de inflação.

Conforme divulgado em Nota Explicativa nº 11 (c), foi desenvolvido pela Companhia um relatório de teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CVM nº 90/2022, de 20 de maio de 2022. Considerando a natureza da área de atuação da Companhia ser de serviço público essencial e as decisões de investimentos estarem ligadas a responsabilidades de ordem social e ambiental, foram definidos como unidade geradora de caixa os serviços públicos de água e esgoto, que apresentou margem bruta positiva. Através das análises efetuadas, a Companhia concluiu não existir indicação de uma possível desvalorização dos ativos.

Devido à relevância do total do ativo imobilizado da Companhia, e o nível de incerteza para a determinação do *impairment* relacionado, que pode impactar o valor destes ativos nas demonstrações financeiras, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: entendimento e avaliação dos processos de avaliação e adequação da divulgação; capitalização do imobilizado e intangível através de teste documental em base amostral das movimentações dos bens tangíveis e intangíveis; avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas na análise de recuperabilidade e a conclusão da Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do imobilizado, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do imobilizado, adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

d) Provisões Fiscais, Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis

Conforme divulgado em Nota Explicativa n.º 18, a Companhia é parte em processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. Em virtude da complexidade e relevância das ações em andamento, além do elevado grau de julgamento requerido na avaliação e estimativas para a mensuração das provisões para passivos contingentes e impacto nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como relevante para nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

- Avaliamos, com base em testes, a suficiência das provisões reconhecidas por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração da provisão para passivos contingentes, considerando dados e informações históricas, a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia (obtidas através de procedimentos de confirmação), além do envolvimento de nossos especialistas tributários, trabalhistas e previdenciários na extensão que julgamos necessária para a conclusão das respectivas análises;
- Avaliamos as divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro e divulgação da provisão para passivos contingentes estão adequados no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Informação Suplementar - Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nós realizamos a leitura e não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo (SP), 17 de fevereiro de 2023.

TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

Aderbal Alfonso Hoppe
Sócio
Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da SANASA foi instituído na reunião do Conselho de Administração de 29 de junho de 2018. Sua constituição contempla 5 membros independentes, sendo um deles integrante do Conselho de Administração, eleitos para um mandato de 2 anos, sendo permitidas, no máximo, 3 reconduções consecutivas.

O CAE tem como objetivo atuar como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento do Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas, reportando-se diretamente ao referido Conselho e agindo com autonomia e independência no exercício de suas funções, pautando-se em:

- Opinar sobre a contratação e destituição de auditores independentes;
- Supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da Companhia;
- Supervisionar as atividades nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras;
- Monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia;
- Avaliar e monitorar exposições de risco da Companhia, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre as políticas e procedimentos de remuneração da administração, uso de ativos da Companhia, e gastos incorridos em nome da Companhia;
- Avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;
- Elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do CAE, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e CAE em relação às demonstrações financeiras;
- Avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando Companhia for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

Durante o exercício 2022, o CAE realizou 12 (doze) reuniões, em que foram abordados, em especial, assuntos relacionados à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras e seus desdobramentos de natureza societária e fisco-tributários, da gestão de riscos e de controles internos e transações envolvendo partes relacionadas. As principais atividades desenvolvidas foram as seguintes:

- Avaliação da integridade das demonstrações financeiras da Companhia;
- Avaliação dos pontos indicados no relatório circunstanciado de recomendações de melhoria da estrutura de controles internos emitido pela auditoria independente;
- Acompanhamento do plano de atividades da auditoria interna;
- Parecer sobre contratação de serviço extra auditoria;
- Participação nos treinamentos de LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados e no Treinamento Anual de Compliance e Gestão de Riscos Corporativos;
- Apreciação do relatório de recomendações da TATICCA Auditores Independentes S.S., referente ao Relatório de Sustentabilidade 2021, e do cronograma dos trabalhos de ESG, sobre as ações tomadas pertinentes a cada uma das recomendações;
- Parecer sobre a contratação de nova empresa de auditoria independente, para deliberação pelo Conselho de Administração quanto à abertura do processo licitatório, conforme previsto no inciso XIII do artigo 23 do Estatuto Social da Companhia;
- Avaliação dos temas materiais para o Relatório de Sustentabilidade 2022; e
- Acompanhamento das ações relativas à renegociação de débitos com consumidores inadimplentes do programa "SANASA em Dia".

As opiniões e julgamentos do CAE repousam nos dados e informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia. Com relação à Auditoria Independente, o CAE não identificou situação que pudesse afetar sua independência. Quanto à estrutura de controles internos e a gestão de riscos, o CAE considera haver uma cobertura satisfatória para o porte e complexidade dos negócios da Companhia. Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2022 não revelaram desvios ou falhas significativas nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, bem como quanto à aderência às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e no atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

Os membros do CAE analisaram as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com as correspondentes Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Após discussões e esclarecimentos pertinentes, os membros do CAE concluíram que as demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Campinas, 15 de março de 2023.

Eder Massoco
Coordenador do CAE

Paulo Cezar Teixeira de Magalhães
Membro do CAE

Paulo de Tarso Lauandos Zakia
Membro do CAE

Roberto Mota Júnior
Membro do CAE

Valdemir Moreira dos Reis Júnior
Membro do CAE

www.sanasa.com.br

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A "EM LIQUIDAÇÃO"

CNPJ Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

RELATÓRIO DO LIQUIDANTE 2022

Senhores Acionistas e público em geral

Em atendimento às disposições legais, submetemos à apreciação o Relatório do Liquidante, o Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A – em liquidação ("DERSA" ou "Companhia"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as quais se encontram acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes.

DO PROCESSO PARA EXTINÇÃO DA DERSA

A Lei Estadual n. º 17.148/2019, promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo no dia 13 de setembro de 2019 e publicada no Diário Oficial do Estado em 14 de setembro de 2019, autorizou o Poder Executivo a adotar providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da DERSA.

Em 29 outubro de 2019, em atendimento ao disposto no artigo 1º, §2º, do Decreto Estadual n.º 64.418/2019, de 28 de agosto de 2019, os Administradores da DERSA apresentaram ao CODEC, órgão na época ligado à Secretaria da Fazenda e Planejamento, o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO ("PLANO") da Companhia, com ênfase na transferência das atividades fins; seus ativos (bens móveis e imóveis), passivo judicial e do acervo técnico à outros entes públicos, especialmente as atividades de caráter essencial e aquelas de cunho socioambiental, como os programas de reassentamento de famílias atingidas pelas obras dos Empreendimentos, o cadastramento de famílias a serem beneficiadas com unidades habitacionais e o reflorestamento de áreas desmatadas.

Dado o grau de complexidade de tal operação e, os aspectos legais, financeiros e orçamentários envolvidos, o referido PLANO foi aditado em dezembro de 2019, e mais uma vez em setembro de 2020, sendo homologado em parte pelo Conselho do CODEC em 30 de setembro de 2020, por meio do Ofício CODEC n. º 144/2020; tendo sido aprovada apenas a estratégia apresentada para a transferência da gestão das Travessias Litorâneas ao DH.

Realizada em 20 de outubro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. º 0.850.707/20-1 e publicada no DOE de 18/11/2020, deliberou:

a) Dar início ao processo de liquidação da DERSA, devendo sua extinção ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, observada a legislação aplicável;

b) Extinção dos mandatos dos Diretores e Conselheiros de Administração;

c) Nomeação do Liquidante da Companhia, o qual ficou autorizado a prosseguir na atividade social até 31/10/2020, para que se conclua a transferência de responsabilidade das atividades públicas exercidas pela Companhia;

d) Eleição dos membros do Conselho Fiscal;

e) Recomendou ao Liquidante que mantenha os acionistas informados do andamento do procedimento e que atente para o cumprimento do prazo estabelecido, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para que o Liquidante levante o balanço patrimonial da Companhia, nos termos do artigo 210, inciso III, da Lei Federal n. º 6.404/1976; e

f) Estabeleceu ao Liquidante usar a denominação social da Companhia seguida da expressão "em liquidação" em todos os atos ou operações.

Em consonância com as orientações da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão e do Conselho de Defesa de Capitais do Estado - CODEC, o Liquidante priorizou as ações de transferência de responsabilidade das atividades públicas exercidas pela Companhia, em especial a transferência da operação do Sistema de Travessias Litorâneas ao Departamento Hidroviário - DH, em um curtíssimo prazo, ainda em outubro de 2020, realizada com sucesso durante o Feriado de Finados, tendo o DH todo o apoio necessário e contínuo nas operações.

Realizada em 21 de dezembro de 2020, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. º 24.504/21-0, e publicada no DOE de 14/01/2021, deliberou autorizar o Liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários para o adequado prosseguimento da liquidação.

O quanto deliberado na Assembleia acima referida se deu em um cenário especial, visando a manutenção dos Convênios dos principais empreendimentos rodoviários, como Rodoanel Trecho Norte e Nova Tamoios Contornos, com intuito de prover subsídios ao Governo para tomada da decisão quanto a retomada das obras e assunção das obrigações remanescentes por outros entes.

Em 19 de abril de 2021 foi realizada Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas, cuja ata foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 0.367.915-2, e publicada no DOE de 21 de maio de 2021, tendo sido deliberado:

a) Em Assembleia Geral Ordinária – a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2020, com registro de que a Auditoria Externa opinou em seu Relatório, sem ressalvas, bem como à vista da manifestação técnica do Departamento de Entidades Decentralizadas – DED ligado à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, da manifestação do Conselho Fiscal e parecer CODEC nº 025/2021.;

b) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) aprovação da prestação de contas dos atos e operações praticados pelo Liquidante no semestre (30.09.2020 a 28.02.2021), em atendimento ao artigo 6º do Decreto Estadual nº 64.418/19 e observância ao artigo 213 da Lei Federal nº 6.404/1976; (ii) a autorização para prorrogação da extinção da Companhia por 180 (cento e oitenta) dias, até 15 de outubro de 2021; (iii) a autorização para o Liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários para o adequado prosseguimento da liquidação; (iv) eleição de membro para compor o Conselho Fiscal da Companhia, em substituição.

Realizada em 08 de outubro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas da Companhia, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n. º 2.058.565/21-6 publicada no DOE de 06/11/2021, deliberou:

a) Prestação de contas dos atos praticados, nos termos do artigo 213 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e do Decreto Estadual nº 64.418, de 28 de agosto de 2019;

b) Prorrogação do prazo para extinção por mais 180 (cento e oitenta) dias (13/04/2022);

c) Autorização para o Liquidante prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

O deliberado na Assembleia acima mencionada, considera que todos os esforços até o momento despendidos não foram suficientes para ultimar as atividades de transferência das obrigações remanescentes – principalmente por depender de definições dos respectivos órgãos destinatários.

Em 28 de março de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 014/2022, a prestação de contas dos atos praticados, em conformidade com artigo 212 da Lei 6.404/76 e do Decreto Estadual nº 64.418/2019.

ITEM II: aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 014/2022, a prorrogação do prazo para extinção por mais 120 (cento e vinte) dias;

ITEM III: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

Em 21 de julho de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: Prestação de contas dos atos e operações praticadas pelo Liquidante, em atendimento ao artigo 6º, do Decreto estadual no 64.418/2019, com observância ao que dispõe o artigo 213, da Lei federal no 6.404/1976, aprovada conforme parecer CODEC nº 056/2022;

ITEM II: Aprovada nos termos do Parecer CODEC nº 056/2022, a prorrogação do prazo para extinção por mais 120 (cento e vinte) dias que expirará em 09 de dezembro de 2022;

ITEM III: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

Em 25 de novembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: Aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 083/2022, com a consequente prorrogação do prazo para extinção por mais 120 (cento e vinte) dias que expirará em 08 abril de 2023;

ITEM II: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

Estrutura da Governança Corporativa

A estrutura organizacional da DERSA está configurada de modo a proporcionar adequado fluxo de informações entre os vários níveis de gestão e supervisão internos e externos, e coube aos seus órgãos estatutários e regimentais, no âmbito de suas competências, zelar pela adequação e pela aderência às boas práticas de governança corporativa.

O suporte de governança, compreendido no assessoramento técnico e no apoio administrativo ao Conselho Fiscal, foi realizado pela Secretaria do Colegiado e Governança Corporativa, executando atribuições de governança e assegurando legitimidade nos processos decisórios.

Auditoria Contábil Independente

Tem autonomia na sua atuação e seu relacionamento com os administradores da DERSA é estritamente técnico, vedada a contratação de empresa e/ou profissionais que possam configurar conflito de interesses. É a responsável pela revisão das demonstrações contábeis, pela avaliação da qualidade e da adequação do sistema de controles internos e pela verificação do cumprimento da legislação em relação aos atos e aos fatos da gestão financeira, contábil e patrimonial. Eventuais deficiências e ou irregularidades identificadas pela auditoria independente são encaminhadas aos administradores por meio de relatório circunstanciado e com recomendações para o aprimoramento dos procedimentos e das demonstrações contábeis.

NOSSO RESULTADO FINANCEIRO

Os números das demonstrações contábeis de 2022, registraram:

O resultado da DERSA, no exercício findo em 31/12/2022, ficou negativo em R$ 526.188, substancialmente representado pela variação na rubrica de provisão para passivo contingentes.

Destacando que: (a) Receitas operacionais líquidas: No exercício de 2022, não houve ingressos de receitas operacionais, haja vista o processo de liquidação da Companhia, bem como, pelo processo de transferência do sistema de Travessias Litorâneas em 01 de novembro de 2020 ao Departamento Hidroviário; (b) Despesas Operacionais: Pessoal, houve decréscimo nas despesas com pessoal se comparadas entre o exercício de 2022 (R$ 68.460) e 2021 (R$ 82.878) , na ordem de 17% (dezessete por cento), por conta das rescisões contratuais face o processo de liquidação da Companhia; Provisões para passivos contingentes, foi a rubrica que representou substancialmente o resultado negativo do exercício de 2022, pois registrou-se um resultado líquido entre provisão e reversão na ordem de R$ (448.702).

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

LAERCIO PAULINO SIMÕES

Liquidante

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.868	6.271
Contas a receber	6	154	148
Adiantamento a funcionários		1.030	949
Despesas antecipadas		26	35
Estoques		45	42
Outros créditos		155	901
Total do ativo circulante		25.278	8.346
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Créditos com órgãos do Governo	7	1.826.932	1.771.487
Depósitos judiciais	12	46.877	50.812
Bens em poder de terceiros	8	262.912	345.536
Outros créditos		56	56
		2.136.777	2.167.891
Investimentos		15.309	71
Imobilizado	9	25.718	49.989
Intangíveis		-	-
		41.027	50.060
Total do ativo não circulante		2.177.804	2.217.951
		2.203.082	2.226.297

Passivo	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Circulante			
Contas a pagar	10	10.721	10.481
Salários e férias a pagar		13.383	13.342
Tributos a recolher	11	3.669	5.585
Outras contas a pagar		543	551
Total do passivo circulante		28.316	29.959
Não Circulante			
Passivos contingentes	12	388.483	537.335
Benefícios à empregados	13	14.760	18.019
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	217.480	217.480
Outras contas a pagar	15	2.685.281	2.033.730
Total do passivo não circulante		3.306.004	2.806.564
Patrimônio Líquido			
Capital social	17	1.862.659	1.862.659
Ajuste de avaliação patrimonial		24.711	19.532
Prejuízos acumulados		(3.018.608)	(2.492.417)
		(1.131.238)	(610.226)
		2.203.082	2.226.297

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional líquida	20	-	-
Custos dos serviços prestados			
Pessoal		-	-
Depreciação e amortização		-	-
Serviços / Combustíveis		-	-
Manutenção		-	-
		-	-
Lucro (prejuízo) Bruto		-	-
Outras (despesas) receitas operacionais			
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	21	10.915	(3.279)
Provisão para passivos contingentes	12	(468.665)	(264.663)
Reversão de provisão para passivos contingentes	12	19.963	75.854
Depreciação e amortização		(284)	(292)
Outras (despesas) receitas		(89.092)	1.427
Lucro/ (prejuízo) antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(527.163)	(190.953)
Despesas financeiras		(1.885)	(1.938)
Receitas financeiras		2.860	1.199
Resultado financeiro	22	975	(739)
Resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(526.188)	(191.692)
Imposto de Renda		-	-
Contribuição Social		-	-
Lucro/ (prejuízo) do exercício		(526.188)	(191.692)
Lucro/ (prejuízo) do exercício por ação		-0,36741	-0,13385

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	31.12.2022	31.12.2021
Lucro/ (prejuízo) do exercício		**(526.188)**	**(191.692)**
Outros resultados abrangentes			
Reconhecimento valor justo plano de benefícios	13	5.179	13.739
Total do resultado abrangente do exercício		**(521.009)**	**(177.953)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PASSIVO À DESCOBERTO - FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva Legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2021	**1.862.659**	**-**	**5.793**	**(2.318.148)**	**(449.696)**
Ganho (Perda) sobre plano de benefícios	-	-	13.739	17.423	31.162
Prejuízo do exercício	-	-	-	(191.692)	(191.692)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.862.659**	**-**	**19.532**	**(2.492.417)**	**(610.226)**
Ganho (Perda) sobre plano de benefícios	-	-	5.179	(3)	5.176
Prejuízo do exercício	-	-	-	(526.188)	(526.188)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.862.659**	**-**	**24.711**	**(3.018.608)**	**(1.131.238)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/ (prejuízo) do exercício	**(526.188)**	**(191.692)**
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	284	292
Provisão para passivos contingentes	468.665	264.663
Reversão de provisão para passivos contingentes	(19.963)	(75.854)
Baixas de imobilizado / intangíveis	1.307	1
Ganho (Perda) sobre plano de benefícios	5.179	13.739
Juros e variações monetárias sobre obrigações	1.885	1.938
	(68.831)	**13.087**
(Aumento) Redução de ativos		
Contas a receber	(6)	1.339
Adiantamentos para funcionários	(81)	(171)
Despesas pagas antecipadamente	9	191
Estoques	(3)	16
Outros créditos e outras contas a receber	746	67
Créditos com órgãos do Governo - reembolso	(55.445)	(179.776)
Bens em poder de terceiros	88.180	-
Depósitos judiciais	3.935	763
Aumento (Redução) de passivos		
Contas a pagar	240	(1.847)
Salários e férias a pagar	41	1.615
Tributos	(1.916)	423
Passivos contingentes	(597.553)	(1.181.993)
Benefícios a empregados e outras contas a pagar	648.281	1.345.830
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**17.597**	**(456)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Baixa de investimentos	-	-
Compras de intangíveis	-	-
Compras de imobilizado	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**-**	**-**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(10.526)
Créditos com órgãos do Governo	-	-
Recursos recebidos para Convênios	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	**-**	**(10.526)**
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	**17.597**	**(10.982)**
Demonstração da aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.271	17.253
No fim do exercício	23.868	6.271
(Redução)/aumento do caixa e equivalentes de caixa	**17.597**	**(10.982)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONTINUA

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A "EM LIQUIDAÇÃO"

CNPJ Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTINUAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2022	31.12.2021
Receitas		
Serviços prestados	-	-
Ressarcimento de despesas - Convênios	-	-
Reversão de provisão para passivos contingentes	19.963	75.854
Subvenção para custeio	116.295	119.034
Outras receitas	(89.092)	1.427
	47.166	**196.315**
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	36.171	38.707
	36.171	**38.707**
Valor reduzido bruto	**10.995**	**157.608**
Depreciação e amortização	284	292
Provisão para passivos contingentes	468.665	264.663
Valor adicionado (consumido) pela Companhia	**(457.954)**	**(107.347)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**2.860**	**1.199**
Valor reduzido total a distribuir	**(455.094)**	**(106.148)**
Distribuição do valor adicionado (reduzido)		
Empregados	**69.209**	**83.606**
Pessoal e encargos	68.460	82.878
Honorário dos Administradores	749	728
Tributos	**0**	**-**
Impostos, taxas e contribuições	0	0
Remuneração de capitais de terceiros	**1.885**	**1.938**
Juros	1.885	1.938
Remuneração de capitais próprios	**(526.188)**	**(191.692)**
Resultado do exercício	(526.188)	(191.692)
TOTAL	**(455.094)**	**(106.148)**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional

Fundada em 6 de março de 1969, localizada em São Paulo na Rua Iaiá, 126, a sociedade por ações denominada DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A – Em Liquidação ("DERSA" ou "Companhia") é uma Empresa Pública Estadual, parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, regida pelas Leis Federais n. º 6.404/76 e n. º 13.303/16, e demais disposições legais aplicáveis. Em 13 de setembro de 2019, foi promulgada a Lei Estadual n. º 17.148 a qual autoriza o poder executivo a adotar providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da Companhia.

Conforme artigo 3º (terceiro) da referida lei, a adoção das providências nos artigos 1º (primeiro) e 2º (segundo) dependerá de ato do Poder Executivo, as quais, até a emissão destas demonstrações intermediárias, não foram promulgadas, sendo assim, a Administração da Companhia mantém as atividades operacionais e continua preparando suas demonstrações intermediárias no pressuposto de continuidade normal dos negócios, e, assim, essas demonstrações não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores dos ativos ou a classificação de passivos, bem como seus efeitos no patrimônio líquido ajustado caso a Companhia venha a ser liquidada e subsequentemente extinta.

Em 20 de outubro de 2020, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária com a seguinte ordem:

1) Dissolução e início do processo de liquidação da Companhia, com fixação do prazo para sua extinção;
2) Nomeação do liquidante e fixação de sua remuneração;
3) Nomeação dos membros do Conselho Fiscal, que atuarão durante o período de liquidação da Companhia e fixação de sua remuneração;
4) Outros assuntos de interesse da Sociedade.

Item "1" da Ordem do Dia, que versa sobre a dissolução e o início do processo de liquidação da Companhia. Considerando a edição da Lei estadual nº 17.148, de 13 de setembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias à dissolução, liquidação e a extinção da Companhia, cumpre, nesta oportunidade, adotar os procedimentos societários pertinentes, observada a competência da Assembleia de Acionistas estabelecida nos artigos 206, I, c e 208, da Lei no 6.404/1976. Assim fica aprovada a dissolução e subsequente início do processo de liquidação da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., devendo sua extinção ocorrer no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, observada a legislação aplicável. Ainda neste item, ficam extintos os mandatos dos Diretores e Conselheiros de Administração, declarando-se vagos os cargos correspondentes, conforme dispõe o artigo 208, parágrafo primeiro da Lei das Sociedades Anônimas.

Item "2" da Ordem do Dia, considerando a competente autorização governamental, e a conformidade dos requisitos necessários atestada pela Nota Técnica CODEC nº 004/2020, foi acolhida a nomeação do Senhor Liquidante da Companhia, o qual exercerá suas funções observando a legislação vigente, em especial, quanto ao disposto nos artigos 210 a 218 da Lei federal nº 6.404/1976 e no Decreto Estadual nº 64.418/19. O Liquidante ora nomeado fará jus a mesma remuneração mensal fixada para a Diretoria, nos termos do capítulo II, da Deliberação CODEC nº 01/2018, atualizada pela Deliberação CODEC nº 01/2019. O Liquidante fica autorizado a prosseguir na atividade social até o dia 31 de outubro de 2020, para que se conclua a transferência de responsabilidade das atividades públicas exercidas pela Companhia, nos termos do artigo nº 2 da lei estadual nº 17.148/19.

Item "3" da Ordem do Dia, eleição dos membros do Conselho Fiscal.

Item "4" da Ordem do Dia, recomendou-se ao Liquidante que mantenha os acionistas informados do andamento do procedimento e atente para o cumprimento dos prazos estabelecidos, nos termos da lei das Sociedade Anônimas, do Decreto Estadual nº 64.418/19 e desta Assembleia de Acionista, e foi fixado o prazo de 30 (trinta) dias para que o Liquidante levante o balanço patrimonial da Companhia, nos termos do artigo 210, inciso III, da Lei federal n. º 6.404/1976. Por fim, nos termos do artigo 212, da Lei federal n. º 6.404/1976, fica estabelecido ao Liquidante usar a denominação social da companhia seguida da expressão "em liquidação" em todos os atos ou operações.

Em 21 de dezembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, ficou autorizado o liquidante prorrogar instrumentos necessários para o adequado prosseguimento da liquidação.

A partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia se tornou empresa estatal dependente do Tesouro do Estado de São Paulo: "Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral" em conformidade com o art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), conforme Lei Estadual nº 17.309 de 29 de dezembro de 2020.

Em 19 de abril de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

Item "1" da Ordem do Dia, versa sobre a prestação de contas dos atos e operações praticadas pelo Liquidante no semestre, em atendimento ao artigo 6o, do Decreto estadual no 64.418/2019, com observância ao que dispõe o artigo 213, da Lei federal no 6.404/1976, o relatório apresentado pelo Liquidante encontra-se instruído com a documentação pertinente, onde descreve os atos praticados no período, cabendo destaque o andamento da desmobilização operacional (transferência das travessias litorâneas e empreendimentos rodoviários) e do tratamento dado ao acervo documental dos imóveis que compõem as rodovias (originais em processos de desapropriações, já indenizados pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER), à manutenção predial, ao acervo documental, à desmobilização de pessoal, às demandas judiciais, administrativas e dos tribunais de contas. O balanço patrimonial apresentado refere-se ao período de 30 de setembro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021. Considerando a manifestação do órgão técnico da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, o Parecer CODEC nº 025/2021 orientou pela aprovação do item "(i)" da pauta extraordinária. Nestes termos a matéria deste item foi aprovada por unanimidade pelos acionistas.

Item "2" da Ordem do Dia, que trata sobre a prorrogação do prazo para extinção da Empresa por mais 220 (duzentos e vinte) dias, foi parcialmente rejeitado, tendo os acionistas deliberado por autorizar a extinção da Empresa por 180 (cento e oitenta) dias, que se expirará em 15 de outubro de 2021, nos termos do Parecer CODEC nº 025/2021. Nestes termos, o item foi aprovado unanimidade.

Item "3" da Ordem do Dia, face a prorrogação do prazo para extinção da Empresa deliberada no item anterior, o Parecer CODEC nº 025/2021 orientou pela autorização ao Liquidante para prorrogar todos os instrumentos obrigacionais necessários para o adequado prosseguimento da liquidação. Nestes termos, o item foi aprovado unanimidade.

Item "4" da Ordem do Dia, por fim foi eleito, por unanimidade, nos termos do Parecer CODEC nº 025 /2021, como membro efetivo do Conselho Fiscal, com mandato em curso, o Senhor MÁRCIO CURY ABUMUSSI, em substituição a conselheira Vanessa Pacheco de Souza Romão.

Em 08 de outubro de 2021, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 072/2021, a prestação de contas dos atos praticados, em conformidade com artigo 212 da Lei 6.404/76 e do Decreto Estadual nº 64.418/2019.

ITEM II: aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 072/2021, a prorrogação do prazo para extinção por mais 180 (cento e oitenta) dias;

ITEM III: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

Em 28 de março de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 014/2022, a prestação de contas dos atos praticados, em conformidade com artigo 212 da Lei 6.404/76 e do Decreto Estadual nº 64.418/2019.

ITEM II: aprovado nos termos do Parecer CODEC nº 014/2022, a prorrogação do prazo para extinção por mais 120 (cento e vinte) dias;

ITEM III: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

Em 21 de julho de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: Prestação de contas dos atos e operações praticadas pelo Liquidante, em atendimento ao artigo 6º, do Decreto estadual no 64.418/2019, com observância ao que dispõe o artigo 213, da Lei federal no 6.404/1976, aprovada conforme parecer CODEC nº 056/2022;

ITEM II: Aprovada nos termos do Parecer CODEC nº 056/2022, a prorrogação do prazo para extinção por mais 120 (cento e vinte) dias que expirará em 09 de dezembro de 2022;

ITEM III: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

Em 25 de novembro de 2022, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual contemplou:

ITEM I: Aprovada nos termos do Parecer CODEC nº 083/2022, com a consequente prorrogação do prazo para extinção por mais 120 (cento e vinte) dias, que se expirará em 08 de abril de 2023;

ITEM II: Autorizado o liquidante a prorrogar instrumentos obrigacionais necessários ao adequado prosseguimento da liquidação.

(a) Pandemia do COVID - 19

O decreto estadual nº 64.879/2020 reconheceu o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dispõe sobre medidas adicionais para enfrentá-lo.

Como consequência, foi decretado o estado de quarentena, onde diversas atividades econômicas foram suspensas com o objetivo de reduzir a circulação de pessoas e, consequentemente, diminuir a disseminação do COVID-19.

A partir de 17/03/20, os empregados maiores de 60 anos e os portadores de doenças crônicas passaram a exercer suas atividades em regime de teletrabalho e os demais empregados realizaram suas atividades presencialmente, em esquema de plantão;

Em 22/06/20, os empregados passaram a realizar trabalhos presencial intercalado com teletrabalho, em dias alternados. Os empregados portadores de doenças crônicas mantiveram, integralmente, o regime de teletrabalho.

Em 28/09/20, foi retomado o trabalho presencial integral, excluindo-se os empregados portadores de doenças crônicas, que mantiveram o regime de teletrabalho.

Em 25/11/20, os empregados passaram a realizar trabalhos presencial intercalado com teletrabalho, em dias alternados. Os empregados maiores de 60 anos e os portadores de doenças crônicas realizaram suas atividades, integralmente, através do regime de teletrabalho.

Nos termos do Decreto Estadual n. º 65.545, de 03/03/2021, no período entre 8 e 19 de março/2021, todos funcionários puderam realizar suas atividades em regime de teletrabalho.

2. Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações intermediárias apresentadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações intermediárias, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

(b) Base de mensuração

As demonstrações intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

(c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua pela Administração da Companhia. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que tais estimativas são revistas e quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 09 – Imobilizado - Depreciação do ativo imobilizado
- Nota 12 – Passivos contingentes
- Nota 13 – Benefícios a empregados
- Nota 15 – Outras contas a pagar
- Nota 18 – Instrumentos financeiros

3. Principais políticas e práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações intermediárias.

i. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

ii. Receitas de Serviços

As receitas de pedágio das Travessias Litorâneas eram reconhecidas quando da utilização pelos usuários das referidas travessias.

As receitas de prestação de serviços técnicos eram reconhecidas quando um serviço era executado.

As receitas de subvenção para custeio, são originadas de recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral em conformidade com o art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000). Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

iii. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece ativos financeiros e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os recebíveis abrangem contas a receber, créditos com órgãos do governo e outros créditos.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Quando aplicável um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia.

Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidos no resultado do exercício.

Custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses ativos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável (quando for o caso).

b) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo valor inicial acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, dívidas com órgãos do governo e outras contas a pagar.

c) Capital Social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais, quando houver, diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações serão reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados nas questões de obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, com baixo risco de liquidez, cujas taxas são factíveis às de mercado.

v. Créditos com Órgãos do Governo

Os créditos com Órgãos do Governo decorrem de transações como a encampação dos serviços públicos e convênios, vide nota explicativa n. º 7, os quais são registrados e mantidos pelo valor histórico.

vi. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não estejam vinculados diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto, quando incorrido, é reconhecido no resultado como despesa.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil, conforme demonstrado na nota explicativa n. º 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

vii. Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

viii. Ativos e passivos contingenciais

Uma provisão ou ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou direito legal ou não, formalizados e constituídos como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação ou obtidos futuramente. As provisões e ativos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, como segue:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, ou quando há garantias reais ou decisões favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando como praticamente certa a realização do ativo.
- **Passivos contingentes:** decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros, ex-colaboradores e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal, previdenciárias e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os montantes das obrigações possam ser estimados com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam sua mensuração de forma adequada, baseando em suporte documental ou contábil, ou históricos de fatos assemelhados apesar da incerteza inerente ao prazo ou valor. As contingências classificadas como prováveis são aquelas as quais são constituídas provisões; as contingências possíveis requerem somente divulgação e as remotas não requerem provisões ou divulgações.
- **Obrigações legais fiscais e previdenciárias:** decorrem de discussões judiciais sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações intermediárias.

ix. Benefícios de longo prazo a empregados

A Companhia provê benefícios de assistência médica para seus colaboradores, ex-colaboradores e dependentes do benefício de assistência médico-hospitalar.

Os custos previstos para o oferecimento de benefícios médicos pós-emprego e a cobertura dos dependentes são provisionados durante os anos de prestação de serviços dos empregados baseado em estudos atuariais para identificar a exposição futura cujas principais premissas são: (i) taxa de desconto; (ii) taxa de crescimento dos custos médicos; (iii) tábua de mortalidade; (iv) taxa de morbidade; (v) probabilidade de aposentadoria; (vi) taxa de desligamento.

A Companhia reconhece alterações na provisão desse plano contra outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, líquido de tributos, na medida em que haja atualizações de premissas e contra resultado quando se tratar de uma movimentação nos custos do plano de benefício vigente ou na ocorrência de eventuais modificações das características contratuais do plano.

Esta provisão é revisada no mínimo anualmente, sendo a última em 31 de dezembro de 2022.

x. Demais passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e variações monetárias incorridas, quando aplicável.

xi. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social representa a soma dos tributos correntes. A provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social está baseada no lucro tributável do exercício.

O Imposto de Renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240. A Contribuição Social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de Imposto de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Companhia tem apurado prejuízos acumulados e, por esse motivo não há sob essa rubrica o reconhecimento de tributos a pagar. Além disso, seus estudos apontam para prejuízos nos próximos exercícios, o que impede o reconhecimento de créditos tributários sobre prejuízos ou diferenças temporárias.

xii. Tributos sobre receitas

Há receitas sujeitas à incidência do PASEP – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência podendo ser cumulativa ou pela não cumulatividade, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,6% ou 0,65% e 3,0%, respectivamente.

xiii. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e/ou cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros.

xiv. Subvenções Convênios

Uma subvenção governamental é reconhecida como uma conta redutora de um ativo relacionado a esta subvenção.

xv. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do exercício e a média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir os resultados por ação.

xvi. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários registrados no ativo circulante e não circulante são avaliados e, quando necessário e relevantes, são ajustados ao seu valor presente, o qual considera os fluxos de caixa e taxas de juros explícitas ou implícitas.

xvii. Demonstração de Valor Adicionado

A Companhia elaborou e está apresentando voluntariamente as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações intermediárias conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

xviii. Novas práticas contábeis

i) CPC 06 (R2) – Arrendamentos

CONTINUA

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A “EM LIQUIDAÇÃO”

CNPJ Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTINUAÇÃO

Vigência1º de janeiro de 2019
Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.
A Administração da Companhia avaliou os impactos da nova norma e verificou que não possui contratos de arrendamento relevantes, desta forma, não impactando as suas demonstrações intermediárias.
ii) CPC para entidades em liquidação
Vigência 1º de junho de 2021
Em 20 de abril de 2021, foi emitida divulgada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis o CPC Para Entidades em Liquidação, a qual tem vigência a partir de 1º de junho de 2021 conforme Resolução CVM nº 28 de 16 de abril de 2021.
Essa norma substitui e estabelece as premissas e critérios de mensuração que as Entidades Em Liquidação devem adotar ao elaborar suas demonstrações intermediárias, tendo em vista que tais entidades possuem características e necessidades especiais, de forma que as bases de elaboração das suas demonstrações intermediárias devem ser distintas daquelas aplicáveis às entidades em continuidade.
No caso, a Companhia deverá adotar o pressuposto da não continuidade operacional, cujos ativos deverão ser mensurados segundo os seguintes critérios:
a. valor de liquidação;
b. valor justo líquido das despesas de venda, até que uma mensuração do valor de liquidação se torne disponível (as métricas de valor justo devem ser aquelas constantes no Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo); e
c. custo histórico, considerando-se eventuais perdas por recuperabilidade, deduzido de despesas estimadas para realização, em situações excepcionais, enquanto as alternativas anteriores não estiverem disponíveis.
Embora ainda não tenham sido adotadas medidas para aplicação do CPC Liquidação nas suas demonstrações intermediárias, a Administração da Companhia está avaliando os impactos da referida norma que já se encontra vigente.

4. Gerenciamento de riscos financeiros
Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processo para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações intermediárias.
A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:
a. Risco de crédito
Decorrem da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes (Órgãos do Governo Partícipe do Convênio). Fato que poderá inviabilizar e/ou atrasar as obras e serviços, além de gerar ações judiciais e impactos financeiros à Companhia.
No que tange aos Créditos a Receber junto aos Órgãos do Governo, a Companhia avalia que o risco de crédito relativo a esses valores é substancialmente minimizado, uma vez que o Orçamento do Partícipe está previamente aprovado sobre uma Lei Orçamentária.
Gestão de capital
A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do acionista, credor e mercado e, manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de suas obrigações e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.22	31.12.21
Caixa	-	7
Bancos conta movimento	-	3.334
Aplicações financeiras – SIAFEM	23.868	2.930
	23.868	6.271

De acordo com o Decreto Estadual n. º 60.244/14, as aplicações financeiras da Companhia são administradas através do sistema SIAFEM ligado à Secretaria da Fazenda – SEFAZ. Essas aplicações referem-se aos fundos de investimentos de renda fixa (FIF – TESOURO, lastreados em títulos públicos federais), remunerados à taxa média acumulada até dezembro/202213,75% (4,28% em 2021).
Essas aplicações estão representadas substancialmente por recursos advindos de Entes Públicos, partícipes de Convênios, principalmente de financiamentos contraídos pelo Governo do Estado de São Paulo, com destinação específica para a consecução dos Convênios e, são de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

6. Contas a receber

	31.12.22	31.12.21
CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A. (a)	35	35
Outras contas a receber	119	113
	154	148

(a) Refere-se a valores de tarifas de pedágio cobradas de usuários do Sistema Sem Parar, os quais são repassados à Companhia em período subsequente.
A Companhia não apresenta histórico de perdas em suas contas a receber, razão pela qual, nenhuma perda esperada para créditos de liquidação duvidosa foi constituída.

7. Créditos com Órgãos do Governo
A Companhia possui créditos junto a órgãos governamentais, conforme segue:

	31.12.22	31.12.21
Governo do Estado de SP (a)	1.048.541	1.048.541
Rodoanel Metropolitano Mario Covas (b)	723.194	683.955
Convênio Complexo Viário Jacu Pêssego (c)	32.209	15.363
Convênio Adequação Viária Marginal Tietê (d)	12.509	7.638
DER – Gerenciamento de obras (e)	8.768	8.768
DER – Convênio Nova Tamoios Contornos (f)	428	222
Outros Convênios	(350)	(489)
Salários a recuperar (g)	1.633	7.489
	1.826.932	1.771.487

a. Governo do Estado de São Paulo – Corredores Dom Pedro I, Ayrton Senna/ Carvalho Pinto.
O Decreto Estadual n. º 53.107, de 13 de junho de 2008, que alterou o Decreto no 52.188, de 21 de setembro de 2007, autorizou a concessão onerosa dos serviços públicos de infraestrutura de transporte relativos às Rodovia Dom Pedro I e ao Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, importando, assim, o término antecipado da exploração, pela DERSA, das referidas Rodovias, que deveria ocorrer até o ano de 2023.
Após análises, tratativas e avaliações, as partes firmaram um “Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças”, celebrado entre a DERSA, o DER, e o Estado de São Paulo, consolidando créditos e débitos recíprocos.
Nos termos do Pronunciamento Técnico CPC n. º 26 (R1) - Apresentação das demonstrações intermediárias, tais valores encontram-se classificados no Ativo Não Circulante, haja vista que o Estado de São Paulo, na figura de devedor, não mantém orçamento para liquidação dos valores a curto prazo e não haver histórico de liquidação regular.
Os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	31.12.22	31.12.21
Corredores Dom Pedro I/Ayrton Senna/ Carvalho Pinto	1.059.068	1.059.068
Valores recebidos	(10.527)	(10.527)
Saldo a receber	1.048.541	1.048.541

b. Rodoanel Metropolitano Mario Covas
A Portaria Intergovernamental nº 3, em 12 de janeiro de 1998, designou a Companhia como agente executor do Empreendimento RODOANEL. Na mesma data, foi firmado o Protocolo de Intenções celebrado pela União, Estado de São Paulo e Município de São Paulo, com o objetivo de viabilizar a consecução da obra. A União e o Estado de São Paulo firmaram, em 30 de abril de 1999, o Termo de Compromisso n. º 04/99, cujo objeto traduz-se no apoio financeiro do Ministério dos Transportes ao Estado de São Paulo para consecução do projeto, obras e serviços necessários à implantação do RODOANEL.
À Companhia consoante, o Termo de Compromisso coube promover a execução das obras, coordenar, fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos de obras e projetos do RODOANEL, efetuar os pagamentos decorrentes da execução do Convênio, aplicar os recursos financeiros repassados pelos órgãos Federais e Estaduais, apresentando o demonstrativo da correta aplicação dos recursos, por meio das prestações de contas, entre outras atividades.
(i) Trecho Sul e Oeste
A Companhia, até o exercício de 2013, contabilizava as contingências passivas advindas de processos de desapropriação dos Trechos Oeste e Sul do Empreendimento Rodoanel dentro de resultado e, sua contrapartida era no seu Passivo não Circulante.
A partir do exercício de 2014, em consonância com o Ofício CODEC n. º 080/2016, a Companhia alterou o critério de reconhecimento das provisões para contingências vinculadas aos Trechos Sul e Oeste do Rodoanel, sendo assim, os saldos provisionados estão sendo lançados nas contas de Créditos com Órgãos do Governo (Ativo Não Circulante) e sua contrapartida permanece no Passivo Não Circulante, sob a rubrica Passivos contingentes.
A Companhia foi responsável pelo processo de desapropriações dos Trechos Sul e Oeste, inclusive, os decretos estaduais de utilidade pública citava a DERSA como o ente expropriatório.
Com base nas análises dos assessores jurídicos da Companhia os processos de desapropriação que possui ações judiciais as quais no curso do direito possuem trânsito julgado de a causa ser classificada como o risco provável de desembolso pela DERSA estão sendo lançados nas contas de Créditos com Órgãos do Governo (Ativo Não Circulante) e sua contrapartida no Passivo Não Circulante, sob a rubrica Outras Contas a pagar conforme nota explicativa nº 15.
(ii) Trecho Norte
O último elo a ser construído, o Trecho Norte do Rodoanel Mario Covas, desenvolve-se a partir do final do Trecho Leste no trevo de interseção com a Rodovia Presidente Dutra (município de Arujá) e início do Trecho Oeste, na Avenida Raimundo Pereira de Magalhães (município de São Paulo), passando também pelo município de Guarulhos, interligando com o Aeroporto Internacional de Guarulhos e a Rodovia Fernão Dias, com extensão aproximada de 44,0 km. O acesso ao aeroporto de Guarulhos tem extensão da ordem de 3 km.
Os recursos financeiros recebidos pela Companhia eram repassados por intermédio do DER e pela União Federal, por meio do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Os recursos recebidos do DER, parte são originários de captação efetuada através financiamentos contraídos pelo Governo do Estado de São Paulo junto ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.
Todavia, conforme comentado na nota explicativa n. º 7 (e), a Companhia foi ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.
As obras do referido empreendimento foram divididas em 6 (seis) lotes, porém no final do exercício de 2018 e início do exercício de 2019, a Companhia rescindiu os contratos com as empresas responsáveis pela execução de obras e serviços dos Lotes 1 (Consórcio Mendes Júnior – Isolux Corsán), 2, 3 (OAS S/A, respectivamente), 4 (Acciona Construccion S.A), 5 (Consórcio Construcap – Copasa Rodoanel Norte) e 6 (Acciona Construccion S.A).
Em razão das rescisões acima citadas, foram contratados os serviços de vigilância patrimonial nas instalações institucionais e áreas desapropriadas do Trecho Norte do Rodoanel e, também, as obras e serviços emergenciais para estabilização e contenção da estrutura remanescente do Túnel 101, no Lote 1.
Visando a retomada das obras de finalização do empreendimento Rodoanel Mário Covas – Trecho Norte, em 09 de setembro de 2020, foi publicado no DOE – Diário Oficial do Estado de São Paulo o 4º (quarto) termo aditivo ao Convênio celebrado em 22 de dezembro de 2011, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes, e o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e a DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S/A, estabelecendo diretrizes e atividades correlatas para a implantação o referido empreendimento.
Para a consecução dos objetivos do presente convênio, a DERSA se compromete, além de proteger e transmitir o conhecimento histórico do empreendimento, necessário à boa execução das obras remanescentes, a:
I – apoiar o DER com as informações necessárias à elaboração da prestação de contas anual a ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e a terceiros;
II – atender às solicitações de informações que versarem sobre o presente convênio, encaminhadas pela SLT ou pelo DER, em face de requisições realizadas pelos órgãos de controle e fiscalização ou de qualquer outra origem;
III - prestar apoio técnico ao DER no atendimento das famílias em situação de vulnerabilidade atingidas pelas obras e serviços de implantação do empreendimento e que ainda aguardam o atendimento social definitivo, estipulado pelo agente financiador;
IV – auxiliar o DER na alteração da titularidade das licenças ambientais e suas respectivas prorrogações;
V – auxiliar o DER no atendimento dos compromissos já assumidos para mitigação e compensação socioambientais junto aos órgãos competentes, até que haja a transferência das atribuições;
VI – responsabilizar-se pelos fatos, atos e contratos relacionados ao empreendimento ocorridos em momento pretérito à transferência da execução das obras ao DER, seja em procedimentos arbitrais, judiciais ou administrativos;
VII - Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos, relativos ao recebimento e aplicação dos recursos financeiros repassados para a implementação do empreendimento, preservando-os em lugar seguro e de fácil acesso para eventuais consultas, quando necessárias, pelos órgãos de controle e fiscalização, até a transferência a outro ente ou entidade da Administração Pública Estadual;
VIII - Executar diretamente ou promover a contratação de serviços que se façam pertinentes ao cumprimento de suas obrigações, sem prejuízo das executadas até a celebração do presente termo aditivo, em apoio ao DER e mediante sua prévia autorização;
IX - Coordenar e controlar a execução dos serviços que lhe forem atribuídos;
X - Promover a quitação das faturas referentes aos seus contratos, quando devidamente cientificadas, conforme as obrigações assumidas antes da celebração do presente Termo Aditivo.
XI - acompanhar, quando solicitado pelo DER, as inspeções a serem realizadas pelo BID, relacionados aos documentos encaminhados ao agente, quando da vigência do empréstimo e nos termos das obrigações restantes, as obras, atividades, registros e contas da DERSA.
Os saldos vinculados ao referido Convênio podem ser assim demonstrados, sendo que a Companhia está em tratativas de encerramento do referido Convênio:

	31.12.22	31.12.21
Trecho Oeste e Sul		
Áreas Desapropriadas – Trecho Oeste - Nota 14	182.756	279.192
Áreas Desapropriadas – Trecho Sul. - Nota 14	43.021	44.829
Prov. Desapropriações – Trecho Oeste (i)	21.977	26.082
Prov. Desapropriações – Trecho Sul (i)	146.578	157.129
Desap. a rec./ pagar – Trecho Oeste – Nota 15	106.858	111.276
Desap. a rec./ pagar – Trecho Sul – Nota 15	224.180	70.377
Desapropriações Convênios	**725.370**	**688.885**
Trecho Norte		
Obras e serviços	5.860.745	5.860.612
Recursos recebidos Estado de São Paulo	(42.205)	(42.205)
Recursos recebidos da União Federal	(1.407.386)	(1.407.386)
Recursos recebidos do DER	(1.714.195)	(1.714.634)
Recursos recebidos do DER – BID	(2.699.135)	(2.701.317)
Créditos a (aplicar) receber – Trecho Norte	**(2.176)**	**(4.930)**
Créditos a realizar – Total	**723.194**	**683.955**

c. Convênio Complexo Viário Jacu Pêssego
Refere-se ao Convênio celebrado em 29 de dezembro de 2005 entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), com o objetivo de viabilizar a execução de obras e serviços do “Complexo Viário Jacu Pêssego” e a implantação de corredores viários de conexão com as principais rodovias estaduais.
A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto. Todavia, conforme comentado na nota explicativa n. º 7 (e), a Companhia foi ressarcida das despesas incorridas por esse serviço, bem como está em tratativas de encerramento do referido Convênio.
Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER.
A Companhia foi responsável por alguns processos de desapropriações do empreendimento os quais estão reconhecidos como passivos contingentes, nota explicativa nº 12, entretanto, com base nas análises dos assessores jurídicos da Companhia os processos de desapropriação que possui ações judiciais as quais no curso do direito possuem trânsito julgado de a causa ser classificada como o risco provável de desembolso pela DERSA estão sendo lançados nas contas de Créditos com Órgãos do Governo (Ativo Não Circulante) e sua contrapartida no Passivo Não Circulante, sob a rubrica Outras Contas a pagar conforme nota explicativa nº 15.
A movimentação do Convênio Complexo Viário Jacu Pêssego e os saldos em aberto podem ser assim demonstrados:

	31.12.22	31.12.21
Recursos recebidos do Estado e Município	(2.518.503)	(2.518.503)
Obras e serviços executados	2.518.978	2.518.987
Provisões Passivos Contingentes – Nota 14	10.917	10.974
Desap. a rec./ pagar – Nota 15	20.817	3.905
Saldo a recuperar	32.209	15.363

d. Convênio de Adequação Viária da Marginal Tietê
Em 25 de fevereiro de 2008, foi celebrado entre a Companhia, o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), a Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras do Município de São Paulo (SIURB) e a Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), Convênio que tem por objetivo a execução das obras e serviços.
A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto. Todavia, conforme comentado na nota explicativa n. º 7 (e), a Companhia foi ressarcida das despesas incorridas por esse serviço, bem como está em tratativas de encerramento do referido Convênio.
A Companhia foi responsável por alguns processos de desapropriações do empreendimento os quais estão reconhecidos como passivos contingentes, nota explicativa nº 12.Entretanto, com base nas análises dos assessores jurídicos da Companhia, os processos de desapropriação que possuem ações judiciais as quais no curso do direito possuem trânsito julgado de a causa ser classificada como o risco provável de desembolso pela DERSA estão sendo lançados nas contas de Créditos com Órgãos do Governo (Ativo Não Circulante) e sua contrapartida no Passivo Não Circulante, sob a rubrica Outras Contas a pagar conforme nota explicativa nº 15.
Os saldos em aberto do Convênio podem ser assim demonstrados:

	31.12.22	31.12.21
Recursos recebidos do Estado	(1.683.816)	(1.679.746)
Obras e serviços executados	1.683.816	1.679.728
Provisões Passivos Contingentes – Nota 14	12.481	7.512
Desap. a rec./ pagar – Nota 15	28	144
Saldo a recuperar	12.509	7.638

e. Departamento de Estradas de Rodagem – Gerenciamento de obras
Em 02 de dezembro de 2009, a DERSA e o DER - Departamento de Estradas de Rodagem firmaram um termo de ajuste.
O referido termo estabeleceu um percentual à Companhia, a ser repassado pelo DER, a título de ressarcimento dos custos operacionais, pela realização dos empreendimentos que lhe forem atribuídos por delegação ou Convênios bem como a sua forma de repasse financeiro.
No exercício de 2011, foi reavaliada a natureza dos valores recebidos pela Companhia em decorrência do referido Termo de Ajuste e, considerando que as atividades da Companhia decorrem de Convênio não se caracterizando prestação de serviços, os valores recebidos a título de ressarcimento foram reclassificados do grupo de receitas operacionais para o grupo de recuperação de despesas.
A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar os projetos.
Com o processo de liquidação, a partir de janeiro de 2021 a Companhia se tornou empresa estatal dependente do tesouro do Estado de São Paulo: *“Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral”* em conformidade com o art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), conforme Lei Estadual nº 17.309 de 29 de dezembro de 2020.
Desta forma, nestas demonstrações intermediárias não foram reconhecidos valores relativos ao ressarcimento das despesas incorridas pela Companhia.

	31.12.22	31.12.21
Saldo inicial	8.768	9.543
Valores recebidos	-	(775)
Saldo a recuperar	8.768	8.768

f. Convênio Nova Tamoios - Contornos
Refere-se ao Convênio celebrado em 02 de outubro de 2012, entre a DERSA e o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando a execução de obras e serviços de implantação do Empreendimento "Nova Tamoios - Contornos" nas cidades de Caraguatatuba e São Sebastião.
O Empreendimento irá implantar o Contorno Norte, com aproximadamente 6,2 km o Contorno Sul, com 30,7 km aproximadamente, cuja extensão total é de 36,9 km.
O Contorno Norte, com 6,2 km de extensão, está completamente localizado no município de Caraguatatuba. O traçado está compreendido entre a Rodovia Manuel Hypólito do Rego SP-055, nas proximidades da Rua Marginal Ipiranga e do rio Guaxinduba e a aproximação da interseção com a Rodovia dos Tamoios SP-099, junto ao rio Santo Antônio, no bairro Jaraguazinho.
O Contorno Sul, com 30,7 km de extensão, está localizado nos municípios de Caraguatatuba e de São Sebastião. Inicia-se a partir do Contorno Norte, na interseção com a Rodovia dos Tamoios SP-099 e termina na junção com a Rodovia Manuel Hypólito do Rego SP-055, nas proximidades do Porto de São Sebastião.
O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Logística e Transportes - SLT, da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP e da Concessionária Rodovia dos Tamoios S.A, assinaram em 27/08/2021, Termo Aditivo e Modificativo nº 06/2021 ao Contrato de Concessão Patrocinada SLT nº 008/2014, com o objetivo de transferir a execução das obras brutas remanescentes e obras complementares dos CONTORNOS NORTE E SUL à Concessionária, estando atualmente em execução.
A Companhia foi responsável pela execução, acompanhamento, fiscalização e mobilização do pessoal necessário para operacionalizar o projeto.
Todavia, conforme comentado na nota explicativa n. º 7 (e), a Companhia foi ressarcida das despesas incorridas por esse serviço.
Os recursos recebidos pela Companhia vêm sendo repassados por intermédio do DER. Parte desses recursos são captados através de financiamentos contraídos pelo Governo do Estado de São Paulo junto ao Banco do Brasil e BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Social.
Os saldos em aberto do referido Convênio podem ser assim demonstrados, sendo que a Companhia está em tratativas de encerramento do referido Convênio:

	31.12.22	31.12.21
Recursos recebidos do DER	(2.160.537)	(2.149.437)
Obras e serviços executados	2.160.965	2.149.659
Saldo a (aplicar)	428	222

g. Salários a recuperar
Esses valores são representados pelos créditos que a Companhia possui a receber de outros Órgãos, pertinentes a funcionários cedidos na Administração Pública, conforme segue relação abaixo:

	31.12.22	31.12.21
Cia. Docas de São Sebastião	1.576	1.890
Outros	57	5.599
	1.633	7.489

8. Bens em poder de Terceiros
A Companhia possui bens em poder de terceiros, conforme segue:

	31.12.22	31.12.21
Convênio Departamento Hidroviário (a)	257.356	345.536
Terrenos em poder de Terceiros (b)	5.556	-
	262.912	345.536

a. Convênio Departamento Hidroviário
Em 20 de outubro de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 65.262/2020, o qual dispõe sobre os serviços de travessias litorâneas, de responsabilidade do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.
Considerando o disposto no artigo 2º, parágrafo único, da Lei nº 17.148, de 13 de setembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adotar providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A.;
Considerando a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. ocorrida em 20 de outubro de 2020,
Decreta:
Artigo 1º *- Os serviços de travessias litorâneas outorgados à DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., por meio do Decreto nº 29.884, de 4 de maio de 1989, passam a ser administrados pelo Departamento Hidroviário, da Secretaria de Logística e Transportes.*
Parágrafo único *- Para os fins do disposto no "caput" deste artigo, caberá ao Secretário de Logística e Transportes, mediante prévia articulação com o liquidante da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., adotar as medidas necessárias à transição dos serviços.*
Por força do referido decreto, em 27 de outubro de 2020, foi celebrado Convênio de Cooperação Técnica e Operacional entre a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes, e esta pelo Departamento Hidroviário, objetivando a colaboração mútua para a transferência do serviço de Travessias Litorâneas da DERSA ”em liquidação” para o Departamento Hidroviário, com o prazo de vigência de 06 (seis) meses a contar de 1º de novembro de 2020.
Dada a necessidade de manutenção dos serviços prestados e a complexidade dos assuntos envolvidos, foram assinados 05 (cinco) termos aditivos de prazo ao Termo de Convênio, sendo 1º Tam assinado em 30/04/2021 aditando-o por 10 (dez) meses e 19 (dezenove) dias; 2º Tam assinado em 20/09/2021, aditando-o em 25 (vinte e cinco) dias; 3º Tam assinado em 15/10/2021, aditando-o em 05 (cinco) meses e 14 (quatorze) dias; 4º Tam assinado em 30/03/2022, aditando-o em 04 (quatro) meses; o 5º TAM assinado em 29/07/2022, aditando-o por mais 04 (quatro) meses, com término previsto em 30/11/2022, e por fim o 6º TAM assinado em 30/11/2022, aditando-o por mais 04 (quatro) meses, com término previsto em 31/03/2023.
A Companhia operou o sistema de travessias litorâneas de São Sebastião/Ilhabela; Cananéia/Continente; Cananéia/Ilha Comprida; Iguape/Juréia; Cananéia/Ariri; Bertioga/Guarujá; Santos/Guarujá e Santos/Vicente de Carvalho, todas dentro do Estado de São Paulo, até 31 de outubro de 2020, sendo à Administração transferida ao Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo, bem como os contratos vinculados a esse sistema foram sub-rogados a aquele Departamento.
Tendo em vista que nos termos do CPC nº 27 - Ativo imobilizado é o item tangível que:
(a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e
(b) se espera utilizar por mais de um período. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.
Ainda conforme prevê o referido CPC nº 27 - Ativo imobilizado, o custo de um item de ativo imobilizado deve ser reconhecido como ativo se, e apenas se:
(a) for provável que futuros benefícios econômicos associados ao item fluirão para a entidade; e
(b) o custo do item puder ser mensurado confiavelmente.
Sendo assim, os bens corpóreos e incorpóreos da Companhia, necessários para a operacionalização do sistema de travessias litorâneas, serviço público essencial,

CONTINUA

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A "EM LIQUIDAÇÃO"

CNPJ Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTINUAÇÃO

disponibilizados por força do Convênio, ao Departamento Hidroviário, registrado anteriormente em seu ativo imobilizado foram reclassificados para o ativo não circulante, pelo saldo residual do ativo já depreciado. O saldo em 31 de dezembro de 2022, está apresentado conforme quadro a seguir:

	31.12.22	31.12.21
Móveis e utensílios	84	84
Instalações	97.867	4.095
Embarcações / Acessórios embarcações	242.964	243.209
Outros	-	98.148
Prov. Para Perda com Desvalorização	(83.559)	-
	257.356	345.536

b. Terrenos em poder de Terceiros

03 Terrenos que estavam registrados no Balanço da Companhia como Imobilizado, foram reclassificados para "Bens em Poder de Terceiros", conforme comentado na nota explicativa n. º 9 (c). O saldo em 31 de dezembro de 2022, está apresentado conforme quadro a seguir:

	31.12.22	31.12.21
	5.556	-
Terrenos Rodoanel Trecho Oeste	5.556	-

9. Imobilizado

Com base em levantamentos efetuados pela área técnica da Companhia, foram identificados 37 (trinta e sete) imóveis (Terrenos e Edificações), com a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	QUANT.
Imóveis (Terrenos e Edificações) com Registro em Cartório	13
Terrenos em Fase de Registro em Cartório	02
Terrenos em Poder de Terceiros	03
Terrenos com Ações Judiciais de Desapropriações em Curso	04
Terrenos Vinculados à Convênios de ações mitigatórias e compensatórias	15
SOMA	**37**

Visando a Conclusão das Atividades de Liquidação da DERSA, em 11/06/2021 a DERSA contratou Fundação Instituto de Administração – FIA, para a realização dos Serviços de Apoio na Realização de Inventário, Organização e Gestão Documental, Avaliação Mobiliária e Imobiliária com Teste de Recuperabilidade dos Ativos (Teste de Imparment), incluindo os Intangíveis e Levantamento de Bens e Documentos Distribuídos nos Municípios de São Sebastião, Guarujá, Santos, Atibaia, Guarulhos, Santana do Parnaíba, Barueri, Osasco e Embu das Artes, visando a Conclusão das Atividades de Liquidação da DERSA.

Após a conclusão dos trabalhos, apurou-se que:

i) As avaliações dos Imóveis excederam ao valor residual contábil na data base em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$ 415.843.790,95, sendo apurada a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	Saldo Contábil Residual em dez/22	Valor da Avaliação
Imóveis (Terrenos e Edificações) com Registro em Cartório (a)	20.794.445,23	252.992.271,29
Terrenos em Fase de Registro em Cartório (b)	5.023.841,92	100.711.000,00
Terrenos em Poder de Terceiros (c)	5.556.698,75	23.563.000,00
Terrenos com Ações Judiciais de Desapropriações em Curso (d)	2.850.173,83	85.191.000,00
Terrenos Vinculados à Convênios de ações mitigatórias e compensatórias (e)	12.388.320,61	-
TOTAL	**46.613.480,34**	**462.457.271,29**

As variações que excederam ao valor residual contábil são as seguintes:

a) 13 Imóveis - Terrenos e Edificações que possuem registros junto aos cartórios, estão classificados no Balanço da Companhia como "Imóveis DERSA – Registros Concluídos". Tendo em vista que não há, no momento, razoável segurança de que ocorrerá venda ou realização desses ativos para pagamento de passivos, em atendimento ao item 21 do CPC de Liquidação, a variação no montante de R$ 232.197.826,06, não foi contabilizada.

b) 02 Terrenos que estão em fase de registro junto aos cartórios, estão classificados no Balanço da Companhia como "Imóveis DERSA – Registros em Andamento". Tendo em vista que não há, no momento, razoável segurança de que ocorrerá venda ou realização desses ativos para pagamento de passivos, em atendimento ao item 21 do CPC de Liquidação a variação no montante de R$ 95.687.158,08, não foi contabilizada.

c) 03 Terrenos que estavam registrados no Balanço da Companhia como Imobilizado, foram reclassificados para "Bens em Poder de Terceiros". Tendo em vista que não há, no momento, razoável segurança de que ocorrerá venda ou realização desses ativos para pagamento de passivos, em atendimento ao item 21 do CPC de Liquidação, a variação no montante de R$ 18.006.301,25, não foi contabilizada.

d) 04 Terrenos que estavam registrados no Balanço da Companhia como Imobilizado, foram reclassificados para "Investimento". Existem processos judiciais de desapropriações em andamento vinculados aos terrenos, cujo valor das ações perfazem o montante de R$ 73.289.767,00, registrados no Passivo da Companhia. Tendo em vista que não há, no momento, razoável segurança de que ocorrerá venda ou realização desses ativos para pagamento de passivos, em atendimento ao item 21 do CPC de Liquidação, a variação no montante de R$ 82.340.826,17, não foi contabilizada.

e) 15 Terrenos que estavam registrados no Balanço da Companhia como Imobilizado, foram reclassificados para "Investimento", tendo em vista que, até o momento, não foram concluídos os documentos necessários para a transferência das titularidades dos Terrenos às Prefeitura vinculadas aos Convênios. Os valores dos 15 Terrenos perfazem o montante de R$ 12.388.320,61.

ii) As avaliações dos Bens Móveis excederam ao valor residual contábil na data base em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$ 811 (mil), sendo apurada a seguinte composição:

Descrição	Saldo Contábil Residual em dez/22	Valor da Avaliação
Móveis e Utensílios / Máquinas e Acessórios / Veículos/ Aeronaves / Instalações / Computadores e Periféricos.	55	866
TOTAL	**55**	**866**

	Prazo de depreciação (em anos)	31.12.22 Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido	31.12.21 Custo Histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios	25	15.740	(13.329)	2.411	15.740	(13.073)	2.667
Móveis e utensílios	10	3.529	(3.526)	3	3.613	(3.606)	7
Máquinas e acessórios	10	82	(82)	-	82	(82)	-
Veículos	5	197	(197)	-	197	(197)	-
Aeronaves	10	10	(3)	7	10	(2)	8
Instalações	10	378	(371)	7	381	(373)	8
Computadores e periféricos	5	3.716	(3.707)	9	3.719	(3.687)	32
Embarcações (a)	20	-	-	-	-	-	-
Atracadouros (a)	30	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de arrecadação (a)	10	-	-	-	-	-	-
Dolfins (a)	70	-	-	-	-	-	-
Carreiras e carrinhos de docagem (a)	25	-	-	-	-	-	-
Edificações/sinalização/ reurbanização/ terraplenagem (a)	25	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	3.192	-	3.192
Terrenos	-	23.281	-	23.281	44.075	-	44.075
		46.933	(21.215)	25.718	71.009	(21.020)	49.989

(a) Conforme nota explicativa n. º 8a, alguns bens da Companhia foram disponibilizados ao Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo para a operacionalização dos serviços públicos de travessias litorâneas, sendo esses bens classificados pelo saldo residual no ativo não circulante sob a rubrica de Bens em poder de terceiros.

Movimentação do custo

	31.12.22 01.01.2022	Adições	Baixas	Transf.	Custo	31.12.21 01.01.2021	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Edifícios	15.740	-	-	-	15.740	15.740	-	-	-	15.740
Móveis e utensílios	3.613	-	(84)	-	3.529	3.622	-	(9)	-	3.613
Máquinas e acessórios	82	-	-	-	82	82	-	-	-	82
Veículos	197	-	-	-	197	197	-	-	-	197
Aeronaves	10	-	-	-	10	10	-	-	-	10
Instalações	381	-	(3)	-	378	381	-	-	-	381
Computadores e periféricos	3.719	-	(3)	-	3.716	3.721	-	(2)	-	3.719
Embarcações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atracadouros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dolfins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carreiras e carrinhos de docagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações/sinalização/ reurbanização/ Terraplenagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizações em andamento	3.192	-	(3.192)	-	-	3.192	-	-	-	3.192
Terrenos	44.075	-	(20.794)	-	23.281	44.075	-	-	-	44.075
Imobilizado	**71.009**	**-**	**(24.076)**	**-**	**46.933**	**71.020**	**-**	**(11)**	**-**	**71.009**

As baixas na rubrica de terrenos são referentes a transferências paras as contas de investimentos e bens em poder de terceiros, conforme demonstrado abaixo:

	Saldo antes da Transferência	Transferência	31.12.22
Bens em Poder de Terceiros – Nota n.° 8 (a)	257.356	-	257.356
Terrenos em Poder de Terceiros – Nota n.° 8 (b)	-	5.556	5.556
Investimentos	71	15.238	15.309
Total	**257.427**	**20.794**	**278.221**

Movimentação da depreciação

	31.12.22 01.01.2022	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.21 01.01.2021	Adições	Baixas	Depreciação
Edifícios	(13.073)	(256)	-	(13.329)	(12.816)	(257)	-	(13.073)
Móveis e utensílios	(3.606)	(4)	84	(3.526)	(3.607)	(8)	9	(3.606)
Máquinas e acessórios	(82)	-	-	(82)	(82)	-	-	(82)
Veículos	(197)	-	-	(197)	(197)	-	-	(197)
Aeronaves	(2)	(1)	-	(3)	(2)	-	-	(2)
Instalações	(373)	(1)	3	(371)	(371)	(2)	-	(373)
Computadores e periféricos	(3.687)	(21)	1	(3.707)	(3.668)	(21)	2	(3.687)
Embarcações	-	-	-	-	-	-	-	-
Atracadouros	-	-	-	-	-	-	-	-
Equipamentos de arrecadação	-	-	-	-	-	-	-	-
Dolfins	-	-	-	-	-	-	-	-
Carreiras e carrinhos de docagem	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações/sinalização/ reurbanização/ Terraplenagem	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	**(21.020)**	**(283)**	**88**	**(21.215)**	**(20.743)**	**(288)**	**11**	**(21.020)**

10. Contas a pagar

Está representado substancialmente por obrigações com empreiteiras decorrentes da construção, conservação e melhoramentos dos empreendimentos e Travessias Litorâneas que estava sob jurisdição da Companhia. Os valores foram estabelecidos através de medições com base nos preços contratuais e, posteriormente, foram reajustados de acordo com o disposto no Decreto Estadual n. º 27.133, de 26 de junho de 1987 e suas alterações.

A dívida total com os fornecedores pode ser demonstrada como segue:

Circulante	31.12.22	31.12.21
Obras e serviços Rodoanel (a)	1.281	1.296
Convênio PMSP	2.832	2.839
Convênio Nova Tamoios Contornos	420	420
Travessias litorâneas (b)	207	525
Outras empreiteiras e fornecedores	5.981	5.401
	10.721	10.481

a. Obras e serviços Rodoanel

Refere-se aos contratos de obras e serviços vinculados ao empreendimento Rodoanel Mario Covas, vide nota explicativa n. º 7 "b".

b. Travessias litorâneas

Refere-se aos contratos de serviços vinculados ao sistema de travessias litorâneas e linha de navegação, que estavam sob a jurisdição da Companhia.

11. Tributos a recolher

	31.12.22	31.12.21
Imposto de Renda (a)	-	-
Outros tributos federais (b)	3.630	5.549
Outros tributos municipais	39	36
	3.669	5.585

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/ exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação vigente.

a. IRPJ exercício 2018

No exercício de 2019, a Companhia ingressou com a ação judicial n. º 5006992-36.2019.4.03.6100, perante a Justiça Federal de São Paulo, visando anular o débito de IRPJ competência dezembro de 2018, em decorrência do reconhecimento do direito à imunidade recíproca.

Em 13/05/2019, foi deferido o pedido de tutela antecipada para determinar a penhora no rosto dos autos da ação de cumprimento de sentença n. º 0016825-20.2017.8.26.0100, em trâmite perante a 28ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo do valor em discussão atualizado no valor de R$ 21.243.855,34. Determinada a suspensão da exigibilidade do crédito tributário diante da comprovação da penhora no rosto dos autos do cumprimento de sentença.

Ato sequente, foi anexada petição, de 07/06/2019, onde a Procuradoria da Fazenda Nacional se manifesta no sentido de que, com fundamento na Portaria PGFN 502/2016, art. 2º, V, bem como nos citados atos da petição, deixará de apresentar contestação na ação aqui relatada em virtude do reconhecimento da imunidade tributária pleiteada pela Companhia.

Em 08 de setembro de 2021, a ação declaratória teve sentença de procedência para reconhecer a imunidade tributária da DERSA quanto aos impostos nos termos do artigo nº 150, VI "a" da Constituição Federal de 1.988, vindo transitar em julgado, sendo assim, os valores anteriormente provisionados no passivo circulante, foram baixados contra os prejuízos acumulados de anos anteriores.

b. Outros tributos federais

Os outros tributos federais a recolher compreendem, substancialmente, à valores relacionados a Imposto de Renda Retido na Fonte sobre salários e terceiros (R$ 1.967), retenções relacionadas a PIS, COFINS e CSLL (R$ 92), além de obrigações sociais incidentes sobre a folha de pagamentos (R$ 1.571).

12. Passivos contingentes

A Companhia é parte integrante de ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos civis, comerciais e outros assuntos.

No exercício de 2022, com base em análises dos assessores jurídicos, foi verificado que a Companhia possui ações judiciais as quais no curso do direito possuem trânsito em julgado e, portanto, apresentando risco provável de desembolso pela DERSA.

Algumas dessas causas possuíam mandado de penhora de faturamento deferida pelos respectivos juizados e, em virtude do processo de liquidação da Companhia, essas penhoras foram interrompidas, face a transferência das atividades de travessias litorâneas para o Departamento Hidroviário (vide nota nº 8a), serviço que gerava receita operacional à Companhia. Os processos com essas características, anteriormente classificados sob a rubrica de passivos contingentes, foram reclassificados para Outras Contas a Pagar, conforme nota explicativa nº 15.

Trimestralmente, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	31.12.22 Provisão	Depósitos judiciais	31.12.21 Depósitos judiciais	Provisão
Trabalhistas	26.235	11.207	50.663	12.901
Tributárias e previdenciárias	58.522	34.785	53.785	36.532
Cíveis	228.736	-	267.226	-
Desapropriações	74.990	885	165.661	1.379
Contratos de empreiteiras (Medições/Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras)	388.483	46.877	537.335	50.812

MOVIMENTAÇÃO DOS PROCESSOS NO PERÍODO

	31.12.22 1º.01.2022	Atualizações	Acordos/ Reclass.	Baixas	Saldo final	31.12.21 1º.01.2021	Atualizações	Acordos/ Reclass.	Baixas	Saldo final
Trabalhistas	50.663		(13)	(24.415)	26.235	52.566	15.935	(17.541)	(297)	50.663
Tributárias e previdenciárias	53.785	90.748	(86.011)	-	58.522	180.246	20.351	(123.643)	(23.169)	53.785
Cíveis										
- Desapropriações	65.529	267.027	(295.772)	-	36.784	99.515	74.075	(70.411)	(37.650)	65.529
- Contratos de empreiteiras (Medições/ Atualização monetária sobre contratos de empreiteiras)	165.661	-	(28.038)	(62.633)	74.990	996.495	154.302	(970.398)	(14.738)	165.661
Sub-total	**335.638**	**357.775**	**(409.834)**	**(87.048)**	**196.531**	**1.328.822**	**264.663**	**(1.181.993)**	**(75.854)**	**335.638**
Desapropriações - Convênios	201.697	-	(9.745)	-	191.952	288.615	-	(86.918)	-	201.697
Total	**537.335**	**357.775**	**(419.579)**	**(87.048)**	**388.483**	**1.617.437**	**264.663**	**(1.268.911)**	**(75.854)**	**537.335**

As contingências tributárias e previdenciárias referem-se basicamente a processos relativos ao IPTU e ISSQN.

As contingências de desapropriações referem-se às demandas judiciais para a discussão dos valores das indenizações pagas nos processos de desapropriação de terrenos para a construção de rodovias e consecução dos empreendimentos gerenciados pela DERSA. Para os processos pendentes de julgamento final, a Administração utilizou-se da estimativa dos valores, baseada em estudo técnico e histórico dos valores indenizados.

A partir do exercício de 2014, a Companhia efetuou uma mudança de prática contábil relativa ao reconhecimento das provisões passivas para contingências de desapropriações vinculadas aos Convênios - nota explicativa nº 7 (b), (c) e (d), sendo estas registradas apenas em contas patrimoniais.

As contingências com empreiteiras no montante de R$ 74.990 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 165.661 em dezembro de 2021) que incluem, substancialmente, as discussões judiciais sobre a atualização e correção monetária decorrentes do reequilíbrio financeiro dos contratos, ocorrido durante o Plano Real, vêm sendo atualizadas pelo INPC mais meio por cento de juros de mora ao mês.

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis avaliadas pelo departamento jurídico da Companhia classificadas como sendo de risco possível no montante estimado de R$ 2.896.620 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 2.936.051 em 2021), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Trimestralmente, a Companhia com base nas informações de seus assessores jurídicos, apura as garantias prestadas aos seus credores, cujos montantes em 31 de dezembro de 2022 eram R$ 59.025, conforme segue abaixo:

	31.12.22
Imóveis	55.750
Bens móveis	3.275
	59.025

13. Benefícios a empregados

A Administração da Companhia adota a política contábil de reconhecimento dos programas de benefícios pós-emprego, avaliada pelo método da Unidade de Crédito Projetada, de acordo com as orientações CPC-33 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A Companhia disponibiliza aos seus colaboradores, ex-colaboradores e dependentes benefício de assistência médico-hospitalar contratado através do Grupo NotreDame Intermédica, devidamente habilitado para este fim pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. A legislação específica e vigente sobre os beneficiários de planos médicos (Lei n.º 9.656/98) prevê possível continuidade no plano de assistência à saúde no período pós-emprego desde que, durante o período laboral, o empregado tenha contribuído para o custeio do plano. Esta vinculação é vitalícia quando o empregado se aposentar pela Companhia e, concomitantemente, tiver contribuído ao plano por no mínimo dez anos, ou temporária – para os casos de desligamento ou aposentadoria com período de contribuição menor que 10 anos.

Os planos médicos disponibilizados possuem uma tabela de contribuições em regime de pré-pagamento, enquanto os custos são variáveis em função da sinistralidade corrente, denotando eventuais subsídios, instáveis e periódicos, entre as populações ativas e aqueles que estiverem no período pós-emprego com direito ao benefício vitalício. Sendo assim, há subsídio indireto em favor dos aposentados e seus dependentes, uma vez que a DERSA assume parte dos custos dos prêmios médios dos ativos. Segundo a norma CPC-33 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia deve reconhecer essa obrigação indireta, para tanto, baseando-se em avaliação atuarial específica e independente.

A avaliação, realizada pela empresa Assistants Ltda., habilitada junto IBA – Instituto Brasileiro de Atuária sob n. º CIBA-68, adotou o Método da Unidade de Crédito Projetada – UCP, utilizando as seguintes premissas:

HIPÓTESES ATUARIAIS E FINANCEIRAS

HIPÓTESES ECONÔMICAS	2022	2021
Taxa anual de juro atuarial real	6,17%	5,30%
Taxa anual de inflação projetada	5,31%	5,03%
Taxa esperada de retorno nos ativos	N.A.	N.A.
Taxa anual real de evolução salarial	2%	2%
Taxa anual real de evolução custos médicos até 59 anos	6,17%	6,17%
Taxa anual real de evolução custos médicos após 59 anos	3%	3%
Taxa real de evolução de benefícios	N.A.	N.A.
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	N.A.	N.A.
Fator de capacidade (benefícios e salários)	N.A.	N.A.

HIPÓTESES ATUARIAIS		
Taxa de rotatividade	10,65% a.a.	15,19% a.a.
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
% de casados na data de aposentadoria	80%	80%
Diferença de idade entre titular e cônjuge - Inativos	4 anos	4 anos
Idade de Aposentadoria	60 anos	60 anos

Os resultados apurados, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, com base nas hipóteses e considerações descritas anteriormente, foram os seguintes:

PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	2022	2021
ALTERAÇÕES NAS OBRIGAÇÕES		
Obrigações com Benefícios Projetados no Início do Exercício	18.019	29.337
Custo do serviço	59	513
Custo dos juros	1.861	1.908
Benefícios pagos/adiantados	-	-
(Ganhos) ou perdas atuariais	(5.179)	(13.739)
Obrigações Atuariais no final do Exercício	14.760	18.019
ALTERAÇÕES NOS ATIVOS FINANCEIROS		
Valor dos Ativos no Início do Exercício	-	-
Retorno investimentos	-	-
Contribuições arrecadadas	-	-

CONTINUA

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A "EM LIQUIDAÇÃO"

CNPJ Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTINUAÇÃO

Benefícios pagos	-	-
Ganhos/ (perdas) atuariais	-	-
Valor dos Ativos Financeiros no final do Exercício	-	-
OBRIGAÇÃO LÍQUIDA NO FINAL DO EXERCÍCIO	14.760	18.019

Reconciliação do passivo atuarial líquido	
Movimentação do passivo líquido	31/12/2022
Passivo/ (ativo) atuarial líquido no início do Exercício (a)	18.019
(Ganho) /perda a ser reconhecido em ORA (b)	(5.179)
Despesa/ (receita) já reconhecida durante o exercício (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	1.919
Custo do serviço corrente (d)	59
(-) Contribuições de participantes (e)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (f)	1.861
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (g)	-
(-) Contribuições normais do patrocinador (h)	-
Passivo atuarial líquido no final do exercício (i) = (a) + (b) + (c) + (h)	14.760

Para o exercício de 2022 foram projetados os seguintes valores de agregação à obrigação acima:

CUSTO PERIÓDICO - Projeção para 2022	**EM R$**
Custo do serviço corrente	59
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	1.861
(-) Contribuições de participantes	-
(-) Benefícios pagos no ano	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Outros	-
TOTAL	**1.920**

14. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFACs, não convertidos em subscrições de ações até a presente data, configuram-se um crédito ao acionista e, por isso, não estão classificados no patrimônio líquido da Companhia, estando registrados nas demonstrações intermediárias como passivo não circulante, constituindo créditos do Estado de São Paulo e, sua contrapartida vinculada a área desapropriada, sendo que a posição em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 217.480 (R$ 217.480 em 2021).

15. Outras contas a pagar

Considerando a edição da Lei estadual nº 17.148, de 13 de setembro de 2019, que autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias à dissolução, liquidação e a extinção da Companhia, cumpre, nesta oportunidade, adotar os procedimentos societários pertinentes, observada a competência da Assembleia de Acionistas estabelecida nos artigos 206, I, c e 208, da Lei no 6.404/1976, em 20 de outubro de 2020, através de Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia iniciou o processo de liquidação.

Nos termos do inciso IV do artigo nº 210 da lei federal nº 6.404/76, um dos deveres do liquidante é ultimar os negócios da Companhia, realizar o ativo, pagar o passivo, e partilhar o remanescente entre os acionistas.

Nesse contexto, alguns credores possuem ações judiciais junto à Companhia e as estimativas dos valores dessas ações estão contabilizados na rubrica contábil de Passivos Contingentes, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (nota explicativa nº 12), pois embora haja uma obrigação presente que resulta de eventos passados, não há certeza na presente data para cumprimento dessa obrigação, bem como muitas vezes os valores ainda não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Portanto, a contabilização está seguindo as seguintes premissas:

Passivo contingente é:

(a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

(b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:

(i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Passivo Contingente:

Os passivos contingentes podem desenvolver-se de maneira não inicialmente esperada. Por isso, são periodicamente avaliados para determinar se uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos se tornou provável. Se for provável que uma saída de benefícios econômicos futuros será exigida para um item previamente tratado como passivo contingente, a provisão deve ser reconhecida nas demonstrações intermediárias do período no qual ocorre a mudança na estimativa da probabilidade (exceto em circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa suficientemente confiável possa ser feita).

As ações judiciais que estão em curso e com recursos pendentes de apreciação judicial, que poderá haver discussão inclusive sobre os valores apresentados, formas de apropriação, etc., ou seja, em relação a esses itens, não existe ainda uma obrigação efetiva a pagar imediatamente e, portanto, contabilmente, não possui elementos para serem registradas como Contas a Pagar.

Entretanto, com base nas análises dos seus assessores jurídicos, a Companhia possui ações judiciais as quais no curso do direito possuem trânsito julgado e valores de condenação homologados, portanto, a causa foi classificada com o risco provável de desembolso pela DERSA e, além disso, parte dessas causas possuíam penhora de faturamento deferida pelos respectivos juizados sendo que essas penhoras foram interrompidas com a transferência das atividades de travessias litorâneas para o Departamento Hidroviário.

Face a transferência do sistema de travessias litorâneas ao Departamento Hidroviário do Estado de São Paulo – nota explicativa n. º 8a, tendo em vista que a DERSA não possui mais receita desse sistema, penhoras deferidas encontram-se suspensas e, a Companhia aguarda nova orientação judicial.

Diante disso, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC n. º 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores reclassificados para o passivo não circulante, contabilizados como "Outras Contas a Pagar". Em 31 de dezembro de 2022, os processos por natureza estão apresentados conforme quadro a seguir:

	31.12.22	**31.12.21**
Trabalhista	20.082	17.322
Tributária e previdenciárias	208.364	123.636
Desapropriações	1.021.995	740.510
Desapropriações – Rod. Oeste - nota explicativa nº 7 (b)	106.858	111.276
Desapropriações – Rod. Sul - nota explicativa nº 7 (b)	224.180	70.737
Desapropriações – Conv. Jacu Pêssego - nota Explicativa nº 7 (c)	20.817	3.905
Desapropriações – Conv. Marginal - nota Explicativa nº 7 (d)	28	144
Cíveis	1.082.957	966.200
	2.685.281	2.033.730

16. Partes relacionadas

As operações e saldos com partes relacionadas compreendem aquelas já divulgadas nas notas explicativas e compreendem as seguintes partes: o Governo do Estado de São Paulo, seu principal acionista, e seus demais agentes conforme abaixo:

A Secretaria Estadual de Logística e Transportes, o Departamento de Estradas de Rodagem – DER, o Departamento Hidroviário e a Fazenda do Estado de São Paulo, vide notas explicativas n. º 7 (a), (b), (c), (d), (e), (f), (g) e 8.

Nos Convênios, todos os recursos financeiros são utilizados exclusivamente no empreendimento vinculado ao instrumento, inclusive no caso de ganho através de aplicação financeira o montante auferido é totalmente destinado ao empreendimento.

Remuneração dos Administradores

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio do Parecer CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado) n. º 057/2003 e Deliberação CODEC n. º 1, de 16/03/2018. A remuneração dos executivos está limitada à remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração quando vigente, e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal, no caso de Conselheiro Fiscal. O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Além da remuneração mensal, os membros da Diretoria Executiva receberam gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base pró rata temporis, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia.

Os Diretores Executivos receberam também alguns benefícios como assistência médica, descanso anual, com característica de licença remunerada, pelo período de 30 (trinta) dias corridos, com pagamento de adicional correspondente a 1/3 (um terço) dos honorários mensais.

Durante o exercício de 2022 não houve pagamento de remuneração para qualquer membro Conselho Fiscal e para o Liquidante por qualquer razão que não a função que ocupam. Os dados relativos à remuneração dos administradores da DERSA podem ser consultados nos termos da legislação vigente, em todos os seus detalhes, cifras e quadros, no Portal da Transparência do Governo do Estado de São Paulo: www.transparencia.sp.gov.br.

As remunerações dos Administradores referem-se às obrigações de curto prazo e podem ser assim demonstradas:

	31.12.22	**31.12.21**
Honorários da Diretoria Executiva	224	252
Honorários do Conselho de Administração	-	-
Honorários do Conselho Fiscal	263	263
Encargos e Benefícios a Diretores e Conselheiros	262	213
Remuneração dos Administradores	749	728

17.Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado, conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 03 de junho de 2008, é de R$ 22.067.886 (vinte e dois bilhões, sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta e seis mil reais).

O montante integralizado até 31 de dezembro de 2022 é de R$ 1.862.659.

A posição acionária no capital da Companhia é apresentada como segue:

	31.12.22		**31.12.21**	
Acionistas	**N. º de ações***	**%**	**N. º de ações***	**%**
Fazenda do Estado de São Paulo	1.432.148.161	100,0000	1.432.148.154	99,999999
Cia. de Seguros do Estado de SP	-	0,000000	7	0,000001
	1.432.148.161	100	1.432.148.161	100

* Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 os montantes estão sendo apresentados em quantidade unitária.

b. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n. º 193 da Lei n. º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Considerando os montantes de prejuízos acumulados, esta reserva não foi constituída.

18. Instrumentos financeiros

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores de mercado em virtude da natureza e prazo de vencimento desses instrumentos.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a. Valor de mercado dos instrumentos financeiros – Valor Justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalente de caixa, clientes, adiantamento a funcionários, créditos com órgãos do governo, depósitos judiciais, fornecedores e dívidas junto a órgãos do governo.

	Valor justo		**Valor Contábil**	
Ativos financeiros	**31/12/2022**	**31/12/2021**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	23.868	6.271	23.868	6.271
Contas a receber	154	148	154	148
Outros créditos	155	901	155	901
Não Circulante				
Créditos com órgãos do Governo	1.826.931	1.771.487	1.826.931	1.771.487
Depósitos judiciais	46.877	50.812	46.877	50.812
Outras contas a receber	56	56	56	56
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.721	10.481	10.721	10.481
Outras contas a pagar	543	551	543	551
Não Circulante				
Outras contas a pagar	2.685.281	2.033.730	2.685.281	2.033.730

Hierarquia de valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia.

- Nível 1 – preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 – diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3 – para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercado atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

	Mensuração do valor justo	
		Mercados Similares
	31.12.2022	**Nível 2**
Ativos financeiros		
Circulante		
Outros investimentos*	23.868	23.868
	23.868	23.868

* Outros investimentos compreendem as contas de aplicações financeiras.

	31.12.22			
	Empréstimos e recebíveis	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.868	-	23.868
Contas a receber	154	-	-	154
Outros créditos	155	-	-	155
Não Circulante				
Créditos com órgãos do Governo	1.826.931	-	-	1.826.931
Depósitos judiciais	-	-	46.877	46.877
Outros créditos	56	-	-	56
	Outros ao custo amortizado			
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores				
Outras contas a pagar				
Não Circulante	10.721	-	-	10.721
Outras contas a pagar	543	-	-	543
	2.685.280			2.685.280

	31.12.21			
Ativos financeiros	**Empréstimos e recebíveis**	**Valor justo através do resultado**	**Mantidos até o vencimento**	**Total**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.341	2.930	-	6.271
Contas a receber	148	-	-	148
Outros créditos	901	-	-	901
Não Circulante				
Créditos com órgãos do Governo	1.771.487	-	-	1.771.487
Depósitos judiciais	-	-	50.812	50.812
Outros créditos	56	-	-	56
	Outros ao custo amortizado			
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	10.481	-	-	10.481
Outras contas a pagar	551	-	-	551
Não Circulante				
Outras contas a pagar	2.033.730			

b. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

c. Análise de Sensibilidade

Em atendimento às exigências requeridas, a Administração da Companhia realizou a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado, considerado relevante por ela, aos quais a DERSA está exposta considerando as condições em 31 de dezembro de 2022, tendo sido os seguintes Cenários: i) Cenário I: Situação provável. Foi considerada como premissa a taxa CDI publicada em 31 de dezembro de 2022 (13,75%) ii) Cenário II: Situação possível. Foi considerada como premissa, a elevação de 25% na deterioração das variáveis de risco de mercado apresentas no cenário provável; e iii) Cenário III: Situação remota. Foi considerada como premissa a elevação de 50% na deterioração das variáveis de risco de mercado apresentadas no cenário provável.

O quadro a seguir apresenta a maior perda esperada para cada cenário:

Risco	**Instrumento**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
FIF TESOURO	Fundo de renda	13,75%	10,31 %	6,88%
– R$ 23.868	fixa	R$ 3.282	R$ 2.461	R$ 1.642

O quadro a seguir apresenta o maior ganho esperado para cada cenário:

Risco	**Instrumento**	**Cenário I**	**Cenário II**	**Cenário III**
FIF TESOURO	Fundo de renda	13,75%	17,19 %	20,63%
– R$ 23.868	fixa	R$ 3.282	R$ 4.103	R$ 4.924

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação às variáveis de riscos assumidas, mantendo constantes as demais.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Atualmente, a Companhia possui também um seguro de cobertura secundária da modalidade de responsabilidade civil de diretores e administradores.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações intermediárias, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A Companhia não efetuou a contratação de seguro para responsabilidade civil de diretores e administradores.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por: R$ 41.250 (quarenta e um milhões, duzentos e cinquenta mil) – R$ 35.843 (trinta e cinco milhões, oitocentos e quarenta e três mil), em 31 de dezembro de 2021 para danos materiais.

20. Receita operacional líquida

	31.12.22	**31.12.21**
Arrecadação de pedágios travessias	-	-
Prestação de serviços	-	-
Outras receitas	-	-
(-) Deduções – Tributos sobre receita	-	-
	-	-

Considerando o processo de liquidação da Companhia, até outubro do exercício de 2020, a Companhia auferiu receitas operacionais, decorrentes do sistema de Travessias Litorâneas, o qual foi transferido ao Departamento Hidroviário, conforme nota explicativa nº 8 (a).

21. Despesas operacionais

	31.12.22	**31.12.21**
Gerais e administrativas	(35.880)	(38.428)
Pessoal	(68.460)	(82.878)
Remuneração dos administradores – nota n. º 16	(749)	(728)
Manutenção	(291)	(279)
Subvenção para custeio (a)	116.295	119.034
Ressarc. despesas incorridas Convênios – nota n. º 7 (e)	-	-
	10.915	(3.279)

(a) Subvenção para custeio

A partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia se tornou empresa estatal dependente do tesouro do Estado de São Paulo: "Empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral" em conformidade com o art. 2º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar 101/2000), conforme Lei Estadual nº 17.309 de 29 de dezembro de 2020.

22. Resultado financeiro

	31.12.22	**31.12.21**
Despesas financeiras		
Juros líquidos sobre obrigação atuarial - nota n. º 13	(1.861)	(1.908)
Demais juros	(24)	(30)
	(1.885)	(1.938)
Receitas financeiras		
Juros	2.809	1.159
Variações monetárias ativas	51	40
	2.860	1.199
	975	(739)

23. Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía saldos de prejuízos fiscais a compensar e base negativa da Contribuição Social:

	R$
Prejuízos fiscais - saldo em 31.12.2021	**8.834.118**
(+) prejuízo fiscal – 12/2022	(665.201)
a. Prejuízos fiscais - saldo em 31.12.2022	**9.499.319**
Base negativa de Contribuição Social – saldo em 31.12.2021	9.333.019
(+) base negativa de Contribuição Social – 12/2022	(665.201)
b. Base negativa de Contribuição Social – saldo em 31.12.2022	**9.998.220**

Não foram constituídos os respectivos créditos tributários diferidos, pois os estudos da Companhia, orçamento e fluxos de caixa, não apresentam expectativas de lucro tributável futuro.

24. Operação Lava Jato "Pedra no Caminho"

Em junho de 2018, foi deflagrada a operação denominada "Pedra no Caminho" vinculada a Operação Lava Jato em São Paulo, a qual tem envolvido empresas contratadas, ex-funcionários e ex-diretores da Companhia, que vem colaborando com todos os requerimentos formulados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal no âmbito da investigação, em todas as Fases deflagradas pela Operação Lava Jato.

Ressalta-se que a Companhia não faz parte do processo investigatório que, inclusive, é protegido por segredo de justiça. Em paralelo ao andamento destes processos, a Companhia, por conta própria, instaurou procedimentos internos e, também, contratou empresa especializada com o intuído de apurar eventuais prejuízos nas execuções das obras objeto daquela operação, bem como determinou o afastamento dos funcionários envolvidos. Por tratar-se de investigação em segredo de justiça, o resultado do levantamento realizado pela empresa contratada e pela auditoria interna foram entregues ao Ministério Público Federal, para que este tome as medidas cabíveis.

A Companhia tem colaborado com o trabalho desenvolvido pelos órgãos de controle, tendo firmado entendimentos com a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo para que, na eventualidade de constatação de perdas, sejam apurados responsabilidades e ressarcimento de danos, visando recompor prejuízos. É entendimento da Administração que a "Operação Lava Jato" não trouxe impactos patrimoniais às demonstrações contábeis da Companhia findas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Entretanto, com as rescisões contratuais e paralisação das obras do Empreendimento Rodoanel Mario Covas – Trecho Norte, as construtoras ingressaram com procedimento arbitral cujas expectativas de perdas para risco processuais classificadas com o grau de perda possível, sofreram um crescimento significativo conforme nota explicativa n. º 12, se comparada com exercícios anteriores.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

No exercício da competência que lhes atribui o artigo 163 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de novembro de 1976, os signatários, membros do Conselho Fiscal da DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A. "em liquidação", considerando que durante o transcurso das reuniões ordinárias realizadas em 2022, o Colegiado examinou e analisou os balancetes e demonstrativos financeiros elaborados pela Companhia, assim como os dados, informações e esclarecimentos relacionados com os atos de gestão praticados pelo Liquidante, com fundamento nos resultados expressos nas Demonstrações Financeiras e nas demais peças que acompanham, inclusive no Relatório do Liquidante e, sobretudo, no que contém o pronunciamento dos Auditores Independentes, são de parecer que o Balanço Geral e seus anexos, relativos ao exercício de 2022, estão com condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

São Paulo, 02 de março de 2023.

EDUARDO PUGNALI MARCOS
Conselheiro Fiscal Titular

PATRICK DE QUEIROZ BERTHOLDO
Conselheiro Fiscal Titular

TZUNG SHEI UE
Conselheiro Fiscal Titular

MARCIO CURY ABUMUSSI
Conselheiro Fiscal Titular

ADRIANA AZEVEDO PANNUNZIO
Conselheiro Fiscal Titular

CONTINUA

DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S/A "EM LIQUIDAÇÃO"

CNPJ Nº 62.464.904/0001-25

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

CONTINUAÇÃO

LIQUIDANTE

LAERCIO PAULINO SIMÕES

CONTADOR

WILSON LUIZ FASCINA
CRC 1SP192394 / O-1

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas E Liquidante da,
DERSA – Desenvolvimento Rodoviário S.A. – Em Liquidação
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. – Em Liquidação ("Companhia" ou "DERSA S.A.")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. – Em Liquidação ("Companhia" ou "DERSA S.A.")** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **DERSA - DESENVOLVIMENTO RODOVIÁRIO S.A. – Em Liquidação** de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprindo com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Dissolução, liquidação e extinção da Companhia

Conforme Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, em 13 de setembro de 2019 foi promulgada a Lei Estadual nº 17.148/2019, a qual autoriza o Poder Executivo a adotar as providências necessárias à dissolução, liquidação e extinção da Companhia, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Concomitantemente, em 20 de outubro de 2020, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi nomeado o Liquidante da Companhia e dado início ao processo de liquidação da Companhia, com fixação de prazo para sua extinção que deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data da referida Assembleia. Em 08 de outubro de 2021, o prazo foi novamente prorrogado por mais 180 (cento e oitenta) dias, por meio de Assembleia Geral Extraordinária e, portanto, a Companhia se encontra em processo de encerramento das suas atividades.

Além disso, a Companhia se encontra em aguda situação de insolvência e tem apurado sucessivos prejuízos em suas operações, apresentando em 31 de dezembro de 2022 patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R$ 1.131.238 (R$ 610.226 em 2021), prejuízos acumulados de R$ 3.018.608 (R$ 2.492.417 em 2021) e excesso de passivos sobre o ativo circulante no montante de R$ 3.038 (R$ 21.613 em 2021).

Essa situação, além das exigibilidades em curto prazo dos fornecedores, obrigações tributárias e sociais, contingências cíveis, trabalhistas e tributárias e indenizações a pagar, além da dificuldade de geração de caixa e consequente redução do capital circulante são indicadores que demonstram incapacidade da Administração na manutenção de suas atividades, sendo que a Companhia poderá depender de aporte de recursos financeiros por parte do seu acionista majoritário – Governo do Estado de São Paulo para honrar seus compromissos e assumir potenciais direitos no futuro, em decorrência do processo de liquidação. Ademais, os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da DERSA S.A., após o processo de dissolução, liquidação e extinção da Companhia, decorrente da promulgação da referida Lei Estadual nº 17.148/2019, poderão ser transferidos ao Estado e, ainda, poderão ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público. Assim, a conclusão do processo de liquidação dependerá do apoio financeiro de seu acionista majoritário, o Governo do Estado de São Paulo, bem como das definições a serem realizadas pelo Poder Executivo.

Por fim, considerando que a Companhia é parte envolvida em processos de natureza trabalhista, tributárias e previdenciária, cíveis, entre outras, que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas e baseada na probabilidade de êxito em tais processos, manifestada pelos consultores jurídicos da Companhia, a Administração entende adequado que os mesmos sejam patrocinados até sua conclusão. Assim, a liquidação e consequente dissolução da Companhia irá depender da conclusão de tais processos

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na hipótese de virem a ser descontinuadas as atividades da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados apenas para fins comparativos foram anteriormente auditados por nós, cujo Relatório emitido em 04 de março de 2022 não conteve modificação de opinião.

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantermos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação e eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação á capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba PR, 28 de fevereiro de 2.023.

Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9 T-RJ
CNAI 5344

Karini Letícia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI 6254

Centro de Imagem Diagnósticos S.A.

CNPJ: 42.771.949/0018-83

1/4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em cumprimento às determinações legais e estatutárias, apresentamos a V.Sas. as Demonstrações Contábeis e Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos. São Paulo, 28 de março de 2023. A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	3	126.831	10.831	218.744	127.310
Contas a receber	5	5.849	23.059	186.219	254.276
Estoques		1.852	1.787	14.631	11.631
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	15.236	32.600
Impostos a recuperar		6.648	22.122	42.254	55.873
Partes relacionadas	21	1.275	24.048	-	-
Instrumento financeiro derivativo Ativo	22	1.041	-	1.687	-
Outras contas a receber		2.411	1.831	5.513	7.598
Total dos ativos circulantes		145.907	83.678	484.284	489.288
NÃO CIRCULANTES					
Títulos e valores mobiliários	4	3.063	2.835	3.063	2.835
Depósitos judiciais	15	1.101	601	24.602	23.815
Garantia de reembolso de contingências	7	527	610	7.730	9.746
Partes relacionadas	21	148.103	112.407	18.004	17.495
Imposto de renda e contribuição social diferidos Ativo	20	168.956	150.504	205.228	165.858
Ativo financeiro de concessão	6	-	-	68.510	61.084
		321.750	266.957	327.137	280.833
Investimentos	8	1.448.866	1.473.066	4.134	4.368
Imobilizado	9	117.602	97.710	537.198	517.123
Intangível	10	55.523	45.115	988.877	974.792
Direito de uso de arrendamento	11	30.052	27.919	273.824	275.825
Total dos ativos não circulantes		1.973.793	1.910.767	2.131.170	2.052.941
TOTAL DOS ATIVOS		2.119.700	1.994.445	2.615.454	2.542.229

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
CIRCULANTES					
Fornecedores		33.477	15.318	94.175	75.398
Salários, obrigações sociais e previdenciárias		30.411	12.807	67.371	41.002
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	422.273	311.624	424.490	366.556
Arrendamento mercantil	13	6.909	5.490	33.785	30.402
Obrigações tributárias		4.211	2.371	34.224	27.729
Parcelamento de impostos		124	124	2.215	2.761
Contas a pagar - aquisição de empresas	14	15.044	13.560	15.044	42.150
Dividendos a pagar		72	76	91	1.975
Outras contas a pagar		6.860	1.514	6.994	1.557
Total dos passivos circulantes		519.381	362.884	678.389	589.530
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	559.261	409.863	610.467	411.430
Arrendamento mercantil	13	27.231	25.024	266.481	263.041
Partes relacionadas Passivo	21	48.735	6.000	38	1.451
Parcelamento de impostos		-	-	5.130	6.527
Contas a pagar - aquisição de empresas	14	-	229	-	229
Tributos diferidos Passivo	20	-	-	17.334	14.956
Provisão para perdas em controladas	8	9.757	9.273	-	-
Provisão para riscos legais	15	1.339	1.108	50.172	39.836
Outras contas a pagar		4.300	4.772	5.526	5.795
Total dos passivos não circulantes		650.623	456.269	955.148	743.265
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16				
Capital social		612.412	612.412	612.412	612.412
Reservas de capital		619.678	620.543	619.678	620.543
Ações em tesouraria		(5.448)	(7.497)	(5.448)	(7.497)
Prejuízo acumulado		(277.977)	(50.166)	(277.977)	(50.166)
Outros resultados abrangentes		1.031	-	1.031	-
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		949.696	1.175.292	949.696	1.175.292
Participação dos acionistas não controladores		-	-	32.221	34.142
Total do patrimônio líquido		949.696	1.175.292	981.916	1.209.434
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.119.700	1.994.445	2.615.454	2.542.229

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital Social: Subscrito	Capital Social: A integralizar	Capital Social: Despesas com emissão de ações	Reservas de capital: Ações restritas	Reservas de capital: Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios	Reservas de capital: Outras reservas de capital	Reservas de capital: Ágio transações com sócios	Ações em tesouraria	Reserva de lucros: Lucros (prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Total dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020		635.373	(436)	(22.525)	5.168	616.673	(624)	1.677	(276)	(44.541)	48	1.190.537	33.147	1.223.684
Ações restritas	16	-	-	-	4.588	-	-	-	-	-	-	4.588	-	4.588
Aquisição de ações	16	-	-	-	-	-	-	-	(12.252)	-	-	(12.252)	-	(12.252)
Pagamento baseado em ações	16	-	-	-	(6.939)	-	-	-	5.031	-	-	(1.908)	-	(1.908)
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.625)	-	(5.625)	7.613	1.988
Hedge accounting		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(48)	(48)	(12)	(60)
Aquisição de participação de minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.347)	(3.347)
Dividendos distribuídos para minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.259)	(3.259)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		635.373	(436)	(22.525)	2.817	616.673	(624)	1.677	(7.497)	(50.166)	-	1.175.292	34.142	1.209.434
Ações restritas	16	-	-	-	3.207	-	-	-	-	-	-	3.207	-	3.207
Pagamento baseado em ações	16	-	-	-	(3.970)	-	(102)	-	2.049	-	-	(2.023)	-	(2.023)
Hedge accounting	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.031	1.031	-	1.031
Prejuízo líquido do período	16	-	-	-	-	-	-	-	-	(227.811)	-	(227.811)	8.568	(219.243)
Dividendos distribuídos para minoritários	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.489)	(10.489)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2022		635.373	(436)	(22.525)	2.054	616.673	(726)	1.677	(5.448)	(277.977)	1.031	949.696	32.221	981.916

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita líquida de serviços	17	181.746	150.989	1.085.009	1.136.572
Custo dos serviços prestados	18	(121.528)	(96.051)	(759.261)	(780.530)
LUCRO BRUTO		60.218	54.938	325.748	356.042
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	18	(92.435)	(54.172)	(338.414)	(261.934)
Outras (despesas) receitas, líquidas	18	(10.880)	(14.714)	(30.450)	(11.887)
Resultado em participação societária	8	(54.899)	24.835	11.079	5.953
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(97.996)	10.887	(32.037)	88.174
RESULTADO FINANCEIRO	19	(148.587)	(53.180)	(201.197)	(85.718)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(246.583)	(42.293)	(233.234)	2.456
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO	20	18.773	36.668	13.991	(468)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(227.810)	(5.625)	(219.243)	1.988
ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				(227.810)	(5.625)
ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				8.567	7.613
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R$	16			(1.93364)	(0.04785)
PREJUÍZO POR AÇÃO - R$	16			(1.93364)	(0.04785)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(227.810)	(5.625)	(219.243)	1.988
Outros Resultados Abrangentes a serem Reclassificados para o Resultado dos EXERCÍCIOS Subsequentes:				
Valor justo do instrumento financeiro de hedge accounting, líquido de impostos	1.031	(48)	1.031	(60)
Resultado Abrangente total do período	(226.779)	(5.673)	(218.212)	1.928
Atribuível aos acionistas controladores			(226.779)	(5.673)
Atribuível aos acionistas não controladores			8.567	7.601

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(227.810)	(5.625)	(219.243)	1.988
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado nas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	27.531	26.186	117.737	119.604
Ações restritas reconhecidas	3.207	4.588	3.207	4.588
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	154
Valor residual de ativos imobilizados e de direito de uso baixados	798	256	667	(12.271)
Encargos financeiros e variação cambial	142.132	58.682	175.796	87.552
Atualização do ativo financeiro de concessão	-	-	(20.839)	(22.951)
Resultado em participação societária	54.899	(24.835)	(11.078)	(5.953)
Perda com dividendos desproporcionais	208	2.281	-	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa, líquida	2.210	(571)	10.987	(3.084)
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, líquidas	716	(88)	6.597	643
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	-	-	939	(1.901)
Impostos diferidos	(18.771)	(36.669)	(38.472)	(27.982)
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Contas a receber	15.000	1.641	89.741	23.575
Estoques	(65)	(751)	(3.000)	(1.624)
Outros ativos	13.996	(605)	20.703	(11.113)
Ativo financeiro de concessão	-	-	(1.894)	(2.007)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	18.159	4.013	18.777	(5.027)
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	17.604	1.464	26.369	1.968
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	1.840	(1.055)	23.375	20.045
Outros passivos	4.869	(1.744)	(5.343)	(9.468)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(632)	(19.035)	(18.592)
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	31.140	19.770	11.312	10.984
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	87.663	46.306	187.303	149.128
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras	(228)	(58)	(228)	(58)
Aquisição de participação minoritária	-	-	-	(3.347)
Contraprestação por aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	-	(1.500)	(27.336)	(1.904)
Partes relacionadas	29.812	16.277	(1.923)	104
Adição em investimentos	(63.366)	(29.775)	-	-
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(49.649)	(27.520)	(113.009)	(100.493)
Caixa líquido gerado (aplicado) das atividades de investimento	(83.431)	(42.576)	(142.496)	(105.698)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Compra/Alienação de ações em tesouraria	-	(12.252)	-	(12.252)
Dividendos pagos	(4)	(15)	(1.884)	(2.003)
Pagamento ações restritas	(2.023)	-	(2.023)	-
Captação líquida de empréstimos e debêntures	767.947	229.524	817.115	279.330
Recebimento (pagamento) de instrumento financeiro derivativo	(2.774)	-	(4.725)	-
Juros pagos	(119.412)	(38.430)	(150.219)	(66.538)
Amortização de empréstimos, financiamentos, derivativos e arrendamento mercantil	(531.966)	(250.532)	(611.637)	(343.744)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamento	111.768	(71.705)	46.627	(145.207)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	116.000	(67.975)	91.434	(101.777)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do período	10.831	78.806	127.310	229.087
No fim do período	126.831	10.831	218.744	127.310
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	116.000	(67.975)	91.434	(101.777)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais - R$)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
RECEITA				
Receita de serviços prestados	195.765	162.834	1.168.756	1.225.111
Outras receitas	102.608	84.422	(77)	18.141
Receitas relativas à construção de ativos próprios	11.473	1.977	15.428	4.516
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.210)	571	(10.987)	3.084
INSUMOS ADQUIRIDOS POR TERCEIROS				-
Custo dos serviços prestados	(85.427)	(61.776)	(447.093)	(466.135)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(90.142)	(67.909)	(225.699)	(198.965)
VALOR ADICIONADO BRUTO	132.067	120.119	500.328	585.752
Depreciação e amortização	(27.532)	(26.186)	(117.738)	(119.604)
VALOR ADICIONADO LIQUIDO	104.535	93.933	382.590	466.148
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA				
Resultado de equivalencia patrimonial	(54.899)	24.835	11.078	5.953
Receitas financeiras	9.854	6.354	12.500	7.471
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	59.490	125.122	406.168	479.572
VALOR ADICIONADO DISTRIBUIDO	59.490	125.122	406.168	479.572
Pessoal				
Remuneração direta	90.879	63.192	229.817	194.823
Benefícios	14.441	11.102	40.839	37.879
FGTS	4.820	3.871	14.664	13.183
Impostos, taxas e contribuições		-		
Federais	10.451	(13.240)	87.287	98.176
Municipais	5.808	4.841	33.210	33.255
Remuneração de capitais de terceiros		-		-
Juros	158.441	59.526	213.697	93.384
Aluguéis	973	1.265	4.410	6.694
Outras	1.487	190	1.487	190
Remuneração de capitais próprios				-
Prejuízo líquido do exercício	(227.810)	(5.625)	(227.810)	(5.625)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	8.567	7.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021. (Em milhares de reais - R$, exceto se de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

O Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no novo mercado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão, desde 26 de outubro de 2016 sob o código AALR3. A Companhia foi constituída em 5 de agosto de 1992 em Belo Horizonte e, atualmente, sua sede se encontra na cidade de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1830, Itaim Bibi, São Paulo – SP. A Companhia e suas controladas ("Grupo"; "Alliança") tem como objeto social a prestação de serviços de medicina diagnóstica, incluindo: (i) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (ii) medicina nuclear e citologia; (iii) anatomia patológica; e (iv) análises clínicas, diretamente ou utilizando-se de empresas médicas especializadas e laboratórios contratados, assim como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico. A Companhia e suas controladas atuam também na exploração de atividades relativas a: (i) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (ii) consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como prestação de serviços que visam à promoção da saúde e à gestão de doenças crônicas; (iii) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico na área da medicina diagnóstica; (iv) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de sua atuação; e (v) outorga e Administração de franquia empresarial. A Companhia também pode participar de outras Entidades na qualidade de sócia, cotista ou acionista. A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com 97 unidades, sendo:

Marcas	Estados	Número de Unidades
CDB	São Paulo	19
Axial	Minas Gerais	14
Grupo CO	Mato Grosso do Sul	13
RBD	Bahia	11
Delfin	Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba	7
Cedimagem	Minas Gerais e Rio de Janeiro	6
Grupo CSD	Pará	4
Plani	São Paulo	6
São Judas Tadeu	Minas Gerais	4
Nuclear Medcenter	Minas Gerais	3
Multiscan	Espírito Santo	6
Pro Imagem	São Paulo	2
Sabedotti	Paraná	2

Devido as semelhanças operacionais e de negócio entre as empresas que compõem o Grupo, com relação às características econômicas, prestação de serviços e processos de produção, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico, a Administração define os serviços prestados como um único segmento operacional, para fins de análise e tomada de decisão. Reestruturação (*Turnaround*): Ao momento em que reconstrução e crescimento é ordem, cada vez fica mais visível o enorme potencial de expansão das receitas do Grupo. O foco em extrair a devida rentabilidade desta operação, desalavancar a Companhia, e crescer é eminente. Tais direcionadores estão presentes de maneira integral em nosso modelo de gestão, em nosso planejamento e principalmente em nossa cultura. Quanto à readequação operacional, a Companhia implementou algumas mudanças fundamentais e *low hanging fruits*, conforme disposto a seguir: (i) *Layoffs*: redução do organograma operacional da Companhia, de maneira a simplificar a estrutura, tendo mais agilidade na tomada de decisão e otimização de custos. O benefício financeiro e nível de serviço são os pilares do novo modelo operativo. (ii) Contratação de talentos: ao longo do 2º semestre de 2022 o Grupo efetuou contratações objetivando alto poder de execução e perfil adequado frente aos desafios de reestruturação. (iii) Incentivos: para os orçamentos anuais, 100% das metas atreladas às remunerações variáveis da Companhia serão vinculados aos 5 pilares para os próximos anos - Crescimento, Eficiência, Clientes, Pessoas e Saúde de Qualidade. As métricas serão NPS Pacientes, E-NPS, NPS Médico Prescritor, FCO e Receita Bruta. Tais metas representam o total alinhamento de toda a Companhia com a execução de nosso plano estratégico. (iv) Análises Clínicas ("AC"): verticalização dos serviços de análises clínicas, para melhor servir nossos clientes, nesse segmento que detém margens consistentemente mais altas e com sólido potencial de crescimento para a Alliança. No 4º trimestre de 2022 foram implementadas 24 novas salas de AC, dando vasão ao aumento da demanda desta unidade de negócio. O cenário do aumento do ticket médio, somado ao ganho de eficiência de custo e a verticalização foram as alavancas implantadas ao longo de 2022 que permitirão o crescimento esperado dessa linha de negócio. (v) Contratos e fornecedores: revisão de boa parte da cadeia de suprimentos da Companhia, realizando alguns distratos significativos, vislumbrando melhores serviços prestados e redução de custos. (vi) Atendimento: implementamos de call centers regionais em duas de nossas marcas e já conseguimos diminuir substancialmente o no-show, além de aumentar as taxas de confirmações e conversões, o que impactou positivamente nossas métricas operacionais. O *rollout* integral dos call centers regionais será concluído ao longo de 2023. Também implantamos em todas as marcas o atendimento via WhatsApp e web, impactando positivamente a dinâmica de serviço e suporte. Essa agilidade trouxe significativa melhora nos indicadores de satisfação de nossos clientes e médicos prescritores. (vii) Relacionamento médico: reforçamos o relacionamento com nosso corpo médico, aprimorando a forma de avaliação dos nossos serviços pelos médicos prescritores e estamos com um novo time escalado para visitação médica. (viii) Ampliação de agenda médica: estendemos os horários de atendimento, disponibilizando novas agendas de exames em horários alternativos como finais de semana e noturno, atendendo às necessidades dos clientes e ampliando a produtividade das clínicas. (ix) Novos serviços: criação de produtos, com grande foco no oferecimento de vacinas que já estão sendo aplicadas em praticamente todas as nossas marcas e oferecimento de exames de alta complexidade, como genômica. Essa mudança de mix com produtos de maior valor já tem beneficiado nossas margens. (x) Emissão de debênture de R$ 400 milhões para o reperfilamento da dívida corporativa, em mais um passo de adequação da estrutura de capital para convergir com os objetivos de crescimento sustentável da Companhia. (xi) Squad de dados: implantamos a área de health analytics e iniciamos ações de engajamento de médicos e pacientes com base em dados assistenciais já com captura de valor no trimestre. Já possuímos resultados tangíveis de tais iniciativas, e com amplas possibilidades de incremento de receita para 2023.

2. Elaboração, apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **b) Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. **c) Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das controladas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Principais políticas contábeis: a) Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, detidas diretamente pela Companhia ou indiretamente, por meio de suas controladas. Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As operações entre as empresas controladas da Companhia, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nas operações com controladas, são eliminadas. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. **b) Combinação de negócios:** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os ativos adquiridos e passivos assumidos de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos. Ágio: O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09 (R1), o ágio foi classificado no grupo de "Investimentos", no balanço individual e no consolidado é reclassificado para o grupo de Intangível. Mudanças nas participações da Companhia em controladas existentes Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos acionistas da Companhia. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado. **c) Contas a receber:** Substancialmente representadas por valores a receber de convênios médico-hospitalares e de clientes particulares, incluindo os valores a receber da prestação de serviços ainda não faturados, apurados pelo regime de competência. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre o saldo de contas a receber. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, no qual o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. O Grupo estabeleceu provisões baseando-se em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores relevantes que possam vir a impactar o risco de crédito dos devedores. O Grupo constituiu uma provisão para perdas de crédito esperadas considerando fatores específicos de crédito, incluindo a avaliação de recebíveis por faixa de vencimentos, considerando um aumento de risco de crédito quando da inadimplência superior à 180 dias com incremento de risco de crédito em faixas de vencidos superior à esse período, Dessa forma, os recebíveis são baixados quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Tais contas são apresentadas líquidas da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme nota explicativa nº 5. **d) Estoques:** Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. **e) Imobilizado:** Benfeitorias em imóveis de terceiros, equipamentos, móveis e utensílios e equipamentos de informática estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações, nos casos de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Grupo. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** O Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **g) Instrumento financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são registrados inicialmente ao seu valor justo. Posteriormente ao seu registro inicial são classificados como i) subsequentemente mensurados ao custo amortizado; ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e; iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático (contabilização pelo custo de transação), o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os principais ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): Esta categoria é a mais relevante para o Grupo. A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros do Grupo ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, ativo financeiro de concessão, partes relacionadas e depósito judiciais (vide Nota nº 22). Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Derivativos, inclusive derivativos embutidos separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Desreconhecimento: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; • Quando há transferência dos direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou a assunção de uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) transferência substancial de todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a transferência nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia e suas controladas transferem seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia e suas controladas continuam a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros:* Ativos mensurados ao custo amortizado: O Grupo tem como política avaliar no final de cada exercício de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelo Grupo para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; • uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; • probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e • extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia e suas controladas na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após o exercício médio de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o valor da redução ao valor recuperável registrado corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. **Passivos financeiros:** Os principais passivos financeiros mantidos pelo Grupo são: empréstimos, financiamentos, fornecedores e contas a pagar por aquisição de empresas. Esses passivos são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O método da taxa efetiva de juros é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um exercício menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Fornecedores (risco sacado): O Grupo mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar a operação de antecipação de recebíveis com seus principais fornecedores. Nessa operação os fornecedores transferem o direito do recebimento dos títulos para o Banco em troca do recebimento antecipado do título. O Banco, por sua vez, passa a ser o credor da operação e o Grupo efetua a liquidação do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Essa operação não altera os prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos com o fornecedor. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo não apresenta saldos relevantes dessa operação. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48/IFRS 9. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **h) Instrumento financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** Reconhecimento inicial e mensuração subsequente - O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos de câmbio futuros e swaps de taxa de juros para proteger-se contra eventuais riscos de taxa de câmbio e de taxa de juros. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. Para fins de contabilidade de hedge, os referidos instrumentos de proteção são classificados como: • Hedges de valor justo, quando destinados à proteção da exposição a alterações no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido; • Hedges de fluxo de caixa, quando destinados à proteção da exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável, ou ao risco de moeda estrangeira em um compromisso firme não reconhecido; • Hedges de um investimento líquido em uma operação no exterior. No início de um relacionamento de hedge, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge.A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica; e • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido. O Grupo aplica a contabilidade de hedge como instrumento de proteção cambial e realiza o registro conforme classificação de hedges de fluxo de caixa. *Hedges de fluxo de caixa:* A parcela efetiva do ganho ou perda do instrumento de hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes, enquanto qualquer parcela inefetiva é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. A reserva de hedge de fluxo de caixa é ajustada ao menor valor entre o ganho ou a perda acumulada no instrumento de hedge e a mudança acumulada no valor justo do item objeto de *hedge*. Os montantes acumulados em outros resultados abrangentes são contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente do objeto de hedge. Se a transação objeto de hedge subsequentemente resultar no reconhecimento de um item não financeiro, o montante acumulado no patrimônio líquido é retirado do componente separado do patrimônio líquido e incluído no custo inicial ou em outro valor contábil do ativo ou passivo protegido. Não se trata de um ajuste de reclassificação e não será reconhecido em outros resultados abrangentes para o exercício. Isso também se aplica quando a transação prevista protegida por hedge de um ativo não financeiro ou passivo não financeiro torna-se subsequentemente um compromisso firme para o qual é aplicada a contabilização de hedge de valor justo. Para quaisquer outros hedges de fluxo de caixa, o montante acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado como um ajuste de reclassificação no mesmo exercício ou exercícios durante os quais os fluxos de caixa protegidos afetam o resultado. Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito acima. **i) Transações em moedas estrangeiras:** Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada exercício de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. **j) Ajuste a valor presente:** São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, para os exercícios apresentados, não identificou transações relevantes sujeitas ao ajuste a valor presente. **k) Concessão:** O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 Contratos de Concessão e OCPC 05 Contratos de Concessão. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance das normas mencionadas, o Grupo atua como prestadora de serviço (serviços de operação), além de construir e melhorar a infraestrutura (serviços de construção e melhoria) usada na prestação do serviço público durante determinado prazo. O Grupo, ao prestar serviços de construção ou melhoria, tem a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário registrada pelo valor justo no reconhecimento inicial. O Grupo reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras ou melhoria da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo, quando aplicável. O Grupo estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Determinadas controladas da Companhia optaram pela tributação com base no lucro presumido: alíquota de presunção de 8% para o IRPJ e de 12% para a CSLL. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou se o passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos quando há expectativa de geração de lucro tributável no futuro. Adicionalmente, passivos fiscais diferidos não são reconhecidos se a diferença temporária for resultante de reconhecimento inicial de ágio. **m) Provisão para riscos legais:** São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas que os questionem. Garantia de reembolso de contingências: Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com o CPC 25 / IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada, quando cabível. **n) Reconhecimento da receita**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. Receita de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas: As receitas provenientes de contratos com clientes são reconhecidas no momento do cumprimento das obrigações de desempenho, ou seja, no momento da prestação do serviço de diagnósticos por imagem e análises clínicas. Desta forma, o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços do Grupo são transferidos para o cliente no momento da emissão do laudo cujo prazo atual é similar ao da realização do exame. A Companhia avalia a existência de potenciais glosas que possam resultar em uma contraprestação variável e realiza uma provisão com base histórica que é reconhecida como redutora da receita. Desta forma, a receita de serviços de diagnósticos por imagem e análises clínicas é registrada com a dedução de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas. A receita pela prestação de serviços é reconhecida com base nos serviços realizados até a data do balanço. Nas datas de encerramento dos exercícios, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados na rubrica "Receita a faturar", que está incluída no saldo de contas a receber. Receita proveniente do contrato de concessão: A controlada RBD tem como finalidade a concessão administrativa para gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem em uma central de imagem e onze unidades hospitalares ("Contrato de Concessão") integrantes da rede própria da Secretaria da Saúde do Estado da Bahia ("SESAB" ou "Poder Concedente"). Além da prestação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem, o Grupo tem a obrigatoriedade de realizar intervenções de construção e/ou reformas de melhoria das instalações nos setores de bioimagem das unidades hospitalares. A RBD é remunerada pela prestação de serviço, objeto do Contrato de Concessão, através da contraprestação mensal efetiva. Durante a execução do Contrato, existe a possibilidade de alteração no valor da contraprestação, caso não sejam atendidas as quantidades de exames previstos em relação à banda mínima ou à banda máxima, ensejando na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contraprestação anual máxima do exercício subsequente. Prestação de serviços de diagnósticos por imagem: A receita de prestação de serviços é reconhecida pelo fato de a RBD estar disponível para prestar serviços de diagnóstico por imagem para a população do estado da Bahia, nas unidades previstas no Contrato de Concessão. As atividades relacionadas à obrigação de disponibilidade para a prestação de serviço de diagnóstico por imagem é uma única obrigação de desempenho, haja vista que o Contrato de Concessão determina que a RBD deverá atender todas as demandas de serviços dentro do volume estipulado no Contrato inclusive em relação ao excesso de demanda para além de qualquer dos limites de variação das bandas previstas, desde que haja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro. Receita de construção: A receita de construção é reconhecida pelo Grupo quando presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura no âmbito do contrato de concessão. Segundo o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 Contratos de Concessão as receitas e custos relativos a estes serviços devem ser reconhecidos de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receita de contrato com o cliente. O estágio de conclusão é avaliado pelas obrigações de performance identificadas no contrato. **o) Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pelo Grupo, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pelo Grupo, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de controladas, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **p) Ações em tesouraria:** Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios do Grupo. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital. **q) Plano de pagamento baseado em ações:** O Grupo possui plano de incentivo de longo prazo com ações restritas destinado aos diretores, gerentes e empregados de alto nível. Os custos de remuneração são mensurados baseando-se no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, a qual inclui o envolvimento de especialistas de avaliação externos, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na nota explicativa 16. Os montantes relacionados à despesa com plano de pagamento baseados em ações são reconhecidos em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 16) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (reservas de capital), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou *vesting period*). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (*vesting date*) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições acordadas, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existam condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma

Continuação...

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. - CNPJ: 42.771.949/0018-83

outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. r) **Classificação corrente versus não corrente:** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de Caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. s) **Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Grupo como arrendatário: O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. *Ativos de direito de uso:* O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme divulgado à Nota 11. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.2(f). *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de juros incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento realizados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:* O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos que possuem um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. t) **Principais julgamentos contábeis e estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis do Grupo a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: (i) Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros: o Grupo julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado, ativo intangível e ágio. (ii) Perdas estimadas com glosas e créditos de liquidação duvidosa: referidas provisões são constituídas com base no julgamento da Administração e em valores suficientes para cobrir perdas futuras estimadas no recebimento de clientes. (iii) Provisões para riscos legais: a avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. (iv) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são reconhecidos até o limite dos lucros tributáveis futuros, cuja estimativa realizada pela Administração leva em consideração o histórico de lucros tributáveis, aumento no volume de exames, premissas de mercado tais como taxa de juros, câmbio, crescimento econômico, entre outras. (v) Pagamento baseado em ações: A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Grupo utiliza o modelo de Monte Carlo para mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão. (vi) Arrendamentos: O Grupo determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com exercícios incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com exercícios cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. O Grupo possui contratos de arrendamento que incluem opções de renovação ou rescisão. O Grupo aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou de rescindir. O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em um ambiente econômico similar. O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos ao Grupo.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e bancos	51.772	5.995	92.414	51.639
Aplicações financeiras	75.059	4.836	126.330	75.671
	126.831	10.831	218.744	127.310

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e operações compromissadas. Em 31 de dezembro de 2022, as aplicações são remuneradas entre 80% e 110% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. (entre 80% e 99,5% em 31 de dezembro de 2021).

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Certificado de depósito bancário – CDB	3.063	2.835	3.063	2.835
Total – ativo não circulante	**3.063**	**2.835**	**3.063**	**2.835**

As operações compromissadas possuem remuneração de 80% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31 de dezembro de 2022 (96% em 31 de dezembro de 2021), e seu resgate se dará em período superior a 12 meses. Essas aplicações são consideradas atividades de investimento e são compromissadas a garantias de contingências e/ou mantidas para cumprimento de obrigações decorrentes das atividades de investimento e financiamento.

5. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes faturados	9.041	6.846	114.249	104.502
Receita a faturar (a)	-	17.195	90.285	157.102
	9.041	24.041	204.534	261.604
Provisão para perdas com glosas e créditos de liquidação duvidosa	(3.192)	(982)	(18.315)	(7.328)
	5.849	23.059	186.219	254.276

(a) Nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, os serviços prestados e ainda não faturados são registrados como receita a faturar. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber a faturar "Receita a faturar" apresenta redução de R$18.489 e R$81.582, na Controladora e no Consolidado respectivamente, decorrente de operações de venda de direitos creditórios, sem direito de regresso. Consequentemente, os saldos estão apresentados pelos montantes líquidos da venda de direitos creditórios. A composição dos valores a receber do contas a receber por idade de vencimento, líquido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	2.369	21.138	154.472	230.480
Vencidos:				
Até 30 dias	2.055	165	8.916	3.939
De 31 a 60 dias	674	613	4.753	5.109
De 61 a 90 dias	41	120	3.428	2.624
De 91 a 180 dias	329	644	10.014	8.008
De 181 a 360 dias	251	379	3.522	4.039
Mais de 361 dias	130	-	1.114	77
	5.849	23.059	186.219	254.276

A Companhia e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2022, a concentração dos cinco principais clientes é de 32% do total da receita (32% em 31 de dezembro de 2021). **Movimentação da provisão para perda com glosas e créditos de liquidação duvidosa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	(982)	(1.553)	(7.328)	(10.412)
(Provisões) e Reversões, líquidas	(2.210)	571	(10.987)	3.084
Saldo no final do período	(3.192)	(982)	(18.315)	(7.328)

6. Ativo financeiro de concessão (consolidado)

O ativo financeiro é composto, substancialmente, pela receita de construção e de serviços de melhoria de infraestrutura previstos no contrato de concessão de gestão e operação de serviços de apoio ao diagnóstico por imagem junto à SESAB. O ativo é registrado a valor justo na data do seu reconhecimento, sendo constituído pela percentagem de evolução física de implantação da infraestrutura. O ativo financeiro é remunerado a taxa de 26,20% a.a. O atendimento conta com uma central de imagem e 11 unidades hospitalares e teve início em 28 de maio de 2015. O contrato tem validade de 11 anos e 6 meses, podendo este ser alterado, estendido ou reduzido. Após o término do contrato, as benfeitorias realizadas nos hospitais, bem como as máquinas e equipamentos adquiridos durante a concessão, serão de propriedade do Estado. Dessa maneira, a tratativa contábil dada a esses itens foi de registro no ativo financeiro.

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo ativo financeiro		
Ativo circulante	15.236	32.600
Ativo não circulante	68.510	61.084
	83.746	93.684

Movimentações do ativo financeiro no consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	93.684	100.918
Adições	1.894	2.007
Atualização monetária	20.839	22.951
Baixa (recebimento construção)	(32.671)	(32.192)
Saldo no fim do exercício	83.746	93.684

7. Garantia de reembolso de contingências

Os riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, mediante penhor das ações e/ou ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos antes da data de aquisição das controladas. As movimentações da garantia de reembolso de contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	610	650	9.746	11.131
Adições	272	22	3.593	2.655
Reversões	(355)	-	(5.609)	(2.794)
Prescrição, líquido de atualização (a)	-	(62)	-	(1.246)
Saldo no final do exercício	527	610	7.730	9.746

(a) Saldo corresponde a prescrição dos riscos legais identificados na combinação de negócios, uma vez que os fatos que originaram o risco ocorreram há mais de cinco anos.

8. Investimentos

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos	685.157	709.358
Ágio na aquisição de investimentos	763.708	763.708
	1.448.865	1.473.066
Provisão para perdas em controladas (a)	(9.757)	(9.273)

(a) Refere-se aos investimentos que estão com passivo a descoberto registrados no passivo não circulante.

Composição dos investimentos por participação

Controladas diretas	31/12/2022 Participação direta %	31/12/2021 Participação direta %
Mastoclínica Participações Ltda ("Mastoclínica")	100	100
Núcleo de Imagem Diagnósticos Ltda ("Axial Ouro Preto")	100	100
Núcleo de Diagnóstico por Imagem Ltda ("Cedimagem Núcleo")	100	100
Centro de Imagens Diagnósticas Ltda ("Cedimagem Centro")	100	100
Veneza Diagnóstico por Imagem Ltda ("Cedimagem Veneza")	100	100
Centro de Diagnóstico Cláudio Ramos Ltda ("Cedimagem Cláudio Ramos")	100	100
DI Imagem Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda ("DI Imagem Diagnóstico")	100	100
DI Imagem Centro de Diagnóstico Integrado por Imagem Ltda ("DI Imagem Centro")	100	100
DI Imagem I Unidade de Ultrassonografia Ltda ("DI Imagem I")	100	100
DI Imagem II Unidade de Raio X S/S Ltda ("DI Imagem II")	100	100
Unidade de Diagnósticos por Imagem de Dourados Ltda ("CO Dourados")	100	100
Diagnósticos Conesul Ltda ("CO Conesul")	100	100
Sonimed Nuclear S/S - EPP ("Sonimed Nuclear")	100	100
Instituto Campo Grande Cintimed de Medicina Nuclear S/S ("Cintimed")	100	100
SOM Diagnósticos Ltda ("Grupo Som")	90	90
Nuclear Diagnóstico S/S Ltda ("Nuclear")	84	84
RM Diagnóstico por Imagem Ltda ("RM Resende")	100	100
Sonimed Diagnósticos Ltda ("Sonimed")	100	100
Unidade Campograndense de Diagnósticos Avançados ("Unic")	48	48
Ideal Diagnósticos por Imagem ("Axial Ideal")	100	90
Clínica Sabedotti Ltda ("Sabedotti")	100	100
Alto São Francisco Diagnóstico por Imagem ("Axial Alto São Francisco")	60	60
Instituto Mineiro de Radiodiagnósticos ("IMRAD")	100	100
Pará de Minas Diagnóstico por Imagem Ltda ("Axial Pará de Minas")	51	51
Serviços de Radiologia São Judas Tadeu Ltda ("São Judas Tadeu")	100	100
Nuclear Medcenter Ltda EPP ("Nuclear Medcenter")	100	100
Científica Tecnogama Ltda EPP ("Científica")	100	100
Nucleminas Medicina Nuclear Ltda EPP ("Nucleminas")	58,56	46,65
Centro de Diagnósticos por Imagem Ltda ("CDI Vitória")	100	100
Centro de Diagnósticos por Imagem Ltda ("CDI Vila velha")	100	100
Três Rios Imagem Diagnóstico Ltda ("Cedimagem Três Rios")	70	70
Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S/A ("RBD")	50,10	50,10
TKS Sistemas Hospitalares e Consultórios Médicos Ltda ("CDB")	100	100
Clínica Delfin Gonzalez Miranda S/A ("Delfin")	100	100
Radiologistas Associados Ltda ("Multiscan")	10,21	10,21
Laboratório de Análises Clínicas São Lucas Ltda ("Laboratório São Lucas")	100	100
RMTC Diagnósticos por Imagem Ltda. (Teleradiologia)	100	100
Aliança Benefícios e Serviços Ltda (Cartão Aliança)	100	100
RMTC Soluções E Desenvolvimento Ltda (IQMR)	100	100

Controladas indiretas	31/12/2022 Participação direta %	31/12/2021 Participação direta %
Plani Diagnósticos Médicos Ltda ("Plani Diagnósticos")	100	100
Imagem Centro de Diagnósticos Ltda ("Imagem Centro")	100	100
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem Ltda ("Instituto de Diagnósticos")	100	100
Setra Prestação de Serviços Radiológicos Ltda ("Gold Setra")	100	100
CDB Araras Medicina Diagnóstica por Imagem ("CDB Araras")	69	69
Pró Imagem Ltda ("Pró Imagem")	100	100
Pró Imagem Exames Complementares Ltda ("Pró Imagem Ex. Comp.")	100	100
Unidade Mogiana de Diagnósticos por Imagem S/A ("UMDI")	100	100
Rio Claro Medicina Diagnóstica Ltda ("CDB Rio Claro")	100	100
Censo Imagem Diagnósticos Ltda ("Censo")	51	51
Plani Jacareí Diagnósticos Médicos Ltda ("Plani Jacarei")	100	100
Multilab Laboratório de Análises Clínicas Ltda ("Multilab")	100	100
Radiologistas Associados Ltda ("Multiscan")	90	90
Laboratório Biolab Ltda ("Biolab")	100	100
Delfin Villas Diagnóstico Por Imagem Ltda ("Delfin Villas")	100	100
Delfin Médicos Associados Ltda ("DMA")	100	100
Delfin SAJ Médicos Associados Ltda ("Delfin SAJ")	70	70
IDI – Instituto de Diagnóstico Por Imagem Ltda ("Delfin IDI")	67	67
Clin Clinica de Diagnóstico por Imagem de Natal Ltda ("Delfin Natal")	57	57
Delfin Bahia Diagnósticos por Imagem Ltda ("Delfin HBA")	72	72
Ecoclínica Ltda ("Ecoclínica")	100	100
Rede Brasileira de Diagnósticos SPE S/A ("RBD")	30	30
Unidade Campo-grandense de Diagnósticos Avançados ("Unic")	52	52
Nucleminas Medicina Nuclear Ltda EPP ("Nucleminas")	41,44	53,35

Composição do ágio na aquisição de investimentos

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
CO Dourados	1.478	1.478
RM Diagnósticos	2.578	2.578
Sonimed	3.748	3.748
Unic	1.386	1.386
SOM Diagnósticos	5.475	5.475
Sabedotti	2.536	2.536
Axial Ideal	283	283
Cintimed	232	232
Sonimed Nuclear	546	546
IMRAD	2.374	2.374
São Judas Tadeu	12.202	12.202
Grupo Gold	3.161	3.161
Ecoclínica	4.972	4.972
Imagem Centro de Diagnósticos	2.339	2.339
UMDI	37.035	37.035
Pro Imagem	13.460	13.460
Grupo Nuclear	3.591	3.591
Grupo CDI	11.210	11.210
Grupo CDB	476.559	476.559
Delfin	172.188	172.188
Multiscan	5.189	5.189
Laboratório São Lucas	1.089	1.089
Outros	77	77
	763.708	**763.708**

As movimentações dos investimentos e da mais valia líquidas da provisão para perda em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Controladora	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	709.840	679.381
Aumento de capital e adiantamento para futuro aumento de capital	63.366	29.775
Dividendos e JCP recebidos	(31.140)	(19.770)
Resultado de equivalência patrimonial	(54.899)	24.835
Perda por dividendos desproporcionais	(208)	(2.281)
Amortização mais valia	(1.744)	(1.744)
Hedge accounting reflexo	412	(48)
Outros	(468)	(790)
Saldo no fim do exercício	**685.159**	**709.358**

Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Investimentos (a)	4.134	4.368
	4.134	**4.368**

(a) Saldo refere-se a investimento entre Delfin Bahia Diagnósticos por Imagem ("Delfin HBA"), empresa do grupo Delfin, que participa em uma sociedade em Conta de Participação com o Hospital da Bahia para prestação de serviços de diagnóstico por imagem. As movimentações dos investimentos consolidados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Consolidado	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	4.368	9.400
Resultado de equivalência patrimonial	11.078	5.953
Dividendos recebidos	(11.312)	(10.985)
Saldo no fim do exercício	**4.134**	**4.368**

Informações financeiras do Grupo Aliança: Os principais saldos dos grupos compostos no consolidado apresentados antes das eliminações e reclassificações para fins de consolidação foram:

31/12/2022

	Grupo Axial (a)	Grupo CO (b)	Grupo Cedimagem (c)	Sabedotti	Grupo CSD (d)	São Judas	Grupo Nuclear (e)	RBD	Grupo Multiscan (f)	Grupo CDB (g)	Grupo Delfin (h)
Ativo											
Circulante	154.180	22.385	19.087	11.807	21.264	3.443	4.213	51.317	32.575	131.497	56.770
Não circulante	2.000.317	56.791	48.270	11.084	26.187	7.008	7.048	60.279	157.506	625.250	151.829
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante	526.175	12.110	9.034	4.610	8.293	2.539	863	22.216	13.207	78.827	25.961
Não circulante	653.446	35.907	6.600	3.302	11.984	2.303	2.839	13.488	15.481	361.277	48.186
Patrimônio líquido	974.875	31.159	51.723	14.979	27.174	5.608	7.559	75.892	161.394	316.643	134.452
Demonstração do resultado											
Receita Líquida	199.712	40.384	51.866	17.953	45.622	11.207	5.834	115.624	55.984	512.348	36.597
Lucro (prejuízo) do exercício	(235.217)	(6.733)	9.430	981	7.738	(304)	(1.577)	22.690	(2.313)	(35.298)	697

31/12/2021

	Grupo Axial (a)	Grupo CO (b)	Grupo Cedimagem (c)	Sabedotti	Grupo CSD (d)	São Judas	Grupo Nuclear (e)	RBD	Grupo Multiscan (f)	Grupo CDB (g)	Grupo Delfin (h)
Ativo											
Circulante	101.129	21.083	28.723	9.936	23.246	2.866	6.365	25.354	32.345	193.762	63.846
Não circulante	1.921.048	53.462	30.308	10.107	20.873	6.881	4.631	95.269	154.201	597.680	157.482
Passivo e patrimônio líquido											
Circulante	368.640	12.425	7.565	3.086	6.776	1.260	1.238	26.590	41.192	153.354	28.233
Não circulante	449.180	34.721	9.574	2.269	8.265	2.625	2.494	12.767	17.181	269.169	55.967
Patrimônio líquido	1.204.657	27.399	41.892	14.688	29.078	5.862	7.264	81.266	128.173	368.919	137.127
Demonstração do resultado											
Receita Líquida	176.612	39.235	50.008	17.339	42.827	9.946	7.896	107.859	59.952	561.296	71.327
Lucro (prejuízo) do exercício	(8.546)	(8.488)	11.185	3.533	4.178	(30)	(5.166)	24.502	5.829	41.795	2.233

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os grupos são compostos pelas seguintes empresas: a) Controladora, Axial Ouro Preto, Mastoclinica, Axial Alto São Francisco, Axial Ideal, Axial Pará de Minas, IMRAD, RMTC Diagnósticos Por Imagem Ltda, RMTC Soluções e Desenvolvimento Ltda, Aliança e Laboratório São Lucas. b) DI Imagem Diagnóstico, DI Imagem Centro, DI Imagem I, DI Imagem II, CO Dourados, CO Conesul, Sonimed, UNIC, Sonimed Nuclear, Cintimed e Multilab. c) Cedimagem Cláudio Ramos, Cedimagem Centro, Cedimagem Núcleo,Cedimagem Veneza, RM Resende e Cedimagem Três Rios. d) Grupo Som, Nuclear e Censo. e) Nuclear Medcenter, Científica e Nucleminas. f) Multiscan, CDI Vitória, CDI Vila Velha e Biolab. g) CDB, Rio Claro Medicina Diagnóstica, Araras Medicina Diagnóstica, UMDI, Imagem Centro, Gold Setra, Instituto de Diagnósticos, Plani Diagnósticos, Plani Jacareí, Pró Imagem Ex. Comp. e Pró Imagem. h) Delfin, Delfin Villas, DMA, Delfin IDI, Delfin SAJ, Delfin HBA, Delfin Natal e Ecoclínica.

9. Imobilizado

Controladora	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	49.695	(12.943)	36.752	26.817
Máquinas e equipamentos	9	148.767	(85.458)	63.309	59.008
Móveis e utensílios	10	5.270	(1.955)	3.315	1.212
Equipamentos de informática	20	12.520	(6.732)	5.788	2.217
Instalações	10	700	(677)	23	28
Veículos	20	139	(124)	15	28
Adiantamento a fornecedores		8.400	-	8.400	8.400
		225.491	**(107.889)**	**117.602**	**97.710**

Consolidado	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	225.013	(62.995)	162.018	154.994
Máquinas e equipamentos	9	789.170	(442.579)	346.591	337.173
Móveis e utensílios	10	38.258	(29.120)	9.138	7.743
Equipamentos de informática	20	49.468	(39.940)	9.528	6.773
Instalações	10	8.402	(6.975)	1.427	1.931
Veículos	20	684	(668)	16	29
Adiantamento a fornecedores		8.480	-	8.480	8.480
		1.119.475	**(582.277)**	**537.198**	**517.123**

As movimentações do ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	26.817	12.291	(785)	(1.571)	36.752
Máquinas e equipamentos	59.008	13.255	-	(8.954)	63.309
Móveis e utensílios	1.212	2.426	(4)	(319)	3.315
Equipamentos de informática	2.217	4.361	(15)	(775)	5.788
Instalações	28	-	-	(5)	23
Veículos	28	-	-	(13)	15
Adiantamento a fornecedores	8.400	-	-	-	8.400
	97.710	**32.333**	**(804)**	**(11.637)**	**117.602**

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	26.281	1.925	-	(1.389)	26.817
Máquinas e equipamentos	55.314	14.074	(431)	(9.949)	59.008
Móveis e utensílios	1.259	216	-	(263)	1.212
Equipamentos de informática	1.651	1.181	(12)	(603)	2.217
Instalações	36	-	-	(8)	28
Veículos	41	-	-	(13)	28
Adiantamento a fornecedores	8.400	-	-	-	8.400
	92.982	**17.396**	**(443)**	**(12.225)**	**97.710**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	154.994	16.247	(785)	(8.438)	162.018
Máquinas e equipamentos	337.173	62.921	(57)	(53.486)	346.551
Móveis e utensílios	7.743	3.447	(4)	(2.048)	9.138
Equipamentos de informática	6.773	5.740	(22)	(2.963)	9.528
Instalações	1.931	-	-	(504)	1.427
Veículos	29	-	-	(13)	16
Adiantamento a fornecedores	8.480	-	-	-	8.480
	517.123	**88.355**	**(868)**	**(67.452)**	**537.158**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	156.749	6.390	-	(8.145)	154.994
Máquinas e equipamentos	323.013	71.445	(1.461)	(55.824)	337.173
Móveis e utensílios	9.241	701	(55)	(2.144)	7.743
Equipamentos de informática	8.103	2.333	(12)	(3.651)	6.773
Instalações	2.503	-	-	(572)	1.931
Veículos	59	-	-	(30)	29
Adiantamento a fornecedores	8.477	3	-	-	8.480
	508.145	**80.872**	**(1.528)**	**(70.366)**	**517.123**

10. Intangível

Controladora	Taxa média anual de amortização %	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Direito de uso-software	20	68.175	(30.528)	37.647	33.066
Intangível em andamento		17.876	-	17.876	12.049
		86.051	**(30.528)**	**55.523**	**45.115**

Consolidado	Taxa média anual de amortização %	31/12/2022 Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Ágio na aquisição de empresas		844.768	-	844.768	844.768
Direito de uso - software	20	117.143	(62.524)	54.619	45.889
Intangível em andamento		22.995	-	22.995	17.640
Marcas		55.313	-	55.313	55.313
Outros		11.182	-	11.182	11.182
		1.051.401	**(62.524)**	**988.877**	**974.792**

As movimentações do ativo intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Direito de uso - software	33.066	2.680	-	(6.908)	37.647
Intangível em andamento	12.049	14.636	-	-	17.876
	45.115	**17.316**	**-**	**(6.908)**	**55.523**

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso - software	32.910	926	5.039	(5.809)	33.066
Intangível em andamento	7.890	9.198	(5.039)	-	12.049
	40.800	**10.124**	**-**	**(5.809)**	**45.115**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Ágio na aquisição de empresas	844.768	-	-	-	-	844.768
Direito de uso - software	45.889	4.859	-	14.400	(10.529)	54.619
Intangível em andamento	17.640	19.755	-	(14.400)	-	22.995
Marcas	55.313	-	-	-	-	55.313
Outros	11.182	-	-	-	-	11.182
	974.792	**24.614**	**-**	**-**	**(10.529)**	**988.877**

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Saldo em 31/12/2021
Ágio na aquisição de empresas	844.768	-	-	-	-	844.768
Direito de uso - software	44.237	5.959	-	5.039	(9.346)	45.889
Intangível em andamento	9.017	13.662	-	(5.039)	-	17.640
Marcas	55.313	-	-	-	-	55.313
Outros	11.182	-	-	-	-	11.182
	964.517	**19.621**	**-**	**-**	**(9.346)**	**974.792**

Alocação do Ágio às Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"): Em 31 de dezembro de 2022, os ágios e as marcas foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("*impairment*") e não foi identificada necessidade de ajustes aos valores dos ágios e marcas. O teste de *impairment* foi realizado de acordo com a norma contábil CPC 01 (R1) /IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e elaborado por especialistas externos e considerou os resultados futuros projetados e esperados com o processo de reestruturação operacional da Companhia, em andamento. Os valores do ágio por expectativa de rentabilidade futura ("*goodwill*") foram alocados por unidade, assim como os ativos intangíveis com vida útil indefinida. Segue abaixo alocação do ágio e intangível com vida útil indefinida em 31 de dezembro de 2022:

UGC	Ágio	Intangível com vida útil indefinida
CDB	519.226	44.860
DELFIN	177.160	20.231
CDI/Multiscan	90.884	1.404
SJT	12.202	-
Grupo CO	14.384	-
Demais empresas	30.912	-
	844.768	**66.495**

A conclusão do teste realizado foi que os ativos da Companhia são recuperáveis. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxos de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros e do sucesso do processo de reestruturação operacional da Companhia. A utilização de diferentes premissas ou não concretização de eventos esperados relacionados aos resultados projetados com a reestruturação operacional pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.A metodologia utilizada para os cálculos de *impairment* foi a de fluxo de caixa descontado. Os testes consistem na análise da rentabilidade dos investimentos, avaliando os resultados apurados das investidas e as projeções de orçamentos dos anos futuros disponibilizados pela Administração da Companhia. Na elaboração dos testes do valor recuperável dos ativos da Companhia, são consideradas premissas de crescimento de receita específicas por empresas de acordo com a realidade de demanda dos seus mercados e taxas de ocupação da capacidade instalada em cada equipamento. O Grupo entende que, mesmo estando inseridas no mesmo segmento de negócio, as empresas podem apresentar performances distintas devido às suas características individuais, tais como: estágio de maturação do parque de equipamentos, ambiente competitivo, participação de mercado, mix de exames, custo de mão de obra em cada região e diferenças em outros custos gerais (aluguel, energia elétrica, entre outros). Em relação aos custos fixos e despesas, as premissas foram baseadas através de informações obtidas com fontes externas, dessa forma, foi considerado um crescimento com base na taxa média de inflação para os próximos anos de 3,00% ao ano. Uma vez que a maior parte dos contratos de aluguel, fornecedores, serviços de manutenção e serviços de terceiros são reajustados de acordo com índices de inflação, essa premissa reflete a realidade do crescimento de custos da empresa. Desta forma, o Grupo entende que as unidades submetidas ao teste de *impairment* terão melhoria de sua rentabilidade para os próximos anos, combinando as ações de aumento de receita e diluição de custos. A taxa de desconto utilizada foi calculada com base na taxa livre de risco, risco país, risco de ações e o beta desalavancado do setor. Também é levada em consideração a estrutura de capital atual do Grupo e sua evolução ao longo do exercício em questão, bem como a alocação tributária de cada parcela do capital, próprio e de terceiros. A taxa calculada foi de 12,5% e foi a mesma utilizada para todas as unidades geradoras de caixa. O exercício de tempo utilizado para a elaboração do fluxo de caixa foi de 10 anos uma vez que este é o exercício utilizado pela Companhia para sua modelagem financeira e consequentes projeções de longo prazo, adicionado um valor de perpetuidade com crescimento médio de 3% ao ano (taxa nominal) para todas as unidades geradoras de caixa.

11. Direito de uso

Controladora	Vida útil média (em anos)	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Direito de uso de imóveis	5	56.181	(26.129)	30.052	27.919
		56.181	**(26.129)**	**30.052**	**27.919**

Consolidado	Vida útil média (em anos)	31/12/2022 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	31/12/2021 Valor líquido
Direito de uso de imóveis	5 a 9	574.753	(300.929)	273.824	275.825
		574.753	**(300.929)**	**273.824**	**275.825**

As movimentações do saldo de direito de uso nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

Controladora	Saldo em 31/12/2021	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Direito de uso – imóveis	27.919	-	8.943	(36)	(6.774)	30.052
	27.919	**-**	**8.943**	**(36)**	**(6.774)**	**30.052**

Controladora	Saldo em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso – imóveis	15.758	8.487	11.734	(2.444)	(5.616)	27.919
	15.758	**8.487**	**11.734**	**(2.444)**	**(5.616)**	**27.919**

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Direito de uso - imóveis	275.825	391	39.490	(2.126)	(39.756)	273.824
	275.825	**391**	**39.490**	**(2.126)**	**(39.756)**	**273.824**

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adições	Remensuração	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Direito de uso - imóveis	227.321	176.681	46.185	(134.470)	(39.892)	275.825
	227.321	**176.681**	**46.185**	**(134.470)**	**(39.892)**	**275.825**

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional				
Capital de giro	529.941	433.399	529.939	484.813
Financiamento de equipamentos	-	-	1.569	5.125
Debêntures	413.007	295.180	413.007	295.180
Fiança	22	100	22	130
(-) Custo de captação	(34.902)	(7.192)	(35.597)	(7.262)
Subtotal	**908.068**	**721.487**	**908.940**	**777.986**
Moeda estrangeira				
Capital de giro	73.453	-	125.989	-
Fiança	13	-	28	-
Subtotal	**73.466**	**-**	**126.017**	**-**
Total	**981.534**	**721.487**	**1.034.957**	**777.986**
Circulante	422.273	311.624	424.490	366.556
Não circulante	559.261	409.863	610.467	411.430

As movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	721.487	718.749	777.986	793.839
Captações líquidas	767.947	229.524	817.115	279.330
Pagamento de principal	(526.613)	(245.542)	(580.111)	(313.444)
Pagamentos de encargos financeiros (a)	(116.276)	(36.283)	(120.780)	(41.097)
Encargos financeiros	118.648	51.976	122.456	56.126
Amortização do custo de captação e deságio	13.721	2.678	13.923	2.977
Fianças	263	377	323	450
Variação cambial	2.357	8	4.045	(195)
Saldo no fim do exercício	**981.534**	**721.487**	**1.034.957**	**777.986**

(a) Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2) /IAS 7, o Grupo entende que os juros pagos são melhor apresentados na atividade de financiamento. Para informações sobre a exposição do Grupo aos riscos de taxa de juros e liquidez, vide fluxo de caixa não descontado dos pagamentos dos empréstimos, financiamentos e debentures na nota explicativa nº 22. **Resumo dos principais contratos vigentes:** As características dos principais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Capital de Giro	Semestral setembro/21 a outubro/23	CDI +	2,30% a.a.
Capital de Giro (i)	Anual julho/22 a julho/25	CDI +	3,00% a.a.
Capital de Giro (ii)	Semestral maio/22 a novembro/23	CDI +	3,30% a.a.
Capital de Giro (iii)	Semestral junho/22 a dezembro/23	CDI +	3,30% a.a.
Capital de Giro (iv)	Semestral julho/22 a janeiro/24	CDI +	3,30% a.a.
Capital de Giro (v)	Parcela única março/22	CDI +	2,30% a.a.
Capital de Giro (vi)	Parcela única março/22	CDI +	2,30% a.a.
Capital de Giro (vii)	Mensal março/22 a março/23	CDI +	2,65% a.a.
Capital de Giro (xiii)	Parcela única abril/23	CDI +	1,90% a.a.
Capital de Giro (ix)	Parcela única outubro/23	CDI+	3,50% a.a.
Debêntures (xi)	Semestral abril/2024 a outubro/2027	CDI +	2,75% a.a.

(i) Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 26 de novembro de 2020 para a Controladora no valor de R$72.510, e possui como indexador CDI acrescido de 3% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas anuais. (ii) Empréstimo concedido pelo Santander em 03 de novembro de 2020 para a Controladora no valor de R$ 40.000, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander. (iii) Empréstimo concedido pelo Santander em 17 de dezembro de 2020 para a Controladora no valor de R$ 20.000, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander. (iv) Empréstimo concedido pelo Santander em 14 de janeiro de 2021 para a Controladora no valor de R$60.000, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander. (v) Empréstimo concedido pelo Santander em 10 de março de 2021 para a TKS no valor de R$50.000, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização de 1 ano em parcela única. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander. (vi) Empréstimo concedido pelo Santander em 19 de março de 2021 para a Controladora no valor de R$70.000, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização de 1 ano em parcela única. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander. (vii) Empréstimo concedido pelo Itaú em 09 de abril de 2021 para a Controladora no valor de R$70.000, com indexador CDI acrescido de 2,65% a.a. com amortização mensal, para período de março de 2022 a março 2023. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Itaú. (viii) Empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em 12 de novembro de 2021 para a Controladora no valor de R$30.000, com indexador CDI acrescido de 1,90% a.a. com amortização em parcela única em abril de 2023. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Banco do Brasil. (ix) Empréstimo concedido pelo BTG Pactual em 30 de setembro de 2022 para a Controladora no valor de R$200.000, com indexador CDI acrescido de 3,50% a.a. com amortização em parcela única em 02 de outubro de 2023. (x) Em 18 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a captação de recursos financeiros, em oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n° 476, coordenada, estruturada e distribuída pela BR Partners, por meio de emissão de debêntures simples no valor total de R$ 400.000, com indexador CDI acrescido de 2.75%. a.a., e vencimento em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira em abril de 2024 e a última em outubro de 2027. **Garantias:** A Companhia e suas controladas possuem parte de seus ativos não circulantes dados em garantia em empréstimos e financiamentos e arrendamentos financeiros no valor contábil de aproximadamente R$ 14.407 (R$ 19.532 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022, o total de fianças bancárias contratadas correspondia a R$274.000 (R$ 240.000 em 31 de dezembro de 2021) e foram oferecidas em garantias para determinados contratos de financiamentos e empréstimos. Estas fianças possuem custo financeiro médio 0,2042% a.a. (0,1707% a.a. em 31 de dezembro de 2021). ***Covenants:*** Determinados empréstimos possuem cláusulas financeiras restritivas ("*covenants*"), incluindo a manutenção de índices financeiros e de liquidez medidos trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2022, todos os requisitos contratuais foram atendidos.

13. Arrendamentos

O Grupo possui contratos de arrendamento de suas unidades, máquinas e outros equipamentos utilizados em sua operação. As obrigações do Grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. A seguir estão os valores a pagar referente aos arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	10.288	8.115	64.786	58.655
Mais de um ano e menos de cinco anos	26.356	24.414	200.855	191.046
Mais de cinco anos	5.475	8.036	233.708	246.406
	42.119	**40.565**	**499.349**	**496.107**
(-) Menos os encargos financeiros futuros	(7.979)	(10.051)	(199.083)	(202.664)
Valor presente dos pagamentos mínimos	**34.140**	**30.514**	**300.266**	**293.443**
Circulante	6.909	5.490	33.785	30.402
Não circulante	27.231	25.024	266.481	263.041

A seguir demonstramos as movimentações do arrendamento mercantil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	30.514	17.879	293.443	251.829
Adições	-	8.487	391	176.681
Remensuração	8.943	11.734	39.489	46.185
Juros provisionados	3.214	2.129	30.235	25.349
Amortização principal	(5.353)	(4.990)	(31.526)	(32.944)
Amortização dos juros (a)	(3.136)	(2.094)	(29.439)	(25.388)
Baixa	(42)	(2.631)	(2.327)	(148.269)
Saldo no fim do exercício	**34.140**	**30.514**	**300.266**	**293.443**

(a) Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2) /IAS 7, o Grupo entende que os juros pagos são melhor apresentados na atividade de financiamento. O Grupo também possui alguns arrendamentos de imóveis e máquinas com prazos iguais ou menores que 12 meses, arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor e arrendamentos de imóvel com parcelas totalmente variáveis. Para esses casos, o Grupo aplica as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, arrendamento de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis. Os vencimentos das parcelas em 31 de dezembro 2022 estão demonstrados a seguir:

	Controladora	Consolidado
2023	6.973	34.071
2024	6.640	32.538
2025	6.516	30.842
2026	4.064	28.232
Acima de 2027	9.947	174.583
	34.140	**300.266**

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, visando atender aos investidores, apresentamos os saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso ao valor presente, da despesa financeira e da despesa de depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

31/12/2022

	Controladora		Consolidado	
	IFRS 16	Inflação projetada	IFRS 16	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	30.052	37.634	273.824	356.148
Passivo de arrendamento	34.140	38.343	300.266	376.376
Despesas com depreciação	(6.774)	(6.790)	(39.756)	(49.009)
Despesas financeiras	(3.214)	(4.005)	(30.235)	(39.154)

31/12/2021

	Controladora		Consolidado	
Ativo de direito de uso, líquido	27.919	33.398	275.825	318.561
Passivo de arrendamento	30.514	35.573	293.443	337.436
Despesas com depreciação	(5.616)	(7.099)	(39.892)	(44.468)
Despesas financeiras	(2.129)	(3.697)	(25.349)	(35.160)

14. Contas a pagar – aquisição de empresas

	Controladora		Consolidado	
Controladas adquiridas:	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Som	257	229	257	229
Sonimed	114	102	114	102
Sabedotti	454	366	454	366
UMDI	4.570	4.065	4.570	4.065
Laboratório São Lucas	41	39	41	39
Delfin	9.608	8.988	9.608	8.988
Multilab	-	-	-	1.036
Multiscan	-	-	-	27.554
Total	**15.044**	**13.789**	**15.044**	**42.379**
Circulante	15.044	13.560	15.044	42.150
Não circulante	-	229	-	229

As contas a pagar por aquisições de empresas se referem às contraprestações a serem transferidas na aquisição de participação de empresas, conforme estipulado nos respectivos contratos. Sobre os valores incidem encargos financeiros com base na variação das taxas do CDI ou SELIC. As movimentações das contas a pagar por aquisição de empresas para os exercícios findos em de 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	13.789	13.828	42.379	41.608
Pagamento do principal	-	(1.500)	(28.424)	(1.904)
Pagamento de encargos financeiros (a)	-	(53)	1.089	(53)
Encargos financeiros	1.255	1.514	-	2.728
Saldo no fim do período	**15.044**	**13.789**	**15.044**	**42.379**

(a) Conforme parágrafo 33 do CPC 03 (R2) /IAS 7, o Grupo entende que os juros pagos são melhor apresentados na atividade de financiamento.

15. Provisão para riscos legais

A composição e a movimentação da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Trabalhistas e previdenciários	812	229	4.234	1.501
Tributários (a)	527	611	35.486	37.683
Cível	-	268	10.452	652
Total	**1.339**	**1.108**	**50.172**	**39.836**

(a) Parte da provisão para riscos tributários no passivo (Consolidado) é representada pela contrapartida da Garantia de Reembolso de Contingências de natureza tributária apresentada no ativo. Determinadas controladas da Companhia discutem administrativamente e judicialmente a aplicação de regime fixo de ISS e não incidência de ICMS na importação de equipamento, cujo a provisão constituída para os processos de risco de perda provável é de R$ 30.957 (R$ 33.596 em 31 de dezembro de 2021) com valor de depósitos judiciais totalizando R$ 19.784 (R$ 18.871 em 31 de dezembro de 2021). Parte dos riscos legais da Companhia e de suas controladas são garantidos por cláusulas de responsabilidade estabelecidas em acordo de investimento entre seus acionistas, as quais preveem o ressarcimento de contingências pagas ou assumidas pela Companhia relativas a fatos ocorridos e/ou existentes antes da data de aquisição das controladas, conforme detalhado na nota explicativa nº 7. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, ocorreram movimentações da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que se encontram apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.108	1.060	39.836	41.864
Adições	1.303	441	13.048	3.584
Reversões	(1.068)	(331)	(2.673)	(4.366)
Pagamentos	(4)	-	(39)	-
Prescrição, líquido de atualização (a)	-	(62)	-	(1.246)
Saldo no fim do exercício	**1.339**	**1.108**	**50.172**	**39.836**

(a) Saldo corresponde a prescrição dos riscos legais identificados na combinação de negócios, uma vez que os fatos que originaram o risco ocorreram há mais de cinco anos. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de depósitos judiciais é de R$ 1.101 na controladora e R$ 24.602 no consolidado para fazer frente aos processos em andamento (R$601 e R$ 23.815respectivamente em 31 de dezembro de 2021). A Companhia e suas controladas figuram no polo passivo em processos administrativos e judiciais cujos riscos de perda são possíveis referem-se a: **Tributários:** Conforme análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível em causas tributárias o montante de R$ 145.061 em 31 de dezembro de 2022, para o qual a Companhia possui garantias no montante de R$ 122.760 (R$ 134.781de causas tributárias e R$ 116.987 de garantia em 31 de dezembro de 2021). **Cíveis:** Segundo análise dos assessores jurídicos, foi considerado como perda possível os processos relativos a danos materiais e morais cujas causas totalizam o montante de R$ 30.823 em 31 de dezembro de 2022 nos quais a Companhia tem a garantia de R$ 8.827 (R$ 17.245 de causas cíveis e R$ 8.113 de garantia em 31 de dezembro de 2021). **Trabalhistas:** Os processos trabalhistas em que a Companhia e suas controladas figuram em polo passivo referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários e prestadores de serviços referente às cobranças de horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação da legislação trabalhista quanto à existência de vínculo empregatício. O risco em 31 de dezembro de 2022 foi avaliado no montante de R$ 22.656, para os quais a Companhia possui R$ 6.327 com garantia (R$ 20.053 de causas trabalhistas e R$ 6.074 de garantia em 31 de dezembro de 2021).

16. Patrimônio líquido

Capital social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito é de R$ 635.373 (R$ 635.373 em 31 de dezembro de 2021), dividido em 118.292.816 ações (118.292.816 em 31 de dezembro de 2021).

	31/12/2022	31/12/2021
Ações ordinárias	118.292.816	118.292.816
	118.292.816	**118.292.816**

Reserva de capital	31/12/2022	31/12/2021
Instrumentos patrimoniais decorrentes de combinação de negócios (a)	616.673	616.673
Ações restritas	2.054	2.817
Ágio transações com sócios (b)	1.677	1.677
Outras reservas de capital (c)	(726)	(624)
	619.678	**620.543**

(a) Saldo relativo à integralidade das ações dos acionistas das controladas CDB e da Delfin, na qual são consideradas subsidiárias integrais. (b) A rubrica representa o ágio ou deságio pago na aquisição de participação minoritária em controladas. (c) A diferença entre o preço médio das ações em tesouraria que foram entregues aos beneficiários do plano de ações restritas da Companhia e o valor justo das ações calculado no plano de ações restritas é registrada como reserva de capital. **Ações em tesouraria:** Em 27 de maio de 2021 foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração o programa de recompra de ações de emissão da Companhia, pelo qual poderiam ser adquiridas até 1.730.000 (um milhão setecentos e trinta mil) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de sua própria emissão. O Programa de Recompra de Ações tem como objetivo: (i) o de viabilizar a concessão de ações restritas no âmbito de plano(s) de remuneração baseada em ações da Companhia; (ii) para eventual pagamento de valor de aquisições de empresas, observada a regulamentação aplicável; e (iii) para manutenção em tesouraria. A aquisição das ações foi realizada no prazo de 18 (dezoito) meses, entre 27 de maio de 2021 e 25 de novembro de 2022, cabendo aos membros da Diretoria da Companhia definir o melhor momento para realizar a aquisição das ações. A aquisição de ações no contexto do Programa de Recompra ocorrerá mediante aplicação de recursos disponíveis oriundos da conta "Reserva de Capital" da Companhia. A movimentação das ações em tesouraria no exercício se encontra apresentada a seguir:

	Quantidade de ações	Valor	Custo médio (em R$)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**18.961**	**276**	**14,56**
Aquisições	1.000.000	12.252	12,25
Transferências	(422.753)	(5.031)	11,90
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**596.208**	**7.497**	**12,57**
Transferências	(119.946)	(2.049)	17,08
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**482.522**	**5.448**	**11,29**

Plano de ações restritas: Programa de outorga de ações restritas: Em 25 de julho de 2019, o Conselho de Administração aprovou o novo Programa de Outorga de Ações Restritas ("2º Plano de Ações Restritas – Plano 2019"), atrelando o incentivo de longo prazo de seus principais executivos ao desempenho futuro da Companhia. Este plano contemplava o 1º Programa de Outorga de Ações restritas (do Plano de Ações Restritas – Plano 2019) com o total de ações concedidas 2.154.402 ações, representativas de aproximadamente 1,82% do capital social, condicionada a (i) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia ou suas Controladas, pelo Exercício de Permanência definido

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. - CNPJ: 42.771.949/0018-83

Continuação...

em Contrato com cada Beneficiário e (ii) for atingido o Indicador de Desempenho definido pelo Conselho de Administração da Companhia a serem apurados após o final do exercício social de 2021. Entretanto, em razão da pandemia causada pelo COVID-19, as metas de desempenho da Companhia previstas no Primeiro Programa, estabelecidas como condição para a entrega das Ações Restritas, não serão atingidas e as ações referentes ao plano foram prescritas. Em 26 de agosto de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração um novo programa de outorga de ações restritas do Plano de Ações Restritas ("2º Programa de Outorga de Ações restritas"). Este 2º Programa de Outorga de Ações restritas está subdividido em dois subprogramas: i. 2º Programa de Outorga de Ações: "Tipo A"; e ii. 2º Programa de Outorga de Ações: "Tipo B". Considerando ambos os subprogramas poderão ser outorgadas até 1.746.596 (um milhão setecentas e quarenta e seis mil quinhentas e noventa e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas, nesta data, de 1,48% (um vírgula quarenta e oito por cento) das ações do capital social da Companhia. 2º Programa de Outorga de Ações: "Tipo A" - Neste subprograma estão contemplados os executivos do C-Level e outros executivos, com o total de ações concedidas de 867.076 ações, representativas de aproximadamente 0,73% do capital social, condicionada a (i) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia ou suas Controladas, pelo Exercício de Permanência definido em Contrato com cada Beneficiário e (ii) for atingido o Indicador de Desempenho definido pelo Conselho de Administração da Companhia que corresponde a uma média do valor das ações nos meses de janeiro e fevereiro de 2022. A transferência dessas ações (*Vesting*) serão realizadas em dois momentos, sendo 30% em março de 2022 e 70% em março de 2023. Em 26 de agosto de 2021 foram outorgadas 867.076 ações sob esse subprograma. Para a determinação do valor justo das ações outorgadas, a Administração baseou-se na mensuração por meio do modelo "Monte Carlo", no qual foi considerado o valor da ação na data da outorga ponderada por determinadas premissas e preços de mercado disponíveis.

	2º Programa de Outorga de Ações: "Tipo A"	
	Lote 1	Lote 2
Método de cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo
Prazo de carência	30/06/2022	31/03/2023
Taxa de juros livre de risco	7,38%	8,72%
Volatilidade	51,78%	58,81%
Valor justa na data de outorga	17,82	17,71

2º Programa de Outorga de Ações: "Tipo B": Neste subprograma estão contemplados os executivos do C-Level com o total de ações concedidas de 765.329 ações, representativas de aproximadamente 0,65% do capital social, condicionada a (i) o Beneficiário permanecer continuamente vinculado como colaborador da Companhia ou suas Controladas, pelo Exercício de Permanência definido em Contrato com cada Beneficiário e (ii) for atingido o Indicador de Desempenho definido pelo Conselho de Administração da Companhia que corresponde ao atingimento das metas em 31 de dezembro de 2023: (a) Somatório do lucro líquido dos exercícios de 2021, 2022 e 2023 no montante de R$ 235 milhões; e (b) o *Total Shareholder Return* (TSR) equivalente a 136%. Em 01 de setembro de 2021 foram outorgadas 765.329 ações sob esse subprograma. Para a determinação do valor justo das ações outorgadas, a Administração baseou-se na mensuração por meio do modelo "Monte Carlo", no qual foi considerado o valor da ação na data da outorga ponderada por determinadas premissas e preços de mercado disponíveis.

	2º Programa de Outorga de Ações: "Tipo B"
Método de cálculo	Monte Carlo
Prazo de carência	31/12/2023
Taxa de juros livre de risco	9,11%
Volatilidade	55%
Valor justa na data de outorga	6,49

Despesa no resultado do período: A despesa reconhecida correspondente ao plano de ações restritas no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R$3.970 (R$1.710 em 31 de dezembro de 2021). **Outros resultados abrangentes:** A movimentação dos saldos de outros resultados abrangentes se refere aos resultados apurados sobre as operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa sobre a exposição cambial do Grupo. **Resultado por ação:** Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 / IAS 33 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. Básico: O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. Diluído: O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido ajustado atribuído aos detentores de ações da controladora pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, incluindo as ações restritas. No entanto, em razão dos prejuízos apurados no período findo em 31 de dezembro de 2022, estes instrumentos possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

Básico	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	(227.811)	(5.625)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	117.815	117.548
Lucro (prejuízo) por ação (em R$) - básico	**(1,93364)**	**(0,04795)**

Diluído	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores	(227.811)	(5.625)
Quantidade média das ações em circulação (ações em milhares)	117.815	117.548
Efeito diluidor das ações em circulação (ações em milhares)	-	-
Média do número de ações durante os planos – diluído	117.815	117.548
Lucro (prejuízo) por ação (em R$) - diluído	**(1,93364)**	**(0,04795)**

17. Receita líquida de serviços

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de serviços	195.765	162.834	1.166.862	1.223.104
Receita bruta de construção	-	-	1.894	2.007
Receita bruta total	**195.765**	**162.834**	**1.168.756**	**1.225.111**
(-) Impostos sobre vendas	(12.604)	(10.700)	(72.605)	(75.874)
(-) Anulações e glosas	(1.415)	(1.145)	(11.142)	(12.665)
Deduções da receita bruta	**(14.019)**	**(11.845)**	**(83.747)**	**(88.539)**
Receita operacional líquida	**181.746**	**150.989**	**1.085.009**	**1.136.572**

18. Informações sobre a natureza dos custos e despesas reconhecidos na demonstração do resultado

O Grupo apresenta a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração dos resultados são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(79.157)	(36.933)	(357.889)	(308.858)
Insumos e serviços médico-hospitalares	(15.463)	(22.411)	(138.754)	(196.153)
Serviços de terceiros e outros	(39.861)	(34.670)	(201.912)	(136.644)
Honorários médicos	(45.520)	(29.664)	(229.276)	(213.466)
Manutenção	(6.846)	(2.667)	(34.785)	(31.623)
Custo de construção	-	-	(1.787)	(1.893)
Depreciação e amortização	(27.532)	(26.186)	(117.738)	(119.604)
Ocupação	(7.049)	(5.537)	(42.780)	(41.522)
Programa de incentivo de longo prazo	(3.207)	(4.588)	(3.204)	(4.588)
Perda por distribuição de dividendos desproporcionais	(208)	(2.281)		
	(224.843)	**(164.937)**	**(1.128.125)**	**(1.054.351)**
Custo dos serviços prestados	(121.528)	(96.051)	(759.261)	(780.530)
Despesas gerais e administrativas	(92.435)	(54.172)	(338.414)	(261.934)
Outras (despesas) receitas, líquidas	(10.880)	(14.714)	(30.450)	(11.887)
	(224.843)	**(164.937)**	**(1.128.125)**	**(1.054.351)**

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	6.877	2.000	11.333	5.868
Ganho instrumento financeiro derivativo	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	2.977	4.354	1.167	1.603
	9.854	**6.354**	**12.500**	**7.471**
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos	(126.378)	(51.976)	(141.626)	(56.126)
Juros sobre arrendamento mercantil	(1.487)	(2.129)	(2.719)	(25.349)
Perda com instrumento financeiro derivativo		-	(30.229)	(154)
Custo de captação	(3.214)	(2.678)	(12.495)	(2.977)
Juros de contas a pagar por aquisição de empresa	(12.265)	(1.514)	(6.927)	(2.728)
Juros de parcelamento de impostos	(1.805)	-	(211)	(117)
Outras despesas financeiras	(13.292)	(1.229)	(19.490)	(5.933)
	(158.441)	**(59.526)**	**(213.697)**	**(93.384)**
Variações cambiais, líquidas	-	(8)	-	195
Resultado financeiro, líquido	**(148.587)**	**(53.180)**	**(201.197)**	**(85.718)**

20. Tributos diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	(241.282)	(42.293)	(228.738)	2.456
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL	82.036	14.380	77.771	(835)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(16.863)	8.444	3.493	2.024
Perda por dividendos desproporcionais	(71)	(776)	-	-
Juros sobre capital próprio recebidos e pagos	(607)	(470)	241	187
Crédito tributário constituído (não constituído) sobre prejuízo do exercício	(46.391)			
20.357	(72.286)	(6.196)		
Efeito das empresas enquadradas no lucro presumido	-	-	6.507	2.741
Outros	669	(5.267)	(1.735)	1.611
Total IR/CS no resultado do exercício	**18.773**	**36.668**	**13.991**	**(468)**
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	(24.560)	(28.450)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	18.773	36.668	38.552	27.982

Composição do saldo patrimonial do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
Ativo diferido	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal	454.375	403.529	525.842	421.870
Outras diferenças temporárias	28.284	23.917	62.560	50.736
Mais valia de ativos	15.212	15.212	15.212	15.212
Base de cálculo	497.871	442.661	603.614	487.818
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	**169.276**	**150.504**	**205.229**	**165.858**

	Controladora		Consolidado	
Passivo diferido	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Diferimento de lucro regime de caixa	-	-	31.411	28.743
Diferimento de lucro instrumento financeiro	-	-	-	-
Diferimento de Hedge Accounting	941	-	1.564	-
Base de cálculo	941	-	32.975	28.743
Alíquota combinada de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	**320**	**-**	**11.212**	**9.773**
Classificados como:				
Imposto diferido ativo	169.276	150.502	205.229	165.858
Imposto diferido passivo, compensado	(320)	-	-	-
Imposto diferido ativo líquido - ativo não circulante	**168.956**	**150.504**	**205.229**	**165.858**
Imposto diferido passivo - não circulante	-	-	11.212	9.773

Movimentação do saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Saldo de impostos diferidos no início do período	150.504	-	165.858	9.773
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	18.772	-	39.370	907
Impostos diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	320	-	532
Reclassificação de impostos diferidos	(320)	(320)	-	-
Saldo de impostos diferidos no fim do período	**168.956**	**-**	**205.228**	**11.212**

O Grupo realizou estudo tributário no qual avaliou a incorporação de suas entidades, com objetivo de potencializar a obtenção de lucro tributável e, consequentemente, a realização de saldos de impostos diferidos. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, na elaboração das estimativas de lucro tributável futuro. A utilização de diferentes premissas ou não concretização de eventos esperados relacionados aos resultados projetados com a reestruturação societária e operacional da Companhia pode modificar significativamente as perspectivas de realização desse ativos fiscais diferidos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Baseado no referido estudo, a Administração estima que os créditos tributários serão recuperados em até dez exercícios, como segue:

	Controladora	Consolidado
2023	-	5.804
2024	-	7.899
2025	-	21.350
2026	31.444	30.654
2027 - 2031	137.512	139.521
Total	**168.956**	**205.228**

b) Composição dos tributos diferidos

	Controladora		Consolidado	
Ativo	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social diferidos	168.956	150.504	205.229	165.858
Passivo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	11.212	9.773
Pis/Cofins/ISS diferidos	-	-	6.122	5.183
	-	**-**	**17.334**	**14.956**

21. Partes relacionadas

Controladora	31/12/2022 Resultado Rateio e (despesas)	31/12/2022 Ativo Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total	Passivo Mútuo	Outros passivos	Total
Controladas								
Aliança	-	-	-	-	-	224	-	224
Alienação de investimentos	-	-	-	1.275 b	1.275	-	-	-
Alto São Francisco Diag. Imagem	68	-	0	-	0	3.591	-	3.591
CDB	49.187	136	75.629	-	75.766	136	8	144
CDI Vila Velha	304	1	1.147	-	1.148	1	-	1
CDI Vitoria	509	-	1.870	-	1.870	-	-	-
Centro Diagnóstico Cláudio Ramos	744	3	0	-	3	6.071	-	6.071
Centro Imagens Diag. (Cedimagem)	79	1	0	-	1	2.494	-	2.494
Científica Tecnogama	-	-	-	-	-	1.400	-	1.400
Clínica Delfin Gonzalez	-	-	5.284	-	5.284	-	4.450	4.450
Clínica Sabedotti	592	260	214	-	474	-	-	-
DI Imagem Centro Diag. Integrado Imagem	780	1	1.911	-	1.912	1	-	1
DI Imagem Diag. Integrado por Imagem	-	-	33	-	33	-	4	4
DI Imagem I Unidade Ultrassonografia	33	1	0	-	1	1.508	-	1.508
Dividendos a receber	-	-	-	336	336	-	-	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	25	-	-	-	-	325	-	325
IMRAD	-	-	-	-	-	100	-	100
Lab. de Análises Clínicas São Lucas	639	2	2.319	-	2.321	2	-	2
Laboratório Biolab	1.345	4	2.897	-	2.901	4	-	4
Mastoclínica Clínica Diagnóstico Imagem	-	-	-	-	-	1.697	-	1.697
Multilab	1.824	8	7.251	-	7.258	8	-	8
Nuclear Diag. Sociedade Simples	2	9.380	939	-	10.319	-	-	-
Nuclear Medcenter	44	-	65	-	65	-	-	-
Núcleo de Imagem Diagnósticos	-	-	2	-	2	900	-	900
Núcleo Diag. Imagem (Cedimagem)	263	1	-	-	1	8.501	-	8.501
Pará de Minas Diag. Por imagem	81	1	0	-	1	2.152	-	2.152
Pro Imagem	287	1	41	-	42	928	-	928
Pro Imagem Exames Compl.	1.279	4	157	-	161	245	-	245
RBD	-	10.497	-	-	10.497	-	-	-
RM Diagnóstico por Imagem/Resende	50	-	-	-	-	919	-	919
RMTC	-	30	-	-	30	-	-	-
Serviços de Radiologia São Judas Tadeu	751	21	363	-	384	-	-	-
Som Diagnósticos	3.580	169	3.316	-	3.485	-	-	-
Sonimed Diagnósticos	52	1	307	-	308	1	-	1
Sonimed Nuclear	-	-	7	-	7	475	-	475
Três Rios Imagem Diagnóstico	25	1.079	13	-	1.093	-	-	-
Unic Unid. Campograndense Diag.	318	1	496	-	497	1	-	1
Unidade Diag. Imagem de Dourados	280	1	881	-	882	1	-	1
Veneza Diagnóstico por Imagem	640	-	-	-	-	2.181	-	2.181
Diagnósticos Conesul	-	-	-	-	-	380	-	380
RMTC IQMR	-	20	-	-	20	-	-	-
Controladas indiretas								
Araras Medicina Diagnóstica	205	-	0	-	0	120	-	120
Censo Imagem Diagnóstico	41	-	65	-	65	1.781	-	1.781
Clínica Delfin Villas	736	-	4.898	-	4.898	-	-	-
Delfin Bahia	584	2	1.126	-	1.128	2	-	2
Delfin CLIN Natal	317	-	1.449	-	1.449	-	-	-
Delfin IDI	633	48	1.475	-	1.522	-	-	-
Delfin Medicos Associados	-	-	-	-	-	1.500		1.500
Delfin SAJ Médicos	242	1	169	-	170	731	-	731
Ecoclínica	665	1	1.869	-	1.870	1	-	1
Imagem Centro Diagnósticos Grupo Gold	60	-	310	-	310	-	-	-
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	165	4	590	-	594	-	-	-
Multiscan	1.329	7	12	-	19	1.281	-	1.281
Nucleminas Medicina Nuclear	16	-	15	-	15	-	-	-
Plani Diagnósticos Médicos	2.884	7	960	-	967	7	19	26
Plani Jacareí Diagnósticos Médicos	186	-	-	-	-	1.540	-	1.540
Rio Claro Medicina Diagnóstica	29	-	0	-	0	1.594	-	1.594
Setra Prestação de Serviços Radiológicos	492	1	31	-	32	1.448	-	1.448
UMDI	-	6	942	-	948	6	-	6
Outras partes relacionadas								
Trans. Antecipações Recebíveis						19.698		19.698
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	1.667	1	1.238 a	2.907	-	-	-
Outros	-	-	-	4.666 c	4.666	-	-	-
Total	**75.060**	**23.368**	**118.907**	**7.104**	**149.378**	**44.253**	**4.482**	**48.735**
Circulante					**1.275**			**-**
Não Circulante					**148.103**			**48.735**

Controladora	31/12/2022 Resultado Rateio e (despesas)	31/12/2022 Ativo Mútuos	Notas de Débito	Outros ativos	Total	Passivo Mútuo	Outros passivos	Total
Controladas								
Aliança	-	-	88	-	88	-	-	-
Alienação de investimentos	-	-	-	25.090 b	25.090	-	-	-
Alto São Francisco Diag. Imagem	67	-	12	-	12	-	-	-
CDB	55.463	-	55.645	-	55.645	-	15	15
CDI Vila Velha	326	-	769	-	769	-	-	-
CDI Vitoria	766	-	1.608	-	1.608	-	-	-
Centro Diagnóstico Cláudio Ramos	705	-	182	-	182	-	-	-
Centro Imagens Diag. (Cedimagem)	72	-	16	-	16	-	-	-
Científica Tecnogama	6	-	0	-	0	-	-	-
Clínica Delfin Gonzalez	2.395	-	3.620	-	3.620	-	3.707	3.707
Clínica Sabedotti	572	-	126	-	126	-	-	-
DI Imagem Centro Diag. Integrado Imagem	816	-	2.749	-	2.749	-	-	-
DI Imagem Diag. Integrado por Imagem	-	-	33	-	33	-	4	4
DI Imagem I Unidade Ultrassonografia	51	-	5	-	5	-	-	-
Dividendos a receber	-	-	-	5.066	5.066	-	-	-
Ideal Diagnósticos por Imagem	19	-	1	-	1	-	-	-
IMRAD	-	-	-	-	-	-	-	-
Lab. de Análises Clínicas São Lucas	548	-	1.454	-		1.454	-	-
Laboratório Biolab	1.831	-	2.444	-	2.444	-	-	-
Mastoclínica Clínica Diagnóstico Imagem	-	-	-	-	-	1.717	-	1.717
Multilab	1.898	-	4.847	-	4.847	-	-	-
Nuclear Diag. Sociedade Simples	-	8.579	968	-	9.547	-	-	-
Nuclear Medcenter	52	-	188	-	188	-	-	-
Núcleo de Imagem Diagnósticos	88	-	-2	-	-2	-	-	-
Núcleo Diag. Imagem (Cedimagem)	208	-	45	-	45	-	-	-
Pará de Minas Diag. Por imagem	72	-	11	-	11	-	-	-
Pro Imagem	244	-	32	-	32	-	-	-
Pro Imagem Exames Compl.	1.157	-	232	-	232	-	-	-
RBD	-	-	15	-	15	-	-	-
RM Diagnóstico por Imagem/Resende	41	-	10	-	10	-	-	-
RMTC	-	-	75	-	75	-	-	-
Serviços de Radiologia São Judas Tadeu	679	-	540	-	540	-	-	-
Som Diagnósticos	3.235	-	1.222	-	1.222	-	-	-
Sonimed Diagnósticos	82	-	334	-	334	-	-	-
Sonimed Nuclear	-	-	17	-	17	557	-	557
Três Rios Imagem Diagnóstico	33	919	9	-	928	-	-	-
Unic Unid. Campograndense Diag.	399	-	196	-	196	-	-	-
Unidade Diag. Imagem de Dourados	255	-	541	-	541	-	-	-
Veneza Diagnóstico por Imagem	576	-	125	-	125	-	-	-
	-							
Controladas indiretas	-							
Araras Medicina Diagnóstica	207	-	38	-	38	-	-	-
Censo Imagem Diagnóstico	54	-	10	-	10	-	-	-
Clínica Delfin Villas	1.159	-	3.200	-	3.200	-	-	-
Delfin Bahia	577	-	2.129	-	2.129	-	-	-
Delfin CLIN Natal	661	-	1.025	-	1.025	-	-	-
Delfin IDI	309	-	695	-	695	-	-	-
Delfin SAJ Médicos	305	-	643	-	643	-	-	-
Ecoclínica	454	-	1.327	-	1.327	-	-	-
Imagem Centro Diagnósticos Grupo Gold	109	-	265	-	265	-	-	-
Instituto de Diagnósticos Gold Imagem	149	-	350	-	350	-	-	-
Multiscan	1.257	-	224	-	224	-	-	-
Nucleminas Medicina Nuclear	15	-	25	-	25	-	-	-
Plani Diagnósticos Médicos	2.786	-	1.057	-	1.057	-	-	-
Plani Jacareí Diagnósticos Médicos	177	-	22	-	22	-	-	-
Rio Claro Medicina Diagnóstica	24	-	5	-	5	-	-	-
Setra Prestação de Serviços Radiológicos	432	-	74	-	74	-	-	-
UMDI	2.428	-	500	-	500	-	-	-
Outras partes relacionadas								
AFIP	8.851	-	-	-	-	-	-	-
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	1.653	1	1.238 a	2.892	-	-	-
Outros	-	-	-	4.163 c	4.163	-	-	-
Total	**92.610**	**11.151**	**89.747**	**35.557**	**136.455**	**2.274**	**3.726**	**6.000**
Circulante					24.048			-
Não Circulante					112.407			6.000

Consolidado	31/12/2022 Resultado Despesas operacionais	31/12/2022 Ativo não circulante Partes relacionadas	Passivo circulante Fornecedor	Passivo não circulante Partes relacionadas
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	2.907 (a)	-	-
Outros valores a receber/ pagar de acionistas	-	14.621 (b)	-	(151)
Philips	5.600	-	379	189
TOTAL	**5.600**	**17.528**	**379**	**38**

	30/09/2021 Resultado Despesas operacionais	31/12/2021 Ativo não circulante Partes relacionadas	Passivo circulante Fornecedor	Passivo circulante Arrendamento	Passivo não circulante Partes relacionadas	Passivo não circulante Arrendamento
Resultado						
Passivo circulante						
Passivo não circulante						
Montes Claros Medicina Diagnóstica	-	2.892	-	-	-	-
Outros valores a receber/ pagar de acionistas	-	14.603 (c)	-	-	1.299	-
Philips	4.184	-	1.570	-	152	-
AFIP	111.009	-	13.702	-	-	-
Arrendamento com acionistas	28.300 (d)	-	-	5.399	-	166.454
TOTAL	**143.493**	**17.495**	**15.272**	**5.399**	**1.451**	**166.454**

No curso dos negócios da Companhia, os acionistas controladores e as controladas realizam operações financeiras entre si. Essas operações referem-se basicamente a operações de mútuo entre empresas sobre as quais não incidem encargos financeiros, contratos de aluguéis e outras transações comerciais. Os principais saldos de ativos e passivos e os valores registrados no resultado do período das transações relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações realizadas conforme condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresentou os seguintes saldos e manteve as seguintes transações com partes relacionadas: (a) Em decorrência da transferência de ativos imobilizados e transações com partes relacionadas, a controladora e suas controladas tem a receber R$2.907 em 31 de dezembro de 2022 (R$2.892 em 31 de dezembro de 2021) da coligada Axial Montes Claros. (b) A controladora possui saldo de contas a receber referente a alienação de algumas investidas para as controladas CDB e Delfin, no valor de R$1.275 em 31 de dezembro de 2022 (R$25.090 em 31 de dezembro de 2021). (c) A controladora tem a receber R$ 476 em 31 de dezembro (R$ 385 em 31 de dezembro de 2021) referente a juros sobre capital próprio e R$168 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 168 em 31 de dezembro de 2021) referente a outros valores a receber da controlada Cintimed, estes saldos são eliminados para fins de consolidação. A controladora tem a receber também R$ 3.598 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 3.598 em 31 de dezembro de 2021) referentes às saídas de sócios da Axial. Ademais, há um saldo de R$ 12 em 31 de dezembro de 2022 (R$12 em 31 de dezembro de 2021) composto por saldo a receber de coligadas. (d) As controladas, Plani Diagnósticos, DI Imagem Centro Diagnóstico, Som Diagnósticos, Sabedotti, Setra Prestação, Clínica Delfin Gonzalez e Delfin Médicos Associados possuem R$ 4.052 em 31 de dezembro de 2022 (R$ 4.204 em 31 de dezembro de 2021) a receber de acionistas em decorrência da adesão de programas de parcelamento para quitação de impostos que tiveram fato gerador em data anterior à aquisição das empresas pela Companhia. As controladas CDB, Plani Diagnósticos, CDI, Radiologistas Associados, Sabedotti, Nuclear, Clínica Delfin Gonzalez, Delfin Villas, Delfin Médicos Associados, Clínica de Natal, Delfin Bahia Diagnósticos, possuem saldos a receber decorrentes de garantia para reembolso de contingências que na data base somam R$ 6.224 em 31 de dezembro de 2022 (R$6.057 em 31 de dezembro de 2021). Em 31 de dezembro de 2022 as controladas Plani Diagnósticos, Som Diagnósticos, UMDI, Delfin Gonzales, Delfin Villas, Delfin Médicos, CDB, Radiologistas Associados possuem R$ 733 a receber de sócios referente a operações custeadas por controladas (R$733 em 31 de dezembro de 2021). **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui os diretores da controladora. Cabe mencionar que os membros do Conselho da Administração e dos comitês não recebem nenhuma remuneração para exercer tais funções.

	31/12/2022	31/12/2021
Pró-labore	6.089	7.154
INSS sobre pró-labore	1.328	1.540
Benefícios indiretos (a)	283	413
Remuneração baseada em ações	3.207	4.588
	10.907	**13.695**

(a) Estes benefícios referem-se ao plano de saúde e auxílio alimentação.
A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada de acordo com metas estabelecidas, aprovadas pelo Conselho de Administração.

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Contas a receber de clientes	5.849	23.059	186.219	254.276
Ativo financeiro de concessão	-	-	83.746	93.684
Depósitos judiciais	1.101	601	24.602	23.815
Partes relacionadas	149.378	136.455	18.004	17.495
Títulos e valores mobiliários	3.063	2.835	3.063	2.835
	159.391	**162.950**	**315.634**	**392.105**
Mensurados ao valor justo por meio do resultado				
Instrumento financeiro derivativo (nível 2)	1.041	-	1.687	-
Caixa e equivalentes de caixa	126.831	10.831	218.695	127.310
	127.872	**10.831**	**220.382**	**127.310**
	287.263	**173.781**	**536.016**	**519.455**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores	33.477	15.318	94.175	75.398
Empréstimos e financiamentos e debêntures	981.534	721.487	1.034.957	777.986
Parcelamento de impostos	124	124	7.345	9.288
Partes relacionadas	48.735	6.000	38	1.451
Contas a pagar – aquisição de empresas	15.044	13.789	15.044	42.379
Dividendos a pagar	72	76	91	1.975
Arrendamento mercantil	34.140	30.514	300.266	293.443
	1.113.126	**787.308**	**1.451.916**	**1.201.920**

Estimativa do valor justo: O Grupo adota a mensuração a valor justo de determinados ativos e passivos financeiros. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos. • Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros passivos da Companhia e suas controladas apresentadas nas demonstrações financeiras, conforme Nível 2. Os demais instrumentos financeiros não apresentaram diferenças significativas entre o valor contábil e o valor justo.

	Controladora			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	981.534	1.071.298	721.487	749.211

	Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
Passivos financeiros				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.034.957	1.113.410	777.986	805.448

Gerenciamento de riscos: Objetivos da Administração perante aos riscos financeiros: A Administração coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de hedge. O Grupo não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. **a) Risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos financeiros detalhados na nota explicativa nº 12, deduzidos pelo caixa e saldos bancários) e pelo patrimônio líquido do Grupo (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 16). O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre o capital. O Grupo revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. ***Índice de endividamento:*** O índice de endividamento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 está demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos, financiamentos e debêntures	981.534	721.487	1.034.957	777.986
Instrumento financeiro derivativo	(1.041)	-	(1.687)	-
Parcelamento de impostos	124	124	7.345	9.288
Contas a pagar – aquisição de empresas	15.044	13.789	15.044	42.379
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores imobiliários	(129.894)	(13.666)	(130.145)	(130.144)
Dívida líquida	**865.767**	**721.374**	**925.514**	**699.509**
Patrimônio líquido	949.696	1.175.291	981.917	1.209.433
Índice de alavancagem financeira	**91,16%**	**61,41%**	**94,26%**	**57,84%**

b) Risco de mercado: O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que O Grupo esteja exposto somente a níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Os instrumentos financeiros do Grupo que são afetados pelo risco de mercado incluem: (i) caixa e equivalentes de caixa; (ii) aplicações financeiras; (iii) contas a receber de clientes; (iv) empréstimos, financiamentos e debêntures e (v) instrumentos financeiros derivativos.***Risco de taxa de juros:*** É o risco de que o valor justo ou o fluxo de caixa futuro de determinado instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Esse risco é administrado através da manutenção de um mix apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas. Para complementar sua necessidade de caixa, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos, assim como emite títulos de dívida (debêntures e notas promissórias), que são substancialmente indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem aumentos relevantes no CDI, isso porque o aumento das taxas de juros poderá impactar tanto no custo de captação de empréstimos pelo Grupo, como também no custo do endividamento, acarretando no aumento das suas despesas financeiras. Análise de sensibilidade da taxa de juros: Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos empréstimos com encargos financeiros variáveis, tais como CDI, TJLP e Libor entre outros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia e suas controladas, com cenário mais provável (cenário base), segundo avaliação efetuada pela Administração. Para a realização da análise de sensibilidade demonstrada no quadro a seguir, a Administração utilizou como premissa de estimativas para o cenário provável, os indicadores macroeconômicos vigentes na data mais próxima da divulgação destas demonstrações financeiras, sendo a data utilizada 17 de fevereiro de 2023, para aqueles empréstimos e financiamentos atrelados a taxas pós-fixadas, consideradas para essa análise de sensibilidade como a variável de risco. Assim, o Grupo estima no cenário provável de taxa anual, o CDI em 12,43%. O "Cenário possível" contempla um aumento de 25% na taxa em questão e o "Cenário remoto" um aumento de 50%.

	Controladora			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI + 2,45% a 3,3%	915.370	920.435	945.082	974.793
Instrumentos financeiros derivativos (posição passiva)				
Indexador				
CDI + 2,15%	72.411	72.812	74.761	77.112
Aquisição de Empresas por indexador				
CDI	5.396	5.426	5.571	5.746
Total	**993.177**	**998.673**	**1.025.414**	**1.057.651**
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
Indexador:				
80% a 103% CDI	75.059	75.474	77.495	79.932
Exposição líquida	**918.118**	**923.199**	**947.919**	**977.719**
Aumento nas despesas financeiras em relação ao cenário base	**-**	**5.081**	**24.720**	**54.520**

	Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário remoto 50%
Empréstimos por indexador				
CDI + 1,90% a 3,3%	915.370	920.435	945.082	974.793
Instrumentos financeiros derivativos (posição passiva)				
Indexador	124.300	124.988	128.335	132.369
CDI + 2,15%				
Aquisição de Empresas por indexador				
CDI	5.396	5.426	5.571	5.746
Total	**1.045.066**	**1.050.849**	**1.078.988**	**1.112.908**
Aplicações financeiras e Títulos e valores mobiliários				
80% a 103% CDI	126.300	127.029	130.430	134.531
Exposição líquida	**918.736**	**923.820**	**948.558**	**978.377**
Aumento (redução) nas despesas financeiras em relação ao cenário base	**-**	**5.084**	**24.378**	**54.557**

Risco da taxa de câmbio: A Companhia e suas controladas fazem algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Essas exposições são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Moeda estrangeira				
Capital de giro	73.453	-	125.989	-
Fiança	13	-	28	-
Total	**73.466**	**-**	**126.017**	**-**

Contabilidade de cobertura (hedge accounting): O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Hedges de fluxo de caixa: A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa para as suas operações de 4131. Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. O fluxo de caixa dessas operações está informado na tabela do risco de liquidez e juros. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de *hedge accounting* no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos de hedge foram contratados para proteger o risco cambial de dois empréstimos concedidos pelo Banco Santander, através da linha externa 4131. Os detalhes desta captação estão na nota explicativa nº 12. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

	Operação	Indexação	Tipo de hedge	Saldo ativo
Controladora	Empréstimos - 4131	USD + Spread	Fluxo de Caixa	73.452
	Swap Banco – 4131	Spread + CDI	Fluxo de Caixa	72.411
			Posição líquida	**1.041**
Consolidado	Empréstimos -4131	USD + Spread	Fluxo de Caixa	125.987
	Swap Banco– 4131	Spread + CDI	Fluxo de Caixa	124.300
			Posição líquida	**1.687**

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira: Na elaboração da análise de sensibilidade para o risco da taxa de câmbio foi utilizada a cotação do dólar, disponibilizada no mercado financeiro, tendo como cenário base, o dólar cotado a R$5,25, estimado para 30 de dezembro de 2022, conforme entendimento do mercado, divulgado através do Boletim Focus do dia 30 de dezembro de 2022. Os cenários possível e remoto foram calculados com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco sobre o cenário base, que no caso é a cotação futura do dólar. A análise de sensibilidade levou em consideração a exposição ativa ou passiva líquida do Consolidado e da Controladora, sendo que nos casos em que a exposição é ativa, a deterioração da variável de risco, nesse caso, se refere à redução da taxa do dólar, ao passo que nos casos em que a exposição é passiva, a deterioração se refere ao aumento da taxa do dólar. A cotação do dólar em 31 de dezembro 2022 foi de R$ 5,28.

	31/12/2022 Controladora			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Financiamentos em moeda estrangeira	73.466	73.921	92.401	110.882
Dólar				
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (posição ativa)	(1.041)	(1.047)	(1.309)	(1.571)
Dólar				
Exposição passiva líquida após derivativos	**72.425**	**72.874**	**91.092**	**109.311**
Efeito líquido da variação cambial – (ganho)/perda	**-**	**449**	**18.218**	**36.437**

	31/12/2022 Consolidado			
	Valor contábil	Cenário base	Cenário possível 25%	Cenário Remoto 50%
Financiamentos em moeda estrangeira	126.017	126.797	158.496	190.196
Dólar				
Instrumentos financeiros derivativos – SWAP (posição ativa)	(1.687)	(1.697)	(2.121)	(2.546)
Dólar				
Exposição passiva líquida após derivativos	**124.330**	**125.100**	**156.375**	**187.650**
Efeito líquido da variação cambial – (ganho)/perda	**-**	**770**	**31.275**	**62.550**

c) Risco de crédito: É avaliado em bases históricas pela Administração, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Vide nota explicativa nº 5. **d) Risco de liquidez:** A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Fornecedores	33.477	-	-	33.477
Empréstimos e financiamentos	524.564	200.778	566.185	1.291.527
Arrendamento mercantil	10.288	9.221	22.610	42.119
Parcelamento de impostos	124	-	-	124
Contas a pagar - aquisição de empresas	14.784	1.387	-	16.171
Partes relacionadas	-	48.735	-	48.735

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Fornecedores	94.175	-	-	94.175
Empréstimos e financiamentos	528.883	218.212	605.879	1.352.974
Arrendamento mercantil	64.786	59.276	375.287	499.349
Parcelamento de impostos	2.346	2.252	4.047	8.645
Contas a pagar - aquisição de empresas	15.044	-	-	15.044
Partes relacionadas	-	38	-	38

23. Transações que não afetam caixa

O Grupo realizou transações que não geraram efeitos de caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Movimentação de garantia de reembolso de contingências	(272)	40	(3.593)	(1.409)
Remensuração de contratos de arrendamento – IFRS 16	8.943	11.734	39.490	46.185
Adição e baixa de contratos de arrendamento – IFRS 16	(36)	6.043	(1.735)	42.211

24. Eventos subsequentes

Contrato de prestação de serviços com a Federação das Unimed's da Amazônia ("Unimed FAMA"): Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com prazo de 10 anos com Unimed FAMA, renomada operadora de saúde da região norte, com mais de 100 mil beneficiários, abrangendo a sua área de cobertura os estados Amazonas, Amapá, Pará, Acre, Rondônia e Roraima. O contrato prevê a prestação de serviços de medicina diagnóstica, especialmente em análises clínicas, em caráter não exclusivo, o que possibilitará a Alliança o aumento de sua capilaridade na Região Norte para prestação de serviços de medicina diagnóstica para pacientes particulares, de outras operadoras e de cooperativas de saúde. Alongamento de dívida: Em linha com a estratégia financeira, a fim de alongar o cronograma de vencimentos de suas dívidas, reduzindo assim a concentração de vencimentos de empréstimos e financiamentos no curto prazo, no dia 26 de janeiro de 2023 o Grupo concluiu o aditamento do empréstimo com o Banco do Brasil. A amortização passou de parcela única com vencimento em abril de 2023, no valor de R$ 30.000, para 2 parcelas, no valor de R$ 15.000 cada, com vencimentos em dezembro de 2024 e dezembro 2025. Empréstimo Banco Votorantim: Em 09 de março de 2023, a Companhia efetuou captação de recursos junto ao Banco Votorantim, no valor de R$ 5.000, e prazo de pagamento de 27 meses, sendo 3 meses de carência e 9 pagamentos trimestrais de amortização. Nova marca: Em 23 de março, o Conselho de Administração aprovou a nova marca da Companhia: Alliança – Excelência em Saúde. A ideia de mudar o nome e a identidade institucional objetiva valorizar e fortalecer o sentido de aliança entre Crescimento, Eficiência, Clientes, Pessoas e Saúde de Qualidade – nossos 5 pilares. Representa também o estreitamento das nossas alianças estratégicas e parcerias. A Alliança busca novos caminhos para mudar o segmento de saúde no Brasil. Isso significa reinventar modelos de negócios e assegurar protagonismo, dando visibilidade a uma empresa atenta, moderna e jovem, mesmo dentro de um segmento tradicional. Sob a marca Alliança, o nosso propósito é seguir inovando e levando serviço de qualidade aos nossos clientes. Novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias: Em 17 de março de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, foi comunicada pelo seu acionista controlador, Fonte de Saúde Fundo de Investimento em Participações ("Fonte de Saúde FIP"), sobre novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia por alienação de controle ("OPA"), em atendimento à obrigação de realização da OPA em virtude da alienação do controle da Companhia para o Fonte de Saúde FIP, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, do artigo 37 do Regulamento do segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado, do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e da regulamentação aplicável, em especial a Resolução da CVM nº 85, de 31 de março de 2022 ("Resolução CVM 85").

25. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2023.

Continuação...

CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. - CNPJ: 42.771.949/0018-83

DIRETORIA

Pedro Thompson - Diretor Presidente e de Recursos Humanos
Pedro Antônio Martins Aparicio - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
José Luiz Mendes Ramos Júnior - Diretor Jurídico e de Complice
Gustavo Aguiar Campana - Diretor Médico e Diretor Médico de Análises Clínicas

CONTADOR

Thiago Rodrigues Porto
CRC-MG 098.233/O

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes no inciso VI do § 1 º do artigo 27 da Resolução CVM n º 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
São Paulo, 23 de março de 2023.
CFO & Diretor de Relações com Investidores - Pedro Antônio Martins Aparício
Diretor Presidente e de Recursos Humanos - Pedro Thompson

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes no inciso V do § 1o do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria do Centro de Imagem Diagnósticos S.A declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes, datado de 23 de março de 2023, relativo às Demonstrações Financeiras (Controladora e Consolidado) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.
São Paulo, 23 de março de 2023.
CFO & Diretor de Relações com Investidores - Pedro Antônio Martins Aparício
Diretor Presidente e de Recursos Humanos - Pedro Thompson

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centro de Imagem Diagnósticos S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, apresentado sem ressalvas, emitido pela BKR – Lopes, Machado Auditores em 23 de março de 2023, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos, estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.
São Paulo, 23 de março de 2023.

Sergio Bessa
Vanderlei Dominguez da Rosa
Paulo Roberto Franceschi

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e ao Conselho de Administração do
Centro de Imagem Diagnósticos S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Plano de Reestruturação e Recuperabilidade de ativos: Conforme mencionado nas notas explicativas 01, 10 e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em processo de reestruturação, que prevê ações baseadas em plano estratégico da Administração. Em razão do processo de reestruturação depender de eventos futuros, ressaltamos que a recuperabilidade do ágio e dos ativos fiscais diferidos encontram-se condicionados aos referidos eventos e cenário macroeconômico. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas considerando o contexto de reestruturação operacional e societário da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. *Avaliação do valor recuperável do ágio:* Em 31 de dezembro de 2022, conforme divulgado na nota explicativa 8 e 10 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, incluíam ágio na aquisição de empresas, decorrentes, substancialmente, de combinações de negócios realizadas em anos anteriores, no montante total líquido de R$844.768 mil, cujo valor recuperável deve ser testado anualmente conforme requerido pelo CPC 01/IAS 36 – Redução ao valor recuperável de ativos. Para testes de redução ao valor recuperável, o ágio é agrupado em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), cujo valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente, que envolve premissas tais como: taxas de crescimento dos negócios e taxas de descontos. Devido às incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que poderão resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia; (ii) análise das premissas utilizadas pela Companhia, especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e às respectivas taxas de descontos, e comparação das premissas utilizadas pela Companhia, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto; e (iii) análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor em uso das UGCs às quais os ágios por rentabilidade futura estão alocados, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.2.f), 2.2.t), 8 e 10, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.* *Reconhecimento de receita - prestação de serviços de medicina diagnóstica:* Em 31 de dezembro de 2022 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluíam na rubrica de "Receita operacional líquida" o montante de R$181.746 mil e R$1.085.009 mil, respectivamente. As receitas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar o montante da receita a ser reconhecida, considerando os serviços prestados e faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados, e a estimativa das perdas com procedimentos efetuados mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde (denominadas "glosas"). Devido à relevância das transações e o alto número de localidades onde os serviços são prestados, incluindo a mensuração das receitas a faturar e das perdas estimadas, que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossos trabalhos de auditoria. *Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar); (ii) reconciliação dos relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2022 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras; (iii) realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência da receita de serviços faturados e a faturar no fim do exercício, avaliando o momento do reconhecimento da receita e montantes reconhecidos; (iv) análise das premissas relacionadas a glosas de planos de saúde, bem como critérios para mensuração das perdas estimadas e sua aderência às políticas contábeis da Companhia; e (v) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as receitas oriundas da prestação de serviços de medicina diagnóstica, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento destas receitas adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.2.n) e 17, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.* **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:* O balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de Caixa e do valor adicionado (informação suplementar) e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 16 de março de 2022, sem modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2023.

BKR - Lopes, Machado Auditores
BKR

CRC-RJ-2026/O-5

Mário Vieira Lopes
Contador - CRC-RJ-060.611/O-0

Adobe Stock

Mercado de bebidas vive expansão de oferta

Empresas apostam em sabores tipicamente brasileiros e em curadoria de rótulos para conquistar e fidelizar clientes

Setor de vinhos e destilados vê expansão apesar de custo alto

Produtores aperfeiçoam produção, mas se queixam de ausência de incentivos

Roberto Saraiva

SÃO PAULO O mercado de vinhos e de destilados para pequenos e médios produtores vive um momento de aumento tanto de demanda quanto de oferta e de profissionalização da cadeia produtiva, mas fabricantes reclamam de custos e da burocracia.

Para Paulo Brammer, diretor e fundador da Enocultura, escola de vinhos e de destilados, o momento é encorajador para os vinhos, apesar de o país não ter o clima ideal para o cultivo da uva vinífera.

"Chegamos ainda assim em uma boa qualidade de produção, com pessoas rotulando de forma inteligente, moderna, atrativa. Estamos falando de uma produção de três décadas comparável a produtos de primeiro mundo", diz.

Ainda segundo Brammer, há uma tendência de consolidação de vinhos autorais, com enólogos buscando novos perfis de sabor focados na uva, na acidez e nas características do solo.

O movimento inclui nomes como o Projeto Cata Terroirs, de Santa Catarina, e Vinhas do Tempo e Arte Líquida, do Rio Grande do Sul, que concentra a produção nacional.

Luís Henrique Zanini, 52, é tido como inspiração para essas marcas por promover o resgate de técnicas e por ter uma visão menos intervencionista da produção.

Vinhateiro e fundador da Era dos Ventos, de Bento Gonçalves (RS), ele enxerga uma transformação dinâmica no mercado. O fenômeno é puxado por um público novo —com mais informação e também mais exigente— e sustentado por uma maior variedade de pontos de venda.

Em fevereiro, uma operação de Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério Público do Trabalho e polícias Federal e Rodoviária Federal resgatou 207 trabalhadores baianos contratados por uma empresa terceirizada, a Fênix Prestação de Serviços, alojados em uma pensão em Bento Gonçalves em situação análoga à escravidão, segundo autoridades.

Arnaldo Ribeiro na unidade de Nova Lima, na Grande BH, da Cana Brasil, destilaria que produz bebidas para 80 marcas Alexandre Rezende - 15.dez.22/Folhapress

Eles participavam da colheita de uva para a produção de três grandes vinícolas gaúchas —Aurora, Garibaldi e Salton. Por meio de notas, as empresas se desculparam pelo ocorrido e prometeram adequar a conduta na contratação.

O universo dos destilados também vive uma expansão. Arnaldo Ribeiro, 51, instrutor e dono da Cana Brasil, que fabrica as bebidas de cerca de 80 pequenas marcas em Itaverava, no interior de Minas Gerais, enxerga hoje um crescimento sustentado do gim.

A vodca artesanal, que perdeu espaço com o movimento, está retornando com opções com sabor, diz. E o rum também tem ganhado terreno, especialmente entre quem não bebe cachaça.

A Cana Brasil funciona também como escola que forma especialistas em diferentes bebidas. A cachaça segue favorita, e as fabricantes artesanais têm aumentado sua participação em relação às industriais.

"Está crescendo o segmento de cachaça envelhecida com madeiras brasileiras e de cadeia sustentável, onde o produtor planta as árvores e faz blends exclusivos", diz Ribeiro.

Apesar disso, os setores veem com ceticismo o potencial de longo prazo de vendas diretas ao consumidor.

É o que diz Renato Bittencourt, 44, fundador e supervisor da produção da Cachaça Antonieta, de Florianópolis, produzida pela Cana Brasil.

Houve pico no volume de vendas virtuais após premiação máxima no Mundial de Bruxelas em 2019, uma das mais importantes competições de bebidas do mundo, o que coincidiu com o início da pandemia. Depois, registrou-se queda. "Muita gente nunca tinha comprado online. [O faturamento nesse canal] diminuiu muito de 2021 para cá, mas ainda é maior que antes."

Outra questão sensível é a tributação. "É uma briga. A taxação corresponde a quase 53% do valor do vinho em impostos diretos e indiretos. Isso afeta bastante a competitividade em relação aos importados", afirma Zanini.

Segundo dados do Ibravin (Instituto Brasileiro do Vinho), a taxa varia entre 15% e 25% entre os países do Mercosul e chega a cerca de 15% na Europa. Não por acaso, são regiões de nações produtoras e que incentivam ou subsidiam o setor.

Ribeiro, da Cana Brasil, ainda comemora a inclusão de microdestilarias no Simples Nacional há cinco anos, um movimento que também abrangeu as micro e pequenas vinícolas e cervejarias. "Hoje nosso maior gargalo é a substituição tributária do ICMS, que varia muito de estado a estado. Tem lugares em que fica impraticável vender."

A legislação é um dos entraves apontados por Marina Santos, 41, vinhateira e criadora da Vinha Unna, vinícola de Pinto Bandeira (RS), com produção de orgânicos e biodinâmicos, uso de agroflorestas e sustentabilidade.

Ela não consegue enquadrar sua produção, de 6.000 garrafas por ano, na Lei do Vinho Artesanal, que dá benefícios tributários e incentivo estatal.

"Não existe igualdade nem equidade. Eu, com 6.000 garrafas, preciso respeitar as mesmas leis que as empresas que produzem 6 milhões. Hoje temos nossos vinhos em restaurantes como DOM e Picchi, em São Paulo, e no Lasai e no Grupo Irajá, no Rio de Janeiro. É mais por amor que por lucro."

Outro entrave, segundo os produtores, é o custo de transporte, que ficou mais alto.

Iniciativas buscam enfrentar esse problema. A Tão Longe Tão Perto, da sommelière Gabriela Monteleone e do empresário Ariel Kogan, leva rótulos artesanais a restaurantes do Sudeste e do Nordeste.

Há uma atenção especial ao envase, entregando a bebida em barris de inox equivalentes a 25 garrafas. A solução, mais leve que o vidro, reduz a pegada de carbono e elimina um insumo caro.

Jaqueline Barsi, 36, sommelière e fundadora da Artse Vinhos, percebeu, após uma temporada visitando vinícolas gaúchas, carências na hora de comunicar e de escoar a produção. Ex-funcionária da Ambev, ela usou os dez anos de experiência no marketing da gigante de bebidas para preencher as lacunas.

O vidro foi trocado pela lata como caminho para explorar um novo nicho para os pequenos produtores, atrair novos clientes, especialmente mulheres e jovens, e tornar a experiência mais despretensiosa.

Nos wine bars, sommeliers estão no centro da experiência do consumidor

Paola Ferreira Rosa

CAMPINAS Nos wine bars, onde clientes consomem vinho pagando por taça, um dos destaques é a figura do sommelier, já que o foco são a experimentação e as combinações de sabores. Tudo isso com troca de conhecimento.

O vinho deixou de ser acompanhante de pratos para virar protagonista, diz Arthur Piccolomini de Azevedo, vice-presidente da ABS-SP (Associação Brasileira de Sommeliers).

"Há hoje uma busca grande por conhecimento sobre vinho e o wine bar atende esse público ávido por novidades, por provar e degustar diversos tipos. Essa é uma maneira, inclusive, de economizar, porque você prova o vinho e, se não gostou, não compra."

Para ele, a oferta de vinhos por doses —geralmente de 30 ml, 60 ml ou 120 ml— deve ser acompanhada por um sommelier, que apresenta e explica características como acidez, nível de açúcar e aspectos históricos e culturais. "Ajuda a se divertir, mas também a ganhar conhecimento".

O especialista ofereceu consultoria durante a construção do Bardega, um dos maiores wine bars de São Paulo, no Itaim Bibi, zona oeste. O estabelecimento oferece 96 tipos da bebida de todas as faixas de preço, com doses a partir de R$ 5. O mais caro é o português Pera Manca, cuja taça de 30 ml custa R$ 191.

O bar tem 12 enomatics, equipamentos que permitem ao cliente servir o vinho sozinho e conservam a bebida por mais tempo. É uma espécie de vitrine, onde garrafas, enfileiradas, são refrigeradas por meio de um sistema de preservação a nitrogênio. No Bardega, cada máquina comporta oito rótulos.

As bicas medem e liberam a bebida a partir da inserção de cartão com chip, identificado por cliente, e da escolha da dose. Cada máquina custa em média R$ 75 mil, conta Rafael Ilan, 35, dono do negócio.

A proposta é que os clientes circulem pelo ambiente, conversem com os sommeliers do espaço e tenham uma experiência dinâmica.

O próprio Ilan faz o contato com fornecedores e define os rótulos que entram e saem. Segundo ele, há preocupação em manter opções mais baratas, para que se possa experimentar mais de um tipo, e grifes, que ficam mais acessíveis com o valor cobrado pela taça.

O bar recebeu 60 mil pessoas em 2021, com faturamento de R$ 5,6 milhões e tíquete médio é de R$ 200.

Cervejarias abrem bares para venda de marcas próprias

Localizado na Vila Clementino, zona sul de São Paulo, o Esconderijo Juan Caloto foi aberto em 2021 por quatro amigos para ser uma vitrine da cervejaria homônima.

Embora já tivessem contratos de distribuição da cerveja com bares e supermercados, os sócios sentiam falta de um lugar com a cara da marca, cuja principal característica são as histórias no estilo faroeste.

"A ideia era o bar parecer uma casa abandonada invadida pelo bando do Juan Caloto [personagem fictício], que foi trazendo coisas para o abrigo", diz Felipe Gumiero, 37, responsável pela gestão.

Os empresários garimparam itens como um piano centenário, sofás e cadeiras antigos em ferros velhos, leilões e vendas de garagem para compor o ambiente.

O bar tem oito torneiras, cada uma com um estilo de bebida. A cervejaria lança de dois a três tipos de cerveja por mês. Já no tap bar (referência às torneiras), a mudança acontece em intervalos de 7 a 15 dias, de acordo com a disponibilidade de barris e saída de cada rótulo.

Para Estácio Rodrigues, sócio-fundador do Instituto de Cerveja Brasil e especialista neste mercado, espaços com essa proposta devem conhecer o perfil do cliente. A partir daí, o empreendedor pode escolher as bebida a serem oferecidas, quantidade de torneiras e rotatividade de estilos.

O bar ainda tem 30 coquetéis, divididos entre clássicos, autorais e sazonais. Para seguir a temática velho oeste, a clássica batata frita está fora do cardápio de comidas, que mira a harmonização das cervejas com sanduíches frios, conservas e carnes curadas.

O estabelecimento tem capacidade para cerca de 60 pessoas. Em uma semana, os empreendedores dizem atender uma média de 150 clientes, com tíquete médio de R$ 90.

Com mais torneiras e um perfil de público diferente, a Cervejaria Campinas começou a operar no interior paulista em 2017, também para vender a produção da marca de mesmo nome. Segundo Ladir Almada Neto, 37, um dos donos, a empresa já era consolidada na época, e o bar logo atraiu os clientes.

Cada uma das três unidades, todas na mesma cidade, tem 20 torneiras de chope e 17 tipos de cerveja. Para atender o público mais rápido, os sabores com mais saída têm mais de uma válvula. Na unidade do Taquaral, centro gastronômico da cidade, Neto diz faturar R$ 150 mil mensalmente.

Opções de vinho no Bardega, no Itaim Bibi, em SP
Lucas Seixas - 16.dez.22/Folhapress

Murilo Rodrigues, sócio-fundador da Wine2Go, na unidade localizada no bairro da Vila Madalena, em SP Jardiel Carvalho - 19.dez.22/Folhapress

Curadoria de rótulos e entrega ágil ganham clientes em adegas de bairro

Empresários se especializam no ramo para melhorar atendimento e oferecer outros serviços

Marina Costa

SÃO PAULO Em busca de atrair e fidelizar clientes, pequenas adegas utilizam o delivery e o atendimento personalizado, com indicações de bebidas para ocasiões diversas, como diferenciais. O sucesso depende do conhecimento do empreendedor sobre o comportamento do consumidor e sobre os produtos vendidos.

A alternativa mais segura para começar a fazer entregas é entrar em aplicativos conhecidos, mesmo com as taxas cobradas, para aumentar a visibilidade da marca, afirma Vera Araújo, especialista em negócios de alimentação e bebidas e idealizadora da VA Gestão de Negócios. Com uma base de clientes consolidada, a empresa pode então criar sua própria plataforma.

Fundada em 2017, a Wine2Go, de Santos (SP), atendia consumidores finais, mas obtinha 95% do faturamento com a distribuição de vinhos para restaurantes. Com início da pandemia, as vendas no modelo B2B (de empresa para empresa) zeraram e, para manter o negócio de pé, os sócios Murilo Rodrigues, 51, e Leonardo Correa, 34, passaram a se dedicar mais ao B2C (direto para o consumidor).

A loja entrou no iFood em 2020 e o volume crescente de pedidos motivou os fundadores a abrir a segunda unidade, na capital, no bairro da Vila Madalena, no mesmo ano.

Hoje, a Wine2Go continua no aplicativo e entrega nas duas cidades, mas o principal canal de atendimento à distância é o WhatsApp —lá, Rodrigues ajuda a escolher o vinho por paladar e ocasião, conhecimento adquirido em cursos e degustações.

O canal é o que mais dá retorno à empresa, sobretudo para reter o público. "O cliente se sente seguro para nos pedir uma indicação, porque sabe que não vamos empurrar o vinho mais caro, mas sim o que corresponde ao seu gosto e está na faixa de preço mais confortável para ele", diz Rodrigues. O negócio fatura em média R$ 2 milhões por ano e, embora a maior parte das vendas ainda seja feita para restaurantes, o B2C já representa 36% da receita.

Uma das vantagens de investir em canais próprios é, além de evitar as taxas dos aplicativos de delivery, manter a proximidade com o consumidor e ter acesso a informações que ajudem a entender seus hábitos, afirma Rê Cruz, fundadora da Foodness, plataforma de conteúdo de gestão para negócios do mercado de alimentos e bebidas.

Assim, diz, é possível definir ações de fidelização mais direcionadas e estimular uma frequência maior de compras. "O ideal é não depender só de um aplicativo, de uma loja online ou do WhatsApp, mas trabalhar com uma gama de pontos de contato."

Outra estratégia sugerida por Cruz para fazer com que a marca seja lembrada é criar conteúdos relacionados ao universo das bebidas nas redes sociais, como cálculo da quantidade necessária para eventos e recomendação de receitas que harmonizem com as opções disponíveis na loja.

A Wine2Go aposta em vídeos no Instagram com dicas de harmonização e apresenta seus rótulos. O catálogo prioriza, diz Rodrigues, produtos de fornecedores menores, que não são facilmente encontrados em supermercados. De sexta a domingo, também é realizado um bar de vinhos na filial da Vila Madalena, para consumo no local.

"O WhatsApp é importante, mas a venda flui de forma diferente e o tíquete aumenta quando o cliente vem à loja, porque trabalhamos com a emoção na hora da compra."

Para Vera Araújo, da VA Gestão de Negócios, a conquista de uma base fiel de consumidores passa justamente pela proposição de experiências associadas às bebidas. Aproveitando efemérides como Dia dos Namorados, exemplifica, o negócio pode buscar parceiros na área da gastronomia para oferecer degustações de vinhos com queijos ou com um pequeno cardápio.

Na Alma Vinhos, de São Paulo, fundada em julho de 2020, os rótulos são selecionados por Alessandra Forma, 50, e Guilherme Boetger, 46, mas passam pela avaliação de clientes que recebem garrafas como cortesia para experimentar e opinar. Os produtos sugeridos pelo público são incorporados quando combinam com a proposta da marca, que se concentra em rótulos de pequenas vinícolas, sendo que as nacionais compõem 70% do catálogo.

Dedicada ao delivery desde a inauguração, a empresa não tem loja física e conta com dois estoques em São Paulo, de onde os pedidos são enviados em até duas horas por iFood Lalamove —para outras regiões do país, o envio é feito pelos Correios.

Com isso, fatura em média R$ 25 mil por mês, com tíquete médio de R$ 150 a R$ 200. O negócio passou a trabalhar com o iFood após completar um ano de operação, em 2021, e a adesão ao aplicativo é um dos fatores que explica o crescimento de 45% neste ano, diz Boetger.

O atendimento pelo WhatsApp também foi um dos recursos encontrados pela Alma Vinhos para recomendar rótulos. Para aprimorar essa consultoria, os sócios apostam em cursos, frequentam degustações e visitam vinícolas.

Fermentado de mel e drink de cachaça chegam à latinha para ampliar consumo casual

Jéssica Moura

SÃO PAULO O setor de bebidas alcoólicas vendidas em lata, dominado pela cerveja, começa a se abrir para outros produtos. Agora, hidromel, coquetel pronto, drink de cachaça e hard seltzer (água com gás alcoólica e saborizada), por exemplo, são vendidos enlatados. Pequenos empresários estão entre os responsáveis pela mudança.

"Havia um monopólio e, por isso, a entrada de outros tipos de bebidas em lata é inovador. Os fabricantes perceberam essa fatia do mercado e foram pioneiros nessa produção. É uma tendência que vem para ficar", diz o bartender e consultor de negócios gastronômicos Renato Bomben.

Para a Abralatas, associação do setor, a venda dessas bebidas em embalagens de alumínio se reflete na alta de 5% no consumo de latinhas entre 2020 e 2021 no país. Cerca de 33,4 bilhões foram vendidas no ano de 2021.

Grandes fabricantes também ingressaram na área. Em 2022, Jack Daniel's e Coca-Cola lançaram um drink que mistura uísque e refrigerante e é vendido em latinha. Bomben diz que ainda assim há espaço para os pequenos. "Fazem em menor quantidade, mas com mais qualidade e mais controle da produção."

Desde 2020, a cachaçaria Triunfo, em Areia (PB), vende a Ice limão. A bebida em lata combina cachaça de alambique, limão, açúcar e gás carbônico. O teor alcoólico é de 5,5%, bem inferior aos 40% da cachaça. A empresa investiu R$ 500 mil na compra do maquinário de uma pequena cervejaria com capacidade de envasar mil latinhas por hora.

"Já tive retorno de 60% do investimento", calcula o engenheiro químico Thiago Baracho, sócio da Triunfo.

O primeiro lote, de 60 mil unidades, acabou em cinco meses, conta.

"A cachaça na lata agrega valor ao produto. Conquista, nas festas, onde vidro não entra, o público mais jovem, que depois migra para a cachaça de mais qualidade", diz Baracho.

Como latinhas são mais acessíveis e práticas para o consumo em baladas, parques e praias, a demanda é crescente, diz Michelle Melo, gestora de alimentos e bebidas do Sebrae. "A bebida deixou de ser consumida em ocasiões especiais, houve popularização." Para ela, o investimento nessas versões é uma oportunidade para marcas artesanais aumentarem o faturamento.

Alexandre Pelegrini fundou, há nove anos, em Mogi-Guaçu (SP), a Old Pony, empresa especializada em hidromel (bebida feita a partir da fermentação do mel). Em 2019, decidiu investir na lata para ampliar o leque de clientes. Hoje, a venda nesse formato representa 20% do faturamento.

Pelegrini conta que, enquanto cervejarias consomem 50% dos lotes e promotoras de eventos, 45%, restaurantes demandam só 5% da produção. "Preferem a garrafa para o consumo mais intimista e harmonização com a gastronomia", afirma.

Para elevar os índices, Pelegrini investe na promoção dos produtos nos pontos de venda. "Para introdução do produto, custeamos promotores para exposição e apresentação da bebida."

A Joví lançou uma hard seltzer enlatada em 2020 e apostou na divulgação do produto nas redes sociais para alavancar vendas. Em um mês, o lote de 100 mil latinhas acabou.

"A lata tem alinhamento melhor com valores do nosso público jovem, com menos aditivos e açúcares, e gela mais rápido", diz Virginia Vilela, gerente comercial da empresa.

Ela diz ainda usar a internet para captar a opinião de consumidores. "Quando lançamos o sabor de tangerina, usamos as redes para saber o que estavam pensando."

Destilados usam jabuticaba e madeira nacional na disputa com estrangeiros

Empreendedores apostam em ingredientes brasileiros para ganhar também o mercado externo

Guilherme Caldas

SÃO PAULO Marcas brasileiras usam ingredientes típicos do país como diferencial para superar a resistência contra os destilados nacionais e se destacar em um mercado dominado por bebidas importadas.

O caminho para vencer essa resistência do consumidor com o produto brasileiro é justamente investir em brasilidade e inovação, de acordo com Rodrigo de Mattos, consultor de mercado da Euromonitor International.

"A ideia da bebida nacional como inferior tem a ver com a maneira de o brasileiro enxergar o que vem do próprio país. Algumas marcas enxergaram em ser ainda mais brasileiras o caminho para se destacar nesse nicho, usando ingredientes como a jabuticaba na produção", afirma.

Luciana Lamas, 32, sócia e gerente de comunicação da Lamas Destilaria, diz que a empresa, fundada em 2019, encontrou em um uísque envelhecido em madeira brasileira um meio para diferenciar sua bebida.

"A nossa edição especial envelhecida em barris de madeira de amburana [gênero de árvores nativo do Brasil] foi um divisor de águas para a Lamas. Unimos uma madeira muito usada para a cachaça, apelando para um tradicionalismo no mercado nacional, a algo muito diferente para o estrangeiro."

A destilaria tem sede em Matozinhos, cidade da região metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com Luciana, sua capacidade produtiva é de 30 mil litros de uísque por ano.

A empresa tem 20 funcionários, responsáveis por produção, engarrafamento e venda dos sete uísques de seu catálogo, cujos preços variam de R$ 147 a R$ 273 na loja virtual da companhia. Além da venda online, o principal público-alvo é o de bares e restaurantes, afirma Luciana.

A empresa também divulga a bebida brasileira no exterior. Para isso, participa de concursos internacionais como forma de estimular a exportação.

"Nos últimos anos, muito do nosso crescimento se deve às premiações que vencemos. O Jim Murray's Whisky Bible, um dos principais prêmios do mundo, colocou nosso nome no mapa do uísque e conquistamos público na Europa e na Ásia."

O consultor da Euromonitor Rodrigo de Mattos dá o exemplo do Japão como inspiração para o Brasil.

"O apreço do público especializado pela bebida brasileira no exterior pode elevar o país a um status que o Japão passou recentemente a ocupar. Durante muito tempo não se ouvia falar do uísque japonês na mídia. Hoje muitos são considerados os melhores do mundo."

Maurício Porto, proprietário do Caledônia Whisky & Co, bar especializado em uísque em São Paulo, considera que marcas brasileiras enfrentam uma luta difícil contra rótulos importados e já reconhecidos.

"O investimento em marketing e o próprio tamanho de destilarias estrangeiras tornam complicado para uma marca brasileira se firmar entre o grande público", afirma ele.

Por outro lado, Porto também diz que "para a experiência sensorial, marcas com ideias inventivas e ingredientes brasileiros abrem espaço entre um público que busca mais a qualidade do que uma marca conhecida".

Michael Simko, 40, CEO e fundador da Arapuru, afirma que a ideia de transformar o gim, tipicamente inglês, em uma bebida com a cara do Brasil, foi fundamental para o crescimento da empresa, criada em 2013, em São Paulo.

"Logo vimos que não era possível competir com os britânicos sem termos um diferencial relevante. Daí veio a ideia de usar ingredientes daqui, como o pacová, também conhecido como cardamomo brasileiro, para produzirmos a bebida."

A Arapuru tem dez funcionários, responsáveis pela produção e venda da bebida para bares e restaurantes. No ecommerce da marca, os preços variam de R$ 109 (London Dry Gin) a R$ 130 (Arapuru Cafuné, gim tipo premium produzido com jabuticaba).

Simko conta que parecia impossível, nos primeiros anos da marca, emplacar uma bebida premium com "gosto de Brasil", mas que "com algum tempo no mercado, o público começou a ver a qualidade do gim artesanal".

De acordo com Mattos, da Euromonitor, o diferencial da brasilidade é um norte para a maioria dos destilados feitos aqui, mas o gim é o que tem maior potencial.

"Por envolver muitas especiarias na produção, há liberdade para o produtor buscar produtos amazônicos e de várias regiões do Brasil que instigam tanto o público nacional quanto o estrangeiro."

Rafael Milioni, 35, fundador e um dos sócios da Biarritz, marca de bebidas prontas elaboradas com gim, afirma que o Brasil está presente em seu produto para além dos ingredientes. Ele evoca a imagem das praias e do verão.

Lançado em outubro de 2022, o Biarritz Spirit é um gim spritz, bebida com teor alcoólico de 5%, gaseificada e saborizada.

Para Mattos, bebidas prontas são uma maneira relevante de introduzir os destilados no mercado.

"Esses produtos com aspecto de refrigerante trazem juventude para as marcas. Temos grandes cases de sucesso no Brasil, que adaptam uma bebida considerada forte para um público mais diverso, e são mais práticas do que fazer um coquetel em casa."

A Biarritz tem dez funcionários entre a produção e a venda no ecommerce da marca. A bebida também é encontrada em supermercados, bares e restaurantes. A garrafa de 275 ml custa R$ 12,50.

Localizada na Barra do Sahy, em São Sebastião, litoral norte de São Paulo, a Biarritz promoveu campanha de ajuda às famílias atingidas pelas fortes chuvas na região em fevereiro.

Segundo Milioni, além de pontos de coleta de doações, todo o lucro das vendas na semana seguinte à tragédia foi destinado às vítimas.

> "A nossa edição especial [de uísque] envelhecida em barris de madeira de amburana [gênero de árvores nativo do Brasil] foi um divisor de águas para a Lamas
>
> **Luciana Lamas, 32**
> sócia e gerente de comunicação da Lamas Destilaria, de Minas

Rafael Milioni, sócio da Biarritz, de bebidas prontas feitas com gim Lucas Seixas - 20.dez.22/Folhapress

Barris para envelhecimento de uísque na Lamas Destilarias, em Matozinhos (MG) Divulgação

Cachaça mineira chega à Coreia, grande consumidora de álcool

Pedro Lovisi

SÃO PAULO Garçons contratados pela embaixada do Brasil na Coreia do Sul rodeavam o salão do hotel Four Seasons de Seul com 80 garrafas de vinhos e espumantes. Paralelamente, em um canto do salão, um grupo de empresários brasileiros oferecia doses de duas cachaças produzidas em Minas Gerais: a Lótus, de banana, feita pela cachaçaria Sagrada, e a B Spirits, bebida mista à base do destilado.

O evento, em setembro do ano passado, comemorava o bicentenário da Independência do Brasil e reunia cerca de 300 convidados. Entre eles, grandes importadores coreanos, representantes da Samsung, LG e Hyundai e autoridades do país asiático, inclusive um vice-ministro.

"Aquela parte do salão ficou lotada o tempo todo", diz a embaixadora do Brasil na Coreia do Sul, Márcia Donner Abreu.

A festa foi o ponto de partida para a exportação das duas bebidas para a Coreia do Sul.

Nos dias seguintes, a embaixada coordenou encontros entre os empresários e importadores e, até dezembro, as duas empresas já haviam fechado contratos para exportar 10 mil garrafas para a nação asiática — a maioria da B Spirits.

Os lotes embarcaram para o país no início do mês e serão comercializados inicialmente em lojas de bebidas alcoólicas — os distribuidores locais não revelaram o preço das garrafas, de 750 ml, mas, para comparação, uma de mesmo tamanho da cachaça 51 custa cerca de R$ 125 no país.

No Brasil, uma garrafa de Lótus custa cerca de R$ 50, e uma da B Spirits, R$ 70.

"Levando em consideração que normalmente se leva no mínimo 18 meses para construir um mercado e conseguir a assinatura do primeiro contrato, as empresas tiveram um grande sucesso", diz Helena Lee, sócia da Latitude 3733, empresa que auxilia a exportação de produtos brasileiros para a Coreia do Sul.

Entre os argumentos utilizados pela agente para convencer os produtores a exportarem para o país asiático estão a possibilidade de as marcas se inserirem no mercado premium mais facilmente e a influência da Coreia do Sul no Sudeste Asiático, o que facilitaria a exportação das cachaças para outros países.

Além disso, o país é um dos que mais consomem bebidas alcoólicas. A Jinro, principal produtora de soju, bebida típica coreana, é a marca que mais vende destilados no mundo, segundo ranking da revista Drinks International publicado no ano passado — foram 94,5 milhões de caixas de 9 litros da bebida em 2021; a segunda marca, de gim, vendeu 37 milhões.

Antonio Marinho Junior, sócio das duas empresas, conheceu a Latitude 3733 num evento em São Paulo e, segundo ele, o apoio da agência foi fundamental para conduzir os trâmites com os coreanos.

Essa é a primeira vez que a cachaçaria Sagrada exporta. No ano passado, a empresa – que tem 15 funcionários– associou-se ao Ibrac (Instituto Brasileiro da Cachaça).

Além disso, inscreveu-se no projeto Cachaça: Taste the New, Taste Brasil (prove o novo, prove o Brasil), que auxilia produtores a exportar suas marcas. A iniciativa também é apoiada pela Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos).

As vendas para a Ásia, porém, ainda estão longe de ser a prioridade dos produtores. De acordo com Carlos Lima, diretor-executivo do Ibrac, exportar para esse mercado exige grandes custos logísticos, como bancar as idas a feiras de negócios no continente.

A Ásia foi, em 2022, o destino de apenas 40 mil litros de cachaça, enquanto só os EUA — o maior importador do produto— receberam quase 1,5 milhão de litros, segundo o Ministério da Agricultura.

A ideia principal da cachaçaria Sagrada, aliás, era exportar o produto para EUA e Portugal, mas o encontro com Lee facilitou que o produto chegasse, primeiramente, à Coreia. "As decisões na Europa são mais lentas e passam por várias etapas", diz Gilberto Pereira, sócio da empresa.

Paralelamente, a B Spirits, que tem o piloto Nelsinho Piquet como sócio, já exporta para Bélgica, Holanda, Alemanha, Portugal, França e EUA.

Seja como for, a chegada ao mercado coreano deixou os produtores esperançosos quanto ao sucesso do produto no país asiático.

A embaixadora Márcia Donner afirma que o sul-coreano é curioso e muito consumidor.

"Além disso, ele tem cada vez menos interesse nos produtos domésticos e mais em produtos importados. Então, ele pode passar do soju para o vinho e para a cachaça."

A embaixada deve lançar em abril um guia sobre como exportar para o país.

Já Ko Young Ho, importador que fechou negócio com as duas empresas, diz que o maracujá — um dos sabores produzidos pela B. Spirits— está em alta no mercado coreano e que o produto da B Spirits "espalha o aroma pelo ambiente só de abrir a garrafa".

Além disso, ele destaca que a Lótus tem um sabor que lembra o do leite de banana coreano, popular no país. "O produto vai conquistar o público pelo paladar e pela nostalgia."

> Ele [o consumidor coreano] tem cada vez menos interesse nos produtos domésticos e mais em produtos importados. Então, ele pode passar do soju para o vinho e para a cachaça
>
> **Márcia Donner Abreu**
> embaixadora do Brasil na Coreia do Sul